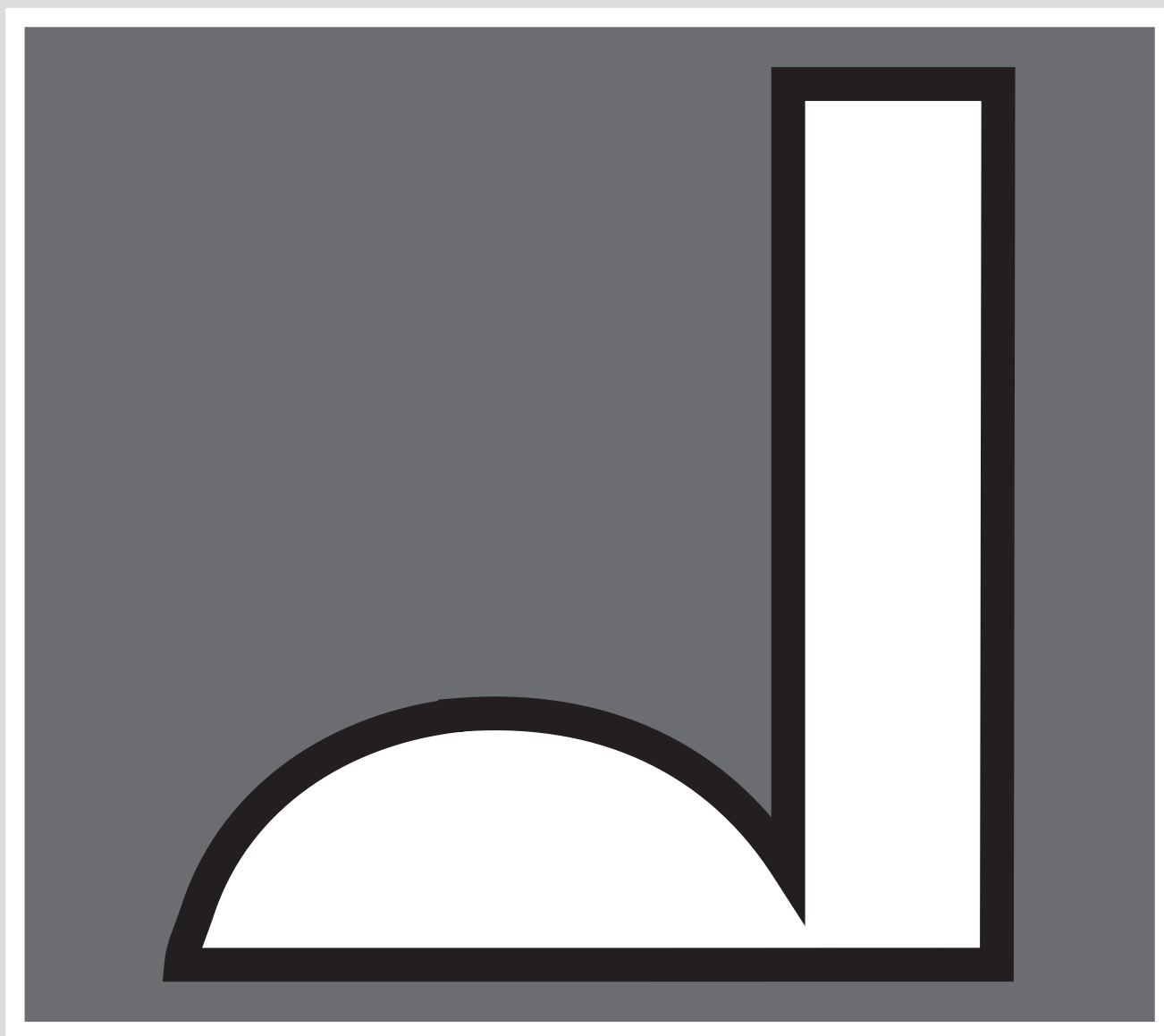




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 049 - SEXTA-FEIRA, 18 DE ABRIL DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2) 1º VICE-PRESIDENTE Tião Viana - (PT-AC) 2º VICE-PRESIDENTE Alvaro Dias - (PSDB-PR) 1º SECRETÁRIO Efraim Morais - (DEM-PB) 2º SECRETÁRIO Gerson Camata - (PMDB-ES)	3º SECRETÁRIO César Borges - (PR-BA) (1) 4º SECRETÁRIO Magno Malta - (PR-ES) Suplentes de Secretário 1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP) 2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE) 3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS		
Maioria (PMDB) - 19 Líder Valdir Raupp - PMDB Vice-Líder Líder do PMDB - 19 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Exedito Júnior Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PP - 1 Francisco Dornelles Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 27 Líder Demóstenes Torres - DEM Vice-Líderes Flexa Ribeiro Adelmir Santana Eduardo Azeredo Kátia Abreu Mário Couto Heráclito Fortes João Tenório Raimundo Colombo Papaléo Paes Líder do DEM - 14 José Agripino Vice-Líderes do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Romeu Tuma Maria do Carmo Alves Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
PTB - 7 Líder Epitácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi PDT - 5 Líder Jefferson Peres - PDT Vice-Líder Osmar Dias	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL Vice-Líder	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino João Pedro Gim Argello

1. Senador César Borges comunicou filiação partidária ao PR em 01.10.2007 (DSF 02.10.2007).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado, na Sessão Deliberativa Extraordinária de 12.12.2007 (DSF 13.12.2007).

EXPEDIENTE	
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

CONGRESSO NACIONAL

ATO CONJUNTO Nº 1 , DE 2008

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL e o PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, **RESOLVEM**:

Art. 1º Fica constituída comissão especial para desenvolver ações para comemoração dos vinte anos da promulgação da Constituição Federal.

Art. 2º Os servidores membros da comissão serão designados pelos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Art. 3º Os trabalhos da comissão devem ser desenvolvidos de forma a coordenar e harmonizar as atividades dedicadas às comemorações dos vinte anos de promulgação da Constituição Federal a serem realizadas em ambas as Casas do Congresso Nacional, assim como implementar atividades comuns.

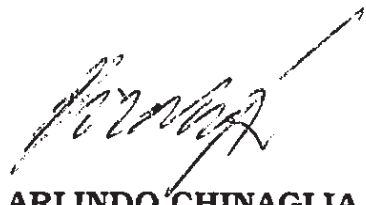
Art. 4º A coordenação dos trabalhos será exercida por dois servidores, um de cada Casa do Congresso Nacional.

Art. 5º Os projetos a serem desenvolvidos pela Comissão serão submetidos à aprovação dos Presidentes de ambas as Casas.

Art. 6º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 17 de abril de 2008.


Senador **GARIBALDI ALVES FILHO**
Presidente do Senado Federal


Deputado **ARLINDO CHINAGLIA**
Presidente da Câmara dos
Deputados

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 54ª SESSÃO ESPECIAL, EM 17 DE ABRIL DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a homenagear o Dia do Exército Brasileiro, comemorado no dia 19 de abril, em referência à vitoriosa Batalha dos Guararapes, de acordo com o Requerimento nº 159, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Srs. Senadores.....

9899

1.2.1 – Fala da Presidência (Senador Garibaldi Alves Filho)

1.2.2 – Oradores

Deputado Arlindo Chinaglia (Presidente da Câmara dos Deputados)

9899

Senador Romeu Tuma

9900

Senador Aloizio Mercadante

9906

Senador Paulo Duque

9908

Senador Magno Malta

9911

General-de-Exército Enzo Martins Peri (Comandante do Exército)

9915

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DA 55ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 17 DE ABRIL DE 2008

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Comunicação da Presidência

O tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de hoje será dedicado a homenagear o jornalista Assis Chateaubriand, tendo em vista o transcurso dos 40 anos do seu falecimento, nos termos do Requerimento nº 366, de 2008, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho e outros Senhores Senadores..

9918

2.2.2 – Fala da Presidência (Senador Garibaldi Alves Filho)

2.2.3 – Oradores

Senador Arthur Virgílio

9919

Senador Mão Santa

9922

Senador Eduardo Suplicy

9925

Senador Adelmir Santana

9926

Senador José Maranhão (Art. 203, do Regimento Interno)

9927

Senador Romeu Tuma (Art. 203, do Regimento Interno)

9928

2.2.4 – Suspensa às 15 horas e 28 minutos, a sessão é reaberta às 15 horas e 32 minutos

2.2.5 – Ofício do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

Nº 253/2008, de 9 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 8, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias.....

9930

2.2.6 – Leitura de requerimentos

Nº 449, de 2008, de autoria do Senador Héralclito Fortes, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar nos Estados Unidos da América do Norte, no período de 19 a 27 de abril do corrente*.....

9930

Nº 450, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Armando Kettle*.....

9930

Nº 451, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento da atriz Renata Fronzi*

9931

Nº 452, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso aos novos membros da Academia Brasileira de Ciências/Região Norte, em Manaus*

9931

Nº 453, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso aos jornalistas Simone Iglesias, Sheila D'Amorim e Valdo Cruz* ..

9931

Nº 454, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Diário de Pernambuco*.....

9932

Nº 455, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Dr. José Jorge de Vasconcelos Lima*.....

9932

Nº 456, de 2008, de autoria da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, *solicitando informações ao Ministro de Estado da Cultura*.....

9933

Nº 457, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, *solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda*.....

9935

Nº 458, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, *solicitando informações ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão* ...

9935

Nºs 459 a 461, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando informações ao Ministro de Estado da Defesa*. 9935

Nº 462, de 2008, de autoria do Senador Marconi Perillo e outros Srs. Senadores, *solicitando a realização de sessão especial, no dia 12 de junho próximo, às 10 horas, destinada a homenagear os 100 anos da imigração japonesa para o Brasil*..... 9937

Nº 463, de 2008, de autoria do Senador José Nery e outros Srs. Senadores, *solicitando a realização de sessão especial, no dia 18 de dezembro próximo, destinada a homenagear os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 9937

Nº 464, de 2008, de autoria do Senador Hércilio Fortes e outros Srs. Senadores, *solicitando a realização de sessão especial, no dia 12 de novembro próximo, às 10 horas, destinada a comemorar o 60º aniversário da fundação da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica*..... 9938

Nº 465, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Srs. Senadores, *solicitando a realização de sessão especial, no dia 10 de dezembro próximo, destinada a comemorar os 60 anos da proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 9938

Nº 466, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns e outros Srs. Senadores, *solicitando que a Hora do Expediente da sessão do dia 29 de maio próximo, seja destinada a homenagear os 60 anos da Associação Pestalozzi de Niterói-RJ*. 9938

Nº 467, de 2008, de autoria do Senador Paulo Duque, *solicitando voto de aplauso pelo transcurso do centenário do sanitarista mineiro Henrique Furtado Portugal*. 9939

Nº 468, de 2008, de autoria do Senador Virginio de Carvalho, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar nos Estados Unidos da América do Norte, no período de 19 a 26 de abril do corrente*..... 9940

Nº 469, de 2008, de autoria do Senador Adelmir Santana, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar nos Estados Unidos da América do Norte, no período de 19 a 26 de abril de 2008*. ... 9940

Nº 470, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Srs. Senadores, *solicitando a realização de sessão especial, no dia 4 de setembro próximo, destinada a homenagear o médico, pesquisador e ex-deputado federal Josué de Castro, em comemoração ao centenário do seu nascimento*. 9940

Nº 471, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, *solicitando voto de aplauso ao Acadêmico da Academia Piauiense de Letras, Jônatas de Barros Nunes*. 9941

2.2.7 – Ofícios

Nº 48/2008, de 16 do corrente, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Sena-

do Federal, de indicação de membro para compor a Procuradoria Parlamentar do Senado Federal. *Designação do Senador Antonio Carlos Valadares para integrar, pelo Bloco de Apoio ao Governo, a Procuradoria Parlamentar do Senado Federal*. 9941

Nº 115/2008, de 16 do corrente, da Liderança do PPS na Câmara dos Deputados, de substituição de membro para compor a Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul. *Designação do Deputado Ilderlei Cordeiro, como suplente, para integrar a referida Representação*. 9941

Nº 158/2008, de 16 do corrente, da Liderança do PV na Câmara dos Deputados, tornando sem efeito a indicação do Deputado Ciro Pedrosa, em substituição ao Deputado Edson Duarte, para integrar na condição de suplente, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (Cartões Corporativos). 9941

Nºs 371 e 368/2008, de 16 do corrente, respectivamente da Vice-Liderança do Bloco, no exercício da Liderança, e da Liderança do Bloco na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 9942

2.2.8 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *veda, a partir de 13 de maio de 2014, o uso de lema escrito na bandeira nacional caso até lá não seja erradicado o analfabetismo absoluto no País*..... 9942

Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução do Imposto de Renda da Pessoa Física de despesas para custeio de educação de menores carentes*..... 9942

Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *altera a Consolidação das Leis do Trabalho, para conceder ao trabalhador um dia de folga anual para que possa acompanhar as atividades escolares dos filhos*. ... 9944

2.2.9 – Mensagem do Presidente da República

Nº 19, de 2008-CN (nº 189/2008, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao primeiro bimestre de 2008. 9946

2.2.10 – Aviso da Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República

Nº 269/2008, de 17 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 91, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio..... 9946

2.2.11 – Ofício do Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Nº 15/2008, de 16 do corrente, comunicando que, em razão de não mais pertencer aos quadros do Partido Democratas, o Senador César Borges deixa de ocupar a vaga de titular pertencente ao

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSBD), na Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, passando a ocupar a vaga de titular pertencente ao Bloco de Apoio do Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB, PP), em substituição ao Senador João Ribeiro, na mesma Subcomissão. Informa, também, a eleição do Senador Flexa Ribeiro como Vice-Presidente da Subcomissão. 9946

2.2.12 – Avisos do Tribunal de Contas da União (Autuação)

Nº 5, de 2008-CN (nº 221/2008, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 397, de 2008-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao levantamento de auditoria no Edital da Concorrência 03/2006, promovida pela Agência Espacial Brasileira para a contratação das obras de complementação da infra-estrutura geral do Centro de Lançamento de Alcântara (TC nº 009.484/2006-2). 9947

Nº 6, de 2008-CN (nº 330/2008, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 608, de 2008-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à constatação de irregularidade em licitação conduzida pela Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT (Concorrência Pública 02/2007), com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e tendo por objeto a recuperação e melhorias de infra-estrutura urbanas diversas no município em referência (TC nº 029.772/2007-3). 9947

Nº 7, de 2008-CN (nº 345/2008, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 603, de 2008-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente aos Relatórios de Gestão Fiscal de alguns órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, referente ao 3º quadrimestre de 2007 (TC nº 002.986/2008-9). 9947

2.2.13 – Discurso do Expediente

SENADOR **EDUARDO AZEREDO** – Anúncio de que 649 municípios de Minas Gerais estão recebendo o ICMS Cultural. A implantação do primeiro Centro de Referência para a Saúde do Homem, em São Paulo. 9947

2.2.14 – Comunicação

Do Senador Geovani Borges, informando que está reassumindo, nesta data, a representação do Estado do Amapá, em substituição ao Senador Gilvam Borges, e que adotará o nome parlamentar Geovani Borges, integrando a bancada do PMDB. 9952

2.2.15 – Comunicação da Presidência

Determinação do registro da presença do Senador Geovani Borges na sessão de hoje. 9953

2.2.16 – Ofícios

Nºs 110 a 114, 120 a 122/2008, de 17 do corrente, da Vice-Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membro nas Comissões de Educação, Cultura e Esporte; de Direitos Humanos e Legislação Participativa; de Constituição, Justiça e Cidadania; de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Assuntos Econômicos; de Serviços de Infra-Estrutura; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 9953

2.2.17 – Discurso do Expediente (continuação)

SENADOR **EDUARDO SUPLICY** – Considerações sobre a renda básica de cidadania. Cumprimentos ao Jornalista Vicente Lamarca pelo livro intitulado “A História de Paranapiacaba”. 9954

2.3 – ORDEM DO DIA

São os seguintes os itens transferidos para a sessão deliberativa ordinária de terça-feira, dia 22, em virtude de não haver acordo para a apreciação dos Itens 1 a 3.

Item 1

Medida Provisória nº 407, de 2007, que *autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos com organismos internacionais; e altera a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, prorrogando o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União; as Lei nºs 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, prorrogando o prazo de manutenção de Funções Comissionadas Técnicas no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT e no Ministério da Cultura, respectivamente; e a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, no tocante à Carreira de Analista de Infra-Estrutura.* 10016

Item 2

Medida Provisória nº 408, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais, para os fins que especifica.* 10016

Item 3

Medida Provisória nº 409, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de setecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais, para os fins que especifica.* 10016

Item 4 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator **ad hoc**: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a programação monetária para o quarto trimestre de 2007*..... 10016

Item 5

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*..... 10016

Item 6

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições*..... 10017

Item 7

Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*..... 10017

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50-A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar*..... 10017

Item 9

Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de deputados e senadores)*..... 10017

Item 10

Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*..... 10017

Item 11 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*..... 10018

Item 12 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal*..... 10018

Item 13 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*..... 10018

Item 14 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece*..... 10018

Item 15 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos*..... 10018

Item 16 (tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos*..... 10018

Item 17

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências*..... 10018

Item 18

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de Programa Nacional de Habitação para Mulheres com responsabilidade de sustento da família*..... 10019

Item 19		
Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a Administração e o Conselho Fiscal das sociedades cooperativas)..	10019	
Item 20		
Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que altera a redação do § 1º do artigo 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral. ...	10019	
Item 21		
Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.....	10019	
Item 22		
Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente ou de terceiros por conta dele).....	10019	
Item 23		
Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.....	10019	
Item 24		
Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na relação descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).	10020	
Item 25		
Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. ...	10020	
Item 26		
Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.	10020	
Item 27		
Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).....	10020	
Item 28		
Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).	10020	
Item 29		
Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).....	10020	
Item 30		
Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).	10020	
Item 31		
Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.	10021	
Item 32		
Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.	10021	
Item 33		
Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.....	10021	
Item 34		
Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).....	10021	
Item 35		
Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional dos Surdos.	10021	

Item 36

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que institui o *Dia Nacional do Vaqueiro*. 10021

Item 37 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – *Código do Consumidor*, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços..... 10021

Item 38 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (*Código de Defesa do Consumidor*), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos..... 10022

Item 39 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o *Estatuto do Idoso* e dá outras providências. 10022

Item 40

Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da *Lei Complementar nº 105*, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal. 10022

Item 41 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade. 10022

Item 42

Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 1986 (*Código Brasileiro de Aeronáutica*), para prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos. 10022

Item 43

Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (*Código Brasileiro de Aeronáutica*), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados. 10022

Item 44

Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea; e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua gradação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços. 10023

Item 45

Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a *Política Nacional do Meio Ambiente*, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos..... 10023

Item 46

Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a *Redução Certificada de Emissão (RCE)* (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa). 10023

Item 47

Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de *Servidão Florestal*, de *Reserva Particular do Patrimônio Natural* e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural. 10023

Item 48

Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica. 10023

Item 49

Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator **ad hoc**: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, a Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa..... 10023

Item 50

Requerimento nº 1.302, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que requer com fundamento no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, seja instituída, no âmbito do Senado Federal, a Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas, enfatizando o papel da Ciência no nosso dia-a-dia e demonstrando a sua importância para a saúde e o desenvolvimento do País..... 10023

Item 51

Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado..... 10024

Item 52 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta, solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadía, líder do cartel colombiano. 10024

Item 53

Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. 10024

Item 54 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro "A era da turbulência: aventuras em um mundo novo". 10024

Item 55 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por compartilharem o Prêmio Nobel da Paz de 2007. 10024

Item 56

Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania..... 10024

Item 57 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina. 10024

Item 58

Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria..... 10025

Item 59

Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. .. 10025

Item 60

Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco..... 10025

Item 61

Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária..... 10025

Item 62

Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria..... 10025

Item 63

Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de

Lei da Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle..... 10025

Item 64

Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria..... 10025

Item 65

Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde.) 10026

Item 66

Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria.... 10026

Item 67

Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.).. 10026

Item 68

Requerimento nº 358, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)..... 10026

Item 69

Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria. (Liberdade de manifestação do pensamento e de informação.)..... 10026

Item 70 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 417, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, solicitando a criação de um Dia Mun-

dial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt..... 10026

Item 71 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt. 10026

2.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR MÁRIO COUTO, como Líder – Comentários sobre as declarações do Ministro do Planejamento sobre a aprovação no Senado de projetos de interesse dos aposentados. Convicção da aprovação dos referidos projetos na Câmara dos Deputados e de que o Presidente Lula não os vetará..... 10026

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Comentários ao pronunciamento do Senador Mário Couto. Parabeniza o Prefeito de Boa Vista, em Roraima, eleito Prefeito Empreendedor do Brasil, pelo Sebrae. 10030

SENADOR FLÁVIO ARNS – Encaminhamento à Mesa de pronunciamento sobre dois projetos de interesse dos aposentados, aprovados pelo Senado Federal..... 10030

SENADOR ALVARO DIAS – Encaminhamento à Mesa de texto sobre decisão do Copom de ontem, de reajustar as taxas de juros. 10032

SENADOR MAGNO MALTA – Considerações sobre os trabalhos da CPI da Pedofilia. Registro da presença na Casa do pastor Marcos Pereira. 10033

SENADOR TIÃO VIANA, como Líder – Agradecimento ao Presidente do BNDES, ao Governo Lula e ao Governador do Estado do Acre, pela aprovação e o início da execução do chamado Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável..... 10035

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Comentários a declarações dos Ministros de Estado Paulo Bernardo e Luiz Marinho. 10036

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Reflexão sobre o aumento dos preços dos alimentos, as mudanças climáticas e a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de elevar as taxas de juros..... 10042

SENADOR RENATO CASAGRANDE, como Líder – O lucro do setor bancário. 10044

SENADOR RENAN CALHEIROS – Os problemas psicológicos que afetam os policiais. 10045

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Considerações a respeito da reforma agrária e da economia do País. 10046

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Anúncio da suspensão, no STF, do julgamento sobre a inconstitucionalidade das medidas provisórias para créditos extraordinários. Esclarecimentos a respeito de obras anunciadas pelo Governador do Piauí.... 10052

SENADOR *JOSÉ MARANHÃO* – Registro da inauguração do primeiro eólico do Brasil, o Parque Eólico Millennium, em Mataraca, na Paraíba. 10056

SENADOR *DELCÍDIO AMARAL* – Lembrança pelo transcurso, em 19 de abril, do Dia do Índio, e preocupação com a situação enfrentada pela população indígena em diversas regiões do País. ... 10058

SENADOR *MÃO SANTA* – Manifestação em defesa dos aposentados e pensionistas de todo o Brasil. Agradecimento à Ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, pelas providências adotadas a respeito de ofício encaminhado por S. Ex^a sobre ações empreendidas pela empresa Carbon, na Serra Vermelha, no Piauí..... 10062

SENADOR *PAULO PAIM* – Expectativas sobre a votação, na Câmara dos Deputados, de projetos em favor dos aposentados e pensionistas. Manifestação sobre a questão da educação. Importância do debate sobre uma nova Previdência. A educação para a nação indígena e para os quilombolas, sem prejudicar suas raízes e seus costumes..... 10064

2.3.2 – Apreciação de matérias

Requerimentos n^{os} 449, 468 e 469, de 2008, lidos no Expediente da presente sessão. **Aprovados.** 10069

2.3.3 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão solene conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se no dia 5 de junho do corrente, quinta-feira, às dez horas, no Plenário do Senado federal, destinada a comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente. 10069

2.3.4 – Apreciação de matéria

Requerimento n^o 397, de 2008, lido em sessão anterior. **Aprovado.** 10069

2.3.5 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *CÉSAR BORGES* – Homenagem à memória de Luis Eduardo Magalhães, falecido em 21 de abril de 1998..... 10071

SENADOR *EDUARDO AZEREDO* – A importante ação do Governo de São Paulo ao inaugurar o Centro de Referência para a Saúde do Homem. 10072

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Considerações sobre o anúncio do término dos trabalhos de construção da ponte sobre o rio Tacatu, que separa o Brasil da República da Guiana. 10075

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Registro da matéria intitulada “Há indícios contra Palocci, diz procurador”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 27 de fevereiro último..... 10075

SENADOR *SÉRGIO GUERRA* – Registro da matéria intitulada “Estado atrapalha o PIB”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 13 de março último. 10077

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Registro do artigo intitulado “Muitas interrogações”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 5 de abril corrente..... 10078

SENADOR *GERSON CAMATA* – Considerações sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, denominado “Abril Vermelho” 10079

2.4 – ENCERRAMENTO

3 – AGENDA DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO, EM 17-4-2008

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

N^{os} 772 e 773, de 2008. 10081

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA

6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

13 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

16 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

Ata da 54ª Sessão Especial, em 17 de abril de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho e Romeu Tuma

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 30 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a sessão especial do Senado Federal destinada a homenagear o Dia do Exército Brasileiro, comemorado no dia 19 de abril, em referência à vitoriosa Batalha dos Guararapes, de acordo com o Requerimento nº 159, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência convida para compor a Mesa dos nossos trabalhos o Exmº Sr. Secretário-Geral da Marinha, Almirante-de-Esquadra Álvaro Luiz Pinto, representando o Comandante da Marinha Júlio Soares de Moura Neto.

Convido o Exmº Sr. Comandante do Exército, General de Exército Enzo Martins Peri.

Convido o Exmº Sr. Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, representando o Ministro da Defesa, Exmº Sr. Nelson Jobim.

Convido o Exmº Sr. Presidente do Superior Tribunal Militar, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Flávio de Oliveira Lencastre.

E registro, para satisfação nossa, como se constitui numa satisfação para todos nós a presença dos ilustres Comandantes Militares, a presença do Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Arlindo Chinaglia.

Convido a todos para, de pé, cantarmos o Hino Nacional Brasileiro, executado pela Banda de Música do Comando Militar do Planalto.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia.

Antes de termos o início ao discurso do Presidente da Câmara, Deputado Arlindo Chinaglia, eu gostaria de pedir, com a permissão do ilustre orador, a presença na Mesa dos nossos trabalhos do Exmº Sr. Senador Romeu Tuma, que foi o primeiro subscritor do requerimento.

Com a palavra V. Exª, Deputado Arlindo Chinaglia, Presidente da Câmara dos Deputados.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves; Exmºs Srs. Embaixadores e Representantes do Corpo Diplomático; Exmº Sr. Secretário-Geral da Marinha, Almirante-de-Esquadra Álvaro Luiz Pinto, representando o Comandante da Marinha, Júlio Soares de Moura Neto; Exmº Sr. Comandante do Exército, General de Exército Enzo Martins Peri; Exmº Sr. Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, representando o Ministro da Defesa, o Exmº Sr. Nelson Jobim; Exmº Sr. Presidente do Superior Tribunal Militar, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Flávio de Oliveira Lencastre; Exmº Sr. Romeu Tuma, primeiro subscritor desse requerimento;

Exmº Sr. Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Gen. Cândido Vargas de Freire; Exmºs Srs. Representantes das Forças Armadas; Exmªs Srªs e Srs. Senadores e Deputados Federais e demais autoridades presentes nesta cerimônia.

Primeiramente, quero registrar, em nome da Câmara dos Deputados, os nossos cumprimentos ao Senado Federal por essa iniciativa e cumprimentar o Senador Romeu Tuma por ser o primeiro subscritor.

Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, em 19 de abril de 1648, nos Montes Guararapes, em Pernambuco, o Exército Brasileiro se formava para combater o invasor holandês que, tendo sido expulso uma vez, voltou ao Brasil e, desta feita, permaneceu em Recife por mais de vinte anos.

Como Portugal mantinha um efetivo militar mínimo na Colônia à época, não é difícil imaginar os percalços envolvidos no patrulhamento de nosso imenso território e sua extensa faixa litorânea.

A incipiente força de defesa brasileira, então, formou-se pela união de caráter multiétnico entre brancos, negros, índios e mestiços, emprestando relevância ao conceito de nacionalidade. Talvez no primeiro momento em que se falava em pátria, as batalhas contra o invasor – que, evidentemente, vinha para saquear as riquezas nacionais – despertaram no País um sentimento de zelo que, por sua vez, foi o combustível para as reações.

Assim, embora diante de um oponente bem aparelhado e experiente, as Forças brasileiras foram de tal maneira tomadas de coragem, esforço e dedicação que alcançaram a vitória e, de uma vez por todas, expulsaram a esquadra invasora de nosso território.

Dessa época aos dias atuais, a instituição nacional que é o Exército Brasileiro – que homenageamos hoje – vem honrando seu compromisso de garantir a integridade territorial, sem que se descuide da tarefa de assegurar a convivência pacífica no cenário internacional.

Segmento terrestre das Forças Armadas, mantém renovado compromisso com a sociedade brasileira, com a defesa da soberania nacional. E não apenas isso: por meio de integral engajamento e árduo trabalho, a vitória alcançada em Guararapes ainda hoje ecoa nos planos de ação estratégica adotados.

Sr^{as} e Srs. Parlamentares, relembra esse fato histórico simboliza o resgate de amor à Pátria, de soberania territorial, da dignidade nacional. Rememorar a Batalha dos Guararapes significa, também, homenagear os muitos brasileiros que nela imolaram suas vidas por amor ao Brasil e que servem, seguramente, de exemplo até os dias de hoje e para todo o sempre.

Atualmente, o Exército Brasileiro dispõe de equipamentos e armas que, nem de longe, habitavam o imaginário dos líderes e soldados daqueles dias de 1648. Por evidente, o desenvolvimento tecnológico vem propiciando a busca pela estruturação de nossas forças bélicas em padrões internacionais. Todavia, nada disso é capaz de toldar o exemplo escrito com sangue por aqueles que lançaram as bases do nosso Exército. Pelo contrário, estamos convictos de que a lembrança daquelas lutas faz eclodir sentimentos de admiração e respeito, de valorização do ser humano e de sua bravura.

Nesses quase quatro séculos de existência, enxergamos no Exército Brasileiro a consolidação de um acontecimento que não se perdeu no tempo, mas que ainda repercute, como já disse, em todos aqueles que se voltam para a História do Brasil e nela encontram fatos heróicos como a Batalha dos Guararapes.

Por fim, o transcurso de mais um Dia do Exército Brasileiro faz com que o olhar sobre o passado se transforme em instrumento a nos chamar para a realidade do presente e, sobretudo, para a projeção de um futuro ancorado em alicerces plantados ainda no século XVII, porém muito firmes.

Finalmente, reitero, em nome da Câmara dos Deputados, nossos cumprimentos e o respeito que temos ao Exército Brasileiro.

Parabéns a todos! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma, autor do requerimento que permitiu a realização desta sessão comemorativa.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Ilustre Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, a quem preliminarmente agradeço por ter inserido na pauta a cerimônia desta sessão, pela sua sensibilidade, amor à Pátria e respeito às Forças Armadas; ilustre Presidente da Câmara, que vem se destacando na conduta daquela Casa, Deputado Federal Arlindo Chinaglia, companheiro de São Paulo; Exm^o Sr. Comandante do Exército, General-de-Exército Enzo Martins Peri; Secretário-Geral da Marinha, Almirante-de-Esquadra Alvaro Luiz Pinto, representando o comandante da Marinha; Sr. Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito – quero dizer sentar perto de um brigadeiro significa chegar mais fácil ao céu; acho que estou certo, não é, Brigadeiro? –; Exm^o Sr. Presidente do Superior Tribunal Militar, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Flávio de Oliveira Lencastre; Sr. Ministro General Maglioli, do Superior Tribunal Militar; Sr. Ministro General Fernandes, do Superior Tribunal Militar; Srs. Embaixadores representantes do Corpo Diplomático; Sr^{as} e Srs. Deputados Federais e Senadores; meu amigo Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, General Cândido Vargas de Freire, obrigado pela presença de todos.

Hoje pela manhã, quando levantei, a primeira coisa que fiz foi ligar para minha mulher e perguntar-lhe se minha farda de tenente ainda estava limpinha e no cabide. Ela disse: “Está aqui. Você não quer que tire? Não cabe nem no meio da sua barriga”. Eu disse: “Mas guarde-a porque meu espírito, minha alma, meu coração estão aí dentro”.

Hoje, General, pela manhã, pus meu terno mais escuro, por respeito a uma solenidade tão importante, e peguei uma gravata que recebi do Adido do Exército nesta Casa com a inscrição “EB” (Exército Brasileiro), que uso, com muito orgulho, no dia de hoje.

Desculpem-me a emoção. A idade faz com que a emoção aflore mais rápido. (Palmas.) Com a idade, nossa vida vai se transformando em um filme, que, em cerimônias como esta, passa pela nossa cabeça.

Durante cinquenta anos, exerci a missão de policial. Provavelmente, a maioria deles junto às Forças Armadas, pelas missões importantes que a polícia sempre tinha e precisava contar com o apoio das Forças, tanto do Exército, quanto da Marinha e da Aeronáutica, principalmente na Região Amazônica.

Há pouco eu conversava com um coronel sobre o General Rodrigo Octávio. Quando falava sobre a

Amazônia, ele deixou uma frase importantíssima que está numa revista, mas eu a esqueci no meu gabinete. Acho que a frase, o coronel me ajudou a lembrar, é: *“Árdua é a missão de defender a Amazônia. Muito mais árdua, porém, foi a de nossos antepassados em conquistá-la e mantê-la”*.

Todos nós, na juventude, aprendemos a ver a Amazônia como um bem nacional, por isso a soberania, a qualquer preço, tem de ser mantida naquela região. Não podemos nos esquecer de que quem primeiro chamou a atenção da sociedade brasileira e dos governantes foi Rodrigo Octávio. E isso está, acredito eu, na memória de todos. Aqueles que passam pela escola militar não deixam de estudar um pouquinho a vida de Rodrigo Octávio. Peço licença para repetir isso com a força enorme do meu coração, em razão de tudo o que vem sendo discutido ultimamente na Região Amazônica.

Eu trouxe aqui alguns dados de uma entrevista coletiva que o General Heleno, meu amigo quando Major, concedeu. Trabalhamos juntos na Presidência da República, eu como delegado e ele como o oficial encarregado de atender às camadas mais necessitadas da população. A logística que ele tinha era militar, mas eficiente para a atividade civil. E, acompanhando o seu trabalho, senti o que o Exército oferece à Nação brasileira.

Hoje, ele está lá na Amazônia e tem a coragem de falar, pelo Verde-Oliva – estão aqui praticamente todos os seus comandos –, sobre como o Exército está passando por dificuldades em manter suas missões.

Ainda anteontem conversava com o Ministro Unger, e ele dizia que entre os cinco pontos que pretende discutir com o Governo Federal estão dois: a visita à Rússia com o Ministro Jobim, bem representado nessa Mesa, e a Amazônia, na tecnologia moderna de material de defesa. Não é isso, General Joilson? Eu conversava com o General Joilson, e ele disse assim: não fale em armamento militar, porque todo mundo se assusta, mas em material de defesa.

Eu sei que o Exército Brasileiro se preocupa com a defesa, com a garantia da soberania e não é beligerante em situações que possam ocorrer. Quando eu estava no CPOR, tínhamos o inimigo vermelho, e éramos do exército azul; mas sempre se discutia como defender melhor o País de uma possibilidade de invasão.

Numa recente visita à Amazônia com o ex-Comandante, nós perguntamos se o Exército Brasileiro teria capacidade, com essa mudança do grande número de unidades militares do sul – a Argentina era a grande preocupação, hoje é uma nação amiga e sócia no Mercosul – para a região norte, porque hoje todo o perigo é oferecido nessa região, onde a produção de drogas, o narcotráfico, as guerrilhas revolucionárias,

o narcoterrorismo, enfim, tudo ocupa a nossa região de fronteira; eu diria que, em tese, estamos quase cercados por eles. Então, eu dizia que não temos a capacidade, se um exército regular, com a força e armamento – aí tenho que falar em armamento, general –, e militarmente bem preparada, de impedir a ocupação e, sim, de procrastinar a ocupação, como se fosse um exército de guerrilha.

Eu sei que a escola de preparação de sobrevivência na selva, onde fiz convênios para preparar policiais para trabalharem e sobreviverem naquela região, tem cursos espetaculares de preparação de oficiais. E são voluntários. Não tenho conhecimento de nenhum oficial, Deputado, que tenha ido para lá por obrigação ou por determinação do seu comando; são todos voluntários. E esses cursos trazem, sem dúvida nenhuma, um conhecimento profundo da região e de como é a sobrevivência.

Por isso é que eles conhecem o problema indigenista daquela região. Ainda ontem, na televisão, o General Heleno fez uma brilhante exposição sobre a convivência com as comunidades indígenas na Região Amazônica. E estou falando como testemunha que viveu nessa região, General Pedro. Lá existem os pelotões de fronteira, e alguma dificuldade para se completar toda a infra-estrutura do Calha Norte. Chegou um período em que o Calha Norte não tinha dinheiro para manutenção. As pistas que a Aeronáutica usava para pousar não tinham mais sobrevida, não davam mais para pousar. E V. Ex^{as} sabem que, para se chegar ou sair da Região Amazônica, é por mar ou pelo ar; e quando se chegava na região dos ianomâmis, por exemplo, um grande número de índios iam pedir carona às Forças Armadas para buscarem assistência à saúde ou qualquer coisa.

O Hospital de Tabatinga é um hospital de primeira grandeza. Fiquei lá um dia e meio, porque tive um problema cardíaco e me botaram na mão do médico, e não do general. Então, fiquei com eles e pude ver a dedicação que têm pela comunidade que lá vive, sejam brancos, índios, não importa. É o menor índice brasileiro de cesarianas. É a capacidade de um trabalho permanente de assistência à saúde pelas Forças Armadas. A Marinha tem navios que lá percorrem. Lembro-me de Lábria, onde a malária é permanente. Lá, o navio de saúde da Marinha está sempre presente. E lá os índios cantam o Hino da Aeronáutica; provavelmente não sabem o Hino Nacional Brasileiro, mas o da Aeronáutica eles sabem.

Além disso, toda a arte de figuração, de imaginação deles é dedicada às Forças Armadas, principalmente à Aeronáutica, pela presença permanente naquela área.

A Força foi perdendo os seus aviões. Os aviões foram sendo sucateados, cada um tirava uma peça, até que sobrou só um. É isso que eu digo. O Ministro Unger vai discutir o que a Nação quer das Forças Armadas. Mas eu pergunto: hoje, com a situação que temos, o que a Nação está oferecendo às Forças Armadas para elas cumprirem suas missões? Ela é hoje, General Peri, praticamente pau para qualquer obra.

Eu trouxe aqui hoje e foi distribuído nas folhas de jornais para nos orientar: “Exército e Defesa Civil ajudam vítimas da enchente”. Eles estão presentes. Hoje estão contra um exército que está matando muita gente: o exército de mosquitos. A estratégia militar está sendo usada pelos seus soldados para um combate eficiente e para a conscientização da população, principalmente do Rio de Janeiro, que V. Ex^a tão bem representa, Deputado.

É importante essa participação ativa em todos os casos em que a Nação, por intermédio dos seus cidadãos, faz um apelo, faz suas orações para ser salva. Então qual é o primeiro pensamento da autoridade? Vamos chamar o Exército, vamos chamar a força militar para colaborar no sentido de minorar o sofrimento. E lá estão as barracas com os médicos das Forças Armadas para tentarem salvar aqueles que já foram picados pelo mosquito da dengue.

Eu me lembro, General Joelson. Quando V. Ex^a era Comandante Militar do Nordeste, houve uma grave greve de segurança e a própria polícia deixou de patrulhar as ruas. Houve cerca de 28 assassinatos, homicídios, pela falta de policiamento. Os senhores receberam a missão de ocupar para substituir. É difícil para as Forças Armadas substituírem a polícia. Mas era necessária a presença de força para inibir a criminalidade e continuar a liberdade que havia. E o que aconteceu? Cinco dias para juntar uma força para ocupar a região ameaçada.

Então, quando o general voltou e assumiu um cargo no Ministério da Defesa, nós começamos a trabalhar num projeto de mobilização. Provavelmente, a comunidade brasileira, fora das Forças Armadas, não tem conhecimento do que é um projeto de mobilização e a sua necessidade presente nesta altura do campeonato, em que a sociedade vem sofrendo uma série de investidas de forças perigosas, como o mosquito da dengue, da febre amarela. Parece brincadeira, parece piada, mas está matando. A única salvação é o Exército.

Então, quando se vai discutir o que a sociedade brasileira, por meio dos seus governantes, quer das Forças Armadas, do Exército, eu me acautelo: não pode ser polícia. Elas têm uma missão nobre da defesa interna e externa, da soberania nacional, investir contra qualquer tipo de ameaça.

As Forças Armadas não estão com um salário digno, não têm equipamentos, têm de improvisar. E é claro que a disciplina e a hierarquia se sobrepõem a qualquer interesse pessoal e individual de qualquer um dos senhores.

Sei das necessidades e das dificuldades por que cada um passa. Sei o que é um oficial ir para a reserva, sem outra oportunidade de continuar a trabalhar: é ir para casa esperar a morte chegar. Sei disso. Senti isso. Tive amigos que passaram por isso. Quatro, cinco meses depois de deixarem a Força foram para casa para morrer, porque não tiveram opção e não tiveram o respeito da sociedade.

Perdoem-me a emoção, porque estou me lembrando deles e sei da agonia e da angústia de cada um, quando recebia um telefonema, ou na Polícia ou quando já aqui, e não sabia o que fazer.

Temos de pensar seriamente nas necessidades das Forças Armadas para cumprirem a sua nobre missão, com o sacrifício da própria vida e dos interesses pessoais. E vamos lutar por isso. Já estou velho, estou com 76 anos, e espero que Deus me mantenha vivo até poder ver o sorriso de vitória por terem conquistado tudo aquilo que as Forças Armadas necessitam no meu fim de vida.

Muito obrigado.

Agradeço aos senhores pela atenção. (Palmas.)

Acabei não lendo o discurso. Acho que a alma e o coração falaram mais alto.

Obrigado, senhores.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ROMEU TUMA.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois de amanhã, transcorre o Dia do Exército, motivo desta sessão especial que solicitei ao Senado da República para o reverenciarmos em nome dos Estados brasileiros.

Um dia de festa e de angústia. Assim se pode descrever o paradoxo que estará presente na data escolhida pela Pátria para balizar homenagens ao “*braço forte, mão amiga*”, que lhe asseguram existência como a maior nação multirracial do mundo, desde a expulsão do invasor estrangeiro de nossas terras, há 360 anos.

Em nosso caso, a aparente incoerência de ocorrer bipolaridade entre festa e angústia a um só tempo decorre dos equívocos governamentais com relação ao nosso Exército “*há pelo menos duas décadas*”, conforme as palavras de quem exerce autoridade sobre a mais nevrálgica região do País – o General Augusto Heleno

Pereira, Comandante Militar da Amazônia. Dentro dos limites da hierarquia e disciplina inerentes à profissão, ele juntou sua voz, através do programa “Canal Livre” da TV Band, dia 6 último, à dos chefes militares seus antecessores no preocupante alerta sobre a situação das Forças Armadas, desprovidas de equipamentos e salários à altura da missão.

O ilustre militar lembrou que, no último almoço anual dos oficiais-generais com o Presidente da República, ouviu o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmar ser *“inadmissível um país com a estatura estratégica do Brasil ter Forças Armadas mal equipadas e mal pagas.”* E definiu a situação dos seus 25 mil comandados ao longo de onze mil quilômetros de fronteiras, ressaltando:

“O combatente de selva brasileiro é um dos mais preparados, mas um dos mais mal aparelhados do mundo”.

Ora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, existe algo dotado de representatividade ímpar do nosso cadinho de raças, impregnado de sentimento pátrio desde que brancos, índios, negros, cafuzos e mulatos consolidaram o alicerce da nacionalidade na vitoriosa batalha dos Montes Guararapes, em Pernambuco, no longínquo, mas sempre lembrado 19 de abril de 1648. Esse algo é o Exército Brasileiro. Com raízes em todas as camadas sociais, sem distinções de qualquer natureza, a Força Terrestre nasceu ao mesmo tempo que aquele sentimento, no processo histórico destinado a consagrar um Brasil uno, independente, indivisível e soberano no dia 7 de setembro de 1822.

Nessa heróica caminhada, as três Forças Armadas despontaram como instituições nacionais permanentes para garantir a integridade territorial e a paz interna, bem como a convivência pacífica e o respeito por este País gigante e belo no cenário internacional. São o povo em armas. Sua missão, expressa em todas as Constituições brasileiras desde o Império, configura compromisso que exige honra, bravura e dedicação total à Pátria, inclusive, se necessário for, imolando-se por ela.

Sem dúvida, pormenores históricos dessa trajetória serão esmiuçados pelos oradores inscritos hoje, assim como têm sido toda vez que a Casa homenageia o Exército e seu Patrono, Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias. Posso, portanto, resumi-los de maneira a liberar parte de meu tempo na tribuna para tratar do que mais importa no momento, isto é: o sentimento de imobilidade diante da defasagem entre o interesse estatal e as necessidades nacionais de defesa mediante capacidade de dissuasão. Isto porque, além de estar preocupado com essa realidade como

qualquer cidadão e oficial da Reserva verde-oliva, tenho obrigação de agir como Presidente da Subcomissão Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas.

Integrada pelos ilustres Senadores Eduardo Azevedo, Vice-Presidente; Jefferson Peres, Relator; Flexa Ribeiro, Marcelo Crivella, Marco Maciel, Paulo Duque e Pedro Simon, ela pertence à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, uma vez que cumpre à Casa incentivar, normatizar e fiscalizar aquele reequipamento. Daí, a minha proposta para sua criação, em 2006.

Nosso objetivo é acompanhar “*pari passu*” os procedimentos do Poder Executivo. Mas, realmente, os canais financeiros para a modernização militar afiguram-se mesquinhos e até cruéis, devido à má vontade e insensibilidade de décadas perante o já inacreditável estágio de sucateamento das Forças Armadas.

Digo inacreditável porque, desde os anos 80, sucedem-se propostas antiobsolescência rotuladas com belos, mas inócuos títulos, tais como Força Tarefa 90, Força Tarefa 2000 e por aí afora, todas sucumbindo sob ditames orçamentários. A constante escassez de recursos obstou os programas e colocou o País em risco ao criar dependência externa num setor crítico.

Chegamos a possuir uma indústria bélica respeitada internacionalmente, não com o intuito de nos militarizarmos para matar, mas sim para nos defendermos. Conseguimos figurar entre os dez maiores exportadores de material militar. Mas, a nossa produção especializada no setor, desprotegida e enfraquecida internamente, acabou massacrada pela concorrência estrangeira.

Hoje, nem a aquisição de navios polares modernos se afigura possível em face das periódicas e insanas privações orçamentárias. E olhem que nossa presença na Antártida data de 1982, com a participação de centenas de cientistas brasileiros nas pesquisas da Estação Comandante Ferraz. Assim, a questão orçamentária tirou do Brasil a liderança entre as nações emergentes que atuam numa região de crescente importância científica e estratégica no concerto mundial.

Aliás, ainda ecoa a advertência feita por especialistas, há algum tempo, de que *“o Brasil perderá a liderança sul-americana na área militar em um prazo de dez anos”*, se não proceder à modernização. O que dizer, então, com referência aos equipamentos necessários para a segurança dos 16.886 quilômetros de nossas fronteiras terrestres e 7.367 quilômetros de linha litorânea?

O que dizer quanto ao Mar Territorial – uma Amazônia Azul com mais de quatro milhões de quilômetros

quadrados – e à Zona Econômica Exclusiva de 200 milhas marítimas de largura, áreas plenas de atividades que nos proporcionam suficiência energética e alimentar, seja graças à enorme variedade de peixes, crustáceos e moluscos, seja através da vastidão dos campos petrolíferos, sem citar outros imensuráveis recursos que ali se ocultam? Como ignorar as necessidades da Marinha e da Aeronáutica para garantir soberania e segurança nessa imensidão oceânica por onde passam 95% do nosso comércio internacional?

E, ainda, o que dizer quanto à Amazônia propriamente dita, como lastro da futura liderança brasileira no *ranking* ecológico das potências mundiais? De que maneira, sem vigilância eficaz pelas Forças Armadas, especialmente o Exército, poderemos garantir-lhe integridade diante da cobiça internacional por ser o maior bioma terrestre, abrangendo metade dos 61% de território brasileiro compreendidos na Amazônia Legal ou seja, seis milhões de hectares de incomparável floresta e inestimáveis reservas ecológicas e minerais?

Uma sintética resposta está nas palavras do General Heleno. Referindo-se aos rincões amazônicos sob os seus cuidados, ressaltou esse militar, famoso também pela atuação como comandante da Força de Paz da ONU – Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah) –, que “*a luz amarela já acendeu algumas vezes.*”

É importante o País tornar insofismável a consciência de que toda aquela riqueza não caiu do céu. Foi conquistada com sangue pelo braço forte dos descobridores, colonizadores, bandeirantes e, finalmente, dos combatentes que, nos Montes Guararapes, deram origem à mão amiga verde-oliva e abriram caminho para a Independência. Portanto, só a história das Forças Armadas basta para motivar urgência de dotação orçamentária à altura dos equipamentos e da justa retribuição pecuniária de há muito almejada pelos que devem usá-los a serviço da Pátria.

Desde Guararapes até as missões de paz a serviço das Nações Unidas, passando pelo heroísmo evidenciado na II Guerra Mundial, todos os acontecimentos estão a demonstrar que essas organizações permanentes materializam o sentimento de afirmação nacional.

Mais de três séculos atrás, a Holanda apoderou-se do Nordeste brasileiro e fixou seu centro político-administrativo em Pernambuco. Feriu, assim, valores do nascente sentimento nativista, a ponto de unir brancos, índios, negros e mestiços em defesa dos seus ideais e da sua terra contra um inimigo comum. Constituíram o embrião do Exército Brasileiro.

Guerreiros indômitos de ambos os lados avultaram em meio a atos de heroísmo. Os pernambucanos

combinaram conhecimento do terreno à agilidade e à surpresa para obter máxima eficácia de seus artefatos rudimentares e compensar a inferioridade em armas e efetivos. Ousaram e venceram.

Em 1649, a 2ª Batalha de Guararapes assinalou a vitória da Insurreição Pernambucana, consolidada com a expulsão dos holandeses em 1654. Nela, personagens como o General Francisco Barreto de Menezes, João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, Sargento-Mor (ou Major) Antônio Dias Cardoso, Henrique Dias, Felipe Camarão e Matias de Albuquerque, além de centenas de heróis anônimos, transformaram-se em esteio da nacionalidade.

A combatividade do soldado brasileiro marcou também a Guerra da Tríplice Aliança, no cone sul do Continente, durante a segunda metade do século XIX. Sua participação foi decisiva igualmente para a Abolição da Escravatura, assim como para a proclamação e consolidação da República. No conturbado período imperial anterior, nossos militares desempenharam função moderadora idêntica à exercida pelo Imperador na Monarquia.

Desde os tempos coloniais, eles se mostram presentes nas fortificações, na cartografia, nos arsenais e em inúmeras atividades subsidiárias de apoio à economia brasileira, principalmente em regiões distantes e inóspitas, onde a iniciativa privada se mostra muito onerosa e, portanto, pouco atraente. Suas missões incluíram e continuam abrangendo a construção de estradas, ferrovias, pontes, viadutos, túneis, aeroportos, instalações portuárias, açudes, poços artesianos, tubulações de água e esgoto, além de mapeamentos e demarcações. A Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, regulamenta essa cooperação das Forças Armadas com o desenvolvimento nacional e a defesa civil.

A par disso, além de garantir a sobrevivência das instituições e a integridade territorial, viram sua história ser robustecida pela incomparável obra do Marechal Cândido Rondon, que desbravou mais de cinquenta mil quilômetros de sertão e estendeu dois mil quilômetros de fios de cobre por regiões inóspitas e longínquas, onde fez chegar a comunicação por telégrafo.

Inúmeras provas de valor nos deram durante a 2ª Guerra Mundial depois que, em 1942, o Brasil foi levado à beligerância provocada pelo torpedeamento de vários navios mercantes por submarinos do Eixo, à vista da costa brasileira, com centenas de vítimas inocentes. Sob o comando do General Mascarenhas de Moraes, a Força Expedicionária Brasileira (FEB) foi organizada rapidamente e, em 1944, ingressou no teatro de operações europeu.

Integrada ao 5.º Exército dos Estados Unidos da América como Divisão, a FEB combateu em solo italiano e sofreu mais de 400 baixas por morte em ação. Mas, fez pelo menos 15 mil prisioneiros aguerridos e caçados por anos de campanha, entre eles os integrantes de duas divisões inimigas inteiras. Portanto, nossos pracinhas igualaram-se aos mais experientes soldados aliados e superaram em denodo e capacidade um inimigo traquejado por inúmeras batalhas.

Há anos, as atenções do Exército Brasileiro concentram-se na Amazônia, onde mesclou o seu verde-oliva à cor da maior floresta do mundo, submetida a indisfarçável e despudorada avidez estrangeira. A Força coopera na repressão aos delitos de repercussão nacional e internacional, proporcionando suporte logístico, assim como de inteligência, comunicações e instrução. Participa da assistência à população nos rincões mais distantes e inóspitos, onde sua atuação representa a única presença do Estado. Faltam hospitais, médicos, remédios, escolas, enquanto sobra ausência de poder público. Mas, felizmente, lá está o Exército, ombreado com a Marinha e a FAB.

A marcante atuação militar vai além da defesa do patrimônio nacional. Nosso soldado leva segurança, assistência médica e odontológica, educação, socorro e solidariedade às populações ribeirinhas e comunidades isoladas. Proporciona sentimento de cidadania que, de outra forma, seria desconhecido. Quer apoiando o povoamento de áreas longínquas, quer criando um mínimo de infra-estrutura antes do desenvolvimento convencional ou fornecendo serviços básicos à população rarefeita, o seu trabalho silencioso afigura-se como a mais ponderável parcela da contribuição verde-oliva.

A vocação do Exército fê-lo celebrar acordos com o Ministério dos Transportes para que seus engenheiros e máquinas atuem na construção, recuperação e duplicação de rodovias federais, além de fiscalizar serviços executados por empreiteiras civis. A transposição das águas do Rio São Francisco figura no rol de obras a seu cargo, assim como a adequação de capacidade e restauração da BR 101 (Rio Grande do Norte – Corredor Nordeste) e as construções necessárias para implementar o complexo aeroportuário da Grande Natal (Rio Grande do Norte).

Subsidiariamente, em auxílio à defesa civil, participa da distribuição emergencial de água nos municípios do semi-árido nordestino e norte de Minas Gerais, além de prestar socorro a quem sofre com secas ou enchentes catastróficas em qualquer região ao País. No Rio de Janeiro, atualmente, empenha-se em minorar os efeitos da epidemia de dengue que flagela e alarma a população, com reflexos noutros Estados. Aliás,

da mesma forma que as Forças coirmãs, o Exército jamais se esquivou do chamamento diante de acontecimentos calamitosos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vários detentores de parcelas do poder político passaram ao largo da angústia presente nas Forças Armadas, o que resulta agora na continuada perda de preciosos recursos humanos para a iniciativa privada ou mesmo setores oficiais capazes de oferecer merecidos salários. Encontramos disso um exemplo evidente no caso do primeiro astronauta brasileiro, que passou para a Reserva da FAB por desesperança relativamente ao próprio futuro no meio onde se criou. Talvez tenham funcionado como catalisadores as críticas e os excessos decorrentes de inveja pelo brilhante cumprimento de uma missão inusitada nestas plagas, a ele atribuída em consonância com os interesses nacionais.

Vejo nesse fato semelhança com o que se observa nos quadros de oficiais do Exército devido à baixa remuneração, segundo pesquisa realizada entre alunos de Infantaria da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (Esao). A maioria declarou-se insatisfeita e disposta a abandonar a carreira. Dos quarenta capitães ouvidos, 31 manifestaram desânimo e desejo de se inscrever em concursos públicos noutros setores estatais mais bem remuneradas.

Temos, assim, a obrigação de buscar medidas que tragam mais tranqüilidade para a família militar brasileira. Portanto, a melhor maneira de reverenciar hoje o “*Exército presente e solidário*” é tomarmos a decisão de juntar esforços naquele sentido, mesmo porque vocação, condecorações e patriotismo não funcionam como moeda para saldar contas de farmácia e supermercado.

Glória ao Exército Brasileiro pelo transcurso do seu dia! E reconhecimento da Nação aos guerreiros verde-oliva que a protegem, sempre a postos e empenhados em cultivar os valores e tradições de Guararapes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Antes de conceder a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Aloizio Mercadante, pela Liderança do bloco de apoio ao Governo, quero registrar que o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia, terá de nos deixar para abrir a sessão ordinária daquela Casa, que será iniciada dentro de poucos instantes sob sua presidência.

V. Ex^a está perdoado, não sei se pelo Exército, mas por mim.

Tem a palavra o Senador Aloizio Mercadante, pela Liderança do bloco de apoio ao Governo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Saúdo o Sr. Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado e do Congresso Nacional; o Deputado Arlindo Chinaglia, que acaba de se retirar, Presidente da Câmara dos Deputados; o Senador Romeu Tuma, autor do requerimento de realização desta sessão; quero saudar também o Secretário-Geral da Marinha, o Almirante-de-Esquadra Álvaro Luiz Pinto, representante do Comando nesta cerimônia; o Sr. Comandante do Exército Enzo Martins Peri; o Sr. Exmº Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-Ar, Juniti Saito; o Exmº Presidente do Superior Tribunal Militar, aprovado por esta Casa, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Flávio de Oliveira Lencastre; saúdo ainda as demais autoridades presentes, comandantes e, sobretudo, os generais presentes a esta cerimônia.

Reunimo-nos hoje para prestar homenagem ao Exército Brasileiro, recordando, nesta oportunidade, uma vez mais, aquele já distante 19 de abril de 1648, o dia da Batalha de Montes Guararapes, onde marcamos o início da expulsão dos holandeses do território brasileiro.

Aquele episódio foi uma pedra angular na construção da nossa nacionalidade, porque ali se construiu uma aliança heróica de índios, negros, mazombos, reinóis, que aqui se instalaram em torno do objetivo comum. Figuras como o índio Felipe Camarão, o negro Henrique Dias, o madeirense João Fernandes Vieira, os lusitanos André Vidal de Negreiros e Antônio Dias Cardoso, para não falar em Barreto de Menezes, que era peruano de nascimento.

É importante registrar que Guararapes não foi uma vitória de Portugal. Não foi porque, desde 1641, D. João IV, ex-Duque de Bragança, havia constituído uma aliança com a Holanda, com Flandres, para poder enfrentar a importância, o peso político e estratégico que a Espanha exercia sobre Portugal. E, nessa aliança, em que Amsterdã financiava o esforço de guerra contra Madri, o acordo firmado em 21 de junho de 1641 – o Tratado das Províncias Unidas dos Países Baixos –, os territórios ultramarinos, inclusive a presença holandesa no Brasil, foram dados como contrapartida àquele apoio político, financeiro e militar que os holandeses estendiam à Coroa Portuguesa.

Portanto, a Guerra da Luz Divina foi o movimento em que o Brasil defendeu-se a si próprio. Não foi uma vitória das tropas portuguesas; foi uma vitória desse movimento cultural, político, social, que basicamente marca ali, eu diria, a construção da nacionalidade.

A nossa diferença em relação ao que foi a experiência americana de oposição a Jorge III, capitaneada por lideranças como Thomas Jefferson, que fundaram

ali, naquele momento, mais cedo, num processo semelhante ao nosso, um estado republicano e a independência americana, é que nós não conseguimos, em função da escravatura, coerir uma base social e política mais ampla que pudesse, já naquele momento da nossa história, antecipar o que viria mais tarde, em 1889, depois da Abolição da Escravatura de 1888: liderados novamente pelo Exército Brasileiro, à frente Deodoro da Fonseca e tantas outras figuras, construímos o estado republicano e reafirmamos os nossos interesses como nação soberana.

Essa história, que todo militar conhece com tanta profundidade, estudando todas as nossas experiências e a construção da nossa identidade, talvez traga algumas luzes sobre o momento que estamos atravessando. Vivemos um momento que, diferente do que foram os últimos vinte anos, quando o País crescia em média 6%. Nos últimos quatro anos, o Brasil cresceu 4,5%, com estabilidade. De 1980 a 1994, este País teve 23 trilhões de pontos percentuais de inflação, a mais longa hiperinflação da História. Era impossível pensar numa Força, num Orçamento, em investimento, em gestão de pessoal em um País que nem moeda tinha.

Nós construímos a estabilidade monetária, é verdade, desde 1994, mas a consolidação da estabilidade econômica se deu pelo trabalho competente que foi feito por nossa diplomacia, de abrir novos mercados, porque, se nós tivéssemos aquela lógica comercial em que os Estados Unidos, por exemplo, representavam sozinhos mais de 25% das nossas exportações, dificilmente nós teríamos a estabilidade comercial que temos hoje, pela ampliação dos nossos mercados para a África, para a Ásia e, sobretudo, para a própria América Latina.

O Brasil triplicou as exportações; tem US\$195 bilhões em caixa; cresce com uma inflação de 4,7%, muito próxima do centro da meta do Banco Central; vem crescendo a um ritmo sustentável, porque os investimentos têm crescido duas vezes mais do que o crescimento do nosso PIB; e, o mais importante, cresce distribuindo renda. A renda da metade mais pobre do Brasil cresceu 32% nos últimos quatro anos. Programas como o Bolsa-Família, salário mínimo e aumento de emprego mudaram as perspectivas econômicas do Brasil. O etanol, os investimentos em logística, que é o nosso maior desafio – energia, transporte, portos e aeroportos –, as descobertas recentes da Bacia de Santos, especialmente o pré-sal, que nos colocarão num outro patamar, sob o ponto de vista da nossa matriz energética e da nossa capacidade de gerar riqueza e exportar petróleo, que hoje é um bem não-renovável, extremamente relevante para todas as economias e

para o nosso País, recolocam a condição de o Brasil repensar, de uma forma estratégica, as suas Forças Armadas.

A redução da dívida pública, que era de 57% do PIB e, hoje, é de 42%, a capacidade de investimento e de gasto do Estado brasileiro, o êxito das políticas de inclusão social e o crescimento sustentável, com estabilidade, permitem ao Brasil repensar, eu diria, o papel decisivo e estratégico das nossas Forças Armadas.

Compartilho com todo o esforço que deve ser feito não apenas pelas Forças. Há de haver o engajamento, uma discussão mais transparente – e os convido para participar dessa discussão nas Comissões de Assuntos Econômicos e de Relações Exteriores – sobre um programa de modernização das Forças Armadas. Precisamos de mais investimentos em equipamento, mais esforço de pesquisa em ciência e tecnologia; precisamos de valorização do corpo profissional das Forças Armadas; e, sobretudo, precisamos de uma presença muito mais decisiva das Forças Armadas Brasileiras na Amazônia.

Acho que esse não é um debate qualquer e não será um debate passageiro. A Amazônia representa mais da metade do território brasileiro. O esforço de construirmos a presença nacional, a história política da Amazônia, sobre como esse território foi incorporado a esta imensa Nação que é o Brasil, não é uma história qualquer; vem das negociações do Tratado de Tordesilhas, em 1499; vem de figuras heróicas como Pedro Teixeira, que subiu o Rio Amazonas a remo e a vela, em 1637, chegando até Quito e registrando, em Portugal e em Madri, que toda aquela área era posse do Império português. E foi, mais tarde, essa atitude heróica daqueles que desbravaram essa região que permitiu que toda essa imensa e rica parte do nosso território passasse a fazer parte desta Nação. E lembro figuras como o Barão do Rio Branco, que souberam, com tanta competência, negociar o que hoje é o Acre.

Todavia, o nosso olhar sobre a Amazônia precisa avançar. Nós temos de derrotar alguns mitos – mitos do atraso, mitos que são incompatíveis com os interesses da Nação – sobre a Amazônia. A idéia de que a Amazônia só pode ser explorada por meio de atividades extrativistas e de coleta é uma idéia totalmente superada na história. Nós já tivemos o ciclo da borracha e tivemos o ciclo do cacau. Nós precisamos do plantio racional de várias espécies na Amazônia, o que dá muito mais produtividade, eficiência e gera renda do que a idéia de uma reserva extrativista, que é um espaço importante que deve ser preservado, mas que é insuficiente para o desenvolvimento econômico daquela região.

A idéia de que os povos da floresta, por si só, são o principal instrumento de preservação da floresta é, também, uma idéia que precisa ser revista. Os próprios seringueiros, é verdade, ajudam a preservar a flora, mas não ajudam a preservar a fauna, porque a proteína animal vem da caça direta a que eles são obrigados por falta de renda e de riqueza. O que vai fazer a Amazônia crescer são os investimentos em áreas estratégicas, são os pólos industriais, porque o movimento migratório para a Amazônia está diminuindo, está se estabilizando, e a concentração de 24 milhões de brasileiros que lá vivem ocorre nas cidades-pólo, que estão crescendo e precisam de serviço e de indústria. A experiência do Pólo Industrial de Manaus é exitosa. O Amazonas é uma região preservada porque nele há investimentos em ciência, tecnologia e produção.

Outra idéia que nós precisamos superar nesse debate franco e aberto do Brasil, até para enfrentarmos pressões internacionais – que não são quaisquer pressões, são pressões estratégicas, e temos de saber exatamente qual o nosso interesse como Nação –, é a idéia de que o solo da Amazônia não é um solo adaptado à agricultura e à pecuária. Isso é insustentável sob o ponto de vista de qualquer análise séria, geológica. A Amazônia, em 8% do seu território, tem terras da mais alta qualidade, terras de grande produtividade, inclusive terra roxa – estamos falando de 40 milhões de hectares. Toda a produção de grãos do restante do Brasil ocorre em 50 milhões. Quer dizer, terra da mais alta qualidade significa, ali – em 8% apenas –, 40 milhões de hectares. E 70% da Amazônia são terras, se corrigidas – a calagem, porque são terras ácidas – e adubadas, com excelente possibilidade de atuação e de produtividade agrícola. Portanto, temos de ter modelo de desenvolvimento para a agricultura.

Compartilho com aqueles que acham que os 220 mil índios que estão na Amazônia devem ter reconhecidos os seus direitos históricos. Pela Constituição Brasileira, eles têm direito à sua identidade cultural e devem ter essa opção como cidadãos, mas esse projeto não pode ser incompatível com o interesse de 24 milhões de brasileiros que lá vivem. Temos de ter a visão de que existem 24 milhões de brasileiros que saíram do Nordeste, por falta de opção na agricultura pela seca, e foram desbravar a Amazônia para alimentar a sua renda e impulsionar este País. Temos de pensar que essa política tem de ser compatível com um projeto, eu diria, mais consistente e mais sustentável de desenvolvimento daquela região.

A Amazônia precisa do Sivam; a Amazônia precisa dos 25 mil militares que estão lá. O meu pai comandou o lado ocidental da Amazônia, e sei o que é cada posto de fronteira, o que são os profissionais

que estão lá, isolados, o seu papel estratégico e como cada palmo dessa fronteira vem sendo disputado, sob o ponto de vista da identidade nacional, pela presença do Exército Brasileiro, pela presença de um projeto de Nação. Ali, onde se canta o Hino Nacional, ali, onde se fala Português, essa é a única referência do Estado brasileiro.

Se nós quisermos construir, realmente, um projeto de longa duração e soubermos enfrentar as pressões, que serão crescentes, sobre essa região, que é o pólo mineral mais importante... A mina de Carajás tem o melhor minério de ferro do Planeta, cujo preço aumentou em 70%, em 1º de abril. Só o Projeto Onça Puma tem mais 28 quilômetros de possibilidades de exploração mineral de ferro. Ali, temos ouro, platina, níquel, cobre, com plantas sendo instaladas, gerando divisas, gerando empregos, e temos, em toda a Amazônia, pólos minerais absolutamente fundamentais. Portanto, a ocupação da Amazônia, a presença do Estado Nacional depende decisivamente dos aviões da Aeronáutica, depende fundamentalmente da presença do Estado e do Exército Brasileiro nessa ocupação.

A Amazônia é do Brasil; o Brasil tem governança sobre a Amazônia, tem projeto para a Amazônia, sabe que precisa combater o processo de queima irresponsável de florestas, mas não vai abdicar de produzir agricultura. Há 60 milhões de cabeças de gado na Amazônia, e temos o maior rebanho bovino do Planeta; um Planeta que, em 2050, vai ter 11 bilhões de pessoas – 70% a mais que a população do Planeta hoje. A China tem metade da terra agricultável do Brasil para alimentar 1 bilhão e 350 milhões de pessoas. A Índia tem mais de 1 bilhão de pessoas. O eixo dinâmico da economia mundial, que é a Ásia, não tem terra, não tem produtividade e não terá como alimentar essas grandes massas populares. É por isso que o preço dos alimentos está subindo. É por isso que o Brasil – o maior produtor mundial de carne bovina, o segundo em carne suína, o primeiro em aves, o primeiro em soja, o quarto em algodão, o primeiro em etanol, o primeiro em açúcar, o primeiro em suco de laranja, o primeiro em café – tem que ter na Amazônia um processo de incorporação de plantio racional, de aumento de produtividade, de aumento de eficiência, de aumento de renda, de ciência e tecnologia e de presença decisiva do Estado brasileiro, por meio do Exército nacional.

Os Tiros de Guerra, a formação dos jovens: é isso que vai fazer da Amazônia uma parte estratégica da construção do País. E essa tarefa não será resolvida se nós não discutirmos um projeto de Nação e o papel das Forças Armadas. Creio que o Congresso brasileiro ainda não se deu conta de que o País mudou. Mudou a presença internacional do Brasil, pelo

respeito que conquistou. O candidato republicano à Presidência dos Estados Unidos defende a presença do Brasil no G-8; a Secretária de Estado americana, Condoleezza Rice, defende o Brasil no Conselho de Segurança da ONU.

Estamos vendo a instabilidade do entorno da Amazônia, a instabilidade política, militar e estratégica. O Brasil é o elemento de estabilidade, de equilíbrio, de racionalidade, de competência diplomática, para preservar a perspectiva de crescimento e de desenvolvimento da América do Sul.

Por tudo isso, as Forças Armadas têm mais audiência nesta Casa do que imaginam. O que tem faltado é nós pautarmos não uma agenda de apequenar o Brasil, mas de discutir as grandes questões nacionais. E espero que as Forças Armadas venham não apenas para um dia de homenagem, mas para debater um projeto de Nação, o seu lugar nesta Nação, porque os problemas que tivemos no passado estão superados. Este País é um país democrático; as Forças Armadas são essenciais e devem receber um tratamento à altura do projeto da grande Nação que estamos construindo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Antes de anunciar a palavra do próximo orador inscrito, o Senador Paulo Duque, pela Liderança do PMDB, quero dizer que, embora alguns dos presentes aqui já saibam que o Senador Aloizio Mercadante é filho do General Muniz Oliva, creio que, depois desse discurso, ninguém tem dúvida.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. *Intervenção fora do microfone.*) – E irmão do Coronel Oliva.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E irmão do Coronel Oliva.

Concedo a palavra, portanto, ao Senador Paulo Duque, pela Liderança do PMDB.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, que, para quem talvez não saiba, foi Governador por mais de uma vez de seu Estado, Deputado Estadual, com uma longa trajetória na política do País.

Saúdo e cumprimento os Srs. Embaixadores, representantes do Corpo Diplomático; o Sr. Almirante-de-Esquadra, Álvaro Luiz Pinto, que representa o Comandante da Marinha; o Comandante do Exército, Enzo Martins Peri; o Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito; o Presidente do Superior Tribunal Militar, Flávio de Oliveira Lencastre; os Srs. Ministros do Superior Tribunal Militar, General Magioli, General Fernandes; o Senador Romeu Tuma, nosso querido Senador por São Paulo; os Srs. Sena-

dores Gerson Camata, do Espírito Santo, e Geraldo Mesquita, do Acre; o General Cândido Vargas Freire, Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal; saúdo ainda as Sr^{as} e os Srs. Deputados Federais presentes.

Inicialmente, digo aos Srs. Militares que, para se conhecer, de fato, o papel do militar, para se estudar e sentir a vida, o exercício desse tipo de atividade, há que se ter vivido algum tempo, bem no passado, ou na Escola Militar do Realengo – e não sei se há algum general aqui que passou por lá –, ou pela Escola Naval do Rio de Janeiro. Tudo se passava no Rio de Janeiro. Eu represento o Estado do Rio de Janeiro. Ou ainda na Escola de Aviação Militar do Campo dos Afonsos, a Escola da Aeronáutica, cujo primeiro comandante foi o Coronel Fontenelle. Depois, foram para Pirassununga. É uma grande escola militar em que, hoje, até moças se formam e pilotam as nossas aeronaves. Coisa impensável no meu tempo de Campo dos Afonsos.

Eu vivi, como Cadete do Ar, em 1945 e 1946, no Campo dos Afonsos. Portanto, não posso me esquecer dos meus sentimentos daquela época, do Coronel Fontenelle, do Major Pinto de Moura, em suma, do que é a vida militar. Ali se aprende mesmo. Como cadetes, os senhores aprenderam o que é ser militar, desde o trote até aquela disciplina rígida, na qual se aprende o que são a hierarquia e a disciplina – colunas mestras do militarismo. Quem desconhece isso, quem quer ignorar isso, quem finge que isso não existe soçobra, afunda, não resistirá na classe política.

Ouvi aqui o discurso histórico do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia, que pintou muito bem o que foi certamente a primeira e a segunda Batalha de Guararapes. Realmente, é um fato que nos deixa até emocionados verificar que, já naquela época, há tantos anos, o brasileiro se uniu humildemente, mas com muita coragem, para enfrentar as forças estrangeiras que conseguiram dominar parte do Território Nacional.

Agora mesmo, mais de trezentos anos depois, sabemos todos que estamos cercados por onze países limítrofes, com essa ambição desmedida sobre o nosso País, sobre o nosso território. Não se pode ignorar isso, sobretudo numa época em que não existe mais distância. Vemos até o correio desaparecendo para dar lugar à correspondência eletrônica, mais rápida. Você escreve uma carta pelo teclado do seu computador e recebe, cinco minutos depois, a resposta.

Citei o discurso do Deputado Arlindo Chinaglia, porque aqui, senhores, é o Brasil. Quando digo que aqui é o Brasil é porque aqui conhecemos os problemas do País como nenhum outro. Só existe uma

classe que conhece bem o Brasil, sem ser o Congresso Nacional, sem ser o Senado: são exatamente os militares. Ora, primeiro como cadete em sua formação, depois a lotação nessa ou naquela esquadrilha, nesse ou naquele quartel, nessa ou naquela Força, percorrem o Brasil inteiro, num sacrifício terrível, porque eles não têm a certeza de quanto tempo vão servir nesse ou naquele Estado, nessa ou naquela guarnição. Só quem conhece o sacrifício e o Brasil são também os militares. Esses conhecem! Esses conhecem, porque não são lotados burocraticamente numa repartição, ficam a vida inteira lá e se aposentam lá. Não! É no quartel de Santo Ângelo, é não sei lá, é em todo o Brasil. Daí meu grande respeito por essa instituição; meu grande respeito e meu grande apoio por essa instituição.

Mas, Sr. Comandante do Exército, há coisa de seis meses, vi, no Forte de Copacabana – sou do Rio, represento o Rio –, uma grande garrafa, acho que quase desse tamanho, de publicidade. Deixaram entrar naquele ambiente, pegado ao clube ali embaixo, uma garrafa, como se dissesse “Aqui se bebe isto”. Eu, estranhei. Há coisa de um mês, vi – ninguém me contou – instalar-se, ali dentro do Forte, um carrossel de circo. Olhem só, um carrossel de circo, com ingresso pago. Não sei quem permitiu, se foi o Prefeito, mas a verdade é que não tive, de jeito nenhum, vontade de andar nesse carrossel. De jeito nenhum. E, hoje, depois de ter ido visitar novamente o Forte de Copacabana, aproveitando este ensejo maravilhoso de estarem aqui militares das mais diferentes turmas, de estar o Deputado Jair Bolsonaro, um velho amigo lá do Rio, até me animo a falar disso, pedindo às autoridades militares aqui presentes que não permitam uma coisa como essa, porque o Forte de Copacabana representa um dos mais legítimos, mais sublimes episódios épicos do militarismo brasileiro. De fato o é!

Sr. Presidente, V. Ex^a me permite mais alguns minutos?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a tem o tempo que quiser.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas use-o com moderação.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Sem choro, Senador Romeu Tuma.

Mas resolvi sair de Pernambuco, da Batalha de Guararapes, para vir a Copacabana, porque o passado ensina muito ao presente, Senador Romeu Tuma, muito.

Aquele Forte teve sua construção iniciada no Governo Afonso Penna, quando era Ministro da Guerra

o Marechal Hermes. Demorou quase cinco anos para ser construído. Copacabana era um areal só, a praia. Havia uma casa boêmia ali perto, chamada Cabaré Mère Louise. Não se via mais quase nada; edifícios, nem pensar. Foi construído o forte. O maquinário todo, a fortificação, os canhões, o combustível, tudo foi importado da Alemanha, em quase 6,5 mil caixas. Armar aquela casamata, onde estão os canhões 305, foi um sacrifício enorme que o Brasil fez, que os militares conseguiram fazer. Enorme!

Digo isso aqui porque estamos em cadeia nacional de rádio e televisão pelo Sistema de Comunicação do Senado Federal. Não falo só para o plenário. Os senhores já viram, pelo menos alguma vez, algum episódio da TV Senado. Então, aconselho a todos aqueles que ainda não conhecem o Forte de Copacabana, especialmente os estudantes de Engenharia, que dêem um pulo lá. Em vez de irem à Parada Gay ou à Marcha da Maconha, marcada para a semana que vem, ou essas coisas, dêem um pulo no Forte de Copacabana, onde ocorreu um dos maiores episódios épicos militares de que tenho conhecimento. O primeiro 5 de julho, em 1922.

O Congresso é impressionante, porque aqui é assegurada a plena liberdade de opinião e de contestação, de apartes etc. Mas, no primeiro 5 de julho, era o pessoal do Realengo que estava comandando o Forte. Era o sobrinho do Marechal Hermes, era Siqueira Campos, era Mário Carpenter, Tenente, era Eduardo Gomes. Naquela ocasião, ainda não havia a Escola de Aeronáutica, mas, sim, a Aviação Militar e, depois, a Aviação Naval. E Eduardo Gomes era, naquela ocasião, da Aviação Militar; era do grupo de 300 homens militares que viviam ali no Forte de Copacabana, prestando serviço ao País.

Eu diria que se foi esboçando um movimento de revolta contra o Governo do Embaixador Epitácio Pessoa. Por vários motivos: primeiro, porque se formava uma consciência nova dentro do Exército, de participação na vida pública; segundo, por ter sido “eleito” – eleição naquela época era algo muito complicado, muito difícil – um Presidente civil pela primeira vez, Epitácio Pessoa, que, por sua vez, nomeou e escolheu para Ministro da Guerra um civil, Pandiá Calógeras, e para Ministro da Marinha, também outro civil, Raul Soares. Quer dizer, um fato inédito, pelo menos no Brasil.

E havia uma mentalidade de revolta, que deveria ter explodido em outras regiões, na Vila Militar, no 3º Regimento de Infantaria, mas, de fato, o único local em que eclodiu essa revolta foi no Forte de Copacabana. Então, esse Forte é histórico; para mim, ele é quase uma igreja, embora dentro do Forte haja uma capela com a imagem de Nossa Senhora de Copacabana, presente de um país de língua espanhola.

E desenvolveu-se aos poucos um impasse. Evidente que o governo já havia mandado grande parte do Exército para cercar os revoltosos, para debelar aquela rebelião. Estavam espalhados em Copacabana – e não era o que é hoje, não havia edifícios –, aquartelados ali na Praça Serzedelo Correia. E os 18 foram saindo. Siqueira Campos disse: “Quem quiser ir embora, aqueles que têm família, pode ir; ninguém é obrigado a ficar aqui. Nós vamos decidir, nós oficiais que estamos aqui no comando vamos decidir o que fazer”.

E foram saindo, saindo. Restaram apenas 28; que decidiram então tirar a bandeira do forte e dividi-la em 28 pedaços – um pedacinho para cada um – como lembrança daquela epopéia, daquele episódio. Cogitou-se até de explodir o forte. E quem for lá hoje visitar ainda vê aquelas balas de canhão enormes, como são transportadas do paiol até os canhões de grande calibre, calibragem enorme.

E ficou decidido que iam combater o Governo. Vejam só: 28 militares imbuídos de um princípio heróico de derrubar o Governo. E as tropas do governo ali! E as tropas do governo ali!

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES. *Intervenção fora do microfone.*) – V. Ex^a falou em “derrubar o governo”? Eu sou do governo.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Ilustre Senador Magno Malta, referi-me a “derrubar o governo”, mas naquela época, e quem acabou derrubado pela dengue foi o nosso Senador pelo Espírito Santo, Magno Malta.

Posso terminar, Sr. Presidente, ou tenho mais cinco minutos?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Apelo para a moderação de V. Ex^a.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Ótimo. Quero dizer então que 18 resolveram sair pela praia de Copacabana. Vejam só: 18! Foram saindo, foram dispersando, saindo um daqui, outro dali, até que pararam em frente ao chamado Hotel Inglês, na época – hoje não existe mais. Ali tomaram um copo de água. E logo adiante havia um civil, um sujeito alinhado, bem vestido, com chapéu – usava-se muito chapéu naquela época. E o civil era um gaúcho, chamado Otávio Corrêa. E Otávio Corrêa perguntou: “Escuta, para onde vocês vão?” E eles responderam: “Ah, nós vamos derrubar o governo, porque isso não pode ser, não pode continuar assim”. Sabe como é o gaúcho, com aquela galhardia. E ele disse: “Eu também vou”. Eis que o Siqueira Campos, ou outro tenente qualquer, que estava com duas armas, um revólver e uma espingarda, disse: “Então toma essa espingarda”.

Veja, Senador Gerson Camata: foi o primeiro a levar um tiro, o civil; entrou ali para morrer. Mas mor-

reu com elegância, galhardamente – paletó, gravata, chapéu. E hoje empresta seu nome a várias ruas. Está enterrado no Rio Grande do Sul. A rua Otávio Corrêa, na Urca, é em homenagem a ele. Vejam que coisa elegante, romântica, bonita!

Sei que houve o combate nas areias de Copacabana. Quem nos conta isso, magnificamente bem, é o historiador Hélio Silva, no seu livro *Sangue na Areia de Copacabana*. Aconselho o livro *Sangue na Areia de Copacabana*. Só quatro conseguiram sobreviver; dos quatro, dois oficiais: Eduardo Gomes e Siqueira Campos.

Eduardo Gomes continuou pela vida afora, dedicou-se muito à política; e Siqueira Campos ia muito à Argentina encontrar-se com militares outros que também desejavam fazer uma revolução no País. E, numa dessas viagens, junto com João Alberto, que também foi tenente do Realengo – a aviação estava começando, e o Correio Aéreo –, eles vêm para o Brasil pela companhia aérea Latécoère. Eram cinco passageiros do Correio Aéreo Nacional, e o avião cai em Mar Del Plata. Siqueira Campos tem uma morte trágica nesse desastre. Dos outros três passageiros, só se salvou o Tenente João Alberto.

Conto essas histórias, senhores, porque tenho uma profunda admiração pelas Forças Armadas brasileiras, profunda. Sei das dificuldades por que estão passando ainda hoje; sei das dificuldades que as Forças Armadas têm, como destacou muito bem ali o nosso economista Aloizio Mercadante, que é filho de militar, de família de militar; da mesma forma como chorou ali o Romeu Tuma, sentindo as aflições da classe, com lágrimas de tristeza também – sei que são, porque tenho conversado com ele.

Enfim, foi uma honra tê-los aqui conosco hoje. O Senado é o Brasil, podem acreditar. Os tipos que passam por esta tribuna representam mesmo cada Estado, a mentalidade de cada Estado, a cultura de cada Estado. E é uma instituição tão séria, e hoje tão desenvolvida pela televisão, que o Senador mais conhecido no meu Estado, talvez até o mais admirado, é o Francisco de Assis, que talvez os senhores não conheçam, mas, seguramente, conhecem o Senador Mão Santa, que acaba de chegar.

Dessa maneira, Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho, atendendo aos apelos de V. Ex^a, que sei que está fazendo um apelo interno...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Apelos moderados...

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Apenas moderados. Está certo. Mas, em respeito também ao silêncio com que fui ouvido aqui, com atenção, eu quero me despedir da tribuna dizendo aos senhores que contem conosco. O Senado entende os anseios justos dos senhores. Contem conosco!

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Magno Malta, do Espírito Santo, que falará pela Liderança do PR.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho, Srs. Comandantes das Forças Armadas brasileiras, Sr. Ministro do Exército, Srs. Comandantes da Marinha e da Aeronáutica, senhores e senhoras, os que ouvem e vêem a TV Senado, eu prometo que serei muito breve, até porque não conheço a História como o Senador Tuma, nem conheço tanta história como o Senador Duque, e até porque tenho muito medo de sessão solene. Se você demora muito, deixa de ser uma sessão solene, e a sessão é sonolenta. E você corre muitos riscos porque normalmente as informações estão na Internet: o sujeito colhe e acaba repetindo discurso que o outro fez, porque ninguém o avisou de que o outro já falou aquilo.

Como eu tenho esse cuidado e não tenho a capacidade e a reserva de informações que os outros Senadores têm, vim cumprimentar e abraçar o Exército, até porque não sou tão forte: fui derrubado por um mosquito. Quando o Senador Paulo Duque, do Rio de Janeiro, de onde saiu o mosquito para me derrubar, disse “vai derrubar o Governo”, caio eu. Não sei se foi um pedófilo que mandou serrar aquela cadeira, para que eu caísse, mas sei que o mosquito que me picou era pedófilo, porque a tentativa era me tirar do caminho.

A minha Força mesmo é a Aeronáutica; eu sou da Aeronáutica – o meu Comandante é o último lá. Eu fui S-2 da Aeronáutica. Fiz a prova de S-1, mas não passei. Se tivesse passado, quem sabe estaria me preparando para me aposentar como cabo, por tempo de serviço. A minha sorte foi não ter passado, porque aí eu fui obrigado a sair.

As Forças Armadas brasileiras são importantes absolutamente, por demais, no processo de segurança de um país. E no nosso. Temos fronteiras que precisamos guardar, até porque os nossos vizinhos – não sei se para a felicidade deles e infelicidade nossa – não gostam muito de ordenamento jurídico. Isso nos dá muita dor de cabeça. São 1.100 quilômetros abertos com o Paraguai, 700 abertos com a Bolívia, tanta “cabriteira”. Nas nossas fronteiras na Amazônia, mais de duas mil pistas clandestinas para aeronaves de pequeno porte, para transporte de cocaína e armas. E o homem que era responsável pelo espaço aéreo da Aeronáutica – aquele coronel – ainda era traficante. Quando isso foi detectado, a Aeronáutica fez o seu inquérito, e, na CPI do Narcotráfico – está ali o Deputado Celso Russomanno, ex-integrante da

CPI comigo lá na Câmara –, nós tivemos a oportunidade de prender o Coronel Washington.

Na Aeronáutica, cheguei com 18 anos à Base Aérea do Recife, atrás do Aeroporto dos Guararapes, e, no portão sul, eu me inscrevi para servir à Aeronáutica pensando que ia ser aviador. Ninguém me informou que o cara tem de fazer prova para ir para a escola, não tem nada a ver com servir. Fui servir, escrevi uma carta a minha mãe dizendo que ia ser piloto, minha mãe lá no interior da Bahia. Entrei lá e, para minha decepção, avião foi a única coisa que não vi. Colocaram-me na Infantaria, numa escala de 24 por 24. Só Jesus... Foi o ano mais longo da minha história, as noites indormidas. Ainda arrumei um tenente, aspirante, oficial de dia ou aspirante. Apresentei armas para ele, às 3 horas da manhã e lhe desejei boa-noite, mas não o chamei de tenente – todo aspirante quer ser chamado de tenente. Eu fui chamá-lo de aspirante, feito um besta, achando que estava sendo educado. Nem chamei de “aspira”, que está na moda agora; chamei-o de aspirante e, no outro dia, ele publicou 30 dias para mim: desacato à autoridade.

Fiquei doze meses, na verdade onze, porque um passei preso, mas depois tive a felicidade de prender a figura na CPI do Narcotráfico, por uma razão diferente. Ele cuspiu na Força que o abraçou, cuspiu na Nação que lhe pagou um curso, que lhe deu salário, deu dignidade, deu *status*, porque vestir o uniforme das Forças Armadas brasileiras é *status* para qualquer homem, e ele desonrou o *status* que recebeu das Forças Armadas brasileiras.

Eu estive, a convite do Exército, agora, na Amazônia e lá eu chorei, Senador Tuma. Há um sentimento nativista na minha alma. Eu imagino até que o meu coração, de verdade, é pintado de verde, amarelo e azul. Há um sentimento pátrio em mim. Não sei a medida disso com as outras pessoas, mas em mim é absolutamente grande esse sentimento nativista e, quando vi, lá dentro da Amazônia, no coração da Amazônia, os milagres operados pelo Exército Brasileiro, com todas as suas dificuldades, com o apoio das outras duas Forças, da Aeronáutica e da Marinha... Lá estavam oficiais da Marinha e da Aeronáutica, com as nossas fronteiras tão densas e tão abertas, nosso Exército tão mal cuidado, tão mal estruturado: falta de dinheiro, falta de investimento, falta de salário, falta de armamento, falta de tudo!

A Amazônia é nossa, e há uma disseminação por aí, no mundo inteiro... Artistas vêm para o Brasil fazer grandes *shows*, e o povo brasileiro desavisado. Eles vêm já instruídos por ONGs internacionais, para dizer: “Não, com a globalização, a Amazônia é do mundo!” E o povo brasileiro explode: “Ah!” – na frente dos artistas internacionais, criando já uma cultura por fora.

A Amazônia não é do mundo. A parte que nos cabe da Amazônia é do Brasil, Deus deu para o Brasil. A Amazônia é nossa, e nós precisamos cuidar da Amazônia. E não se cuida da Amazônia desprezando o Exército como se faz, o sentimento de amor ao chão, de amor à terra daqueles índios-soldados. E fiquei sabendo: são os melhores guerreiros de selva do mundo. Quando a tropa passou, aqueles homens com o rosto pintado, fardados, peso nas costas, marchando, cantando de forma varonil, aquilo me tomou um comichão de emoção na alma, de saber...

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Permite um aparte, Excelência?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Permite

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Eu quero, como seu companheiro do Espírito Santo, agregar-me a essa homenagem. É um pouco fora do protocolo o aparte, mas, se eu não falar, as pedras falarão quando V. Ex^a exalta o trabalho das Forças Armadas brasileiras, especialmente do Exército, que V. Ex^a viu pessoalmente. Mas eu quero me referir aqui a um outro episódio e exaltar a postura democrática, profissional, do Exército brasileiro nos dias de hoje. Nós estamos vendo, com um certo desconforto para mim e para muitos brasileiros, os perdedores do passado sendo regamente premiados, e não se ouve do lado do Exército e da Aeronáutica uma palavra. O Exército profissional, na disciplina militar, assiste a isso às vezes com dor no coração, mas com aquele postura que nós sempre esperamos das Forças Armadas brasileiras, porque muitos daqueles não queriam derrubar uma ditadura militar; eles queriam implantar um regime comunista que sacrificou 60 milhões de pessoas no mundo e do qual o Exército e as Forças Armadas livraram o Brasil na época. Posso dizer isso reverenciando, porque perdi, de um lado, um parente e, de outro, um colega de colégio. Não fossem, naquela época, as Forças Armadas, talvez tivéssemos hoje umas Farc metidas pela Amazônia adentro, barbarizando e seqüestrando o povo brasileiro, fabricando e traficando cocaína em território nacional. Portanto, essa postura do Exército hoje, de atender à Lei da Anistia, de não se pronunciar, de acatar a decisão do poder civil, é o grande atestado que ele dá patrioticamente nos dias de hoje. Em troca, diante daquilo que os oradores registraram e V. Ex^a salientou, das fronteiras que estão aí, temos de nos lembrar de Roosevelt, que dizia o seguinte: “fale mansinho, mas com um porrete grande na mão”. Temos de continuar falando baixo e temos de dar às nossas Forças Armadas o poder de persuasão pela postura, mas também pelo equipamento, pelo profissionalismo e pelo treinamento. Cumprimentos respeitosos a esses brasileiros, que são a espinha dorsal da democracia do Brasil. (Palmas.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Agradeço-lhe o aparte e agrego-o ao meu pronunciamento, com muita alegria, até por conta da experiência larga de V. Ex^a. As palavras de V. Ex^a, sem dúvida alguma, somam, acrescentam de forma significativa.

Fico lembrando as palavras do General Heleino, lá na Amazônia, proferidas com os olhos cheios de lágrima, ao falar sobre o nosso território, a nossa Amazônia. Eu, um pouco mais emotivo, ao me dirigir à tropa, chorei copiosamente.

O Brasil é nosso. As nossas palavras e as nossas emoções, certamente, não guardarão as nossas fronteiras. E qualquer discurso aqui, certamente, não fará a mínima diferença na guarda da fronteira hoje. Mas fico me perguntando por que não criamos essa cultura; por que Ronaldinho Gaúcho, por exemplo, nunca foi levado lá dentro da Amazônia. É preciso que sejam levados Ronaldinho Gaúcho, Kaká, gente do Brasil cuja voz ecoa no mundo, para dizer: “A Amazônia é nossa. Acabem com essa história”. Publiquem no jornal: “É nossa”. O Brasil não é um País sem lei. Nós temos lei. O Exército Brasileiro está na Amazônia. Aquilo é nosso. O que Deus deu para o Brasil é do Brasil.

Quando descemos lá e somos “impactados” com aquilo, fazemos mil juras de amor ao País. É o ambiente para se fazer jura de amor ao País.

Saí de lá e pedi uma reunião, Presidente Garibaldi, com aquele grupo de Deputados e Senadores que lá foram. Aliás, de Senador, acho que só havia eu. No meu gabinete, ao chegar, no dia seguinte, fiz um café da manhã e chamei o Exército, a Marinha e a Aeronáutica. Chamei o Exército para que mostrasse os anseios no Orçamento da União. Juntamos aquele grupo e fomos em busca dos anseios.

Eu fui ao Comando Maior do Exército participar de um café e levei minha disposição, que continua a mesma. Fui ao Ministro Jobim e reiterei, naquele dia, que o Presidente Lula não podia ter colocado alguém melhor.

É preciso, na verdade – com todo o respeito aos ex-Ministros da Defesa –, ter disposição para enfrentar problemas graves e ter respostas na ponta da língua, como na ponta da língua têm bobagem para falar os nossos vizinhos, sem medo de botar o galho dentro. Nunca... Nós somos um País de paz. Agora, quando se arvoram e fazem manobras dentro do nosso território, fica por isso mesmo. Fazem bravata: “A América é minha”. Nós temos vizinhos bravateiros. É preciso que tenhamos não um Ministro da Defesa que ponha o galho dentro, mas que tenha coragem.

Aqui reitero a minha confiança no Ministro Jobim. A sua disposição de aumentar o orçamento, a fim de mudar a nossa história bélica, é precisa e urgente, mas também é preciso mudar a história da qualidade

de vida e da dignidade dos homens que vestem farda no Brasil, Sr. Presidente. A realidade salarial, a realidade promocional – penso que a realidade salarial até da tropa, não só do oficialato – é extremamente difícil. Conheço muito pouco dessa matéria, mas sei de uma coisa que é ponto pacífico: há defasagem salarial e há necessidade de se consertar isso com urgência. Ainda que o homem tenha um sentimento e vista a farda, o uniforme por puro sacerdócio – e todos os que lá estão o fazem por sacerdócio –, os filhos precisam viver, a família precisa viver. Há de haver qualidade de vida!

Por isso, reforço minha disposição de estar junto com as Forças na busca...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Magno Malta...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Ouço o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Vou fazer apenas uma participação breve. Senador Garibaldi, nós temos uma vida muito parecida de luta no Nordeste. Eu fui um bocado de coisa, V. Ex^a sempre foi mais do que eu e melhor do que eu, mas, dessas coisas que nós fomos, uma eu quero bradar aqui, cantar: Deus me permitiu, e eu mostro minha gratidão, fazer o CPOR. Então, eu já fui um bocado de coisa, sou hoje até Senador da República, mas eu não abduco o orgulho de dizer: eu sou oficial da reserva do Exército Brasileiro. Atentai bem, brasileiras e brasileiros. Olavo Bilac disse: “Criança! não verás nenhum país como este!” Ele, que criou os reservistas. E eu fui. Magno Malta, foi a melhor experiência. Aprendi o que é disciplina, o que é hierarquia, o que é amor à pátria. Conheço. Então, eu quero transmitir a nossa gratidão e o nosso respeito e contar um fato. Garibaldi é testemunha de época, ele teve as dificuldades dele e eu tive a minha. Quando Deus e o povo do Piauí me permitiram governar aquele Estado, Garibaldi, havia salários de 27 mil dólares – o dólar era pesado naquela época –, e eram classes privilegiadas: da Justiça, da Fazenda e da Polícia Militar. Aí eu fui a esse extraordinário homem, o nosso Rei Salomão, Sepúlveda Pertence, que, no momento, era o Presidente do Supremo Tribunal Federal, que estava em recesso. Magno Malta, fui pedir uma luz para conter as disparidades salariais. No Piauí, tinha gente que ganhava 27 mil dólares. E aí, Magno Malta, eu que sou objetivo puxei um contracheque. Era o do meu Secretário de Obras, General Oliveira, que tinha sido o grande Comandante do Exército de Pernambuco – ele se aposentou. Olha, Garibaldi, aí eu disse: está aí, Sepúlveda Pertence! E eu estou aqui porque ele foi justo. Eu disse: “por isso estou aqui, eu represento a bravura do exército piauiense, que fez a Batalha do Jenipapo, em que expulsamos os portugueses”. E continuei: “Ministro, eu sou médico, e jamais eu permitiria

que um enfermeiro ganhasse mais do que eu. Aí, puxei o contracheque do General Oliveira – certa vez ele me mostrou, e eu mandei tirar cópia, ele não sabia – e disse: “olhe aqui e olhe o valor dos outros.” Entendo que a polícia é uma força acessória do Exército, como os enfermeiros são os acessórios dos médicos na conquista da guerra da saúde. Olha, na época, eram quatro mil e poucos que ganhava o General Oliveira – ele tinha deixado o Exército ali, o Comandante de Recife, e era meu Secretário de Obras. E havia salários de US\$27 mil. Esse era o nível dos privilegiados. E fui mais, do jeito que está, se continuar assim, eu o levo para lá, dou-lhe um DAS, porque ganhar isso não pode. Ali é homem grande. Garibaldi, esse negócio do Presidente Collor... Ele não, ele me deu um redutor, uma liminar e eu consegui fazer um redutor e governei o Piauí e estou aqui, lembrando-me do exemplo – não vou citar todos – do extraordinário e talvez um dos melhores Presidentes da República: Humberto de Alencar Castello Branco. Ele olhou a folha salarial, na época, e nos ensinou, Garibaldi: ninguém pode ganhar mais que o Presidente. E mandou fazer. Nós estamos precisando fazer essa justiça salarial. Conheci pessoalmente o Presidente Geisel e o Presidente João Baptista Figueiredo – não conheci os outros –, extraordinários homens do nosso Brasil! Eu vim aqui, agradeço a V. Ex^a e ao Presidente, render a nossa homenagem, homenagem do Piauí, de gratidão aos que fazem o Exército brasileiro. Como ex-reservista, eu acho que os maiores homens desta Pátria são Jarbas Passarinho e o General Leônidas Pires. A eles, os nossos agradecimentos. Vocês algum dia serão reservistas como nós somos. Mas estão na ativa e garantem o que está escrito naquela Bandeira: Ordem e Progresso. Eu acho que vamos empunhar isso aqui no Senado da República. Muito obrigado, Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Agradeço, Senador Mão Santa.

Quero encerrar minha fala, Sr. Presidente, dizendo que nós vivemos um momento ímpar, já que essa violência não passa, perdeu os limites no Brasil. Nada. Nada.

Guardando-se as devidas proporções, temos violência intensa do menor município à maior metrópole deste País. O uso e abuso de drogas e toda violência fomentada pelo uso e abuso das drogas... Fronteiras abertas...

Penso que podíamos fazer uma grande cooperação. Penso que a Força Nacional, que foi criada – com todo respeito que tenho à Força Nacional, e a quem a criou –, é um *band-aid*. A violência no Brasil, o tráfico de drogas no Rio é um câncer, como é no meu Estado. E toda vez que o câncer pipoca num lugar, traz o *band-aid*, põe lá, 60 dias. Tira-se o *band-aid*, e tudo

volta. Gastou-se com diárias, gastou-se com um monte de coisas, mas eles não sabem nem enfrentar os traficantes, e vão embora.

Por que não se pega a Força Nacional, que está criada, e põe na fronteira com um pouco de orientação do Exército e, quem sabe, da própria Polícia Federal? Lá serão mais úteis. E por quê? Porque quando você barra na fronteira, você investe. Quando você põe dentro da grande metrópole, você gasta. Lá é gasto com segurança pública; não é investimento. Investimento é se fizer na fronteira.

Eu fico pensando por que não chamam os governadores da Amazônia, por que não chamam os governadores dos dois Mato Grossos, de São Paulo, do Rio, do Espírito Santo e de Minas Gerais e os convidam a criar um orçamento chamado orçamento de fronteira? Esses Estados tirarão algo – não sei a porcentagem, mas há de se estudar os seus orçamentos da segurança pública – e juntarão em um só orçamento para investir na fronteira do Brasil. Isso será investimento.

É absolutamente melhor do que se gastar quando já chegou no coração da cidade. Onde entram o Exército, a Marinha e a Aeronáutica nisso? A Marinha, o Exército e a Aeronáutica podem ajudar no combate à violência no Brasil sem saírem do lugar, Senador Tuma, sem colocarem um homem a mais, basta termos coragem de votar e enfrentar meia dúzia que discute os direitos humanos como se vivêssemos no país de Alice. Não estamos no país de Alice!

Servir às Forças Armadas no Brasil é obrigatório. Então, vamos instituir que todo menino, aos 18 anos, ao se apresentar para o alistamento militar, faça um exame toxicológico. Com isso, quando o menino estiver com dez anos, a mãe já começará a ensiná-lo e a alertá-lo: cuidado, porque você terá de fazer um exame toxicológico, meu filho!

A Bíblia nos diz que devemos ensinar a criança por que caminhos andar, para que, quando grande, não se desvie deles.

De cada dez meninos que forem fazer o exame toxicológico – eles vão ser ensinados a se preservar contra as drogas –, talvez percamos um. Nesse exame talvez peguemos alguns, sim, mas não se sai da exceção para a regra; sai-se da regra para a exceção. O que é bom é a regra.

Se todo menino que for se alistar na Marinha, no Exército e na Aeronáutica, Senador Tuma, tiver que fazer o exame toxicológico, ele vai refletir, vai pensar, e com isso, ajudaríamos, só com esse gesto, no combate à violência, no uso e no abuso com relação às drogas, na desagregação familiar, que já não tem dimensão num país que já perdeu todos os seus limites no que toca à segurança pública. É só isso! Vamos ter de fazer.

Olha que coisa maravilhosa, Celso Russomanno! Serão ensinados. Isso é pedagógico, é instrutivo, vai doutrinar. Sem se movimentar, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica darão grande contribuição. A movimentação tem de ser nossa. Agora é preciso ter coragem de enfrentar meia dúzia que fala: "Ah, e os direitos individuais?". Então, deixem ele usar drogas, depois ele sai por aí matando, comprando gasolina, queimando ônibus, desgraçando a vida da sociedade! Não estamos no país de Alice, não estamos. Eu acho que as Forças, mais do que ninguém... O serviço militar é obrigatório; acabou.

Podia instituir também para carteira de motorista. Vai tirar carteira? Vai. Que bacana. Mas faz o exame toxicológico. Vai renovar carteira? Vai. Que bom. Faz o exame toxicológico para ver. Nós vamos ajudar as pessoas, vamos evitar que jovens entrem nas drogas. Acho que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica certamente, parados, onde já estão... Não precisa de mais nada. Nós é que temos de criar a lei para que isso possa acontecer.

Desculpem-me por ter me alongado, mas houve dois apartes. E as Forças são tão importantes, e nunca se tem aparte em sessão solene. Mas o Presidente desta Casa é um homem altamente benevolente, e os apartes foram importantes demais também, uma vez que eles não podiam mais inscrever-se para fazer um pronunciamento.

Aqui fica o meu abraço ao Exército. Conta comigo mesmo, de coração, aqui nesta Casa.

Meu abraço à Marinha do Brasil. Já tive convite para ir à Antártida, mas, como tenho lesão de medula, sinto muita dor e tenho medo de o frio intensificar a minha dor. E eu até estou sentindo calafrios. Imagino que não me livre da dengue direito, não. Estou dentro desse período de sete dias. Quero até agradecer ao Dr. David Uip, esse médico maravilhoso de São Paulo; o seu amigo que cuidou de mim o tempo inteiro, esse patrimônio moral, decente, homem que tratou tantas personagens anônimas e tantas personagens; e ao querido Rogério Tuma. Ô, "medicozinho"! Querendo ir embora desde o segundo dia, e não me deixou ir embora. Seu filho, Dr. Rogério, com tanto carinho cuidou de mim durante esses cinco dias, e estou achando, pelos calafrios que estou sentindo, que eles estavam certos mesmo. Estou tentando achar que sou forte, mas o mosquito é uma desgraça!

Quero, Sr. Presidente, reiterar ao Comandante da minha Força, Aeronáutica, que continuo firme no propósito de colaborar neste Parlamento na discussão do Orçamento da Força.

Abraço o Ministro Jobim mais uma vez, dizendo que os pleitos em favor da nossa melhora bélica tem todo o apoio meu – dos investimentos bélicos, os inves-

timentos... Aí, conto com a sensibilidade do Presidente Lula em relação à qualidade e àquilo que os brasileiros têm na mesa. E aqueles que vestem uniforme no Brasil não são diferentes dos outros brasileiros que têm sido alvo, pela sensibilidade do Presidente para a inclusão social do Brasil... Que a melhoria de qualidade de vida, a melhoria do salário da tropa, a melhoria da nossa Força aconteça rapidamente por necessidade de entendermos quem veste uniforme por sacerdócio, mas precisa comer, vestir, criar a família com dignidade.

Muito obrigado pela oportunidade.

Deus nos guarde, Deus guarde o Brasil, Deus guarde o Exército brasileiro e as Forças Armadas. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Srs. Comandantes militares aqui presentes, eu gostaria de pedir desculpas porque a sessão alongou-se além da minha previsão. Estou sendo aguardado no gabinete pelos senhores reitores de todo o Brasil e já retardei a minha presença por demais. Peço desculpas porque vou ter de me retirar, já pedi desculpas inclusive ao General Enzo, que vai agradecer em nome do Exército esta homenagem.

Peço desculpas pela demonstração de indisciplina que foi dada aqui perante todos os militares. Não eram permitidos apartes nesta sessão, e eu deveria ter guardado a disciplina pelo menos hoje, diante das Forças Armadas, que primam pela disciplina e pelo profissionalismo.

Na verdade, pedindo desculpas por tudo isso, peço ao Senador Romeu Tuma que assuma a presidência dos trabalhos. Peço sobretudo desculpas ao General, porque não vou poder ouvi-lo, mas sei que a sua palavra será um verdadeiro hino de amor à Pátria em nome do valoroso Exército nacional.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O Sr. Garibaldi Alves filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Como anunciado pelo Presidente Garibaldi Alves Filho, passo a palavra ao General Enzo, finalizando a presente sessão em homenagem ao nosso Exército.

O SR. ENZO MARTINS PERI (Comandante do Exército Brasileiro) – Exmº Sr. Senador Romeu Tuma, que preside os trabalhos; Exmºs Srs. Embaixadores, representantes do Corpo Diplomático, Srs. Adidos; Exmº Sr. Brigadeiro Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica e representante do Ministro da Defesa; Exmº Sr. Secretário-Geral da Marinha, Almirante-de-Esquadra Álvaro Luiz Pinto; Exmº Sr. Presidente do Superior Tribunal Militar, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Flávio de Oliveira Lencastre; Exmºs Srs. Ministros do Superior

Tribunal Militar, General Magioli e General Fernandes; Exm^{os} Srs. Oficiais Gerais; Exm^o Sr. Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, General Cândido Vargas Freire; Srs. representantes das Forças Armadas; Exm^{as} Sr^{as} e Srs. Senadores, Deputados Federais, o Exército Brasileiro tem elevada honra de receber hoje, no Senado Federal, esta bela homenagem ao ensejo do Dia do Exército, em sessão especial de iniciativa do estimado Senador Romeu Tuma, vibrante Oficial da Reserva.

Os senhores oradores, entre eles o Presidente da Câmara, Deputado Arlindo Chinaglia, já enaltecem aspectos da história do Exército.

Aceitando o honroso convite formulado pelo Senador Garibaldi Alves no início desta sessão, faço uso da palavra lembrando apenas alguns tópicos.

O Exército Brasileiro é uma instituição nacional permanente, apolítica e democrática. A responsabilidade do que ocorre na instituição é do comandante. Nossos pilares são hierarquia e disciplina. Nossa preocupação maior, decorrente da própria destinação constitucional, é com a soberania nacional, porque, se ela for ameaçada, até por isso, caberá a nós defendê-la.

Precisamos ter, cada vez mais, a capacidade de estar presentes em qualquer ponto do Território Nacional.

A par da sua missão principal, desenvolvemos múltiplas ações subsidiárias e de apoio ao desenvolvimento nacional: o apoio às vítimas das enchentes, o combate à dengue, a distribuição de água no Nordeste, na Operação Pipa, a ajuda no controle da aftosa, a participação em obras de infra-estrutura em todo o território, o que permite o nosso adestramento, o apoio à saúde em regiões inóspitas e tantas outras, levando a mão amiga a todos os cantos no País.

O Orçamento deste ano, após descontingenciado, irá representar expressivo aumento se comparado com os orçamentos dos anos anteriores. Cremos firmemente na disposição do Senhor Presidente da República de promover o necessário reaparelhamento do Exército, com base na indústria de defesa nacional e apoiado na vanguarda tecnológica, o que se dará, estou certo, a partir da apresentação da nova Estratégia Nacional de Defesa, trabalho que está sendo levado a efeito, sob a coordenação do Sr. Ministro da Defesa.

Entendo que o Exército Brasileiro precisa estar à altura da estatura político-estratégica do País, nem maior nem menor.

Acompanhamos com atenção a conjuntura internacional vivida particularmente na América do Sul, daí por que a nossa preocupação, conforme expusemos nas Comissões de Defesa da Câmara e do Senado.

Creemos igualmente que a importância da valorização do militar é um assunto reconhecido pelo Senhor

Presidente da República, pelos Srs. Congressistas e pela sociedade brasileira, que conferem às Forças Armadas os mais elevados índices de credibilidade. Esperamos com tranquilidade o anúncio das medidas em trâmite, aguardando a decisão do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Desejo agradecer ao Senador Garibaldi Alves, ilustre Presidente do Senado Federal; ao Senador Romeu Tuma, que propôs a realização desta sessão; aos Srs. Congressistas aqui presentes; bem como aos oradores que se manifestaram nesta oportunidade, pelas palavras de estímulos aqui proferidas: elas nos revigoram o entusiasmo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Antes de encerrar, primeiramente, General, gostaria de agradecer o atendimento ao nosso requerimento, contando com a presença de todos os oficiais gerais e demais membros das Forças Armadas brasileiras do mais alto escalão, o que demonstra o respeito a esta Casa. Sinto muito orgulho de estar, neste minuto, presidindo esta cerimônia.

Quando V. Ex^a diz que o orçamento vai melhorar, a nossa esperança é de que não haja contingenciamento, porque eu me lembro da FT 90, da tentativa em 2000. O General Leônidas, que foi citado aqui, tinha um entusiasmo enorme pela FT 90 e, por várias circunstâncias adversas, não conseguiu chegar ao projeto de reformulação material da Defesa.

Acredito que hoje, pela importância de todo o empenho que tem havido, contando com o alicerce das Forças Armadas na atividade civil, o Governo não deixará de cumprir essa missão orçamentária para que o Exército, a Marinha e Aeronáutica realmente possam responder por todas as missões que têm recebido e que estão fora da Constituição.

Eu pediria agora, conforme está programado, a execução da Canção do Exército pela Banda Musical do Comando Militar do Planalto.

(Procede-se à execução da Canção do Exército.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Cumprida a finalidade da sessão, agradecendo às personalidades que nos honraram com o seu comparecimento, esta Presidência vai dar por encerrada, com muita emoção, a presente sessão.

Viva o Exército Brasileiro! (Viva!)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 35 minutos.)

Ata da 55ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 17 de abril de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Alvaro Dias,
Eduardo Suplicy, Mão Santa e Geraldo Mesquita Júnior*

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 17/4/2008 07:44:53 até 17/4/2008 21:13:20

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PTB	PB	CARLOS DUNGA	X	
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PDT	CE	PATRÍCIA SABOYA	X	
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	MS	VÁLTER PEREIRA	X	
SC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	X	

Compareceram: 60 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A lista de presença registra o comparecimento de 62 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Deixe-me, pelo menos, pedir a proteção de Deus.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho, apenas solicito, nos termos regimentais, minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais. Com a palavra, o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Faço meu pedido, que é igual ao do Senador. Agora, quero fazer um reparo. Senador Garibaldi Alves Filho, V. Ex^a é um ungido de Deus: atravessou o Mar Vermelho. O Senado está numa boa, e V. Ex^a, na Presidência. Ungido; desde o nascimento, Deus já o abençoou.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Obrigado, Senador.

O tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão deliberativa de hoje será dedicado a homenagear o jornalista Assis Chateaubriand, tendo em vista o transcurso dos 40 anos do seu falecimento, nos termos do Requerimento nº 366, de 2008, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho e outros Srs. Senadores.

No caso, eu fui o autor da iniciativa.

Tenho a honra de convidar, para compor a Mesa Diretora dos nossos trabalhos, o Ilm^o Sr. Márcio Cotrim, Diretor Executivo da Fundação Assis Chateaubriand e o ilustíssimo Sr. Ari Cunha, Vice-Presidente do Correio Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Assis Chateaubriand foi uma das figuras mais ativas, mais intrigantes e controvertidas e, ao mesmo tempo, brilhantes da vida brasileira do século passado.

O jornalista Fernando Moraes teve a oportunidade de escrever a sua biografia. Deu muito de si para escrever o livro denominado *Chatô – o Rei do Brasil*. O próprio título dessa obra já diz muito sobre a influên-

cia exercida por Chateaubriand no cenário nacional, a partir de 1924, ano em que comprou *O Jornal*, no Rio de Janeiro, então Capital do País.

A partir daí, Chateaubriand demonstrou que era, acima de tudo, um empreendedor. Foi a partir dessa aquisição, realizada com dinheiro emprestado e com apoio de Júlio Mesquita, de *o Estado de S. Paulo*, que o paraibano de Umbuzeiro começou, ainda aos 32 anos de idade, a construir o império a partir do qual, de fato, reinou no Brasil até sua morte, em 1968.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a trajetória de Chateaubriand até a compra de **O Jornal** foi meteórica. Menino gago do interior, analfabeto até os dez anos de idade, venceu a gagueira e o analfabetismo para, já aos 15 anos, ingressar na Faculdade de Direito do Recife. Ali, depois de formado, seria professor de Filosofia do Direito, passando em primeiro lugar no concurso público que havia sido aberto para esta vaga. No entanto, sua verdadeira vocação estava muito além da cátedra. Entrou para o jornalismo escrevendo para a *Gazeta do Norte*, para o *Jornal Pequeno* e para o **Diário de Pernambuco**. No Rio, para onde se mudou em 1915, trabalhou no **Correio da Manhã**.

De um dono de jornal, ainda em Recife, ouviu um dia a frase que o faria encontrar-se com seu destino. Ao vetar a publicação de um artigo de Chateaubriand, seu patrão lhe disse que ele só poderia publicar o que quisesse quando fosse dono do seu próprio jornal. E foi o que ele fez. Esse é um episódio muito conhecido. Aliás, os episódios sobre a vida de Chateaubriand são todos eles muito conhecidos, o que realmente facilitou o trabalho dos seus biógrafos, sobretudo o trabalho de Fernando Moraes.

Mas Chateaubriand não tinha vocação para ser dono apenas de um jornal. Donos de um jornal no Nordeste nós temos muitos. No Rio Grande do Norte, há inclusive um que foi meu tio e Governador do Estado, a quem certamente o Dr. Ari Cunha e o Dr. Márcio conhecem: Aluizio Alves, dono da **Tribuna do Norte**. E assim se seguem exemplos de donos de jornais que fizeram daqueles jornais sobretudo uma trincheira política. Naquele tempo, os jornais eram adquiridos para se tornarem verdadeiras trincheiras políticas. Mas esse não foi o objetivo de Chateaubriand.

Chateaubriand tornou-se o maior empresário do jornalismo brasileiro do seu tempo. Tendo adquirido um jornal, tornou-se proprietário de um império que chegou a ter 34 jornais, 36 emissoras de rádio, 18 estações de televisão e uma agência de notícias, além das revistas, conhecidas por nós mais velhos, **O Cruzeiro** – que teve a maior tiragem da América Latina – e *A Cigarra*, bem como várias outras revistas infantis e uma editora.

Sr^{as} e Srs. Senadores, à frente de seus jornais, Assis Chateaubriand participou ativamente dos acontecimentos políticos de seu tempo. Com a Aliança Liberal, apoiou a Revolução de 30, que levou Getúlio Vargas ao poder. Dois anos depois, no entanto, apoiaria a Revolução Constitucionalista, que o levaria ao exílio. Foi Senador da República pela Paraíba em 1952, e pelo Maranhão, em 1955. Renunciou ao segundo mandato para assumir a Embaixada do Brasil em Londres.

Seu poder e seu prestígio eram tais que ele pôde conviver com muitos poderosos de seu tempo: todos os presidentes brasileiros daquele período e ainda Winston Churchill, Dwight Eisenhower e os irmãos Nelson e David Rockefeller, para citar apenas alguns. Não sei se esse David Rockefeller é aquele que, já idoso e acometido de uma enfermidade, os seus colaboradores e os seus familiares, para não trazerem maiores preocupações para esse grande capitalista, grande empresário americano, resolveram fazer um jornal que só trazia notícias boas.

Mas os interesses de Assis Chateaubriand não se restringiram apenas à diplomacia, à imprensa, à influência na vida política e à influência e à participação na vida econômica. Frequentava com desenvoltura o mundo das artes, em que, além de oferecer oportunidades a artistas e escritores como Portinari, Di Cavalcanti, Millôr Fernandes e Graça Aranha, criou o Museu de Arte de São Paulo, com Pietro Maria Bardi e sua esposa, a arquiteta Lina Bo Bardi.

Foi também membro da Academia Brasileira de Letras, na qual ingressou em 1954, ocupando a cadeira que fora de Getúlio Vargas, tragicamente morto naquele mesmo ano.

Apaixonado desde a juventude por aviões, Chateaubriand promoveu, com entusiasmo, em 1941, a Campanha Nacional de Aviação, com o lema “Dêem asas ao Brasil”. A campanha, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, tinha como objetivo promover o desenvolvimento da aviação civil no Brasil e contribuiu para a fundação de aeroclubes em muitas cidades do País.

Entre as muitas coisas extraordinárias feitas por Assis Chateaubriand, que não se esgotaram num livro quanto mais num discurso, ele foi também responsável pela introdução da televisão comercial no Brasil. Criou, em 1950, a TV Tupi, a quarta estação de televisão do mundo e a primeira da América Latina. Fez um investimento, à época, de US\$5 milhões e um esforço inaudito que não prometiam retorno breve.

Como um grande empreendedor, Chateaubriand importou os primeiros duzentos televisores para que houvesse espectadores para a sua recém-criada emissora de televisão.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, não vou mais me alongar nesta homenagem a Assis Chateaubriand, esse fascinante personagem da vida brasileira, embora pudéssemos passar aqui, como eu já disse, longas horas falando sobre a sua biografia, os seus feitos, o seu legado, aquele acervo que se constituiu no grande testemunho sobre a vida brasileira que Assis Chateaubriand deixou para todos nós.

Com sua vida e com sua obra, Assis Chateaubriand foi um dos homens que mostrou ao Brasil o quanto podem os brasileiros, a capacidade que têm de realizar não apenas no território nacional, mas indo muito além, como ele foi, realizando e criando empreendimentos até mesmo fora do Brasil, como já falamos aqui.

Portanto, meus caros Ari Cunha, Diretor do **Correio Braziliense**, e Dr. Márcio Cotrim, fiel Presidente da Fundação, apresentei este requerimento porque queria que esta Casa pudesse realmente homenagear um dos homens, como já foi dito aqui, mais ilustres, mais empreendedores, mais talentosos da vida política brasileira. E sobretudo para que as gerações mais novas não deixassem de ter nele um exemplo de coragem, de obstinação, todo o exemplo que ele nos deixou e que, como eu já disse, não pode ser resumido apenas em um discurso.

Fiquem certos de que estamos aqui todos reverenciando a sua memória na certeza de que Chateaubriand não passou e não será esquecido nem por aqueles que hoje são os seus seguidores, nem tampouco por aqueles que estão nos conselhos das suas empresas, nas redações do **Correio Braziliense**, na militância, na sua fundação. Chateaubriand jamais será esquecido pelo povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos dar continuidade a esta sessão, convidando o Senador Arthur Virgílio para ocupar a tribuna por permuta com o Senador Paulo Paim.

Antes de ouvirmos a palavra do Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB nesta Casa e Senador pelo Estado do Amazonas, quero registrar a presença, motivo de muita honra para nós, do Sr. Adirson de Vasconcelos, Conselheiro de Cultura da Secretaria de Estado e Cultura do Distrito Federal; e do Revm^o Sr. Padre Aleixo.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, saúdo o jornalista Ari Cunha, Vice-Presidente do **Correio Braziliense**, e o Dr. Márcio Cotrim, Diretor-Executivo da Fundação Assis Chateaubriand. Saúdo também, do mesmo modo,

o Dr. Adirson de Vasconcelos, Conselheiro de Cultura da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal. Com reverência, saúdo o Padre Aleixo.

Senhoras e senhores, se fosse esta uma sessão corriqueira – e não o é, porque estamos aqui a homenagear um dos vultos mais fascinantes e mais polêmicos da História deste País, com passagem, inclusive, pelo Parlamento, pelo Senado da República –, mas, se fosse uma sessão corriqueira, eu faria um pronunciamento sobre o que para mim me parece um certo estado de anomia no País. Refiro-me à invasão, pela enésima vez, da Estrada de Ferro de Carajás – agredindo o patrimônio da empresa Vale do Rio Doce e dos seus acionistas e agredindo a economia nacional – pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e, candidamente, sem ser admitido, o Ministro Guilherme Cassel, do Desenvolvimento Agrário, diz que são movimentos que reforçam a democracia.

Hoje, Senador Mão Santa, leio, no jornal **O Globo**, um depoimento admirável do General Heleno, Comandante Militar da Amazônia, falando do exagero – a mim se me afigura como um exagero mesmo – de dar demasiadas terras às etnias indígenas, a começar pelos ianomâmis. Estes merecem a proteção do Estado e precisam da proteção do Estado brasileiro, mas a exagerada concessão de terras a eles joga a sociedade envolvente contra eles. Isso os põe em perigo, isso não os protege. Nem quero aqui discutir o fato de que há concordância de minha parte com muito do que diz o General Heleno, mas fico espantado de perceber que voltamos no Brasil a ouvir pronunciamentos de militares, que está posta de novo a questão militar. E a democracia brasileira já havia, segundo eu ingenuamente imaginava, superado essa fase.

Se fosse esta uma sessão comum, Sr. Presidente, eu falaria de amenidades, de jornalistas como Simone Iglesias, Sheila D'Amorim e Valdo Cruz, que aderiram à prática da corrida pedestre e que vão participar da II Maratona de Brasília sob o lema “Vida Positiva”, lutando pelos outros, dando exemplo pelos outros; eu falaria do **Diário de Pernambuco**, que agora tem uma edição em braile; eu homenagearia a imortal atriz Renata Fronzi pelo seu falecimento; ao lado do Senador Mão Santa e do Senador Heráclito Fortes, eu homenagearia o livro recém-lançado pelo ilustre homem público Jônatas de Barros Nunes, ex-Deputado Federal e membro da Academia Piauiense de Letras; eu aplaudiria os novos membros da Academia Brasileira de Ciências da Região Norte, em Manaus, no Amazonas, Artur Luiz da Costa da Silva, da Universidade Federal do Pará, e os demais; eu homenagearia, Sr. Presidente, o Ministro, Senador, Deputado Federal e hoje Secretário de Estado José Jorge de Vasconcelos Lima, que já foi

candidato a Vice-Presidente da República, pela sua posse no cargo de Presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica; eu falaria com muito amor do meu querido amigo Professor Armando Kettle, que faleceu no Município de Urucurituba, no Amazonas, aos 103 anos de idade, lúcido, figura inteligente, figura preparada e querida, que, infelizmente, cumpriu sua etapa nesta vida.

Mas, Sr. Presidente, comecei falando de falta de autoridade, do fato de a Vale do Rio Doce ser agredida pela sanha irracional de grupos que o Governo tolera, e não sei por que, já que são grupos que não são a favor do Governo do Presidente Lula, que não são a favor da democracia, que não são a favor da Constituição nem da ordem que está constituída no País! O General Heleno se levanta e fala como se fosse um General da Reserva, às barbas do Presidente, num quadro claro de demonstração de que a autoridade está frágil neste Brasil.

Esta sessão não é uma sessão ordinária, é extraordinária, porque aqui se fala em Assis Chateaubriand, e tenho a certeza de que a ele nunca faltou a figura da autoridade. Nunca! É figura polêmica. Chateaubriand, eu não o descreveria como santo, até porque hesito em classificar as pessoas por suposta santidade das quais constaria. Li o que se escreveu sobre ele avidamente, porque é uma figura, de fato, fascinante. Meu pai fundou o Aeroclube de Manaus, inspirado na idéia de Chateaubriand, que fundou os aeroclubes do País. É uma figura que, querendo alguma coisa, ia buscar a consecução dos seus objetivos a qualquer preço, e não foi por outra razão que logrou atingir a consolidação do seu império de comunicação. Foi preciso muita vontade, foi preciso muita luta contra seus concorrentes, foi preciso muita relação de tensão com o poder, Senador Garibaldi Alves. Foi preciso muito denodo, foi preciso – dentro do que seriam os seus princípios – ir ao limite dos seus princípios, para impor do nada ao País uma presença que, sem dúvida alguma, durante muito tempo, talvez, fosse a expressão política mais forte, porque perene, sobre o cenário da vida pública do País.

Presidentes passavam, presidentes assumiam o poder; Chateaubriand ficava. Chateaubriand, invariavelmente, conseguia o que queria e, quando passava por momentos de derrota, deles se recuperava com a força de vontade dos homens bravos e com a determinação dos vencedores.

Houve um tempo, Sr. Presidente, em que fazer jornalismo exigia mais do que talento, firmeza, ética e precisão, ainda hoje pré-requisitos para o exercício dessa tão valorosa profissão. Quem dizia isso era Assis Chateaubriand, que criou jornais e emissoras, exigindo

dos seus repórteres o que chamava de perfectibilidade, para ele vontade emocional e afetiva para registrar os fatos no estilo que ele próprio seguia à risca, escrevendo sempre o que sua imaginação criava.

Era assim que fazia o fundador de um dos maiores impérios jornalísticos do Brasil, os **Diários Associados**. Fazer era muito desse ousado homem de imprensa, que forjou, naquele mesmo tempo, frase para qualificar um jornalismo diferente, ao afirmar que jornalismo era para “repórter solerte”, no melhor sentido de sagacidade.

Era assim que ele pregava aos repórteres que trabalhavam em seus jornais, sempre deles solicitando “agudeza de espírito ao escrever”, de um jeito igual ao dele mesmo, que jamais abandonava nos textos diários em que analisava a vida brasileira.

Chatô, como era chamado, produzia seus textos informativos em qualquer lugar, inclusive a bordo de aviões de carreira, sempre fazendo questão de identificar o local de onde escrevia. Os paulistas habituaram-se, então, aos editoriais de primeira página do **Diário de S. Paulo**, que começavam no alto da página, descendo pela última das oito colunas, à direita. O começo era mais ou menos igual: “Curitiba, 16 (a bordo do DC-8 da Varig)...”. O que mudava era o nome da cidade, ora Recife, ora minha Manaus, outras vezes Rio ou Porto Alegre.

Assis Chateaubriand fez muito, porque jamais encontrava tempo para parar, ainda que por poucos minutos. Escrevia à mão, numa época em que ainda não existiam canetas esferográficas, só lápis ou caneta-tinteiro. Chatô escrevia numa caligrafia, diziam em São Paulo ou no Rio, que só um único linotipista de toda a rede Associada conseguia decifrar. Hoje, já não existem linotipistas, porque linotipo é coisa do passado. E também já não é preciso decifrar.

Chatô, também isso era voz corrente, escrevia a bordo, porque “vivía voando”. Voava de verdade, para cruzar o Brasil de ponto a ponto, onde quer que existisse um jornal *Associado*, portanto em todos os Estados.

Não eram só jornais diários. Eram também emissoras de rádio pontilhando em todos os recantos do Brasil, para não falar em *O Cruzeiro*, a revista semanal ainda hoje de saudosa lembrança como uma das mais influentes publicações semanais do País. E foi uma das mais influentes não só do País. Chateaubriand avançou e, embora por um espaço de tempo lamentavelmente curto, editou **O Cruzeiro** em espanhol, para circular em toda a América Latina.

Os jornais e emissoras de Assis Chateaubriand eram sempre expoentes. Foi ele um dos precursores dos vespertinos no Brasil, principalmente em São Paulo,

com o famoso **Diário da Noite**, que circulava a partir do final da tarde, sempre com uma grande manchete sobre o fato do dia. Circulava e fazia forte presença entre o povo paulista, que já ensaiava os primeiros passos que justificavam o famoso apelido que proclamava: São Paulo não pode parar! Tanto não parava, que o pregão do vespertino garantia: “Se o mundo acabar, o *Diário da Noite* noticiará!”. Felizmente, nunca precisou chegar a tanto, para sorte do mundo e de nós outros que aqui estamos a celebrar Chateaubriand.

Figura controvertida e extrovertida, Assis foi além do jornalismo. Criou, no então monumental prédio dos Associados, na Rua Sete de Abril, o Museu de Arte de S. Paulo, que veio a formar um dos maiores acervos artísticos do mundo.

Abro aqui um parêntese para discutir a questão do mérito. Uns diziam: “Foi ortodoxo ao obter os recursos para fundar o Museu de Arte”. Pergunto: no saldo – não quero justificar heterodoxia; eu próprio jamais teria capacidade de fazer isso, porque sou eu próprio ortodoxo com limites muito rígidos –, mais quem, além de Chateaubriand, seria capaz de organizar um museu daquele porte? E como organizar um museu daquele porte sem a audácia que era absolutamente indescritível se pegarmos os padrões dos homens e das mulheres comuns com os quais nos defrontamos no dia-a-dia – e muitos de nós, a começar por mim, estão nessa categoria incluídos?

De tanto voar pelos céus em aviões de carreira ou em pequenos monomotores, esse mesmo Assis Chateaubriand lançou meritória campanha em favor da aviação civil: “Asas para o Brasil”. E discutiram se foi assim ou se foi assado que ele conseguiu criar os aeroclubes deste País, que viraram escolas de pilotos num tempo em que era essencial ter talento para a pilotagem aérea. Eram chamados “bons ou ruins de pé e de mão”, porque a habilidade era essencial para se tocar um avião com tecnologia precária como era a da época.

Muito mais se poderia falar sobre Assis Chateaubriand, que foi grande e realizador. Pensava sempre à frente, como pensou grande ao imaginar, num Brasil ainda pouco evoluído, uma emissora de televisão. Pensou grande e realizou, colocando no ar, em setembro de 1950, a TV Tupi, de São Paulo.

Figura, repito, controvertida e extrovertida, genialmente criadora e criativa, Assis Chateaubriand sempre pensou grande e legou ao País obras de notável dimensão, como a que lançou em setembro de 1950 ao colocar essa mesma TV Tupi em São Paulo.

Finalizo, Sr. Presidente, dizendo duas coisas, e uma delas é que, se Assis Chateaubriand fosse o capitão da imprensa nos tempos de hoje, com Internet,

com a capacidade da comunicação *on line*, instantânea, não sei a que píncaros sua ousadia e sua inteligência não o teriam conduzido, prezado Ari. Não sei. Ele teria limites acima dos limites do céu.

Trago um fato de enorme peso sentimental para mim, um fato familiar, que me traz à mente uma figura do meu Estado, o jornalista Epaminondas Baraúna, que freqüentava minha casa. Eu era menino; ele, o representante dos *Associados* no Amazonas. Epaminondas Baraúna, um homem de bem, fazia um jornal muito sério, o **Jornal do Comércio**, que desfrutava de tanta credibilidade no meu Estado, que uma das figuras que mais amei na minha vida, Senador Luís Fernando Freire, Senador Suplicy, Senador Mão Santa, uma tia, irmã de minha mãe, já falecida, Josefina Rosa de Castro, a querida Tia Finoca – uma figura extremamente conservadora, boa, essencial em tudo o que é passo que dei na vida durante o tempo em que ela pôde ajudar a cuidar de mim –, já em plena época de Repórter Esso e, depois, de Jornal Nacional, dizia: “Que notícia estarrecedora! Estou esperando [ela morava no Rio de Janeiro] chegar amanhã o *Comércio* [dizia do *Comércio* de Manaus], porque, se isso aí for verdade, é muito grave”. Minha tia precisava da confirmação do *Jornal do Comércio*, do Amazonas, para acreditar que era verdade aquilo que ela estava vendo no Repórter Esso, antes, e depois no Jornal Nacional.

Essa é uma das marcas do peso da cadeia Associada de comunicação, por exemplo, no meu Estado. E disso restam ainda alguns órgãos, acredito eu, em Recife, mas, com certeza, vejo todos os dias a combatividade e o brilho do **Correio Braziliense**. E vejo a nacionalização, a penetração cada vez maior na formação da opinião pública brasileira deste grande jornal que é o **Estado de Minas**.

Em outras palavras, quando vejo essa figura carismática, irreverente, encantadora, fascinante, charmosa, essa figura capaz de fazer, com muita facilidade, amigos e inimigos, capaz de, depois, reconciliar-se com inimigos e, ao mesmo tempo, deixar de ser amigo de amigos tão antigos, como aconteceu na sua relação com seu advogado e íntimo companheiro, Dario de Almeida Magalhães, fico imaginando se, de fato, Chateaubriand morreu. Está aí a sua obra, está aí o exemplo da sua obra, está aí uma figura que é discutida e que a todos paralisa, pela capacidade de fascinar os que tomam conhecimento das suas peripécias, das suas aventuras. Ele próprio fez da sua vida uma grande e bela aventura.

Cada um de nós só tem uma vida – e vivo a minha do jeito que julgo justo –, mas deve dar uma pontinha de inveja em cada um de nós, porque duvido que todos juntos tenhamos vivido metade das emoções

que foram experimentadas por Assis Chateaubriand, o Chatô. Hoje, é reverenciado no Senado Federal, pelos 40 anos de seu falecimento, o Senador Assis Chateaubriand.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

Antes de ouvirmos a palavra do Senador Mão Santa, solicito ao Senador Eduardo Suplicy que assuma a Presidência por alguns minutos, pois tenho de tomar uma providência de interesse da Casa.

O Senador Arthur Virgílio com a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para registrar que o Senador Suplicy assume por mérito – a cadeira lhe cai bem –, jamais por idade. Mérito!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então são dois homenageados: o ex-Senador Assis Chateaubriand e o atual Senador Eduardo Suplicy. Eu também me associo à homenagem.

O Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigado.

Tem a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Eduardo Suplicy, eu peço permissão para saudar todas as lideranças e autoridades nas pessoas do Sr. Ari Cunha, Vice-Presidente do **Correio Braziliense**, e de Márcio Cotrim, Diretor-Executivo da Fundação Assis Chateaubriand, porque são tantas as autoridades importantes que, mesmo involuntariamente, eu poderia esquecer alguns nomes, o que seria imperdoável, Srs. Parlamentares, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado, Senador Eduardo Suplicy, Deus escreve certo por linhas tortas. V. Ex^a representa a tradição do seu tio-avô, que era íntimo de Assis Chateaubriand.

Sou muito breve. Assis Chateaubriand, esse livro me foi dado de presente, não por uma pessoa qualquer, pelo Desembargador João Batista Machado, que foi Presidente do Tribunal de Justiça do meu Estado, o Piauí, um homem de muita cultura. Inclusive, Eduardo Suplicy, nós temos de rever a legislação, pois ele se aposentou compulsoriamente aos 70 anos, como Sepúlveda Pertence. Eu acho que nós temos a perder. Aqui mesmo no Congresso nós temos uma das maiores inteligência, que é o ex-Senador e Deputado

Federal Alberto Silva, com 89 anos. A longevidade, a ciência médica, temos de meditar. É um pena um homem como esse, Rei Salomão...

É muito oportuno, nesta era de aloprados que vivemos, eu contar um fato. Atentai bem, Suplicy! Eu convidei esse Desembargador a prestar uma homenagem a Evandro Lins e Silva, único jurista, que é do Piauí, que se iguala a Rui Barbosa. Ele foi paraninfo de uma Faculdade de Direito que eu tinha criado na nossa terra – ele é da minha cidade. E eu tinha dito que ia proporcionar a Evandro Lins e Silva, como Rui Barbosa, aquela Oração aos Moços. Cumpri a palavra. E convidei o Desembargador representando toda a Justiça. Olha, ainda tem gente muito boa na Justiça. Fiquei pasmo. Fui almoçar – e vou fazer até um comercial – no melhor restaurante do mundo – eu acho –, o Márius, no Leme. Levei o Desembargador, Governador do Estado. Atentai bem, Evandro Lins e Silva é o maior exemplo da Justiça, e vou citar outro: esse que me deu o livro. Surpreendentemente, o Desembargador, Presidente do Tribunal, disse que estava conhecendo o Rio de Janeiro naquele instante. Olhem o que é austeridade!

Mas ele me deu esse livro. Tem uns riscados dele. E eu, sabendo da cultura, das virtudes dele, li com carinho, e está aqui. Mas a vida tinha me proporcionado entender Assis Chateaubriand.

Arthur Virgílio, eu convivi à época... Sou de Parnaíba. Tem Fortaleza – relembre Geografia –, São Luís, Parnaíba está no meio. A Bíblia diz que a virtude está no meio, a felicidade, a minha cidade, onde nasci.

Mas o que eu queria dizer era o seguinte. Somos muito próximos de São Luís. Meu pai é maranhense, minha avó era maranhense. Eu passava as férias... Eu não sei... eu estou aqui... mas esse negócio de política... E eu vivi o fato de Assis Chateaubriand... Eu tinha dez anos, na casa da minha avó, e gostando... O número da casa da minha avó é 380, a do Governador José Reinaldo Tavares era 374. E eu vi a campanha na casa da minha avó.

Assis Chateaubriand. Fiquei até feliz quando ouvi dizer que vão fazer um filme: *Chatô, o Rei do Brasil*. E eu acho muito interessante isso, porque outro dia vi o filme do Mauá. Mauá, do século XIX. Dois grandes homens: o político, Pedro II, e Mauá, o homem empreendedor. E Chatô, a obra encantadora. A vida dele é aquilo.

Mas o que nós estamos aqui... todo mundo sabe... o homem diferente. Eu acho que ninguém propagou esse Brasil mais do que Assis Chateaubriand. Ele não era de Umbuzeiro, da Paraíba, do Nordeste, do Brasil. Ele foi um cidadão do mundo. Basta olhar as fotografias que ele tem.

A intimidade com aquele que acho que foi o maior líder da História: Winston Churchill, o homem que venceu a guerra, juntou os aliados e fez renascer a democracia. A intimidade. E a intimidade com os humildes, com os índios e tudo.

O interessante é que ele foi Senador pela Paraíba e, no mundo, não se reelegeu. Afastou-se muito e a UDN colocou fortes candidatos, ricos. Ele perdeu por pouco, mas, obstinado, foi ao seu amigo Café Filho, que era vice-Presidente com Getúlio, pois queria voltar para o Senado. Foi ao Ministro da Fazenda, Eugênio Gudin, que tinha sido, que era capitalista, e ele, muito técnico, foi então a Juscelino, que era candidato.

Atentai bem à História: de Juscelino, passou para Tancredo. Tancredo era aquela águia: “Nós temos de arrumar um mandato para Assis Chateaubriand. O PSD tem de arrumar um mandato, senão Juscelino não vai ser eleito para nada!” Tancredo, pragmático, mineiro. E Juscelino, sabidão, deu a missão para Tancredo. Tancredo olhou o mapa e aportou lá no Maranhão. Estou dando o testemunho, eu sou vizinho, minha avó.

No PSD, havia aquele líder, o Victorino Freire, que mandava no PSD; o Governador, à época, era Eugênio Barros, o Vice era Renato Archer. Ele foi lá e negociou, fez renunciarem o Senador e o suplente. Só tinha um, acho que mudou a lei. E ele foi e ganhou.

Foi candidato e foi eleito Senador. E Juscelino, sorridente, do PSD, contando com o apoio dele, com os **Diários Associados**, foi eleito Presidente da República. Mas ele sabia o que ele queria.

O importante é que, na primeira viagem de Juscelino, ele levou o Senador Assis lá para o Rio Grande do Sul, Suplicy, e deu a palavra para o Senador. O Senador queria, mesmo, ir para a Inglaterra. Aí, Juscelino tinha o seu programa para motivar a agricultura do trigo, que tinha na Argentina. Quando Juscelino foi falar, ele já tinha colocado para todos os pecuaristas, todos os plantadores de uva, todos os plantadores de café que aquilo não dava certo. E o Juscelino, aquele sorridente otimista, disse: “Nós temos é que dar o que esse homem quer. Ele quer ir para Londres.”. Ele foi para Londres e escreveu. Depois, Deus me permitiu ser Governador do Estado do Piauí. Fui abrir, com outros – o Garibaldi foi conosco –, e nós conhecemos a embaixada do Brasil na Inglaterra: um palácio, visão, grandeza, representatividade. Então, ele deu muita grandeza e este País.

Mas eu fico em dúvida hoje, Eduardo Suplicy. Eu tenho minhas dúvidas. Eu sei de Santos Dumont, os ingleses dizem que foram os irmãos Wright, essa história da aviação, mas ninguém fez mais do que esse homem pela aviação.

Quando vocês pegarem esses vôos, TAM, ele está por trás.

Ele, numa inteligência, no começo mesmo, no tempo em que Antoine de Saint-Exupéry era aviador, que era difícil, a gente tinha medo, caía – daí ele ter escrito *O Pequeno Príncipe*, que conta uma queda no deserto, *Terra dos Homens* e *Cidadela* –, naquele tempo difícil, ele expandiu, ele pilotou. E ele era inteligente, tem de ter dinheiro. Ele criava dinheiro! Ele disse que o importante não é ter dinheiro, não, é estar perto dos que o têm. Aí, ele fazia a seguinte tática: pegava um avião; botava o nome, vamos dizer, de Eduardo Suplicy. “Vamos lá para a cidade de São Paulo.”. Fazia um aeroclube, botava o avião e motivava a mocidade a abraçar a Aeronáutica. Às vezes, não dava certo. O Brasil era grande e com dificuldades. Ele pegava aquele mesmo avião, pintava e botava o nome de outro. Mas o fato é que floresceram centenas e centenas de aeroclubes. A minha cidade tinha um: Parnaíba, Piauí. Trabalho dele.

Então foi um homem, aqui... O Arthur Virgílio falou da arte, do mecenas verdadeiro, mas eu falo mais, ainda, do encanto dele. Padre Antônio Vieira disse que um bem nunca vem só.

Estou aqui, médico. Este País era organizado. Conversam, aí, estão cacarejando. Este País foi maior. Eu estudei em faculdade pública boa, fui pós-graduado em hospital público, servidor do Estado, Ipase. As coisas públicas funcionavam.

Foram os grandes Presidentes, estadistas.

A Universidade Federal do Ceará, na qual me formei, deslanchou. O Nordeste deslanchou, o Nordeste avançou em Medicina com a criação da Maternidade-Escola Assis Chateaubriand. Eram muito elementares – peguei a transição – as que tinham, a César Cals e as outras, do Piauí, do Maranhão. Deslanchou. Ele fez uma maternidade-escola, atentai bem, e foi ela que deu moral à Universidade de Medicina do Ceará. Para diretor, ele foi buscar apenas um médico: Galba de Araújo, que tinha 10 anos nos Estados Unidos fazendo obstetrícia. Aquilo foi um avanço, uma inovação, e somos filhos desse homem.

Eu queria dizer, então, que, lá no meu Piauí, a primeira televisão que chegou foi apadrinhada dos **Diários Associados**, e a primeira rádio também, que foi a de Teresina, Rádio AM Difusora. Então, ele se espalhou.

Daí eu ter saudade do nosso Presidente ungido, porque ele foi abençoado. Está com uma sorte doida esse Garibaldi e está discursando bem.

Olha, outro dia morreu um Senador muito querido e eu fui. Olha, esse Garibaldi fez um discurso que eu acho que ele estava sendo inspirado. Eu até penso em morrer antes dele para ele poder fazer um discurso para mim, defunto. O Garibaldi está inspirado.

Este foi um momento de reflexão, de justiça para esse homem polêmico, um mito. Ele não é de Umbuzeiro, não é lá da Paraíba, não é do Nordeste, não é do Brasil. É do mundo. A gente vê pelas figuras.

Então, eu queria apenas trazer esse orgulho por ter sido beneficiado, por ter estudado, por ter feito Medicina – e fiz muito obstetrícia nesse hospital padrão feito por ele. Foi aí que se elevou a Medicina no Nordeste. Para o Piauí, ele levou essas comunicações.

Então, ô Eduardo Suplicy, em memória do seu tio-avô, que andava com ele, o Chiquinho, que era amigo dele... Eu sei, é até difícil, porque, quando eu li aqui... Olha, esse homem escreveu milhares e milhares de artigos. Aqui, eu vou só buscar para você ver. Então, para o País, só esse exemplo dele. Aqui, todas as vezes em que ele vinha, era como nós, Eduardo Suplicy, ele usava esta tribuna, embora em parte do mandato ele tenha sido Embaixador. Mas só para você ver o número de artigos que o homem fez: 11.870 artigos. Ele os encaminhou para nós acreditarmos na leitura.

Luiz Inácio, medite: nós estamos prestando homenagem a um homem que fez onze mil – vamos ser corretos aqui para não falsear –, 11.870 artigos.

E é graças a isso que nossa geração está aqui. Ele que foi o ícone da busca do saber, graças a homens como esse, encaminhou a nossa geração em busca do saber.

Eu voltaria onde começou a civilização. Sócrates disse que só tem um grande bem, que é o saber; e só tem um grande mal, a ignorância.

Assis Chateaubriand plantou, sobretudo neste País, a semente do saber.

A gratidão do Piauí a esse extraordinário brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigado, Senador Mão Santa. Como o Diretor Executivo da Fundação Assis Chateaubriand, Dr. Márcio Cotrim, sabe muito bem sobre as contribuições do jornalista Assis Chateaubriand, ele informa que foram 12.215 artigos publicados.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu acho que V. Ex^a deveria deixar passar para ser elegante com o Fernando Moraes. Ele nem é meu parente, porque eu sou Francisco de Assis Moraes de Souza, mas vamos resgatar essa falha.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Mão Santa, peço a V. Ex^a que assuma a Presidência. (Pausa.)

O Sr. Eduardo Suplicy, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Convidamos, para usar da palavra, o Senador do Partido dos Trabalhadores, que representa o Estado de São Paulo, Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Senador Mão Santa, prezados Srs. Ari Cunha, Vice-Presidente do **Correio Braziliense**, Márcio Cotrim, Diretor Executivo da Fundação Assis Chateaubriand, senhoras e senhores, em abril de 1968, a história do rádio, da tevê e dos mais importantes jornais do País perdia um de seus ilustres personagens, Assis Chateaubriand, um paraibano que criou e dirigiu uma das maiores cadeias de imprensa do País: os Diários Associados. Um grupo econômico-financeiro formado por 34 jornais, 36 emissoras de rádio, 18 estações de televisão, uma agência de notícias, uma revista semanal, uma mensal, várias revistas infantis e uma editora.

Aos 15 anos de idade, Chatô, como era conhecido, iniciava sua trajetória no jornalismo, escrevendo no **Jornal Pequeno** e no **Diário de Pernambuco**. Não demorou muito, em 1924, ele comprava sua primeira empresa, **O Jornal**. Daí para frente, foi construindo um verdadeiro império jornalístico, agregando importantes jornais, como o **Diário de Pernambuco**, o jornal mais antigo da América Latina, e o **Jornal do Commercio**, o mais antigo do Rio de Janeiro.

Com uma vida movimentada, Chateaubriand foi, além de empresário e jornalista, político e embaixador. Sua trajetória também foi marcada por muitos desafios. Entre esses, o meu tio-avô, há pouco mencionado pelo Senador Mão Santa, o Conde Francisco Matarazzo Júnior, contra quem moveu uma impiedosa campanha em seus jornais. O escritório de Chateaubriand ficava em um dos prédios do Conde Francisco Matarazzo Júnior, e como o aluguel, certa ocasião, estava atrasado, o industrial, meu tio-avô, resolvera cobrar o inquilino. Daí para a frente, uma sucessão de fatos culminou com a explosão de Chatô, ao saber que, para enfrentá-lo de igual para igual, o Conde Chiquinho Matarazzo estava adquirindo o controle do grupo Folha, que editava os jornais **Folha de S. Paulo**, **Folha da Manhã** e **Folha da Noite**.

A desavença entre os dois se travou através das páginas de seus jornais. Em meio à saraivada de reportagens e artigos que escrevia ou mandava escrever criticando a família Matarazzo, Chatô soube que o Conde preparava aquilo que os colunistas sociais an-

teviavam como “a festa do século”: o casamento de sua filha Filomena, Filly – que não é minha mãe, Filomena, é a prima dela, Filly, a mais velha filha de Chiquinho Matarazzo –, com um jovem milionário carioca, João Lage. Chateaubriand não deixou por menos e chamou Joel Silveira, que era um jornalista muito conhecido e com qualidades especiais nas críticas que costumava fazer, para cobrir o casamento. Na verdade, houve uma sugestão, na redação dos Diários, de que o casamento deveria ser coberto da mesma maneira que o casamento de um dos trabalhadores das Indústrias Reunidas F. Matarazzo. E o principal jornal de Assis Chateaubriand cobriu com o mesmo destaque tanto o casamento de Filly Matarazzo quanto o casamento de um trabalhador, tendo em conta que a mãe da noiva disse: “Bem, como os jornais estão cobrindo o casamento da Srª Filly Matarazzo, então, eu gostaria também que falassem pelo menos um pouco sobre o casamento da minha filha”. Assim, o jornal deu destaque a ambos os casamentos.

Lembrar os 40 anos da morte de Assis Chateaubriand nos remete à história do jornalismo brasileiro e, ao se homenagear Chatô pela sua trajetória e pela participação tão especial na história da imprensa brasileira, homenageia-se todos aqueles que dela fazem parte. Sobre tudo o extraordinário corpo de jornalistas que trabalham e trabalharam em todos estes órgãos de imprensa: **Diário de S. Paulo**, **Diário da Noite**, **O Cruzeiro**, nas emissoras Tupi Difusora, nas emissoras dos Diários Associados, assim como nos jornais que já mencionei, de Pernambuco. E, hoje, o Sr. Ari Cunha e o Sr. Márcio Cotrim representam os jornalistas do **Correio Braziliense** e possivelmente de outros jornais.

É importante homenagear todos aqueles que, independentemente das polêmicas criadas por Assis Chateaubriand ao longo da história, em seu relacionamento com os diversos Chefes de Estado, em especial com os Presidentes Getúlio Vargas, Eurico Gaspar Dutra, Juscelino Kubitschek e tantos outros, ora com disputas muito fortes, ora com críticas, ora com diálogos, que são tão bem ilustrados neste livro de Fernando Moraes, excepcional escritor e jornalista, *Chatô, o Rei do Brasil*, que nos relata episódios tão significativos.

Penso em como Assis Chateaubriand, hoje, manteria uma relação com o Presidente Lula; como estaria vendo a trajetória da pessoa que, nascida em sua terra, Garanhuns, Caetés – tal como Assis Chateaubriand, que veio para São Paulo e que depois se tornou um

cidadão do Brasil, exercendo um papel extraordinário –, aos sete anos, saiu de sua terra para procurar seu pai, que estava em Vicente de Carvalho, no Guarujá. Lula pegou um caminhão pau-de-arara, como se chamava, com sua mãe, e, por 13 dias, viajou em direção a São Paulo, onde acabou se tornando um dos maiores líderes operários da história do Brasil, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, hoje do ABC, para finalmente chegar à Presidência da República. Tenho a convicção de que Assis Chateaubriand teria escrito centenas de artigos a respeito do que foi e está sendo o destino do Brasil relacionado a essa outra pessoa, também do Nordeste brasileiro. Ele, nascido na Paraíba, mas perto de Pernambuco, acompanharia a trajetória do Presidente Lula de uma maneira especial.

Ainda que tenha havido divergências, polêmicas, com sentido de competição, por vezes, até se chegando à utilização de palavras que eu mesmo não uso para com os que discordam de mim, para com os meus desafetos, reconheço que houve um mérito muito grande na trajetória de Assis Chateaubriand.

Será importante que os cineastas brasileiros realizem o filme que está programado a respeito de Assis Chateaubriand, importante para que todos nós e as novas gerações possam compreender como se construiu essa organização jornalística e da mídia como um todo, de excepcional importância na nossa história.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de inscrever-me, se houver oportunidade, para fazer uma comunicação inadiável posteriormente, a não ser que chegue minha vez de falar como orador inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex^a fica inscrito em terceiro lugar, Senador Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra ao Senador Adelmir Santana.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias; companheiro Vice-Presidente do **Correio Braziliense**, membro e condômino dos **Diários Associados**, Ari Cunha; ilustre Diretor-Executivo da Fundação Assis Chateaubriand, Márcio Cotrim; Sr^{as} e Srs. jornalistas; Sr^{as} e Srs. Senadores, eu estava a caminho desta Casa, ouvindo os vários pronunciamentos referentes a Assis Chateaubriand, e achei por bem correr até aqui, para também me associar a esta homenagem, não apenas como brasileiro comum, mas também como Senador do Distrito Federal.

Todos nós sabemos da grande preocupação desse brasileiro com a questão da integração nacional. Foi um homem que teve preocupação com a preservação da cultura nacional e das letras nacionais e que implantou no Brasil vários veículos de comunicação em praticamente todos os Estados brasileiros, não apenas jornais, mas também emissoras de rádio e revista. E foi um homem que trouxe para o Brasil, sem que aqui existissem aparelhos para assistir à programação, a implantação da televisão.

Eu queria, portanto, como representante do Distrito Federal, associar-me a essas homenagens, levando em conta esses vários veículos que foram instalados no País e sabendo de veículos que têm hoje, inclusive, posições nacionais, como é o caso do jornal **Estado de Minas** e do nosso **Correio Braziliense**.

Quero dizer do apreço que tenho por esses veículos dos **Diários Associados**. Compreendo a importância desses jornais, porque traçam rumos, definem posições, inclusive no nosso Distrito Federal, posições essas de que todos nós somos conhecedores e que – sabemos – são sempre em defesa da nossa Unidade Federativa e do País.

Quero, portanto, em nome da representação do Distrito Federal, associar-me a essas homenagens e aos senhores jornalistas aqui presentes e dizer que o **Correio Braziliense** é para nós, em Brasília, um marco histórico advindo desde o passado, quando ainda era editado fora do País, tendo preservado toda a sua matriz de ação nas linhas defendidas pelo seu fundador.

Então, na pessoa dos senhores que estão compondo a Mesa, quero dizer da minha emoção em fazer parte desta sessão. Não tive convivência com Assis Chateaubriand, mas, mesmo nos meus anos de estudante, acompanhava sua luta em defesa das questões nacionais, por meio não apenas da revista **O Cruzeiro**, mas também de seus veículos de comunicação em vários Estados brasileiros.

O **Correio Braziliense**, para nós de Brasília, significa o prosseguimento dessa luta, como disse, porque é um jornal que marca posição, que define a linha de ação de todos nós que residimos nesta cidade, que constitui um dos marcos de Brasília. Certamente, se fosse vivo, Assis Chateaubriand teria orgulho desse veículo que fazia parte da sua gama de produtos espalhados pelo País inteiro.

Tenho uma relação com o **Correio Braziliense** de grande afeto, não apenas pelos dois representantes que aqui estão, mas por outros que constituem sua diretoria. Tenho uma relação de amizade antiga com vários companheiros do **Correio Braziliense**. Tenho por esse jornal um apreço muito especial, que não é só meu, mas certamente de toda a população de Brasília.

Então, nossas homenagens a Assis Chateaubriand, porque o **Correio Braziliense** significa, para nós de Brasília, aquilo que foi plantado em todo o País em defesa da nossa soberania e dos nossos conhecimentos culturais, enfim, da nossa formação política nacional!

Parabéns a todos pela grande homenagem que se faz a esse grande brasileiro, que, coincidentemente, também foi Senador pelo meu Estado, o Maranhão! Parabéns a todos! Felicidades!

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Adelmir Santana.

Antes de encerrar esta parte da sessão, quero também registrar a homenagem especial do meu Estado, o Paraná, aos **Diários Associados**, em memória de Assis Chateaubriand, até porque o Estado do Paraná a ele presta uma homenagem histórica e imorredoura com a cidade de Assis Chateaubriand. Nós, paranaenses, lembramo-nos permanentemente dessa extraordinária figura, porque sua lembrança está consagrada na existência de uma importante cidade, de um importante Município no oeste do Paraná.

Prestamos nossas homenagens, especialmente por intermédio do Vice-Presidente do **Correio Braziliense**, Ari Cunha, que nos honra com sua presença, e do Sr. Márcio Cotrim, Diretor-Executivo da Fundação Assis Chateaubriand.

Nossos agradecimentos também a todos os que aqui compareceram, participando desta homenagem.

Nossos agradecimentos aos Srs. Senadores que se pronunciaram em nome desta Casa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Os Srs. Senadores José Maranhão e Romeu Tuma enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como representante do Estado da Paraíba nesta Casa, não poderia me furtar de vir a esta Tribuna neste momento em que o Senado da República presta suas justas homenagens a esse grande paraibano e brasileiro que foi Assis Chateaubriand.

A história não é complacente com os medíocres! Ela só registra aquelas personalidades marcantes, por suas atitudes, por suas crenças e por suas ações. Esse foi o caso da figura de Chateaubriand. Sempre polêmico, foi um dos maiores homens de comunicação que este País já produziu.

Começou no jornalismo ainda muito jovem, com apenas 15 anos de idade, no jornal **A Gazeta do Norte**, o que já denota seu talento nato para o jornalismo. Mais do que isso, ele também era um empresário genuíno, com espírito inquieto e empreendedor, o que ficaria mais do que comprovado quando adquiriu o periódico **O Jornal**, empresa a partir da qual foi erguido seu poderoso império de comunicações: Os **Diários Associados**!

Em seus jornais, publicou mais de 11.870 artigos assinados dando oportunidades a escritores e artistas desconhecidos que depois virariam grandes nomes da literatura, do jornalismo e da pintura nacionais, dentre eles destaco Graça Aranha, Millôr Fernandes, Anita Malfatti, Di Cavalcanti, Cândido Portinari, entre outros.

Seu interesse pelas artes o levou a ser um dos fundadores do MASP – Museu de Arte de São Paulo, que, ainda hoje, é palco de inúmeras exposições que enriquecem e dignificam a cultura brasileira. Sem dúvida alguma, o Masp é, atualmente, um dos mais importantes museus de todo o continente americano!

À Paraíba, em 1967, Assis Chateaubriand entregou ao Magnífico Reitor da Fundação Universidade Regional do Nordeste (hoje UEPB), Professor Edvaldo de Souza do Ó, o primeiro acervo do Museu Regional de Campina Grande, localizado em Campina Grande – PB. O acervo foi chamado de “Coleção Assis Chateaubriand”, com 120 peças. A partir daí,

o museu passou a ser chamado de “Museu de Artes Assis Chateaubriand”.

São exemplos como esses que devem nos inspirar nos dias de hoje, exemplos de bravura, de destemor, de coragem para empreender e para defender as idéias em que se acredita.

Sua ousadia se estendeu também à televisão, fundando, em 1950, a TV Tupi, quarta empresa de televisão de todo o mundo e a primeira da América Latina!

Não vou me alongar muito, Senhoras e Senhores, discorrendo sobre as realizações desse grande e memorável brasileiro, que foi Assis Chateaubriand, certamente uma das personalidades mais importantes de seu tempo e que, de modo bastante justo, é homenageado nesta oportunidade pelo Senado da República, nos 40 anos de seu falecimento!

Que o Brasil possa, com as bênçãos de Deus, produzir outros talentos como esse, que glorificam o talento e o gênio criativo do povo brasileiro.

Senhoras e Senhores, não tive e nem tenho a pretensão de ser original em minha homenagem a este homem cuja história pessoal se confunde inextricavelmente com a história da imprensa no Brasil.

Por tudo que aqui ouvimos e falamos e, sobretudo, pelos incontáveis episódios que tantos de nós tivemos a oportunidade e o privilégio de testemunhar, não tenho dúvidas em dizer deste paraibano excepcional, que construiu um império a partir do sonho: não só para nós, os seus conterrâneos da Paraíba, mais que um homem, Assis Chateaubriand foi e continua sendo uma lenda.

Muito obrigado

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo ou simplesmente Assis Chateaubriand, como se tornou famoso. Esse o paraibano, nascido em Umbuzeiro a 5 de outubro de 1892, que se transformou numa das personalidades mais conhecidas e discutidas de nossa História no século XX, a partir do momento em que se tornou dono de 34 jornais, 36 emissoras de rádio, 18 estações de televisão, da agência noticiosa Meridional, revista semanal O Cruzeiro e mensal A Cigarra, além de publicações infantis e uma editora. Tudo sob a égide do então maior grupo empresarial do gênero nestas plagas, ou seja, os Diários e Emissoras Associados. Portanto, enquanto viveu, Chateaubriand conseguiu alimentar a imagem de o homem mais poderoso do País em termos de imprensa.

Pois bem, é essa a síntese de uma impressionante trajetória de realizações, cujo protagonista estamos a homenagear devido ao transcurso dos 40 anos da sua morte. Assis Chateaubriand, jornalista, empreendedor, mecenas, membro da Academia Brasileira de Letras e ex-Senador da República, faleceu a 4 de abril de 1968, na cidade de São Paulo.

Começara no jornalismo com apenas quinze anos de idade. Já escrevia na Gazeta do Norte e no Jornal Pequeno, antes de ingressar no Diário de Pernambuco. Neste, chegou a dormir na Redação e a pegar em armas para impedir o empastelamento tentado por uma multidão enfurecida com a vitória eleitoral do proprietário do jornal.

Fez os primeiros estudos no Ginásio Pernambucano, do Recife. A seguir, cursou a Faculdade de Direito da capital pernambucana. Nela, tornou-se professor, mediante concurso para a cadeira de Filosofia do Direito, no qual conquistou o 1.º lugar.

Ingressou na Academia Brasileira de Letras por eleição de 30 de dezembro de 1954 e foi empossado em 27 de agosto de 1955. Substituiu assim Getúlio Vargas na Cadeira n.º 37, vaga com a morte desse Presidente da República.

Em 1917, Chateaubriand colaborava no Correio da Manhã, do Rio de Janeiro. Sete anos depois, com apoio financeiro obtido de alguns “*barões do café*” a título de honorários advocatícios, comprou O Jornal, que seria líder dos Diários Associados. Retirou-o da inércia noticiosa, mediante reportagens combativas, e adotou linha editorial semelhante nos antigos órgãos de imprensa Diário de Pernambuco (Recife) e Jornal do Commercio (Rio de Janeiro), adquiridos a seguir. Um ano depois, incorporou o Diário da Noite (São Paulo) e acelerou a construção de seu império, ainda sob influência das conturbações políticas que assinalaram as décadas de 20 e 30, quando valores éticos se submetiam a visões e interesses questionáveis.

Ajudou a Revolução de 1930, apoiando a Aliança Liberal. Mas, dois anos depois, sua adesão à Revolução Constitucionalista o levaria ao exílio.

Suas incursões diretas na política datam dos anos 50, quando foi eleito senador pela Paraíba e pelo Maranhão em pleitos discutíveis. Renunciou ao mandato maranhense para ocupar o cargo de Embaixador do Brasil na Inglaterra.

Marcou época com uma estratégia empresarial pouco ortodoxa e recriminada pela concorrência: a de pressionar anunciantes e não anunciantes, aqueles

para continuarem a prestigiar seus veículos financeiramente, estes para concordarem em aderir ao primeiro grupo. Os ataques e insultos eram tantos que o industrial Francisco Matarazzo ameaçou “*resolver a questão à moda napolitana: pé no peito e navalha na garganta*”. Chateaubriand devolveu: “*Responderei com métodos paraibanos, usando a peixeira para cortar mais embaixo*”.

Embora professando certa amoralidade e apesar de se mostrar inimigo de figuras como Rui Barbosa e Rubem Braga, conseguiu manter-se amigo e respeitado por centenas de eminentes personalidades, entre as quais Rodrigues Alves, Alexander Mackenzie e Getúlio Vargas. De qualquer forma, sempre demonstrou ser inquieto e empreendedor na busca de inovações tecnológicas para os jornais e emissoras de sua propriedade.

Há quem o diga, com justeza, “*pai da televisão brasileira*”, em decorrência de haver instalado, em setembro de 1950, a primeira emissora do Brasil, a PRF-3 TV Tupi Difusora, Canal 3, em São Paulo. Seguiu-a a PRG-3, Canal 6, também denominada Tupi, no Rio de Janeiro, no início de 1951. Ao inaugurar a de São Paulo, Chateaubriand exclamou: “*Vamos saudar a inauguração do mais subversivo instrumento da comunicação deste século!*”

Com toda a energia, dedicou-se a intenso trabalho de integração nacional. Tanto que, em março de 1941, lançou a Campanha Nacional de Aviação, com o lema “*Dêem asas ao Brasil*”. Foi outro marco histórico do seu pioneirismo, patente também nas campanhas em favor da redenção da criança, redemocratização da aviação civil, mecanização da lavoura e aprimoramento da pecuária, melhoria do café brasileiro e incentivo às artes, além de fóruns e simpósios promovidos para debater importantes questões nacionais.

A par de sua melhor biografia, contida no livro de Fernando Moraes intitulado “*Chatô – O Rei do Brasil*”, quem com ele conviveu assim o descreve:

“Era cognominado de O Velho Capitão. Olhos profundos, brilhantes, vivíssimos. Testa alta, sobrancelhas cerradas. Cabelos bastos atirados para trás. Estatura baixa e compleição forte. Fala cativante e fácil. Gestos rápidos. Andar firme, ligeiramente inclinado para frente. Memória prodigiosa. Grande facilidade de expressão, de comunicação. Irrequieto e fecundo. Personalidade contraditória, de gestos impreviáveis. Criador e devastador. Renovador

e demolidor. Organizador e boêmio. Lírico e crítico. Pioneiro de muitas obras. Temperamento rebelde, impetuoso, mas de charme cativante. Nos seus altos e baixos, os momentos de rompantes e os de ternura. Ora agressivo, ora manso, humilde. De paixões ardentes. Sem método para as coisas temporais. Semeador de cultura e de unidade nacional. Vida intensa, fabulosa, tumultuária. Homem orquestra. Jornalista, antes de tudo. Pregador do civismo. Líder e irmão. Inventivo e debatedor de idéias novas. Homem de atividades múltiplas. Mesmo sexagenário e paralítico, mantinha o vigor intelectual de um jovem. Homem dos contratos. De comportamento, muitas vezes, infantil. Um semeador. Um clarividente. Um gênio. Uma figura à frente de seu tempo, que merece ser estudada e aprofundada na sua vida e na sua obra.”

Irreverente e voluntarioso, protagonizou, durante o Estado Novo, um episódio lendário. Separou-se da esposa e conseguiu de Vargas a promulgação de um decreto para obter direito à guarda da filha. Foi então que teria pronunciado a frase célebre: “*Se a lei é contra mim, vamos ter que mudar a lei*”.

Sob sua supervisão, os Diários Associados publicaram mais de 11.870 artigos assinados, além de matérias que significaram abertura de caminhos para escritores e artistas até então praticamente desconhecidos, como Anita Malfatti, Cândido Portinari, Di Cavalcanti, Graça Aranha e Millôr Fernandes. Aliás, sua predileção pelas artes ficou patente, em 1947, com a fundação do Museu de Arte de São Paulo (MASP), ao qual outorgou enorme coleção de pinturas e esculturas de grandes mestres, adquiridas a bom preço na Europa combalida pela II Guerra Mundial.

Em 10 de agosto de 1967, entregou à Fundação Universidade Regional do Nordeste (hoje UEPB) o primeiro acervo do Museu Regional de Campina Grande, na Paraíba. Composta de 120 peças, a coleção com o seu nome acabou motivando a mudança de denominação da própria entidade para Museu de Artes Assis Chateaubriand.

Trabalhou incessantemente até lhe findar a vida, mesmo após a trombose sofrida em 1960, que o deixou paralisado e obrigado a comunicar-se através de uma máquina de escrever adaptada. Ao falecer, teve o corpo velado entre dois quadros: um cardeal de Velázquez e um nu de Renoir. Seu braço direito nas atividades

de mecenas – o arquiteto italiano Pietro Maria Bardi, primeiro presidente e curador do MASP – esclareceu que a cena representava as três coisas mais amadas pelo “*Velho Capitão*”: o poder, a arte e a mulher nua.

Seu império fragmentou-se em grande parte, coincidentemente com a ascensão de outros notáveis grupos de mídia. Mas, Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, o controverso e realizador empresário, conseguiu selar sua obra, fazendo-a imperecível ao legá-la a um grupo de fiéis funcionários. Assim, seu espírito continua presente em importantes órgãos como o Correio Braziliense, Estado de Minas, Diário de Pernambuco (o mais antigo diário em circulação na América Latina) e Jornal do Comércio (Rio de Janeiro), entre muitos outros. Isto sem mencionar as emissoras de rádio e TV.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é essa a vida venturosa e aventureira que reverenciamos hoje, como preito do Senado da República àquele ex-Senador e cidadão ímpar.

Era o que me cabia comunicar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Está suspensa a sessão. Dentro de cinco minutos, reiniciaremos nossos trabalhos.

Muito obrigado.

(Suspensa às 15 horas e 28 minutos, a sessão é reaberta às 15 horas e 32 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Está reaberta a sessão.

Sobre a mesa, ofício do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia que passo a ler.

É lido o seguinte:

**OFÍCIO
DO MINISTRO DE ESTADO
DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

– Nº 253/2008, de 9 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 8, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– As informações encontram-se na Secretaria-Geral da Mesa à disposição do Requerente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 449, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, do RISF, e do disposto no art. 55, inciso III, da CF, seja autorizado meu afastamento dos trabalhos desta Casa no período de 22 a 25 de abril próximo, para cumprir missão oficial nos Estados Unidos da América do Norte. A missão, decorrente de convite do governo daquele país, tem por objetivo principal o acontecimento das eleições primárias e do processo eleitoral, bem como fomentar maior intercâmbio entre os dois países, mediante encontros com autoridades do Executivo e do Legislativo locais.

Nos termos do art. 39, inciso I e parágrafo único do RISF, comunico que estarei ausente do país no período de 19 a 27 de abril deste.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 2008. – **Heráclito Fortes**, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 450, DE 2008

**Requer Voto de Pesar pelo falecimento
do Professor Armando Kettle, ocorrido no
Amazonas, no dia 9 de março de 2008.**

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento ocorrido em 9 de março de 2008, do Professor Armando Kettle.

Requeiro, ademais, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento dos familiares do Professor Kettle.

Justificação

Professor no mais exato sentido do termo, Armando Kettle morreu no começo do mês de março, com 103 anos, oito meses e sete dias de profícua existência, toda ela dedicada ao trabalho de preservação da memória de Urucurituba, o pequeno município em que sempre viveu. Ali, o professor transmitiu o saber a um sem número de pessoas, dedicando-se simultaneamente ao meritório trabalho de levantamento de dados com os quais contribuiu para perenizar fatos relevantes e humanos do lugar, a distante cidade do meu estado, criado no início do século passado nas

cercanias da margem direita do Rio Amazonas, a 216 quilômetros de Manaus por via fluvial.

Seu Armandinho, como era chamado o professor, refletia amor e dedicação, no semblante sereno, na sua voz e principalmente nos ensinamentos que transmitiu a tantos e tantos alunos. Foi graças ao seu trabalho, incessante e sempre pleno de afeto, que Uruçurituba deve a maior parte dos registros históricos de sua já longa trajetória.

Quis Deus que Seu Armandinho tivesse a vida longa que teve, com o que a história de Uruçurituba se enriqueceu e que, assim, haverá de legar exemplos de cidadania aos seus pósteros.

Devo a um outro morador de Uruçurituba a triste informação do falecimento do Prof. Armando Kettler. Em carta manuscrita e com a singeleza característica da gente simples do Amazonas, contou-me o uruçuritubense José Alberto Neves que “seu Armandinho foi embora, deixando muitas saudades, ele que era tão amigo teu e a quem tu dedicavas grande admiração e dele sempre querias notícias.

Revelo, com emoção, que meu sentimento ao saber do passamento do professor de Uruçurituba é de dor pela falta que me fará esse grande amigo. Sei que vai ser triste visitar Uruçurituba, agora que já não me será possível abraçar aquele grande e sábio amigo.

Com esse sentimento de perda, proponho Voto de Pesar como homenagem do Senado da República a esse ilustre cidadão brasileiro, de quem tive o prazer de merecer amizade tão intensa. Eu e toda a população de Uruçurituba.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 451, DE 2008

Requer Voto de Pesar pelo falecimento da atriz Renata Fronzi, ocorrido no dia 15 de abril de 2008, no Rio de Janeiro.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento ocorrido no Rio de Janeiro, no dia 15 de abril de 2008, da atriz Renata Fronzi, figura de grande destaque no rádio, TV e cinema do País.

Requeiro, ademais, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento dos familiares da atriz.

Justificação

Uma das mais atuantes atrizes do Brasil, Renata Fronzi foi pioneira também no Rádio, na fase áurea

da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, nos anos 40. Em novelas da TV, sua primeira aparição ocorreu em 1966, na produção “O Rei dos Ciganos”. Daí em diante, foi uma trajetória ascendente de êxitos, inclusive no cinema. Dela o menos que se poderia dizer é que se tratava de figura profundamente humana, sempre alegre e sempre disposta para o trabalho.

Por tudo isso, requeiro o Voto de Pesar como homenagem do Senado da República a essa atriz, que honrou a cultura do Brasil.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 452, DE 2008

Requer Voto de Aplauso aos novos membros da Academia Brasileira de Ciências/Região Norte, em Manaus/AM.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso pela posse dos novos membros da Academia Brasileira de Ciências/Região Norte, em Manaus/AM: Artur Luiz da Costa da Silva (UFPA), Cecília Verônica Nunes (INPA), Edleno Silva Moura (UFAM), Flávia Regina Capelloto Costa (INPA), Rubens Tomio Honda (CUNL) e Sandra Patrícia Zanotto (UEA).

Requeiro ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da Academia Brasileira de Ciências/Região Norte, por seu intermédio, aos homenageados.

Justificação

O voto de Aplauso que requeiro ao Senado da República é justa homenagem aos novos membros da Academia Brasileira de Ciências/Região Norte. Com posse no dia 22 de abril de 2008, os novos Acadêmicos honram o meio científico do meu Estado, o Amazonas e toda a Região Norte. São, pois, merecedores da honraria.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 453, 2008

Requer Voto de Aplauso aos jornalistas Simone Iglesias, Sheila D’Amorim e Valdo Cruz, que aderiram à prática de corrida pedestre e vão participar da 2ª Maratona de Brasília, no dia 21 de abril de 2008.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso aos jornalistas Simone Iglesias, Sheila D'amorim e Valdo Cruz, que aderiram à prática de corrida pedestre e vão participar da 2ª Maratona de Brasília, no dia 21 de abril de 2008.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento dos homenageados.

Justificação

Simone Iglesias é jornalista da **Folha de S.Paulo** e mora em Brasília há apenas dois meses, o suficiente para perceber as boas condições da Capital Brasileira para corridas. Aqui, logo passou a integrar a equipe brasiliense "Vida Positiva", juntamente com dois outros colegas do mesmo jornal, Sheila D'Amorim e Valdo Cruz, também adeptos dessa modalidade de esporte. Os três decidiram participar da 2ª Maratona de Brasília, comemorativa do 48º aniversário da Capital.

O Voto de Aplauso que requeiro ao Senado da República é justa homenagem aos três jornalistas, pelo bom exemplo que oferecem à sociedade.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 454, DE 2008

Requer Voto de Aplauso ao Diário de Pernambuco, que inova na informação e passa a ser o primeiro jornal diário do Brasil a ser impresso também em Braille.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao **Diário de Pernambuco**, que inova na informação e passa a ser o primeiro jornal diário do Brasil a ser impresso também em Braille.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento dos homenageados.

Justificação

Motivado pela história de vida do estudante de jornalismo Antonio José Ferreira, cego desde os seis anos de idade (hoje tem 35), o **Diário de Pernambuco** decidiu inovar na informação e passará, este mês, a publicar suas edições diárias também em Braille.

Antonio José escreveu sua trajetória de deficiente visual, com a ajuda de terceiros e de um computador. A matéria foi publicada pelo importante jornal de Recife. O **Diário de Pernambuco**, com esse estímulo, passa,

a partir deste mês, a ser impresso também em Braille, o que será levado ao conhecimento da II Conferência Municipal de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiências, também este mês em Olinda.

As edições diárias do **Diário de Pernambuco** em Braille terão 50 páginas e serão distribuídas a entidades e pessoas com deficiência visual.

O Voto de Aplauso que requeiro ao Senado da República é justa homenagem ao grande jornal nordestino, pelo bom exemplo que oferece à sociedade.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 455, DE 2008

Requer Voto de Aplauso ao Dr. José Jorge de Vasconcelos Lima, ex-Senador da República, pela sua posse no cargo de Presidente do Conselho-Diretor da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Dr. José Jorge de Vasconcelos Lima, ex-Senador da República e atual Presidente da Companhia Energética de Brasília-CEB, pela sua posse no cargo de Presidente do Conselho-Diretor da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do novo dirigente da Associação.

Justificação

O Dr. José Jorge de Vasconcelos Lima, digno homem público que honrou o Parlamento do Brasil no desempenho de mandatos de Deputado Federal e de Senador, é atualmente presidente da Companhia Energética de Brasília-CEB. Como tal, foi escolhido para presidir o Conselho Diretor da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, com posse no dia 22 de abril de 2008.

Com o Voto de Aplauso que requeiro, o Senado presta merecida homenagem à Associação, pela feliz

escolha, e ao ilustre pernambucano com quem todos nós, no Senado, tivemos o privilégio de conviver.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O requerimento lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 222, § 1º, do regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 456, DE 2008 – CE

Nos termos do art. 90, incisos X e XI, combinado com o § 2º do art. 50 da Constituição Federal, requeiro que sejam prestadas, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Cultura, o Senhor Gilberto Gil, as informações solicitadas sobre os recursos e programas de fomento para a área teatral no ano de 2007:

a) Quais os recursos destinados para os programas do Fundo Nacional de Cultura – FNC e suas respectivas entidades, nos anos de 2005 a 2007?

b) Qual o total de recurso, destinado ao teatro na Lei Rouanet, por unidade da Federação, de 2005 a 2007?

c) Qual o montante captado para o segmento de artes cênicas, nos anos de 2005 a 2007?

d) Por que, segundo o sítio “Transparência Pública”, a Funarte optou em direcionar sua verba para convênios com instituições, ao invés de elaborar editais com esse recurso? Enumerar os convênios e seus respectivos valores, nos anos de 2005 a 2007.

e) Qual o número de editais abertos pela Funarte de 2005 a 2007?

f) Qual o número de atendentes responsáveis pelas informações relativas aos projetos da Lei Rouanet? Segundo reclamações de proponentes, por que há falhas no atendimento e nas informações dadas a eles por telefone?

g) Ocorreram denúncias, em audiência pública realizada no Senado Federal, sobre extravios de documento no âmbito do Ministério da Cultura e/ou Funarte. Se isso acontece,

quais as providências deste Ministério para sanar o problema?

h) Qual o número de pareceristas para avaliação de projetos ligados à área teatral? São eles especialistas na área?

i) Como são estabelecidos os prazos de avaliação dos projetos e suas respectivas alterações?

j) Nos projetos, o produtor tem o direito a utilizar até 15% do valor do projeto para itens administrativos. Por que a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura – CNIC reduz, nos editais, o percentual no projeto dos referidos itens?

k) Anteriormente, assim que o projeto era aprovado na Lei Rouanet, o próprio produtor abria uma única conta bancária para o recebimento do patrocínio adquirido. Quais as razões que o Ministério da Cultura teve para determinar a abertura, pelo próprio ministério, de duas contas bancárias, sendo uma para depósito do patrocínio e outra para movimentação do valor? Por que houve necessidade de autorização do Ministério da Cultura (antes não havia), para a devida movimentação a cada nova parcela?

l) Segundo a Portaria MC nº 4 de 26 de fevereiro de 2008, que regulamenta a admissão de propostas culturais para a Lei Rouanet, os produtores têm que apresentar a carta de anuência de cada nome na ficha técnica. Qual o objetivo desta exigência, isso não agrava a burocracia do processo?

l.1) Não seria mais adequada a realização de Tomadas de Preços após o final da fase de captação de recursos?

l.2) Segundo a mesma portaria, qual a necessidade de tradução juramentada com cópia autenticada para a utilização de textos estrangeiros redigidos em outra língua, já que além do custo ser alto para o proponente, a mesma é solicitada ainda na fase de análise de concessão de autorização para a captação de recursos?

m) Com que frequência o sítio virtual do Ministério da Cultura é atualizado?

Sala da Comissão, Senadora **Rosalba Ciarlini** – Senador **Flávio Arns** – Senador **Sérgio Zambiasi**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
NA REUNIÃO DE 15/04/08, OS SENHORES SENADORES:

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- ALOÍZIO MERCADANTE
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
	9- SIBÁ MACHADO
PMDB	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
(VAGO)	6- (VAGO)
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	
(VAGO)	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- DEMÓSTENES TORRES
VIRGINIO DE CARVALHO	3- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
RAIMUNDO COLOMBO	5- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
RELATOR	7- (VAGO)
MARCONI PERILLO	8- EDUARDO AZEREDO
MARISA SERRANO	9- SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	10- LÚCIA VÂNIA
FLEXA RIBEIRO	
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	(VAGO)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PÉRES

(À Mesa, para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 457, DE 2008

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda, informações sobre os recursos provenientes da produção de petróleo, detalhando, para os últimos dois anos, o valor que foi arrecadado e deste valor quanto foi repassado à Marinha de Guerra do Brasil.

Justificação

Em Audiência Pública da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado sobre os **royalties** do petróleo foi detalhada a distribuição pela qual a Marinha de Guerra tem direito a 20% do valor correspondente aos **royalties** da exploração da plataforma marítima pela Lei nº 7.990, de 28-12-1989 e mais 15% pelo mesmo objeto da Lei nº 9.478, de 6-8-1997.

Entretanto, ao questionamento da normalidade do repasse à Marinha não houve resposta, tendo surgido informações outras de que o valor estaria sendo contingenciado.

Ora, o País atravessa há mais de dez anos um período de estabilidade democrática e econômica, com a inflação sob controle, o superávit primário bem administrado, e assim não vemos razões para o contingenciamento de recursos que vem sendo praticado pelo Governo Federal, tanto dos recursos do petróleo como tantos outros.

Enquanto isso as Forças Armadas vêm acontecer a progressiva desatualização e até mesmo deterioração dos seus equipamentos, armas e sistemas de defesa.

Isto preocupa o Congresso Nacional, em particular o Senado, pela sua Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, pois não vemos como possa haver uma mobilização nacional, eventualmente necessária, seja em virtude das freqüentes ameaças continentais que temos assistido, algumas a partir de nossas fronteiras também quase continentais, seja para proteger os pesados investimentos da nação brasileira na extração de petróleo em águas territoriais, a nossa Amazônia azul.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2008. – Senador **Eduardo Azeredo**.

(À Mesa, para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 458, DE 2008

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado do Planeja-

mento, Orçamento e Gestão, informações sobre os recursos provenientes da produção de petróleo, detalhando, para os últimos dois anos, o valor que foi arrecadado e deste valor quanto foi repassado à Marinha de Guerra do Brasil.

Justificação

Em Audiência Pública da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado sobre os **royalties** do petróleo foi detalhada a distribuição pela qual a Marinha de Guerra tem direito a 20% do valor correspondente aos **royalties** da exploração da plataforma marítima pela Lei nº 7.990, de 28-12-1989 e mais 15% pelo mesmo objeto da Lei nº 9.478, de 6-8-1997.

Entretanto, ao questionamento da normalidade do repasse à Marinha não houve resposta, tendo surgido informações outras de que o valor estaria sendo contingenciado.

Ora, o País atravessa há mais de dez anos um período de estabilidade democrática e econômica, com a inflação sob controle, o superávit primário bem administrado, e assim não vemos razões para o contingenciamento de recursos que vem sendo praticado pelo Governo Federal, tanto dos recursos do petróleo como tantos outros.

Enquanto isso as Forças Armadas vêm acontecer a progressiva desatualização e até mesmo deterioração dos seus equipamentos, armas e sistemas de defesa.

Isto preocupa o Congresso Nacional, em particular o Senado, pela sua Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, pois não vemos como possa haver uma Mobilização Nacional, eventualmente necessária, seja em virtude das freqüentes ameaças continentais que temos assistido, algumas a partir de nossas fronteiras também quase continentais, seja para proteger os pesados investimentos da nação brasileira na extração de petróleo em águas territoriais, a nossa Amazônia azul.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2008. – Senador **Eduardo Azeredo**.

(À Mesa, para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 459, DE 2008

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Defesa sobre vãos partindo de São Paulo com destino aos aeroportos localizados na província de Mendoza, na Argentina.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regi-

mento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Defesa sobre vôos partindo de São Paulo com destino aos aeroportos localizados na província de Mendoza, na Argentina:

1. Quais foram os vôos realizados, desde 2007, em aviões particulares, excetuados os vôos de carreira, cuja origem tenha sido São Paulo e cujo destino tenha sido aeroportos localizados na província de Mendoza, na Argentina?
2. Quais os horários de partida e de chegada dos vôos acima citados?
3. Quais os nomes dos passageiros e tripulantes em cada um dos vôos relacionados acima?

Justificação

De acordo com notícias publicadas em periódicos da cidade de Manaus, o governador do Estado do Amazonas alugou aeronave na cidade de São Paulo para se deslocar para eventos particulares na província de Mendoza, na Argentina, o que constitui desperdício dos já escassos recursos do orçamento do Estado.

Assim, o presente requerimento pretende esclarecer a situação acima descrita.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 460, DE 2008

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Defesa sobre vôos do avião particular de prefixo PPMDB.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Defesa sobre vôos do avião particular de prefixo PPMDB:

1. Quais as origens e destinos dos vôos realizados desde abril de 2007 pelo avião Citation Excel, de prefixo PPMDB?
2. Quais os horários de partida e de chegada dos vôos relacionados acima?
3. Quais os nomes dos passageiros e tripulantes desse avião em cada um dos vôos relacionados acima?

Justificação

De acordo com notícias publicadas em periódicos do meu estado, o governador usou excessivamente a

aeronave acima mencionada para deslocamentos pelo Brasil e para o exterior, constituindo-se em desperdício dos já escassos recursos do orçamento do Estado do Amazonas.

Assim, o presente requerimento pretende esclarecer a situação acima descrita.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 461, DE 2008

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Defesa sobre vôos do avião particular de prefixo PPAIO.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Defesa sobre vôos do avião particular de prefixo PPAIO:

1. Quais as origens e destinos dos vôos realizados desde 2003 pelo avião Cessna Citation III de prefixo PPAIO?
2. Quais os horários de partida e de chegada dos vôos relacionados acima?
3. Quais os nomes dos passageiros e tripulantes desse avião em cada um dos vôos relacionados acima?

Justificação

De acordo com notícias publicadas em periódicos do meu estado, o governador usou excessivamente a aeronave acima mencionada para deslocamentos pelo Brasil e para o exterior, constituindo-se em desperdício dos já escassos recursos do orçamento do Estado do Amazonas.

Assim, o presente requerimento pretende esclarecer a situação acima descrita.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMIENTO N° 462, DE 2008

Requeremos, nos termos do art. 199, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial às 10 horas, do dia 12 de junho de 2008, destinada a homenagear os 100 anos da imigração japonesa para o Brasil.

Justificação

O Brasil é a maior nação negra fora da África, mas é, também, uma sociedade criada por diversas outras culturas, entre as quais, destaca-se a japonesa. Em 18 de junho de 1908, aportava em Santos o navio Kasato Maru, com a primeira leva de imigrantes, composta por 165 famílias, às quais se juntariam, nos sete anos subseqüentes, outras 3434.

A imigração japonesa para o Brasil foi intensificada entre 1917 e 1940, período marcado por significativo crescimento econômico, representado pelas lavouras de café, sobretudo no Estado de São Paulo, onde se acolheu a maior parte dos imigrantes.

Resultante de um acordo entre os Governos japonês e brasileiro, os imigrantes, premidos pela crise demográfica e pelo desemprego, vieram com a missão de difundir a cultura nipônica nas Américas. Gradativamente, o Brasil foi ganhando traços japoneses, sobretudo no bairro da Liberdade, em São Paulo, onde se concentrou a colônia nipônica.

Hoje, não há como falar no Brasil sem reconhecer a contribuição cultural desse maravilhoso povo, que nos brindou com ensinamentos de disciplina, perseverança e educação, além da culinária típica. A cultura nipo-brasileira, representada por 1,5 milhão de habitantes, irradiou-se para os quatro cantos do País, embora tenha presença mais marcante em São Paulo, no Paraná, Mato Grosso do Sul e Pará.

Homenagear os isseis, nisseis, sanseis e yonseis, por meio de uma Sessão Especial para comemorar os cem anos de imigração japonesa, é prestar o reconhecimento devido a um povo que, assim como tantos outros, contribuiu para formar esta nova gente brasileira, nascida pluralidade étnica e cultural.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2008.

Senador **MARCONI PERILLO**
PSDB - GO

The image shows two sheets of lined paper with handwritten signatures and names. On the left sheet, there are three signatures: a large, stylized one at the top, a smaller one in the middle, and another at the bottom. To the left of the top signature is the name 'Gwendolyn Rogers Rubino' written vertically. On the right sheet, there are two signatures: a large one at the top and a smaller one at the bottom. Between these two signatures, the name 'Lenaad Kierington' is written twice, once above and once below the middle signature.

Gwendolyn
 Rogers
 Rubino

Lenaad Kierington
 Lenaad Kierington

REQUERIMIENTO N° 463, DE 2008

Nos termos do § 5º do art. 154 do Regimento Interno do Senado Federal, requiro a realização de Sessão Especial no próximo dia 18 de dezembro, em homenagem aos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos a serem completados no dia 10 de dezembro deste ano.

Requeiro ainda sejam convidadas para a referida audiência autoridades e representantes de entidades ligadas aos direitos humanos no Brasil, cuja lista seguirá oportunamente à Secretária deste Plenário.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2008.

Senador JOSÉ NERY - PSOL-PA

Senator JOSE PERRY - PSOL-FLA

Jaqueline Ellington
M. U. U.
~~Patricia Saboya~~
Sen. M. U. U.
Sen. M. U. U.
Sen. M. U. U.

Justificação

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, representou, sem dúvida, um verdadeiro divisor de águas na conjuntura política, jurídica e ética internacional. Resgatando, em grande parte, os preceitos da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, da Revolução Francesa, bem como do Bill of Rights, de 1776, a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi ainda mais adiante, ao absorver, além dos princípios da Igualdade e da Liberdade, presentes nesses documentos, também o princípio da Igualdade, já presente na Constituição da segunda república francesa. Não poderia ser diferente, forjada que foi sob o impacto das atrocidades cometidas durante a 2ª Guerra Mundial, que se valeram justamente da total hostilidade ao princípio da Igualdade, exaltando a superioridade de uma nação, de uma raça, de um povo sobre outro.

Embora alguns questionem a força jurídica da Declaração Universal dos Direitos do Homem, argumentando que se trata de um texto não-vinculante e, portanto, com força apenas de “recomendação”, é de amplo entendimento, atualmente, que se trata de um documento fundante, iniciador, cujo âmago é a própria noção de ser humano. Ao reconhecer a igualdade essencial de todo ser humano em sua dignidade de pessoa, consolida-se como referência maior no

reconhecimento da igualdade como fonte de todos os valores, independentemente das diferenças de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição, conforme explicitado em seu artigo II.

Desde sua edição, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos tem sido um documento reconhecido e respeitado por todas as nações democráticas, e ao qual todas se reportam e se fundamentam para a elaboração de suas respectivas legislações, das maiores às menores. Embora represente um avanço gigantesco no que se refere à consolidação do legado histórico, construído ao longo de décadas, para a definição e constituição dos princípios dos direitos humanos, lamentavelmente violações de toda ordem ainda são muito frequentes no mundo inteiro. Evidentemente, isso não retira o mérito indiscutível desse documento basilar, que, ao lado da democracia, devem continuar a orientar as instituições políticas, sociais e éticas das nações democráticas.

Dessa forma, para louvar os 60 anos da Declaração dos Direitos Humanos e reafirmar a sua extraordinária importância para o avanço dos povos de todo o mundo, proponho a realização de uma sessão especial no Plenário do Senado Federal, com a presença de representantes de diversas entidades de direitos humanos do país.

REQUERIMENTO Nº 464, DE 2008

Nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos que seja realizada Sessão Especial do Senado Federal no dia 12 de novembro de 2008, às 10 horas, com o objetivo de comemorar o 60º aniversário da fundação da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica.

Justificação

A Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica é uma entidade científica voltada ao aprimoramento e à evolução da Cirurgia Plástica no Brasil. Com 4.500 sócios, entre especialistas, aspirantes a membros e estudantes de cirurgia plástica, realiza anualmente congressos e jornadas, a fim de promover permanente reciclagem científica da categoria.

Fundada em 1948, este ano comemorará 60 anos de sua existência e realizará, na capital do País, o seu 45º Congresso de Cirurgia Plástica, de 12 a 15 de novembro de 2008, com a presença de aproximadamente 1.800 cirurgiões plásticos de todo o Brasil e alguns internacionais, incluindo o Patrono da Cirurgia Plástica no Brasil, o internacionalmente conhecido professor Ivo Pitanguy.

Nada mais justo que, para marcar esse fato, o Senado Federal realize, no próximo dia 12 de novembro, Sessão Especial destinada a homenagear aquela entidade, à qual a medicina brasileira tanto deve e, por extensão, a todos os cirurgiões plásticos do nosso País.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2008.

Senador HERÁCLITO FORTES

Francisco de Assis de Almeida (Mesa)
Roberto Vianna
João Alencar
João Carlos

REQUERIMENTO Nº 465, DE 2008

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para que seja realizada, no dia 10 de dezembro de 2008, Sessão Especial para comemorar os 60 anos da proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, ocorrida no dia 10 de dezembro de 1948.

Sala das sessões, 17 de abril de 2008.

Senador Cristovam Buarque

Senador Paulo Paim

REQUERIMENTO Nº 466, DE 2008

Requeiro, nos termos do Art. 160, combinado com o Art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, que a Hora do Expediente da sessão do Senado Federal do dia 29 de maio de 2008 seja dedicada a homenagear os sessenta anos de existência da Associação Pestalozzi de Niterói/RJ, ininterruptamente vivenciados na defesa de direitos e promoção de ações cidadãs que

beneficiam as pessoas com deficiência atendidas pela Entidade. Prestadora de serviços de caráter público, a Associação das Pestalozzis de Niterói pauta suas atividades priorizando ações que valorizam o ser humano em sua diversidade, com a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência. Focada num modelo de convivência humana, a Associação das Pestalozzis de Niterói cultiva valores e princípios éticos de respeito às diferenças e ações de educação, saúde, trabalho, assistência, e reabilitação, dentre outras, para a promoção das pessoas com deficiência. A homenagem no Senado Federal representa uma justa oportunidade de reconhecimento e divulgação para todo o Brasil da contribuição prestada pelo Movimento Pestalozziano para a construção da Educação Especial em nosso País. O trabalho realizado pela Associação das Pestalozzis de Niterói ao longo de suas seis décadas de existência é o de uma Instituição estruturada e com atuação interdisciplinar, que responde com presteza e eficiência às necessidades de pessoas com deficiência desde a infância até a idade adulta.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão votados oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 467, DE 2008

Requeiro nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedido voto de aplauso pelo transcurso do centenário do sanitarista mineiro Henrique Furtado Portugal, nascido em 18 de abril de 1908, em Rio Preto, Minas Gerais.

Justificação

O homenageado foi médico sanitarista, escritor, político, e em especial, professor, marcando com sua presença mais de uma geração de alunos. Formou-se em Medicina em 1931, no Rio de Janeiro, pela Universidade do Brasil, tendo ido clinicar, em 1932, em

sua terra natal, onde também foi professor na Escola Normal. Em meados de 1933 por concurso público, foi chefe do Posto de Higiene de Araxá, e posteriormente, em 1941, chefiou o Centro de Saúde de Uberlândia, que era sede de Circunscrição Sanitária a dividir com três estados: São Paulo, Goiás e Mato Grosso.

Transferido para o Centro de Saúde de São João Del Rei, lá ficou de 1942 a 1946, e introduziu a vacina BCG (tuberculose hanseníase), tornando aquela cidade pioneira oficial nesse aspecto em junho de 1943.

Promovido para Belo Horizonte, em 1946, foi chefe do Serviço de Propaganda e Educação Sanitária (SPES), com palestras semanais na Rádio Inconfidência.

De 1951 a 1955 chefiou os gabinetes dos Secretários de Saúde de Minas: Mário Hugo Ladeira, Antônio de Oliveira Guimarães e Juarez de Souza Carmo, todos do governo Juscelino Kubitschek; em 48 meses de chefia do Gabinete da Secretaria da Saúde, foram instalados pelo interior 250 Postos de Saúde, um a cada seis dias.

Respondeu pela Secretaria do Interior e pela Secretaria da Saúde no governo Clóvis Salgado e, mais tarde, no governo Magalhães Pinto, chefiou o Gabinete do Secretário da Viação, Lúcio de Souza Cruz.

Teve grande influência na aprovação e regulamentação da lei da iodação do sal de cozinha (Lei Federal nº 1.944 de 14-8-1953) como prevenção do bócio endêmico (“papo”), a deficiência de iodo na alimentação que torna as pessoas letárgicas, representando a Secretaria de Saúde de Minas em 1958, no início dessa campanha nas Usinas Feririas, em Cabo Frio-RJ.

Foi professor do Instituto de Educação de Minas Gerais Colégio Estadual Central, Colégio Loyola, Colégio Santo Antônio, Colégio Santa Maria e da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas.

Além disso, tinha muito orgulho de ter sido conselheiro do Clube Atlético Mineiro.

Político, foi membro da Comissão Executiva do Partido Republicano – PR – em Minas Gerais, participando do seu Diretório Nacional e se orgulhava muito da atuação da sua prima Maria Portugal Duque Costa, escritora e poetisa, fundadora da regional do PR no Rio de Janeiro, partido pelo qual comecei a minha vida pública. O PR, do Presidente Artur Bernardes, foi um dos grandes defensores da criação da Companhia Vale do Rio Doce, preservando as riquezas nacionais.

Foi agraciado com a Medalha da Inconfidência em 1958 e com a Grande Medalha da Inconfidência, em 1980; com a Medalha Santos Dumont em 1977, a Medalha Vital Brasil e a Medalha Carlos Chagas em 1980.

Publicou mais de mil e duzentos artigos em jornais e revistas sobre temas de higiene, medicina, política e literatura.

Autor dos livros: Noções de Higiene Rural (premiado pelo Ministério da Agricultura em 1943); Vital Brasil – Subsídio para biografia; Alimentação da população rural; Saneamento Rural; BCG e Reação de Mitsuda, e três volumes didáticos: Anatomia e Fisiologia Humanas, Biologia Educacional e Higiene e Puericultura, em parceria com o Professor José Guerra Pinto Coelho.

Foi sócio efetivo de várias sociedades científicas, entre as quais a Academia Mineira de Medicina, Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e Sociedade Brasileira de Médicos Escritores, instituições que lhe estão prestando homenagem em seu centenário de nascimento.

Conhecido pela atenção que dedicava às pessoas e pela simplicidade de seu estilo de vida fez muitos amigos e plantou sementes, que, com seus bons frutos o tornou digno de ser homenageado com a “Rua Henrique Furtado Portugal”, por projeto de lei municipal de iniciativa do vereador Paulo Portugal, que muito se orgulhava do mesmo sobrenome e de ser confundido com ele, embora de outro ramo familiar, lei aprovada pela Câmara Municipal de Belo Horizonte em 25 de junho de 1984.

Faleceu em 20-6-1984, deixando 22 netos, hoje 27, descendência complementada com 17 bisnetos. Foi sepultado em 21-6-1984, em Rio Preto, Minas Gerais, sua terra natal, à qual serviu durante toda a sua vida.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2008. – Senador **Paulo Duque**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 468, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, do RISF, e do disposto no art. 55, inciso III, da CF, seja autorizado meu afastamento dos trabalhos desta Casa no período de 22 a 25 de abril próximo, para cumprir missão oficial nos Estados Unidos da América do Norte. A missão, decorrente de convite do governo daquele país, tem por objetivo principal o acompanhamento das eleições primárias e do processo eleitoral, bem como fomentar maior intercâmbio entre os dois países, mediante encontros com autoridades do Executivo e do Legislativo locais.

Nos termos do art. 39, inciso I e parágrafo único do RISF, comunico que estarei ausente do País no período de 19 a 26 de abril deste.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2008. – Senador **Virgínio de Carvalho**.

REQUERIMENTO Nº 469, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 40, combinado com o art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja considerada como desempenho de missão no exterior, minha participação na delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que visitará os Estados Unidos para acompanhar as primárias das campanhas eleitorais no período de 19 a 26 de abril de 2008.

Informo, nos termos do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País no período de 19 a 26 do corrente, para participar da missão supracitada.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2008. – Senador **Adelmir Santana**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão votados oportunamente.

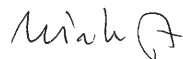
Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

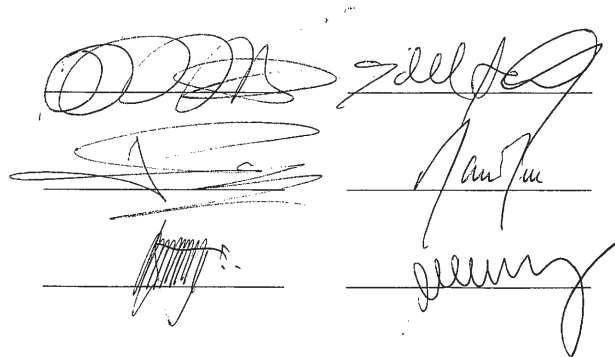
REQUERIMENTO Nº 470, DE 2008

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 4 de setembro de 2008, destinada a homenagear o médico, pesquisador e ex-Deputado Federal Josué de Castro, em comemoração ao centenário do seu nascimento, que ocorrerá no dia 5 de setembro de 2008.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2008.



Senador Cristovam Buarque



O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 471, DE 2008

Requer Voto de Aplauso ao acadêmico, da Academia Piauiense de Letras, político e ex-Deputado Federal Jônatas de Barros Nunes, pela publicação do livro “Jônatas com a Palavra”, coletânea de discursos.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Aplauso ao ilustre homem público Jônatas de Barros Nunes, ex-Deputado Federal e membro da Academia Piauiense de Letras, pela publicação de seu livro “Jônatas com a Palavra”, uma coletânea de seus discursos.

Requeiro ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado.

Justificação

O Voto de Aplauso que requeiro ao Senado da República é justa homenagem ao ilustre homem público piauiense, o ex-Deputado Jônatas de Barros Nunes, membro da Academia Piauiense de Letras. Tive o privilégio de conviver com Jônatas na Câmara dos Deputados à época em que fui seu colega, ao cumprir o mandato de 1983 a 1987. Recordo-me com nitidez do empenho com que se dedicou àquela missão. Como também tenho lembrança de seus pronunciamentos sempre oportunos e cheios de civismo.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2008

Senador HERÁCLITO FORTES

Senador ARTHUR VIRGÍLIO
Líder do PSDB

Senador MÃO SANTA

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 48/2008 – GLDBAG

Brasília, 16 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais e em atenção ao OF. SF nº 301/2008, indico o Senador Antonio Carlos Valadares para compor, em nome do Bloco de Apoio ao Governo, a Procuradoria Parlamentar do Senado Federal.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência designa o Senador Antonio Carlos Valadares para integrar, em nome do Bloco de Apoio ao Governo, a Procuradoria Parlamentar do Senado Federal, nos termos do expediente lido.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF./LID./Nº 115/2008

Brasília, 16 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que estou renunciando ao mandato de suplente na Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul, para indicar o Deputado Ilderlei Cordeiro (PPS/AC) como meu substituto.

Atenciosamente, – Deputado **Fernando Coruja**, Líder do PPS.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) –

A Presidência designa o Deputado Ilderlei Cordeiro para integrar, como suplente, a Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul, nos termos do expediente lido.

sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 158/08

Brasília, 16 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência tornar sem efeito a indicação do Deputado Ciro Pedrosa – PV/MG, em substituição ao Deputado Edson Duarte – PV/BA, para integrar na condição de Suplente, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com finalidade de investigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (Cartões Corporativos) por integrantes da Administração Pública Federal, denominados ecônomos.

Colho o ensejo para reiterar a Vossa Excelência meus protestos do mais alto apreço e consideração.

Atenciosamente, – Deputado **Sarney Filho**, Líder do PV.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O ofício lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF/GAB/I/Nº 371

Brasília, 16 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação do Deputado Zezéu Ribeiro – PT para participar, na qualidade de Suplente, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Deputado Fernando Lopes.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Vice-Líder do Bloco, no exercício da Liderança.

OF/GAB/I/Nº 368

Brasília, 16 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação do Deputado Zezéu Ribeiro – PT para participar, na qualidade de Suplente, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Deputado Fernando Lopes.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **Henrique Eduardo Alves**, Líder do Bloco.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 137, DE 2008

Veda, a partir de 13 de maio de 2014, o uso de lema escrito na bandeira nacional caso até lá não seja erradicado o analfabetismo absoluto no País.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica vedado o uso do lema “ordem e progresso” na bandeira nacional enquanto o Brasil não for considerado território livre de analfabetismo absoluto.

Art. 2º Esta lei entra em vigor em 13 de maio de 2014.

Justificação

Em 1889, depois da queda da monarquia, os republicanos desenharam a nova bandeira do Brasil, escrevendo nela o lema “ordem e progresso”. Não se percebeu, à época, o contraditório de se escrever um texto na bandeira de um país cuja população era, preponderantemente, analfabeta. A bandeira só era reconhecida por 35% dos adultos. Os analfabetos não foram considerados cidadãos, ficaram sem bandeira. A única justificativa ética política para o uso do lema escrito teria sido um forte programa de erradicação do analfabetismo, logo no início da República, mas isto não aconteceu.

No começo do século XXI, na véspera do 120º aniversário da República, a taxa de analfabetismo ainda mantém o absurdo percentual de 13,6%, e o número absoluto dos analfabetos quase triplicou, atingindo a cifra de 16 milhões. Esses brasileiros são incapazes de ler os dizeres da bandeira pátria.

Este projeto pretende fazer com que a bandeira brasileira cresça de importância, seja reconhecida por todos para revigorar o espírito dos brasileiros, mobilizando a nação para um intenso e rápido programa de erradicação do analfabetismo, até o dia 13 de maio de 2014. Nosso intento é criar um vínculo de responsabilidade para a União, que implique no comprometimento do Poder Público com a efetiva extinção do analfabetismo. Tal lei certamente mobilizará todos em um movimento de cobrança legítimo pelo fim da vergonha de possuímos filhos que não sabem ler ou escrever.

É com a certeza de que isto é possível tecnicamente, que apresento este projeto de lei, mas também com a convicção de que se, por alguma omissão política, não erradicarmos o analfabetismo, temos a obrigação ética de fazermos a bandeira ser de todos, para o que não se justifica texto escrito, que 16 milhões de brasileiros não são capazes de reconhecer.

É com o maior senso de dever cívico, e pelo alto valor humano e social da proposição que a submetemos a esta Casa, contando com a aprovação de nossos Pares.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2008. – Senador **Cristovam Buarque**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, DE 2008

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução do Imposto de Renda da Pessoa Física de despesas para custeio de educação de menores carentes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, fica acrescido dos seguintes dispositivos:

“Art. 8º

II –

h) a pagamentos de despesas com instrução, efetuados a estabelecimentos de ensino, relativamente à educação infantil, compreendendo as creches e as pré-escolas; ao ensino fundamental; ao ensino médio; e à educação profissional, compreendendo o ensino técnico e o tecnológico, de crianças e adolescentes apadrinhados, devidamente inscritas no programa Bolsa Família.

§ 4º as deduções de que trata a alínea h do inciso II deste artigo observarão o mesmo limite anual individual da alínea b do inciso II deste artigo. (NR)”

Art. 2º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia de receita decorrente do disposto nesta lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta, bem como incluirá a renúncia mencionada nas propostas orçamentárias dos exercícios seguintes.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. A dedução de que trata esta lei só produzirá efeitos no exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 2º.

Justificação

A lei permite, hoje, aos contribuintes, deduzir gastos com a educação de seus dependentes. Em 2007, dados da Secretaria da Receita Federal revelam que quase um bilhão de reais deixaram de ser recolhidos por pessoas físicas, para cobrir gastos com escolas privadas. Esse benefício atinge apenas crianças bem nascidas, cujo responsável, de acordo com a legislação, pode deduzir, anualmente, R\$2.373,84 da sua renda bruta, o que significa renúncia de até R\$652,80, para cada criança estudando em escola privada. A mesma lei, que permite o uso de recursos públicos para que o contribuinte possa financiar o estudo de seus filhos, não permite o uso do mesmo sistema de dedução no Imposto de Renda se quiser apoiar a educação de crianças carentes, filhas de pais pobres.

A nossa proposta é a de estender o benefício às despesas efetuadas por pessoa física na educação de crianças e adolescentes carentes, a fim de estimular o apadrinhamento.

Para garantir que a dedução atinja apenas os verdadeiros necessitados e que venha a reforçar os recursos

disponíveis para a educação, restringimos a possibilidade de dedução às despesas feitas em favor de crianças e adolescentes inscritos no programa bolsa-família.

Contamos com o apoio dos nobres Senadores ao projeto, que, temos certeza, virá em prol de uma causa maior: a ampliação das oportunidades e dos recursos para a área de educação.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2008. – Senador **Cristovam Buarque**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 19 DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Art. 473. O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário: (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967)

I – até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica; (Inciso incluído pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967)

II – até 3 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento; (Inciso incluído pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967)

III – por um dia, em caso de nascimento de filho no decorrer da primeira semana; (Inciso incluído pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967)

IV – por um dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada; (Inciso incluído pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967)

V – até 2 (dois) dias consecutivos ou não, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva. (Inciso incluído pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967)

VI – no período de tempo em que tiver de cumprir as exigências do Serviço Militar referidas na letra “c” do art. 65 da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar). (Incluído pelo Decreto-Lei nº 757, de 12-8-1969)

VII – nos dias em que estiver com provadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior. (Inciso incluído pela Lei nº 9.471, de 14-7-1997)

VIII – pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a júízo. (Inciso incluído pela Lei nº 9.853, de 27-10-1999)

IX – pelo tempo que se fizer necessário, quando, na qualidade de representante de entidade sindical, estiver participando de reunião oficial de organismo internacional do qual o Brasil seja membro. (Incluído pela Lei nº 11.304, de 2006)

.....

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

CAPÍTULO III

Da Educação, da Cultura e do Desporto

Seção I
Da Educação

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 139, DE 2008

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, para conceder ao trabalhador um dia de folga anual para que possa acompanhar as atividades escolares dos filhos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido dos seguintes dispositivos:

Art. 473. O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário:

X – por um dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, para que possa participar das atividades escolares dos filhos, desde que matriculados no ensino fundamental ou médio.

§ 1º A participação nas atividades escolares a que se refere o inciso X deste artigo deverá ser requerida pelo empregado com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência e atestada a sua presença pela administração da escola.

§ 2º Além do disposto no inciso X deste artigo, os acordos e convenções coletivas poderão ampliar a participação dos empregados nas atividades escolares de seus filhos.

Art. 2º Esta lei entra em vigor sessenta dias após a data de sua publicação.

Justificação

O art. 205 da Constituição Federal estabelece que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O princípio contido na Carta Magna deve ser instrumentalizado para que se torne eficaz e alcance os objetivos pretendidos pelo legislador Constituinte.

É por esta razão, que ofereço para análise dos membros do Congresso Nacional a presente proposição.

Não há como dissociar a educação formal daquela recebida no ambiente familiar. O distanciamento dos pais em relação aos seus filhos é cada vez maior, principalmente no que se refere aos assuntos escolares.

O Estado, por maior investimento que se faça em educação, não suprirá a educação que passa de pai para filho.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estabelece no seu art. 473, que o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário em determinadas situações.

Não é admissível que a empresa ou o empregador não possa liberar o seu funcionário, pelo menos uma vez por ano, para que ele possa se inteirar dos assuntos escolares de seu filho.

São tantas as atividades desenvolvidas numa escola, que poderíamos pedir às empresas brasileiras e aos empregadores em geral que se somassem a esse esforço nacional por melhor educação e maior participação dos pais nesse processo.

Por esta razão, incluímos dispositivo de caráter mais programático, onde empregados e empregadores poderão elaborar formas de ampliação da participação dos pais nas atividades escolares de seus filhos, nos termos estabelecidos em acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Assim, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2008. – Senador **Cristovam Buarque**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995

Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....
Art. 8º A base de cálculo do imposto devido no ano-calendário será a diferença entre as somas:

II – das deduções relativas:

a) aos pagamentos efetuados, no ano-calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais, bem como as despesas com exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias;

b) a pagamentos de despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes, efetuados a estabelecimentos de ensino, relativamente à educação infantil, compreendendo as creches e as pré-escolas; ao ensino fundamental; ao ensino médio; à educação superior, compreendendo os cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado, doutorado e especialização); e à educação profissional, compreendendo o ensino técnico e o tecnológico, até o limite anual individual de: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007) (Vide Medida Provisória nº 2.159-70, de 2001)

1. R\$ 2.480,66 (dois mil, quatrocentos e oitenta reais e sessenta e seis centavos) para o ano-calendário de 2007; (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

2. R\$ 2.592,29 (dois mil, quinhentos e noventa e dois reais e vinte e nove centavos) para o ano-calendário de 2008; (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

3. R\$ 2.708,94 (dois mil, setecentos e oito reais e noventa e quatro centavos) para o ano-calendário de 2009; (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

4. R\$ 2.830,84 (dois mil, oitocentos e trinta reais e oitenta e quatro centavos) a partir do ano-calendário de 2010; (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

5. (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

c) à quantia, por dependente, de: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

1. R\$ 1.584,60 (mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos) para o ano-calendário de 2007; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

2. R\$ 1.655,88 (mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e oito centavos) para o ano-calendário de 2008; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

3. R\$ 1.730,40 (mil, setecentos e trinta reais e quarenta centavos) para o ano-calendário de 2009; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

4. R\$ 1.808,28 (mil, oitocentos e oito reais e vinte e oito centavos) a partir do ano-calendário de 2010; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

d) às contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

e) às contribuições para as entidades de previdência privada domiciliadas no País, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social;

f) às importâncias pagas a título de pensão alimentícia em face das normas do Direito de Família, quando em cumprimento de decisão judicial ou acordo homologado judicialmente, inclusive a prestação de alimentos provisionais;

g) às despesas escrituradas no Livro Caixa, previstas nos incisos I a III do art. 6º da Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990, no caso de trabalho não-assalariado, inclusive dos leiloeiros e dos titulares de serviços notariais e de registro.

.....
**LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000**

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**Seção III
Da Lei Orçamentária Anual**

Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

II – será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

.....
Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§1º Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária. (Vide ADIN nº 2.238-5)

§ 3º O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias,

os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Seção II Da Renúncia de Receita

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no **caput**, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o **caput** deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I – às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II – ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, mensagem presidencial que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 19, DE 2008

Mensagem nº 19, de 2008-CN (nº 189/2008, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos dos artigos 73 e 74, parágrafo quinto, da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao primeiro bimestre de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A mensagem que acaba de ser lida vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, aviso da Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO DA MINISTRA-CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

– Nº 269/2008, de 17 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 91, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício do Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 15/2008-CMA

Brasília, 16 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em razão de não mais pertencer aos quadros do Partido Democratas (DEM), o Senador César Borges deixa de ocupar a vaga de titular pertencente ao Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) na Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, passando a ocupar a vaga de titular pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB, PP), em substituição ao Senador João Ribeiro, na mesma Subcomissão.

Informo, também, a eleição do Senador Flexa Ribeiro como vice-presidente da Subcomissão.

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos de apreço e consideração.

Cordialmente, – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

A Presidência comunica ao Plenário que foram autuados, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, os seguintes avisos:

AVISOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

- Aviso nº 5, de 2008-CN (nº 221-Seses-TCU-Plenário/2008, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 397, de 2008-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram, referente ao levantamento de auditoria no Edital da Concorrência nº 3/2006, promovida pela Agência Espacial Brasileira para a contratação das obras de complementação da infra-estrutura geral do Centro de Lançamento de Alcântara – (TC nº 009.484/2006-2).
- Aviso nº 6, de 2008-CN (nº 330-Seses-TCU-Plenário/2008, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 608, de 2008-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram, referente à constatação de irregularidade em licitação conduzida pela Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT (Concorrência Pública nº 2/2007), com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e tendo por objeto a recuperação e melhorias de infra-estrutura urbanas diversas no município em referência (TC nº 029.772/2007-3).
- Aviso nº 7, de 2008-CN (nº 345-Seses-TCU-Plenário/2008, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 603, de 2008-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram, referente aos Relatórios de Gestão Fiscal de alguns órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, referentes ao 3º Quadrimestre de 2007 – (TC nº 002.986/2008-9).

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Os avisos que acabam de ser lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito entre os presentes, Senador Eduardo Azeredo. Logo após, falará o Senador Eduardo Suplicy, sem prejuízo da ordem de inscrição.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto a esta tribuna para me referir a uma notícia boa para o setor de cultura, que é um setor que vem padecendo ao longo dos anos com a falta de investimentos. Boa notícia também neste momento em que

prefeitos de todo o Brasil vêm a Brasília na Marcha Nacional dos Prefeitos.

Neste ano de 2008, 649 Municípios de Minas Gerais estão recebendo o ICMS Cultural, distribuído a partir de critérios que consideram a conservação do patrimônio histórico e cultural das cidades mineiras. Portanto, como Minas tem 853 Municípios, já são três quartos dos Municípios mineiros que têm essa preocupação com o rico patrimônio histórico e cultural que temos.

Em 1996, primeiro ano de aplicação desse critério, 106 Municípios receberam recursos por terem, no ano anterior, conseguido se cadastrar com consistência, ou seja, de acordo com documentação apresentada ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (Iphea). Já no ano passado, 586 Municípios participaram do credenciamento. Um crescimento, portanto, de 511%! Isso mostra a importância da informação, de despertar os Municípios para o patrimônio histórico. Evidentemente que esse despertar foi feito com esse incentivo financeiro através da distribuição de ICMS.

Fico feliz em anunciar que pelo menos duas em cada três cidades mineiras estão conseguindo reforçar seus caixas com políticas de incentivo cultural, de preservação do patrimônio histórico – marca mais do que registrada em nosso Estado.

Fico mais feliz ainda, ou melhor, na verdade, Senador Alvaro Dias, orgulhoso, ao lembrar que essa política foi implementada durante a minha gestão à frente do governo de Minas.

A Constituição Federal determina que a distribuição dos recursos de ICMS se faça proporcionalmente ao Valor Adicionado Fiscal, o VAF, em três quartos dos recursos, e que o restante seja distribuído conforme lei estadual.

Em Minas Gerais, tivemos oportunidade de aperfeiçoar a legislação que mantinha o VAF como único critério distribuidor, como critério preponderante, praticamente único. Com a participação essencial do Poder Legislativo, foi elaborada nova lei de distribuição dos recursos do ICMS aos Municípios, com a adoção de novos critérios. Foram dez meses de discussões, simulações, análises técnicas, econômicas e sociológicas.

Com os novos critérios, a distribuição de ICMS se tornou, sem dúvida, mais justa, tanto que a lei passou a ser chamada de Lei Robin Hood – o lendário herói inglês que tirava dos ricos para dar aos pobres –, pois os Municípios mais fortes realmente deixaram de receber um pouco, diminuindo a concentração, e os Municípios mais carentes passaram a receber muito mais em relação ao que recebiam. Um processo realmente de justiça e de busca de desconcentração, que é o que acontece tanto em nosso País.

Um desses critérios, o da preservação do patrimônio histórico e artístico, permite que o conjunto dos Municípios que o praticam receba 1% dos recursos da distribuição do ICMS.

Vejam bem: 1% da receita do ICMS de Minas Gerais é distribuído para as cidades que cuidam e que são organizadas para gerir o seu patrimônio.

Esses Municípios têm lei de preservação, regulamentando os instrumentos previstos na Constituição. Necessariamente, têm também um Conselho do Patrimônio.

Extrapolando o benefício financeiro, a aplicação do novo critério contou com procedimentos didáticos do Instituto Estadual de Patrimônio Histórico (Iepha) para seu progresso. E, assim, uma cultura de preservação vem se instalando de forma irreversível.

Vejam, nobres colegas, que a prática foi tão apropriada pelos Municípios, que tem gerado disputas saudáveis, eu diria, entre eles.

O jornal **Hoje em Dia**, de Minas Gerais, no último sábado, traz como capa do seu caderno “Minas” a interessante notícia: “ICMS abre ‘guerra’ de tombamentos”. E completa: cidades históricas como Ouro Preto, Mariana e Diamantina disputam liderança do *ranking* por maior repasse.

Nessa briga saudável, Mariana tombou dois sítios arqueológicos, e Ouro Preto, o conjunto arquitetônico de Rodrigo Silva, um de seus distritos. No ano passado, Ouro Preto recebeu R\$125,8 mil e ficou com o primeiro lugar do *ranking*. Mariana, em segundo lugar, recebeu R\$117,3 mil.

Diamantina, que ganhou a terceira posição do *ranking*, também está prometendo entrar com boas armas nessa “boa guerra”. Segundo a Coordenadoria do Patrimônio Cultural da cidade, a documentação que será enviada ao Iepha vai mostrar investimentos muito significativos em cultura e patrimônio.

Há também, Sr^{as} e Srs. Senadores, as estreantes, como Pirapetinga, na Zona da Mata, que tem vários bens imóveis para preservação e também festas típicas como o Carnaval antigo e Via-Sacra ao vivo.

O artigo 216 da Constituição Federal define o patrimônio cultural brasileiro como tudo “...referente à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira...”

Muitos desses Municípios de Minas Gerais são modestos e experimentam, pela primeira vez, a presença de um profissional arquiteto, um restaurador ou de um historiador nas suas equipes.

A distribuição do ICMS Cultural é, repito, uma “guerra” saudável, sobretudo porque, em grande parte, depende de variáveis que o próprio Município controla. É muito simples: a prefeitura implementa políticas públicas compatíveis com o planejamento do estado e com as determinações constitucionais, faz uma boa gestão dos recursos públicos e a cidade ganha mais.

Nós, que já fomos prefeitos e governadores – muitos aqui –, sabemos que todo mês é uma nova disputa que se abre entre os Municípios para o recebimento de

mais recursos. Os prefeitos que estiveram em Brasília esta semana são prova disso. Mas não há dúvidas de que essa luta que se trava em Minas Gerais é uma luta democrática, transparente, legítima e legal.

Faço esta leitura, com o objetivo de incentivarmos cada vez mais as cidades não só de Minas Gerais, mas de todo o Brasil, a preservarem o seu patrimônio. Segundo, que outros Estados implantem um ICMS Cultural como esse que temos no Estado de Minas Gerais. E, terceiro, que estejamos atentos para que, dentro da reforma tributária proposta pelo Governo, nós tenhamos mecanismos semelhantes a esses para poderem ter um sistema de compensação aqueles Municípios que mais investem na preservação cultural, assim como temos também o ICMS Ecológico, dentro da mesma lei, da Lei Robin Hood, que beneficia cidades que têm mais cuidados ambientais. Na maioria dos nossos Estados não é assim; na maioria dos nossos Estados, permanece a concentração econômica: aqueles Municípios que mais produzem, que são mais industrializados, mais recebem recursos do ICMS recolhidos pelo Estado, enquanto aqueles que são mais carentes, que vivem da produção de microempresas, da produção rural, que já são mais carentes, permanecem mais carentes, já que a distribuição, na maioria dos Estados, é apenas por esse item econômico.

Em Minas, não! Em Minas, fizemos essa lei tão importante, que é a Lei Robin Hood, uma lei muito mais justa e que leva em consideração também esses critérios para sua distribuição compensatória: o investimento em meio ambiente, o investimento em cultura, assim como também o investimento em educação, em saúde. São vários critérios sociais, critérios geográficos, beneficiando os que têm também uma maior responsabilidade de manutenção das estradas vicinais, porque são Municípios, às vezes, muito grandes e que precisam ter mais recursos para cumprir essa obrigação que a prefeitura tem.

Quero ainda deixar aqui, Sr. Presidente, esta matéria importante que mostra “ICMS abre ‘guerra’ de tombamentos”, esperando que possamos aprimorar mecanismos como esse. Se tivermos o IVA substituindo o ICMS, precisamos ter também a previsão de que os Estados poderão legislar sobre parte da receita que vai ser distribuída aos Municípios, para preservar políticas públicas importantes, como essa do ICMS Cultural.

Antes de terminar, ainda, Presidente, vou só deixar também aqui, para leitura posterior, uma matéria que trago a esta tribuna, que se refere à implantação do primeiro Centro de Referência para a Saúde do Homem, localizado em São Paulo. O Governo José Serra inaugurou, com originalidade, esse primeiro hospital que é voltado para a saúde do homem. Temos já vários hospitais pelo Brasil que cuidam da saúde da mulher,

mas para a saúde do homem, não. E é importante que haja essa preocupação. Assim é que o Governador José Serra pôde inaugurar, na segunda-feira, esse importante centro com especialidades para andrologia, patologias da próstata, urologia, núcleos para *check-up*; especializado, portanto, numa área importante para a saúde como um todo.

De maneira, Presidente, que eu queria trazer esta mensagem em relação ao ICMS Cultural e comemorar

também essa implantação em São Paulo do Centro de Referência para a Saúde do Homem.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PATRIMÔNIO

ICMS abre 'guerra' de tombamentos

Cidades históricas como Ouro Preto, Mariana e Diamantina disputam liderança do ranking por maior repasse

CLÁUDIA REZENDE
REPÓRTER

Novos tombamentos de bens em Mariana e Ouro Preto, na Região Central de Minas Gerais, prometem acirrar a disputa das duas cidades históricas pelo primeiro lugar no ranking do ICMS Cultural. O prazo para entregar a documentação ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (Iepha) termina no dia 15. Os dois municípios ainda não enviaram o relatório, mas garantem estar com tudo pronto para comprovar os investimentos na área patrimonial. Mariana tombou dois sítios arqueológicos, e Ouro Preto, o conjunto arquitetônico de um de seus distritos. No ano passado, as duas cidades ficaram separadas apenas por dois pontos e meio na classificação - Ouro Preto ficou com 34,5 e Mariana, com 32. Ouro Preto acabou ficando no topo, mas somente depois de uma correção de cálculos feita pelo Iepha. Com isso, recebeu R\$ 125,8 mil, e Mariana, R\$ 117,3 mil.

Os morros de Santana e de Santo Antônio, em Mariana, são as duas áreas que receberam tombamento paisagístico e arqueológico do município neste ano. Elas mantêm vestígios do período de exploração do ouro na região. "É o retrato mais representativo dessa época. Possui as mais antigas minas do Estado", afirma o chefe do Departamento de Preservação do Patrimônio Cultural, Lélcio Pedrosa Mendes. Os dois locais possuem, também, ruínas de construção em alvenaria dos séculos XVIII e XIX, buracos de sarilho - orifício feito no chão para entrada de ar e retirada de cascalho - e muros de pedra.

De acordo com Lélcio Mendes, foi feito um dossiê de tombamento com cerca de 300 páginas. A prefeitura pretende, agora, fazer um projeto para abrir os morros para visitação turística. As duas áreas somam 260 hectares e, hoje, são acessadas apenas com a ajuda de guias locais. O Morro de Santana fica nos bairros do Rosário e do Gogó. Lá, também está a Capela de Santana. O Morro de Santo Antônio está localizado no Distrito de Passagem de Mariana, próximo à Estação Ferroviária. Conforme Lélcio Mendes, será feito, também, levantamento da fauna e flora das duas regiões.

A Prefeitura de Ouro Preto, no final do ano passado, realizou o tombamento do conjunto urbano e ferroviário do Distrito de Rodrigo Silva. O secretário Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano, Gabriel Simões Gobbi, conta que o local já é ponto turístico por causa das jazidas de topázio mineral, encontrado em poucas regiões do mundo.

"Queremos preservar o núcleo do distri-

to, que é a origem. Tem um casario colonial muito bonito e a antiga estação de trem", disse. Conforme o secretário, o tombamento do conjunto arquitetônico sozinho não garante uma boa pontuação para a cidade. É preciso comprovar os investimentos gerais na preservação e conservação do patrimônio. Em 2007, Ouro Preto tinha a maior pontuação já atingida em Minas Gerais na tabela do ICMS Cultural.

Em terceiro lugar, em 2007, com 25,9 pontos, Diamantina, na Região do Vale do Jequitinhonha, promete entrar na briga para valer neste ano. A coordenadora do Patrimônio Cultural da cidade, Verônica Mendonça Motta, informou que a documentação que será enviada para o Iepha vai mostrar investimentos de mais de R\$ 2 milhões em cultura e patrimônio feitos no período.

"Queremos o primeiro ou o segundo lugar", afirmou. Segundo ela, foram feitas intervenções para restauro e preservação na Igreja São Francisco, Mercado Velho, Praça do Bairro Gaicui, Cadeia Velha e Sobrado do Intendente. Este último será transformado em Museu de Arte Sacra. Além disso, a cidade investiu mais de R\$ 600 mil em eventos culturais e artísticos.

Cidades já experientes na disputa pelos recursos do ICMS Cultural concorrem com outras esprentes. Uma delas é Pirapetanga, na Região da Mata. É a primeira vez que o município tenta a verba e é um dos três que já enviaram documentação - os outros são Cássia, no Sul de Minas, e Iturama, no Triângulo Mineiro. A chefe do Serviço de Cultura e presidente do Centro Cultural de Pirapetanga, Vânia Tempera Alvim, disse que o procedimento é complicado e foi necessário pedir ajuda a outras cidades e a uma assessoria especializada. "Estamos felizes de, pelo menos, termos conseguido mandar os documentos".

Segundo ela, a cidade tem vários bens materiais e imateriais que devem ser preservados. Por exemplo, a Igreja Matriz de Nossa Senhora de Santana, plataforma da antiga estação ferroviária, Carnaval antigo, Via Sacra ao vivo, festas típicas e a Banda Sociedade Musical de 27 de Março, que completa 98 anos no próximo dia 20.

Ano eleitoral pode esfriar briga

Apesar dos índices que mostram crescimento de 511% no número de municípios participantes desde o primeiro ano do ICMS Cultural - passou de 106, em 1996, para 649, em 2007 -, o Iepha espera que, neste ano, a inscrição seja menor que no ano passado. De acordo com o diretor de Promoção do órgão Carlos Henrique Rangel, ano eleitoral apresenta queda de participação. "Infelizmente quando os prefeitos não vão concorrer à eleição, eles não se interessam em investir na cidade porque não querem deixar nada para pi adversários que vão assumir", lamenta.

As prefeituras se cadastram em um ano para receber recursos no ano seguinte, mas para isso, têm que comprovar que os investimentos em patrimônio foram feitos no ano anterior, conforme Carlos Rangel. Os critérios observados são educação patrimonial, tombamentos, relatório de ações e inventário de bens. Cada realização conta ponto para ICMS Cultural. No ano passado, um ponto equivalia a cerca de R\$ 17 mil. O ranking de pontuação deve ser divulgado em setembro. As cidades têm 30 dias para pedir revisão. A lista definitiva sai em dezembro.

O ICMS Cultural foi implantado em 1996 por meio da Lei 12.040 (depois, Lei 13.803/2000), também conhecida como Lei "Robin Hood", para distribuir com mais equidade as verbas arrecadas com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em Minas Gerais. São utilizados critérios nas áreas de saúde, educação, patrimônio e cultura, meio ambiente, produção de alimentos, Programa Saúde da Família (PSF) e Valor Adicionado Fiscal (VAF) para dividir a verba entre as 853 cidades mineiras.

De acordo com a coordenadora técnica da Lei "Robin Hood" na Fundação João Pinheiro, Isabela Freire, o Estado emprega critérios administrativos para fazer a divisão. Atualmente no caso do ICMS relativo ao patrimônio, meio ambiente e produção de alimentos é que os municípios devem enviar as informações. ●

Serra inaugura 1º hospital do país com atendimento exclusivo para homens

Segunda-feira, 14 de Abril de 2008 às 16h27

(atualizada às 18h15)

São Paulo ganhou o primeiro hospital do país com atendimento voltado exclusivamente para a saúde do homem. Nesta segunda-feira, 14 de abril, o governador José Serra inaugurou o Centro de Referência da Saúde do Homem, que vai funcionar no novo prédio construído no Hospital Brigadeiro, na região central da capital paulista.

“Esse hospital vai tratar principalmente das questões que envolvem a próstata. O câncer na próstata é a segunda causa de mortalidade por câncer no Brasil, só ultrapassado pelo câncer nas vias respiratórias. Estamos criando um centro de referência, com equipamentos de última geração, com 36 médicos especialistas, muito bem preparados”, anunciou o governador José Serra após visitar o interior do hospital e descerrar a placa inaugural ao lado do secretário da Saúde, Luiz Roberto Barradas Barata.

Serra disse que o novo hospital não vai se limitar apenas ao atendimento dos pacientes que o procurarem, mas se tornará um centro de referência estadual. “Ele vai ajudar a desenvolver o atendimento dos problemas de próstata em todo o Estado de São Paulo, porque ele vai fixar padrões, referências e metodologias que permitam um atendimento mais rápido e um índice de resolutividade bastante mais elevado”, explicou.

“Cada sala de consultório médico tem um ultra-som. Então o médico está examinando e já deita o paciente e dá uma olhada no tamanho da próstata”, observou Serra numa referência à agilidade pretendida com o novo centro. “É a idéia da resolutividade, de não ficar enrolado, que é o que muitas vezes acontece no sistema de saúde. Com isso, o diagnóstico precoce vai ficar infinitamente mais barato”, completou.

O governador disse ainda que, com a implantação e o desenvolvimento da unidade, outras poderão ser criadas em todo o Estado. A primeira delas deve ser instalada no Hospital do Ipiranga, na zona sul da capital paulista.

Durante discurso, o secretário da Saúde, Luiz Roberto Barradas, aproveitou para lembrar que a criação do hospital surgiu no começo do ano passado. “O Estado já tinha um centro de saúde da mulher e achamos que já estava na hora de montarmos um serviço modelo que pudesse ser o precursor de uma série de atividades para preservar a saúde do homem”, declarou.

“A idéia inovadora e altamente necessária só foi possível de ser colocada em prática pelos grandes investimentos feitos pela atual administração do Estado de São Paulo em obras, equipamentos com tecnologia de ponta e contratação de recursos humanos de reconhecida capacidade através de concurso público”, disse o diretor do Hospital Brigadeiro, João Carlos Vicente de Carvalho.

A unidade

O Centro de Referência da Saúde do Homem ocupa um andar inteiro e está incluído na reforma completa pela qual passa o Hospital Brigadeiro. O investimento total nas obras ultrapassou R\$ 18,2 milhões.

O novo modelo de atendimento reúne especialidades médicas voltadas à saúde masculina, como andrologia, patologias da próstata e urologia, além de núcleos de alta resultabilidade (check-up). Também conta com um núcleo de ensino e pesquisa, que terá palestras e cursos abertos ao público. A unidade, que contará um total de 24 médicos, tem capacidade para realizar 36 mil consultas por ano.

Na área de andrologia os pacientes contarão com três setores: sexualidade, que abordará a questão com adolescentes, adultos e idosos, além de problemas de ereção; esterilidade, que também terá programas de paternidade e vasectomia; e trans-sexo, que atenderá trans-sexuais e também terá programas de amparo psico-emocional, orientação legal e cirúrgica.

O departamento de patologias da próstata será dividido em dois setores: diagnóstico e tratamento das DST, prostatites (infecções da próstata causadas por bactérias e vírus) e prevenção do HIV e HPV; e tumores (câncer e hiperplasia benigna da próstata).

Já na área de urologia o Centro contará com profissionais de nefrourologia (hipertensão renovascular e transplante renal), endocrinourologia, neuroururologia (disfunções da vesícula, uretrais e incontinência urinária) e urologias geriátrica e plástica.

Cíntia Cury e Manoel Schlindwein com informações da secretaria da Saúde

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

Sobre a mesa, comunicação que passo a ler.

– Obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

É lida a seguinte:

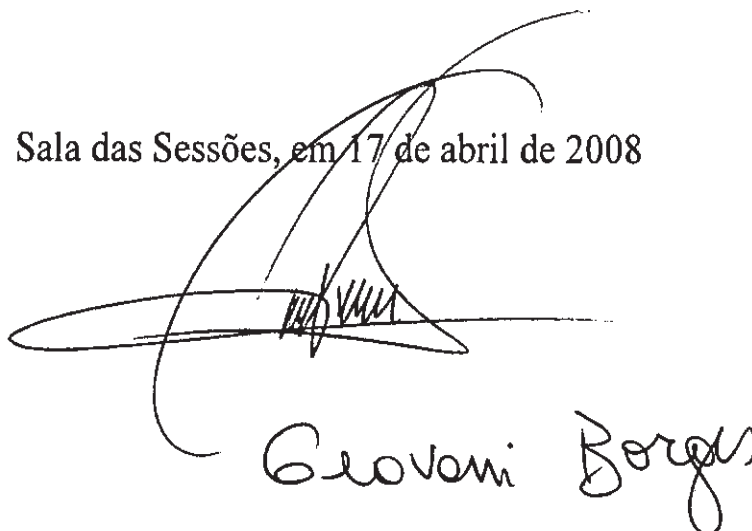
COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E NOME PARLAMENTAR

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, reassumindo nesta data a representação do Estado do Amapá, em substituição ao Senador Gilvam Borges, adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do PMDB.

Nome Parlamentar: GEOVANI BORGES

Sala das Sessões, em 17 de abril de 2008



Geovani Borges

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência determina o registro da presença do Senador Geovani Borges na sessão de hoje.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Eduardo Suplicy.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. GLPMDB Nº 110/2008

Brasília, 17 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Geovani Borges (PMDB/AP) para integrar, como membro titular, a Comissão de Educação – CE, em substituição ao Senador Gilvam Borges (PMDB/AP).

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Almeida Lima**, Vice-Líder do PMDB (Art. 66 – parágrafo único).

OF. GLPMDB Nº 111/2008

Brasília, 17 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Geovani Borges (PMDB/AP) para integrar, como membro titular, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, em substituição ao Senador Gilvam Borges (PMDB/AP).

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Almeida Lima**, Vice-Líder do PMDB. (Art. 66 – parágrafo único)

OF. GLPMDB Nº 112/2008

Brasília, 17 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Geovani Borges (PMDB/AP) para integrar, como membro titular, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em substituição ao Senador Gilvam Borges PMDB/AP.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Almeida Lima**, Vice-Líder do PMDB (Art. 66 – parágrafo único).

OF. GLPMDB Nº 113/2008

Brasília, 17 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Geovani Borges (PMDB/AP) para integrar, como membro titular, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em substituição ao Senador Gilvam Borges (PMDB/AP).

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Almeida Lima**, Vice-Líder do PMDB (Art. 66 – parágrafo único).

OF. GLPMDB Nº 114/2008

Brasília, 17 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Geovani Borges (PMDB/AP) para integrar, como membro titular, a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, em substituição ao Senador Gilvam Borges (PMDB/AP).

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Almeida Lima**, Vice-Líder do PMDB (Art. 66 – parágrafo único).

OF. GLPMDB Nº 120/2008

Brasília, 17 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Geovani Borges (PMDB/AP) para integrar, como membro suplente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI, em substituição ao Senador Gilvam Borges (PMDB/AP).

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Almeida Lima**, Vice-Líder do PMDB (Art. 66 – parágrafo único).

OF. GLPMDB Nº 121/2008

Brasília, 17 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a vossa Excelência a indicação do Senador Geovani Borges (PMDB/AP) para integrar, como membro suplente, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscaliz-

zação e Controle – CMA, em substituição ao Senador Gilvam Borges (PMDB/AP).

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Almeida Lima**, Vice-Líder do PMDB (Art. 66– parágrafo único).

OF. GLPMDB Nº 122/2008

Brasília, 17 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Geovani Borges (PMDB/AP) para integrar, como membro suplente, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, em substituição ao Senador Gilvam Borges (PMDB/AP)

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Almeida Lima**, Vice-Líder do PMDB (Art. 66 – parágrafo único)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, gostaria de, em primeiro lugar, dar as boas-vindas ao nosso colega que não está mais como Senador, mas aqui é sempre Senador, o Senador Geraldo Melo, do Rio Grande do Norte, que está dialogando com o Presidente Garibaldi Alves Filho, do seu Estado, e com o Senador Eduardo Azeredo. Seja bem-vindo à nossa Casa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de falar hoje de um exemplo pioneiro que está acontecendo e que pode ser de grande relevância para a História do Brasil e para a história da renda básica de cidadania.

Ontem, quando Rosani Evangelista da Cunha, secretária nacional de Renda e de Cidadania, concluiu sua exposição sobre o desenvolvimento e os resultados tão positivos do Programa Bolsa-Família perante os participantes da Marcha à Brasília em Defesa dos Municípios – a marcha dos Prefeitos e das Prefeitas de todos os Municípios brasileiros –, uma reflexão foi colocada por mim próprio: quando se dará a transição do Programa Bolsa-Família, que hoje beneficia 11,1 milhões de famílias, para a renda básica de cidadania?

Será possível que Prefeitos façam de seus Municípios exemplos pioneiros da renda básica de cidadania? Estará o Ministro Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, disposto a colaborar nessa transição, uma vez que o Programa Bolsa-Família é administrado em uma colaboração do MDS – Ministério do Desenvolvimento Social – com as Prefeituras?

Haverá alguma experiência no mundo em desenvolvimento nessa direção? Sim, justamente onde se registra o maior coeficiente de desigualdade pelo índice de Gini, 0,743, em 1993, na Namíbia, iniciou-se em janeiro deste ano, em Otjivero-Omitara, num assentamento rural em que moram 1.005 pessoas, o pagamento de uma renda básica de US\$100 da Namíbia, equivalentes a US\$12,50 por mês, a toda a população. A experiência-piloto vai durar pelo menos dois anos. Em 2002, formou-se uma coalizão por uma renda básica na Namíbia, liberada pelo Bispo Zephania Kameeta, composta pelas mais diversas organizações das igrejas, dos sindicatos e da sociedade civil.

O Bispo Kameeta esteve no Brasil em 2006 por ocasião da reunião do Conselho Mundial das Igrejas. Inclusive convidado por mim, fez uma palestra na Escola de Administração de Empresas em São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas. Ele ficou feliz quando soube que aqui, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva já havia sancionado a Lei nº 10.835, aprovada pelo Congresso Nacional, que institui por etapas a renda básica de cidadania, a critério do Poder Executivo, começando pelos mais necessitados, como o faz com o Bolsa-Família.

Essa mesma coalizão ali na Namíbia resolveu levantar os fundos suficientes para a experiência pioneira em cooperação com o Governo.

No Brasil, na última sexta-feira, o Instituto pela Revitalização da Cidadania, por sua presidente, Bruna Augusto Pereira, uma bióloga, e seu coordenador, Marcos Vinícius Brancaglioni dos Santos, um filósofo, convidou a população da Vila de Paranapiacaba, Município de Santo André, no Estado de São Paulo, para uma reunião com a finalidade de explicar a proposta da criação de um Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania de Paranapiacaba, o qual tornará possível o pagamento de uma renda a todos os seus habitantes. O número, que está para se averiguar, pode variar de 1.100 a 1.400 habitantes.

A reunião se deu no Clube União Lira Serrano. Os jovens Bruna Augusto Pereira e Marcos Vinícius Brancaglioni dos Santos, com a sua equipe do Instituto pela Revitalização da Cidadania, resolveram visitar, ao longo das últimas duas semanas, todas as 450 residências e famílias de Paranapiacaba, para explicar a cada uma o que era o projeto do Fundo Permanente para se criar uma renda básica de cidadania a todos os seus habitantes.

Em geral, a receptividade foi muito positiva. Tanto é que estiveram no Clube União Lyra Serrano, na última sexta-feira, nesta reunião que foi das 6h da tarde

até as 9h30 da noite, aproximadamente, 450 pessoas. Pois bem, numa vila onde moram 1.100 a 1.400 pessoas, o comparecimento de 450 pessoas das mais diversas idades, das diversas gerações, significa algo muito importante. Eu até fiquei imaginando o que ocorreria se eu fizesse um convite para que a população de São Paulo viesse a uma reunião em que explicaríamos, os responsáveis pela proposta da criação de um fundo, o que é a renda básica de cidadania. Nem mesmo o estádio do Morumbi seria suficiente para que igual proporção de habitantes pudesse estar presente para a discussão.

Então, o grau de interesse foi extraordinário. Ao final da reunião, em que estavam presentes a Subprefeita Vanessa Figueiredo, de Paranapiacaba, e o Secretário Adjunto Gilson Lameira, representando o Prefeito de Santo André, João Avamileno, a Subprefeita perguntou: “Quem é contra?” Ninguém levantou a mão. “Quem é a favor?” Cem por cento dos presentes levantaram a mão.

Havia, inclusive, uma senhora de nome Francisca, que, quando visitada em sua residência, explicara que não seria a favor da Renda Básica; o que ela queria era a volta do trem que ligava Paranapiacaba tanto à cidade de São Paulo, quanto ao Porto de Santos. Perguntei aos presentes se alguém poderia chamar aquela senhora e, dez minutos depois, eis que ela surgiu acompanhada de uma amiga naquela reunião plenária. Eu a chamei para que ela explicasse a importância da volta do trem e ela o fez. Eu disse, então, que, se ela pudesse escrever uma carta explicando a importância e a relevância do trem para Paranapiacaba, eu encaminharia essa carta ao Presidente Lula, ao Ministro dos Transportes, ao Governador José Serra, ao Secretário dos Transportes e aos Prefeitos da região.

Assim, ela passou a também debater e se entusiasmou pela proposição da Renda Básica de Cidadania, justamente essa senhora Francisca, uma poeta que nos relatou ali extraordinárias histórias daquela vila.

Paranapiacaba é um extraordinário patrimônio histórico e ambiental, tombado pelo Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico) e considerado pelo World Monuments Fund um dos cem monumentos mais importantes do mundo. Foi lá que, no século XIX, o Barão de Mauá e os ingleses criaram uma das primeiras ferrovias do Brasil.

Como Paranapiacaba é uma vila tão preciosa, na qual existem 18 pousadas, que recebeu, no ano passado, a visita de 61 mil turistas, circundada por mais de 150 empresas, estimam Bruno e Marcos que

todas tenham a disposição de fazer uma contribuição para que o Fundo Permanente se torne uma realidade e um exemplo para todo o Brasil. Baseiam a sua fé no que já criaram: uma biblioteca livre, para a qual as pessoas foram convidadas a doar livros e brinquedos para uso da comunidade, com o mínimo de burocracia. As pessoas podem retirar os livros...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– ...com o compromisso de bem cuidar enquanto os estiverem usando. Hoje a biblioteca tem 550 livros e é um sucesso apreciado por toda a comunidade. O exemplo da biblioteca os estimulou a criar a renda de cidadania, exatamente por causa de sua simplicidade e racionalidade para prover dignidade e liberdade real às pessoas.

Considero essa iniciativa tão relevante – e avalio que Prefeitos e Prefeitas, Vereadores e Vereadoras e os candidatos a esses cargos gostariam, possivelmente, de conhecê-la – que peço, Sr. Presidente, que sejam transcritos, nos Anais do Senado Federal, o projeto Aprendendo a Compartilhar: Ética, Cidadania e Respeito ao Bem Comum, do Instituto pela Revitalização da Cidadania, em que constam exatamente quais as suas proposições, bem como a cópia do Convênio de Parceria e Termo de Compromisso sobre o Projeto de Renda Básica de Cidadania do Terceiro Setor, o Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania.

Gostaria de informar que o Prefeito João Avamileno, que recebeu estes jovens, Bruna e Marcos, juntamente com o Secretário de Inclusão de Santo André e com a Subprefeita Vanessa Figueiredo, deu as boas-vindas para que esse projeto seja levado adiante.

Peço a transcrição também de carta que me enviaram a Bruna e o Marcos, mostrando seu entusiasmo por esse projeto.

Sr. Presidente, seja para os menores Municípios do Brasil ou de São Paulo, como Borá, o menor Município paulista, até o maior Município, que é a capital de São Paulo, com onze milhões de habitantes, seja para a Manaus, do Senador Jefferson Péres, ou para Curitiba, do Senador Alvaro Dias, para todas as cidades, quero colocar-me à disposição para trocar idéias sobre experiências pioneiras em cada um dos Municípios, para que, em cooperação com o Ministro Patrus Ananias e o Governo Lula, possam ser instituídos projetos pilotos da renda básica de cidadania.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com muita honra, Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Meus parabéns – já que V. Ex^a me citou – por sua pregação, que um dia será vitoriosa, em favor da renda mínima. Pediria a V. Ex^a que se incorporasse a mim com a seguinte missão: o Senado vai debater e rever o marco regulatório do petróleo. O Brasil, tudo indica, tem jazidas bem maiores do que se supunha. V. Ex^a conhece bem o Fundo Alasca. Vamos tentar, Senador Suplicy, criar um Fundo Alasca aqui em favor dos mais pobres deste País.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Gostaria de recordar a V. Ex^a que apresentei ao Senado Federal – o Senador Alvaro Dias foi o Relator – a proposta do Fundo Brasil de Cidadania, que é inspirado nas idéias de Thomas Paine, segundo a qual todos têm de ter direito de participar da riqueza da Nação, e na experiência do Alasca. Apresentei em 1999 esse projeto – ele foi aprovado nesta Casa nas três comissões, inclusive na terminativa, foi à Câmara dos Deputados, passou em duas comissões e está na última, a de Finanças e Tributação, em que é Relator o Deputado Ciro Gomes, que está para concluir seu parecer –, que justamente prevê que será constituído um fundo, tal como o do Alasca. Segundo o projeto, 50% dos *royalties* decorrentes da exploração de recursos naturais, 50% das concessões de serviço público, 50% dos aluguéis dos imóveis da União, que pertencem a todo o povo, e parte das receitas, podendo receber doações e assim por diante, serão destinadas a um fundo, que, uma vez acumulado, poderá pagar a todos, se forem 190 milhões de brasileiros, ou 186,5 milhões que somos hoje, inclusive aos estrangeiros que aqui vivem há cinco anos ou mais. Assim, todos passaremos a ter os direitos inalienáveis de participar da riqueza da Nação.

E quero fazer um apelo público ao Deputado Ciro Gomes, que desde agosto foi designado Relator, para que encaminhe à Comissão de Finanças e Tributação o seu parecer.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Vamos tentar fazê-lo ser votado na Câmara.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Para concluir, Sr. Presidente, gostaria de congratular-me com o escritor e jornalista Vicente Lamarca...

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Suplicy...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Eduardo Azeredo, concedo-lhe o aparte. Assim tomarei um gole de água.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Exatamente. Senador Suplicy, quero também cumprimentá-lo por sua luta pelo projeto de Renda Mínima. Ainda na

semana passada, na Comissão de Relações Exteriores, nós estávamos discutindo a indicação de alguns Embaixadores para países realmente muito pobres, que têm uma situação muito difícil, especialmente na alimentação. E é evidente que um programa como esse tem o caráter de distribuição. Eu, mesmo sendo de oposição, nunca fui contra um projeto como o que V. Ex^a propõe, até porque parte desse programa começou em outros governos. Mas é muito importante que essa visão de combate à miséria, especialmente, seja disseminada. Muitos países do mundo seguramente podem fazer isto, podem ter um programa que dê uma renda mínima. Tem de haver preocupação para que o pessoal não fique eternamente recebendo esse recurso, que eles possam, depois de um certo tempo, ingressar no mercado de trabalho. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Caro Senador Eduardo Azeredo, a forma mais racional de se prover a garantia de uma renda mínima – e esta é a conclusão dos mais diversos filósofos e economistas – é a instituição de uma renda básica incondicionalmente. Inclusive, V. Ex^a, o Senador Mário Couto, o Senador José Maranhão, o Senador Jefferson Péres, eu próprio, o Senador Alvaro Dias, todos iremos receber. Mas, como assim, se não precisamos? Obviamente, nós, que temos mais, contribuiremos de alguma forma para que nós próprios e todos os demais venhamos a receber, de tal maneira que eliminaremos a burocracia envolvida, o estigma, o fenômeno da dependência e, do ponto de vista da dignidade e da liberdade, será muito melhor para todos.

Mas gostaria de cumprimentar o jornalista e escritor Vicente Lamarca, pelo extraordinário livro, *A História de Paranapiacaba*, em que nos conta como foi criada a vila de Paranapiacaba, no alto da serra, onde há dezenas de trilhas, cheias de cachoeiras tão lindas e com uma visão tão bonita das águas, em meio à Mata Atlântica.

É por essa razão que esses jovens do Instituto pela Revitalização da Cidadania avaliam que todas as empresas que circundam Paranapiacaba terão a boa vontade e a disposição...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...de colaborar para esse projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente Alvaro Dias.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

A HISTÓRIA DE PARANAPIACABA

Vicente Lamarca

**Projeto Piloto
Renda Básica de Cidadania do Terceiro Setor
Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania**

Capa

Índice

I Apresentação

II Justificativa

III Propósitos

IV Objetivos

V Abrangência

VI Estratégia

VII Atividades

VIII Agentes

IX Contrapartidas

X Investimento

XI Proponente

XII Parcerias e apoios

XIII Elaboração

Recursos

Fluxograma

Artigo “Renda Básica de Cidadania: Um Direito Universal”

I. Apresentação

O Projeto Renda Básica de Cidadania do Terceiro Setor é uma iniciativa para viabilizar e implementar imediatamente a Renda Básica de Cidadania através da criação do FPRBC - Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania.

II. Justificativa

Quando a Renda Básica de cidadania estiver inteiramente implantada, teremos as seguintes vantagens:

- A eliminação de toda burocracia envolvida na fiscalização dos rendimentos recebidos por cada pessoa para efeito de receber a Renda Básica de Cidadania;
- Não haverá mais qualquer sentimento de estigma, humilhação ou de vergonha de uma pessoa precisar dizer quanto ganha para poder receber um complemento de renda;
- Será muito mais fácil explicar para toda a população, através dos meios de comunicação, o direito simples de todos poderem ter uma renda básica igual e a forma simplificada de obtê-la;
- O término do fenômeno da dependência que normalmente acaba provocando as armadilhas da pobreza e do desemprego quando os programas definem que as pessoas ou famílias têm o direito a um benefício se a sua renda não alcança determinado patamar. Isso acontece se a pessoa decide iniciar uma atividade econômica que vai lhe proporcionar um rendimento próximo daquele montante e desiste de fazê-lo na medida em que o governo lhe retira o benefício, caso ela comece a atividade. No caso da Renda Básica de Cidadania, todas as pessoas a receberão, e qualquer acréscimo de renda proveniente do trabalho e da iniciativa da pessoa lhe é assegurado;
- Portanto, a Renda Básica de Cidadania faz sempre valer o esforço do trabalho. Uma vez que a pessoa possa manter o valor integral de sua renda básica, esteja empregada ou não, sua situação será melhor quando estiver trabalhando do que quando desempregada;
- Do ponto de vista da dignidade e da liberdade do ser humano representa muito para cada pessoa saber previamente que, nos próximos doze meses, e daí para frente a cada ano, ela e cada pessoa de sua família vão receber uma renda básica como um direito inalienável de todos sermos sócios da nação brasileira. Não se trata de uma dádiva ou de uma caridade, mas de um direito a cidadania, semelhante ao de cada brasileiro poder passear no parque de sua cidade, ou tomar um banho de mar em Copacabana, coisa que ricos e pobres podem fazer;
- Apesar dessas vantagens, não seria melhor se garantir um emprego a todas as pessoas? O que a teoria econômica e a experiência mostram é que a garantia de uma renda básica a todos poderá contribuir, em muito, para se alcançar o pleno emprego na sociedade. Em primeiro lugar, a demanda por bens e serviços de primeira necessidade aumentará graças à renda básica, o que a transforma num fator de estímulo ao crescimento da economia e do emprego. É muito provável, por exemplo, que a expansão do programa Bolsa Família, que beneficiou a família de dona Ione, tenha contribuído para mais oportunidades de emprego em Maringá, que resultaram na contratação de seu marido;
- Além disso, a garantia de uma renda básica constitui um mecanismo que contribui para o aumento da competitividade da economia que a adota. Esse ponto ficará mais claro ao analisar adiante os mecanismos de transferência de renda vigentes nos países desenvolvidos;

- Há muitas atividades que normalmente as pessoas precisam fazer ou que gostam de fazer e que não são objeto de remuneração no mercado. Como, por exemplo, as mães amamentam os seus bebês, ou os pais e mães que cuidam de suas crianças quando pequenas. Também quando nossos pais e avós ficam velhos, com a saúde debilitada, e passamos a assisti-los. Há vários trabalhos que muito de nós gostamos de fazer para nossas comunidades, paróquias, associações e clubes, normalmente sem remuneração. Trabalhos que são importantes para a humanidade e que não são bem reconhecidos pelo mercado. Quando Vincent Van Gogh (1853-1890) e Amadeo Modigliani (1884-1920) fizeram as suas obras geniais, mal conseguiram sobreviver com o que obtinham ao vendê-las. Ambos adoeceram e morreram precocemente. Hoje, entretanto, essas mesmas obras são vendidas por milhões de dólares;
- Outro argumento também precisa ser levado em conta: a Constituição brasileira, como a da maioria dos países, reconhece o direito à propriedade privada. Isto significa que aquela pessoa que detém a propriedade de uma fábrica, uma fazenda, um restaurante, um banco, títulos financeiros, propriedades imobiliárias etc. é detentora de alguma forma de lucros, alugueis, e juros. Por acaso está escrito na Constituição que uma pessoa nessa situação é obrigada a trabalhar ou a enviar as suas crianças para a escola como condição para receber esses rendimentos? Não. Entretanto, normalmente os que detêm o capital trabalham e suas crianças freqüentam a escola, assim como seus filhos adolescentes vão para as melhores universidades. E por quê? Porque desejam progredir. Pois bem, se nós asseguramos o direito às pessoas mais ricas de receberem rendimentos provenientes do capital, mesmo sem trabalhar ou sem serem obrigadas a manter suas crianças na escola, por que não podemos assegurar a todas as pessoas, ricas e pobres, o direito de serem sócios do país, recebendo uma modesta renda, como um direito a cidadania?

Há um lugar no mundo onde se instituiu um dividendo igual para todos os seus habitantes desde que ali residam há pelo menos um ano. É uma experiência original e notável que vem alcançando resultados positivos por mais de duas décadas. Durante os anos 60, o prefeito Jay Hammond, de Bristol Bay, uma pequena vila de pescadores no Alasca observou que de lá saía uma grande riqueza na forma de pesca, mas que muitos de seus moradores ainda continuavam pobres. Propôs, então, a criação de um imposto de 3% sobre o valor da pesca, que seria destinado a um fundo que pertencera a todos. Inicialmente, enfrentou enorme resistência. Propôs, então, que diminuíssem o valor do imposto sobre a propriedade, mas cinco anos depois, acabou ficando com ambos.

A experiência foi tão bem sucedida que, dez anos depois, Jay Hammond tornou-se governador do estado do Alasca (1974-1982). Sucedeu ao governo Keith Miller, que havia acertado com o legislativo colocar a receita de exploração de recursos naturais, como petróleo, numa conta de poupança do estado, podendo gastar apenas a receita de juros.

Como o petróleo era uma riqueza não-renovável, essa era uma maneira de pensar não apenas na geração presente, mas também nas vindouras. Em 1976, Jay Hammond enviou ao legislativo um projeto de emenda a Constituição propondo que separassem 25% dos royalties (sua idéia original era 50%, proporção que mais tarde foi adotada) da exploração dos recursos para um fundo que pertenceria a todos os residentes no estado.

Em seguida, submetida a referendo popular, a proposta foi aprovada por 76 mil votos favoráveis e 38 mil contrário. Nessa época o Alasca tinha 300 mil habitantes. O patrimônio do Alasca Permanent Fund evoluiu de US\$ 1 bilhão, em 1980, para mais de US\$ 32 bilhões, em 2005.

Destacamos a mais recente experiência em desenvolvimento na Namíbia - África - um dos países de maior desigualdade econômica social do Mundo que desde janeiro de 2008 deu início ao BIGNAM – Basic Income Grant for Namíbia. A Vila de Otjivero-Omitara, localizada a 100 km da capital Windhoek, possui 1005 habitantes que recebem mensalmente a quantia de N\$100 (dólares da Namíbia) o equivalente a US\$12,50 (dólares Americanos).

A iniciativa ousada e que está gerando grande visibilidade deve-se a o NAMTAX - Namibian Tax Consortium, que conta com a participação de entusiastas do programa, empresas, igrejas, sociedade civil e entidades internacionais (Bread for the World, Lutheran World Federation, United Evangelical Mission, Evangelische Kirche im Rheinland, Evangelische Kirche von Westfalen, Friedrich Ebert Foundation etc.)

Cabe ressaltar que se trata de um consórcio de entidades internacionais que pelo período de dois anos contribuirão, mensalmente, para o BIGNAN com o valor da renda básica paga aos beneficiários.

III. Propósitos

O Projeto Renda Básica de Cidadania do Terceiro Setor - Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania - FPRBC servirá para implementação da Renda Básica aos cidadãos das localidades contempladas, onde serão desenvolvidos os projetos específicos e beneficiará diretamente seus moradores.

Na busca de alternativas encontramos no Terceiro Setor e a iniciativa privada a sustentabilidade para o projeto através de investimentos na formação do Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania, que com seu rendimento proverá os benefícios da Renda Básica de Cidadania

IV. Objetivos

Implementar através do Terceiro Setor a Renda Básica de Cidadania por meio de um Fundo de Investimento Permanente que proporcionará a sustentabilidade e replicabilidade deste Projeto.

V. Abrangência

Temporal

Período: 11 de Abril de 2008, Sem definição para seu término.

Periodicidade: mensal.

Territorial

Extensão: Internacional

Local base: São Paulo

Localidades beneficiadas: será decidido pelo Conselho Gestor de Rendimento.

Humana

Público alvo: A pessoa física: a renda básica é um direito de todo cidadão de participar da riqueza de sua nação com o básico para a sua subsistência.

Beneficiários: moradores das localidades dos projetos específicos aprovados.

VI. Estratégia de Viabilização e Sustentabilidade do FPRBC

O Conselho Gestor de Investimento do Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania FPRBC e o Instituto pela Revitalização da Cidadania – ReCivitas, OSCIP proponente deste projeto, celebrarão entre si Contrato de Parceria para a criação do Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania - FPRBC.

Fundo

1. O Fundo Permanente de Renda Básica de Cidadania também designado pela sigla, FPRBC, tem uma única finalidade levantar junto à iniciativa privada o numerário para a formação do Capital que aplicado no mercado financeiro gerará o rendimento que irá prover a RENDA BÁSICA DE CIDADANIA.
2. O Fundo Permanente de Renda Básica de Cidadania além do pagamento direto da Renda Básica poderá sempre que possível prover Capital para os fundos específicos a serem criados,
3. O Fundo Permanente de Renda Básica de Cidadania não distribui entre os seus investidores contribuintes, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais, os excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplicará integralmente na consecução do seu objetivo.
4. No desenvolvimento de suas atividades, o Fundo Permanente de Renda Básica de Cidadania observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião, como definido estatutariamente no ReCivitas.
5. A OSCIP Mediadora ReCivitas providenciará a abertura de conta nominada específica para o Projeto Renda Básica de Cidadania do Terceiro Setor:
 - Instituto Pela Revitalização da Cidadania - Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania.

Contrato

O Contrato de criação do Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania - FPRBC deverá atender a: sua formação, as condições de contratação e o reconhecimento da Mediadora, a OSCIP proponente, Instituto pela Revitalização da Cidadania – ReCivitas.

No contrato deverá constar: a definição, as diretrizes e as normas para as áreas e funções específicas:

- Investidor.
 - Poder Público
 - Ministério Público
 - Conselho Gestor de Investimento.
 - Conselho Gestor de Rendimento.
 - Eleição do Projeto.
 - Projeto Eleito.
 - Fundos Específicos.
 - Presidência.
 - Mediadora - parceira.
 - Monitoria Jurídica - contratada.
 - Administradora Financeira - contratada.
 - Captadora de Recursos - contratada.
 - Auditoria Externa - contratada;
 - Prestadora de Contas - contratada;
- Poder Público

Investidor

1. Toda pessoa física ou jurídica que efetuar contribuição monetária ao Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania - FPRBC será considerado Investidor.
2. Todo investidor do Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania - FPRBC terá direito de pleitear representação no Conselho Gestor de Investimento.
3. É direito do investidor:
 - 3.1 Exercer desde a criação do FPRBC sua experiência, conhecimento e participar da elaboração do projeto.
 - 3.2 Designar uma localidade para a futura criação de um FPRBCE- Fundo Permanente de Renda Básica Específico.

Poder Executivo

É direito do poder executivo a qualquer tempo fazer-se representar no Conselho Gestor de Investimento na qualidade de representantes legítimos, democraticamente eleitos, do povo.

Ministério Público

É reservada assento no Conselho Gestor de Investimentos ao Ministério Público, através das Procuradorias, a qualquer tempo na qualidade de representantes e defensores das licitudes dos projetos da sociedade.

Conselho Gestor de Investimento

1. O Conselho Gestor de Investimento será formado pelos representantes dos doze (12) maiores investidores do Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania - FPRBC.
2. O Conselho Gestor de Investimento será empossado para mandato de um (1) ano.
3. É permitido aos investidores formar coalizões para serem representados no Conselho Gestor de Investimento.
4. O peso do voto de cada representante será proporcional ao valor do investimento representado.
5. O Conselho Gestor de Investimento será presidido pelo Presidente do Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania – FPRBC, indicado pela Mediadora.
6. Compete ao Conselho Gestor de Investimento:
 - 6.1. Estabelecer as diretrizes para o investimento do Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania – FPRBC no mercado financeiro priorizando:
 - 6.1.1. O rendimento seguro.
 - 6.1.2. A dinamização de economias emergentes.
 - 6.2. Celebrar contrato de parceria com a OSCIP Mediadora Instituto pela Revitalização da Cidadania - ReCivitas.
 - 6.3. Contratar anualmente empresas competentes para atuarem junto ao FPRBC:
 - 6.3.1. Monitoria Jurídica;
 - 6.3.2. Administração Financeira;
 - 6.3.3. Captação de recursos para a ampliação de investidores;
 - 6.3.4. Auditoria externa para a avaliação das condutas técnicas administrativas e financeiras, e prestação das contas;
 - 6.3.5. A prestadora de contas, empresa de comunicação ou publicidade para a divulgação do andamento do projeto e da prestação de contas à sociedade;
 - 6.4. Prover à Presidência os instrumentos necessários para o cumprimento de suas atribuições;
 - 6.5. Destituir a Administradora Financeira do FPRBC em caso de descumprimento das diretrizes do Conselho;
 - 6.6. O Conselho Gestor de Investimento não poderá comprometer mais do que 10 (dez) por cento do rendimento anual para o cumprimento das atribuições de seus contratados e custeio operacional.
 - 6.7. Serviços previstos em contrato cujos valores somados excederem ao teto definido no item anterior “6.6.” serão executados desde que a diferença paga à maior seja devolvida e capitalizada como contribuição monetária da contratada.
 - 6.8. Nomear um representante para o Conselho Gestor de Investimento para cada FPRBCE - Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania Específico.
 - 6.9 É dever de cada representante, sob pena de exclusão do Conselho Gestor de Investimento propor, a qualquer momento, ao Conselho a requisição dos trabalhos da Monitoria Jurídica para levantamentos e convocação extraordinária do Conselho Gestor de Investimento na destituição da Administradora Financeira em caso de descumprimento das diretrizes do Conselho.
 - 6.10. Indicar uma ONG para integrar o Conselho Gestor de Aplicação do Rendimento do Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania - FPRBC;
 - 6.11. No caso de impedimento jurídico da OSCIP Mediadora cabe ao Presidente indicar uma nova para a função de Mediadora.

Conselho Gestor de Aplicação de Rendimento

1. O Conselho Gestor de Aplicação de Rendimento do FPRBC, composto de doze (12) membros entre os representantes das ONGs indicadas.
2. O Conselho Gestor de Aplicação de Rendimento será empossado para o mandato de um (1) ano.
3. O Conselho Gestor de Aplicação de Rendimento será presidido por membro indicado pela Mediadora entre os representantes das ONGs.
4. Cabe ao Conselho Gestor de Aplicação de Rendimento:
 - 4.1. Definir entre os novos projetos, Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania Específico - FPRBCE, apresentados, aquele que será implantado;
 - 4.2. Efetuar, sempre que possível, o depósito inicial no Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania Específico - FPRBCE a ser implementado;
 - 4.3. Sugerir o valor da renda básica de cidadania para os projetos providos diretamente pelo FPRBC;
 - 4.4. Definir o percentual do rendimento que poderá ser reinvestido no FPRBC, não podendo ser inferior a um (1) por cento e nem superior a dez (10) por cento.
5. Compete a cada, representante das ONGs representadas no Conselho Gestor de Aplicação de Rendimento:
 - 5.1. Apresentar no ato de sua posse o projeto da ONG representada para a criação e implementação da Renda Básica de Cidadania em uma determinada localidade ainda não contemplada.
 - 5.2. Votar no projeto que será aplicado.
 - 5.3. O projeto de uma ONG representada só poderá ser desqualificado por unanimidade absoluta entre os representantes mais a anuência da Mediadora.

Eleição do Projeto

O representante da ONG na eleição do novo projeto:

1. Não poderá omitir-se de votar em um Projeto;
2. Não poderá votar no Projeto da ONG representada;
3. Deverá identificar seu voto.
4. Em caso de impasse caberá a Mediadora aplicar o voto de Minerva.

Projeto Eleito

Compete a ONG proponente do projeto eleito:

1. Adequar e executar imediatamente o projeto de acordo com as diretrizes e normas definidas.
2. Apresentar prestação de contas do projeto ao Conselho Gestor de Aplicação de Rendimento.
3. O Projeto deverá prever:
 - 3.1. O cadastramento de todos os cidadãos residentes na localidade;
 - 3.2. A garantia de acesso dos cidadãos da localidade à renda;
 - 3.3 A continuidade do projeto sem necessidade de ingerência da ONG após findar a implantação;
 - 3.4. A criação de Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania Específico - **FPRBCE** para a localidade definida ou, ampliar o fundo provido pelo FPRBC.

Fundos Específicos

1. O Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania Específico - FPRBCE deverá basear-se na experiência e reger-se de acordo com o Modelo de FPRBC e basear-se no Projeto Piloto Renda Básica de Cidadania do Terceiro Setor - Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania de Paranaíacaba.
2. O Conselho Gestor de Rendimento deverá priorizar os locais designados pelos Investidores o possível montante de investimento que permita a criação do **FPRBCE**.

Presidente

1. O presidente deverá ser pessoa física de reputação ilibada, pública e notoriamente comprometida com os valores éticos, cívicos e humanos.

2. Compete ao Presidente em Exercício:

- 2.1. Promover a missão do FPRBC garantindo que os requisitos operacionais e logísticos adotados venham alcançar o seu objetivo principal: o recebimento da Renda Básica pelos beneficiários;
- 2.2. Representar Publicamente o FPRBC;
3. Indicar, no caso de impedimento jurídico da Mediadora, a nova ONG para a função de Mediadora do FPRBC.
4. Manter sob a guarda da Monitoria Jurídica a sua indicação do nome ao seu sucessor;
5. Manter sob a guarda da Monitoria Jurídica o nome de seu substituto temporário, Presidente Substituto que:
 - 5.1. Não terá poder para indicar seu sucessor.
 - 5.2. Deverá assumir o cargo imediatamente em caso de impedimento definitivo do Presidente.
6. Convocar reuniões extraordinárias dos Conselhos Gestores;
7. Requisitar a prestação de contas de qualquer um dos integrantes do FPRBC.

Mediadora

Compete a OSCIP proponente, Instituto pela Revitalização da Cidadania – ReCivitas ser a primeira Mediadora e parceira do projeto FPRBC

Compete a Mediadora:

1. Apresentar e implementar o Primeiro Projeto da Renda Básica de Cidadania do Terceiro Setor denominado Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania - FPRBC.
2. Elaborar as licitações para as contratações da Administradora Financeira, da Captadora de Recursos, da Auditoria Externa, da Monitoria Jurídica, da Prestadora de Conta, em base ao Regulamento de Aquisição de Bens e Contratações de Obras e Serviços como no art. 14 da Lei 9.790, de 23 de março de 1999 e o art. 21 do Decreto 3.100, de 30 de junho de 1999.
3. Acompanhar em conjunto com a Presidência do FPRBC os trabalhos dos contratados.
4. Tomar as providências operacionais para solucionar as pendências e se caso, providenciar o distrato junto a Monitoria Jurídica.
5. Unicamente no caso da celebração do distrato da prestadora de serviços de Monitoria Jurídica, a Mediadora assumirá a monitoria jurídica temporariamente até a contratação da nova prestadora de serviços que irá atuar como Monitora Jurídica;
6. Presidir, através de representante indicado, o Conselho Gestor de Aplicação de Rendimento.
 - 6.1. Na impossibilidade do exercício de suas funções a Mediadora deverá, antes de renunciar, indicar a ONG para assumir a função de Mediadora do FPRBC, que será analisado e aprovado pelo Conselho Gestor de Investimento.
7. Caberá a Mediadora indicar o primeiro Presidente e na vacância do cargo de Presidente o novo Presidente do FPRBC dando ciência prévia ao Conselho Gestor de Investimento.

7. Educadora

7.1 Cabe a Mediadora ReCivitas, OSCIP proponente e parceira do projeto FPRBCP ou, outra entidade a ser contratada pela mesma, elaborar e implementar projetos educacionais abertos a todos os beneficiários em caráter não-obrigatório visando à capacitação e formação cívica dos beneficiários para o exercício pleno da cidadania.

7.2 Identificadas as necessidades dos beneficiários implantar projetos, cursos, palestras e oficinas com o intuito da:

- 7.2.1 Promoção da Ética, Cidadania e Respeito ao Bem Comum.
- 7.2.2 Estimulo ao exercício dos direitos do cidadão;

Administradora Financeira

Compete a Administradora Financeira:

1. Investir o numerário do fundo no mercado financeiro de acordo com as diretrizes do Conselho Gestor de Investimento do FPRBC.
2. Prestar contas a qualquer momento aos Conselhos Gestores de Investimento e de Aplicação de Rendimento, a Mediadora ou a representante por eles indicado.

[illegible]

3	Viabilizar a visita do Senador Eduardo M. Suplicy à Vila de Paranapiacaba – Santo André para o lançamento	X	X								
4	Mobilizar a imprensa para a divulgação do projeto.	X	X								
5	Elaborar convites às: Autoridades; Empresas Investidoras; Sociedade civil; e ONGs	X	X								
6	Organizar local e infra-estrutura para reunião na visita do Senador Eduardo M. Suplicy										
7	Abertura de conta específica ReCivitas X FPRBC data para início do projeto		19								
8	Preparar Licitações das: Monitoria Jurídica Administradora Financeira Captadora Prestação de Contas Auditoria		X X	X X X							
9	Assembléia de Investidores para nomear o Conselho Gestor de Investimento e Presidente			X							
10	Contratação das Monitorias Jurídicas			X							
11	Elaboração do Contrato do FPRBC X Mediadora			X	X						
12	Contratação da Administradora Financeira			X							
13	Contratação da Captadora				X						
14	Contratação da Prestadora de Conta				X						
15	Reunião do Conselho Gestor de Investimento – pauta				X						
16	Reunião do Conselho de Aplicação de Rendimento – pauta				X						
17	Contratação da Auditoria					X					

VIII. Agentes

Instituto pela Revitalização da Cidadania – ReCivitas.

- Mediadora.
- Contrato de Parceria.

IX. Contrapartidas**Resultados****Institucional**

O investidor terá em caráter permanente, e proporcional ao seu investimento, sua imagem, marca vinculada ao projeto em todas as prestações de contas a sociedade.

Estrutural

- Dinamização direta da microeconômica das localidades beneficiadas e indireta macroeconomia da região pela renda cidadã.

- Dinamização das economias emergentes pela aplicação do Fundo.

Compensatório

- Garantia do direito a Renda Básica de Cidadania.
- Promoção da Justiça
- Exercício da democracia.

Mensuração

Institucional

A prestação de contas à sociedade através dos veículos de comunicação executará a cobertura das ações dos atores envolvidos no Projeto.

Estrutural

Crescimento da economia no local de base do projeto.

Compensatória

Número de beneficiários da Renda Básica de Cidadania.

X. Investimento

Qualificação

Investidor do Fundo Permanente de Renda Básica de Cidadania – FPRBC.

Natureza

Monetária.

Visão

O valor investido comporá o ativo financeiro dos FPRBC.

Missão

Dar garantias de sustentabilidade e replicabilidade ao projeto Renda Básica de Cidadania do Terceiro Setor através do investimento.

Meta

Proporcionar uma renda básica mensal, mesmo que modesta, aos moradores das localidades base dos projetos.

XI. Proponente

Qualificação

O ReCivitas, Instituto pela Revitalização da Cidadania - CNPJ MF N° 08.518.270/0001-09 - OSCIP - Processo MJ nº. 08071.018450/2007-10 - é uma associação civil sem fins lucrativos que não remunera seus dirigentes, democrática, sistematizada, de gestão integrada. Emprega tecnologias sócio-ambientais e metodologia direcionada a sensibilizar, educar e mobilizar os membros e beneficiários de nossos programas e projetos.

Natureza

Realização plena da cidadania através de ações produtivas que promovam e garantam o exercício incondicional dos direitos e deveres fundamentais do ser humano.

Visão

Instituição pragmática, de caráter positivo, capacitadora, comprometida com os valores éticos, cívicos e humanos, o ReCivitas tem como diretriz básica investir nos seres humanos para formar cidadãos conscientes, ativos e construtivos de uma sociedade sócio-economicamente viável e ecologicamente sustentável.

Missão

Revitalizar a Cidadania.

Princípios

O ReCivitas entende que as Organizações da Sociedade Civil só poderão cumprir suas finalidades se assumirem pragmaticamente 3 princípios básicos:

1. As ações de uma ONG devem ser necessariamente positivas, produtivas e não-assistencialistas. Não adianta apenas apontar os problemas, é preciso criar alternativas sustentáveis.
2. Seus projetos devem ser empreendimentos cívicos e seus resultados mensurados economicamente. Todo ganho cívico gera ganho econômico e deve ser demonstrado economicamente. A Economia é unidade de medida universal.
3. A contrapartida em retorno de imagem das empresas patrocinadoras deve no mínimo justificar seu investimento, e cabe as financiadas (as ONGs) garantir e comprovar esse retorno. Se a empresa que investe em um projeto, tiver menos retorno que uma concorrente que não investe, esse projeto é inviável, ainda que produza os resultados esperados, pois fortalece quem não tem responsabilidade cívica.

Em suma, o ReCivitas só crê na possibilidade de mudanças significativas se a matriz e a agente da modificação não se tornarem menos competitivos em relação aos elementos contra-produtivos ou inatuentes da sociedade.

Metas

Projetos que visam à conservação e promoção:

- da Paz, Trabalho e Cidadania;
- do Meio-Ambiente, Qualidade de Vida e Desenvolvimento Sustentável;
- do Patrimônio Cultural, Histórico e Natural;
- do Respeito e Integração entre os povos, etnias, culturas e doutrinas.

Histórico

Fundada em 7 de Outubro de 2006 e juridicamente constituída em cartório a 22 de Novembro 2006, o ReCivitas vem exercendo suas atividades e executando seus projetos desde 2005 através do seu corpo de fundadores, que na qualidade de pessoas físicas, realizaram projetos de forma independente ou os apresentaram em nome de outras entidades jurídicas quando assim exigido.

O ReCivitas programou e executa de forma completamente autônoma e independente os projetos:

- Projeto FFORDE 409 & 411 - Recuperação de Patrimônio Histórico.
- Projeto Fundamentos - Ensino e Difusão do Basquetebol.
- Projeto Cinema para Todos - Sessões Abertas de Cinema.
- Biblioteca Livre - Aprendendo a compartilhar: Ética, Cidadania e Respeito ao Bem Comum.
- Brinquedoteca Livre Feliz - Aprendendo a compartilhar: Ética, Cidadania e Respeito ao Bem Comum.

XII. Parcerias e apoios

- Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.
 - Autor da proposta de Renda Básica de Cidadania.
 - Autor do Livro: Renda Básica de Cidadania – A resposta dada pelo Vento.
 - Autor da Lei 10.835-2004 da Implantação da Renda Básica no Brasil.

▫ Governo Federal

Ministro do Desenvolvimento Social e de Combate a Fome
Senhor Patrus Ananias

▫ Governo do Estado de São Paulo
função
nome▫ Prefeitura Municipal de Santo André
Prefeito
Senhor João Avamileno.▫ ReCivitas – Instituto pela Revitalização da Cidadania
• Elaboração, execução, gestão, coordenação e Mediadora do projeto.

▫ Movimento Voto Consciente

▫ Partners of The Americas Chapter São Paulo - Illinois

▫ TVONG Produtora e Distribuidora Ltda.
• Produtora multimídia, participante na produção, na divulgação televisiva e internet e demais mídias.**XIII. Elaboração**

Nome	Vínculo com a Proponente
Bruna Augusto Pereira	Presidente
Marcus Vinicius B. dos Santos	Diretor
Renato Brancaglione Cristofi	Conselheiro
Pedro Theodoro dos Santos Neto	Administrador

Recursos

Os recursos para o projeto serão levantados junto às pessoas físicas e jurídicas através de investimento em favor do projeto Renda Básica de Cidadania do Terceiro Setor - Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania, em dinheiro, bens ou serviços.

Investimento - Benefício Fiscal

A qualificação do ReCivitas como OSCIP lhe confere a obtenção junto a empresas e pessoas físicas de recursos, de doações de bens e serviços para a criação do FPRBC.

Os recursos para o FPRBC serão levantados junto às pessoas físicas e jurídicas através de contribuições e doações, sob a responsabilidade do Instituto pela Revitalização da Cidadania – ReCivitas em conta corrente específica: Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania.

Seguindo a lei federal 9.249/95, a empresa doadora deve ser tributada no regime de lucro real e prevê a dedução integral do valor das doações como despesa operacional até o limite de 2% do lucro operacional bruto. Não há uma redução do IR a ser pago, mas uma dedução da base de cálculo do IR e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) Com esta redução opera-se um ganho aproximadamente de 34% do valor doado.

A doação é realizada por meio de um depósito na conta bancária da Mediadora e proponente, ReCivitas que dará uma cópia do certificado de OSCIP e uma Declaração na Aplicação Integral dos Recursos e Recibo de Doação. O comprovante de depósito bancário e o recibo de doação deverão ser apresentados com a declaração de IR da pessoa jurídica doadora. As cópias dos documentos devem ser mantidas nos arquivos do doador, no mínimo, durante cinco anos.

O ReCivitas está autorizado a ofertar esse tipo de incentivo fiscal, recebendo doações de empresas com tributação de regime de lucro real. Já as pessoas físicas podem doar, mas não podem deduzir do IR. Ou seja, no caso das OSCIPs, o incentivo fiscal é voltado apenas para pessoas jurídicas.

Contrapartidas

Institucional

- Citação nominal em toda divulgação através da imprensa em todas as mídias.
- Divulgação através do Programa TVONG, na TV na Internet com crédito no final dos programas.

Compensatória

- Benefícios dos Incentivos Fiscais da Lei 9.249/95.

Paranapiacaba, 13 de Março de 2008.

Instituto pela Revitalização da Cidadania
Presidente - ReCivitas – 2006 / 2011
Bruna Augusto Pereira

Instituto pela Revitalização da Cidadania
Coordenador do Projeto FPRBC
Marcus Vinicius Brancaglione dos Santos

CONVÊNIO DE PARCERIA E TERMO DE COMPROMISSO ReCivitas & Investidores do FPRBC

~~Projeto Renda~~ Renda Básica de Cidadania do Terceiro Setor Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania

Instituto pela Revitalização da Cidadania, doravante denominado ReCivitas, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e duração por tempo indeterminado, CNPJ (MF) nº. 08.518.270/0001-09, Organização Social Civil de Interesse Público - OSCIP - Processo MJ nº. 08071.018450/2007-10, com sede na Rua Rosa Simoncelo Capelli, 28, CEP 04725-060, Jardim Hípico, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, neste ato representado na forma de seu Estatuto, por seu Presidente: Bruna Augusto Pereira, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG nº. 27.927.715-5, inscrita no CPF (MF) nº. 297.018.768-06, residente e domiciliada na Av. Fforde, 409, CEP 09150-060, Vila Martin Smith, Distrito de Paranapiacaba, Município de Santo André, Estado de São Paulo e por seu Diretor e Coordenador do Projeto Renda Básica de Cidadania do Terceiro Setor: Marcus Vinícius Brancaglione dos Santos, solteiro, portador da cédula de identidade RG nº. 25.343.227-3, inscrito no CPF (MF) nº. 272.373.778-09, residente e domiciliado na Av. Fforde, 411, CEP 09150-060, Vila Martin Smith, Distrito de Paranapiacaba, Município de Santo André, Estado de São Paulo: e,

Investidores doadores do Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania, também denominado FPRBC, abaixo nominados;

Resolvem firmar o presente Convênio de Parceria e Termo de Compromisso, que será regido pelas cláusulas e condições que seguem:

Cláusula Primeira:

Do Projeto

O Projeto Renda Básica de Cidadania do Terceiro Setor é uma iniciativa para viabilizar e implementar imediatamente a Renda Básica de Cidadania através da criação do Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania - FPRBC.

Cláusula Segunda:**Do Fundo e Objeto**

O presente Convênio de Parceria e Termo de Compromisso, com cláusulas que atendam à legislação vigente para OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público tem por objeto:

I. O Fundo Permanente de Renda Básica de Cidadania também designado pela sigla, FPRBC, tem uma única finalidade levantar junto à iniciativa privada o numerário para a formação do Capital que aplicado no mercado financeiro, através de instituição contratada, gerará o rendimento que irá prover a RENDA BASICA DE CIDADANIA.

II. O Fundo Permanente de Renda Básica de Cidadania além do pagamento direto da Renda Básica poderá sempre que possível prover Capital para os fundos específicos a serem criados,

III. O Fundo Permanente de Renda Básica de Cidadania não distribui entre os seus investidores contribuintes, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais, os excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplicará integralmente na consecução do seu objetivo.

IV No desenvolvimento de suas atividades, o Fundo Permanente de Renda Básica de Cidadania observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião, como definido estatutariamente no ReCivitas.

V. A OSCIP Mediadora ReCivitas providenciará a abertura de conta nominada específica para o Projeto Renda Básica de Cidadania do Terceiro Setor:

- Instituto Pela Revitalização da Cidadania - Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania.

Cláusula Terceira:**Da Abrangência, Obrigações e Responsabilidades**

O presente Convênio de Parceria e Termo de Compromisso abrangem e definem:

I. A formação do Fundo:

Art. 1º. Toda pessoa física ou jurídica que efetuar contribuição monetária ao Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania - FPRBC será considerado Investidor.

II. Direito e responsabilidades do Investidor:

Art. 2º. Todo investidor do Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania - FPRBC terá direito:

§ Primeiro - Pleitear representação no Conselho Gestor de Investimento.

§ Segundo - Designar uma localidade para a futura criação de um FPRBCE- Fundo Permanente de Renda Básica Específico.

III. O reconhecimento da Mediadora:

Art. 3°. Neste ato os pactuados reconhecem a OSCIP proponente, Instituto pela Revitalização da Cidadania - ReCivitas como Mediadora para o Projeto Renda Básica de Cidadania do Terceiro Setor - Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania.

IV. A definição, diretrizes e normas:

1. Conselho Gestor de Investimento.

Art. 4°. O Conselho Gestor de Investimento será formado pelos representantes dos doze (12) maiores investidores do Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania - FPRBC.

Art. 5°. O Conselho Gestor de Investimento será empossado para mandato de um (1) ano.

Art. 6°. É permitido aos investidores formar coalizões para serem representados no Conselho Gestor de Investimento.

Art. 7°. O peso do voto de cada representante será proporcional ao valor do investimento representado.

Art. 8°. O Conselho Gestor de Investimento será presidido pelo Presidente indicado pela Mediadora.

Art. 9°. Compete ao Conselho Gestor de Investimento:

1. Estabelecer as diretrizes para o investimento do Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania – FPRBC no mercado financeiro priorizando:

a) O rendimento seguro.

b) A dinamização de economias emergentes.

2. Celebrar Convênio de Parceria e Termo de Compromisso com a OSCIP Mediadora Instituto pela Revitalização da Cidadania - ReCivitas.

3. Contratar anualmente empresas competentes para atuarem junto ao FPRBC:

a) Monitoria Jurídica;

b) Administração Financeira;

c) Captação de recursos para a ampliação de investidores;

d) Auditoria externa para a avaliação das condutas técnicas administrativas e financeiras, e prestação das contas;

e) A prestadora de contas, empresa de comunicação ou publicidade para a divulgação do andamento do projeto e da prestação de contas à sociedade;

4. Prover à Presidência os instrumentos necessários para o cumprimento de suas atribuições;

5. Destituir a Administradora Financeira do FPRBC em caso de descumprimento das diretrizes do Conselho;

6. O Conselho Gestor de Investimento não poderá comprometer mais do que 10 (dez) por cento do rendimento anual para o cumprimento das atribuições de seus contratados e custeio operacional.

7. Serviços previstos em contrato cujos valores somados excederem ao teto definido no "§ Sexto" serão executados desde que a diferença paga à maior seja devolvida e capitalizada como contribuição monetária da contratada.

8. Nomear um representante para o Conselho Gestor de Investimento para cada FPRBCE - Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania Específico.

9. É dever de cada representante, sob pena de exclusão do Conselho Gestor de Investimento propor, a qualquer momento, ao Conselho a requisição dos trabalhos da Monitoria Jurídica para levantamentos e convocação extraordinária do Conselho Gestor de Investimento na destituição da Administradora Financeira em caso de descumprimento das diretrizes do Conselho.

10. Indicar uma ONG para integrar o Conselho Gestor de Aplicação do Rendimento do Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania - FPRBC;

§ Único - No caso de impedimento jurídico da OSCIP Mediadora cabe ao Presidente indicar uma nova para a função de Mediadora.

2. Conselho Gestor de Rendimento.

Art. 10. O Conselho Gestor de Aplicação de Rendimento do FPRBC, composto de doze (12) membros entre os representantes das ONGs indicadas.

Art. 11. O Conselho Gestor de Aplicação de Rendimento será empossado para o mandato de um (1) ano.

Art. 12. O Conselho Gestor de Aplicação de Rendimento será presidido por membro indicado pela Mediadora entre os representantes das ONGs.

Art. 13. Cabe ao Conselho Gestor de Aplicação de Rendimento:

1. Definir entre os novos projetos apresentados, Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania Específico - FPRBCE, aquele que será implantado;

2. Efetuar, sempre que possível, o depósito inicial do capital no Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania Específico - FPRBCE a ser implementado ou, quando da insuficiência para este depósito inicial, pagar a renda básica do fundo específico até a sua capacitação de fazê-lo;

3. Sugerir o valor da renda básica de cidadania para os projetos providos diretamente pelo FPRBC;

4. Definir o percentual do rendimento que poderá ser reinvestido no FPRBC, não podendo ser inferior a um (1) por cento e nem superior a dez (10) por cento.

Art. 14. Compete a cada, representante das ONGs representadas no Conselho Gestor de Aplicação de Rendimento:

1. Apresentar no ato de sua posse o projeto da ONG representada para a criação e implementação da Renda Básica de Cidadania em uma determinada localidade ainda não contemplada.

2. Votar no projeto que será aplicado.

3. O projeto de uma ONG representada só poderá ser desqualificado por unanimidade absoluta entre os representantes mais a anuência da Mediadora.

2.1. Eleição do Projeto

Art. 15. O representante da ONG na eleição do novo projeto:

1. Não poderá omitir-se de votar em um Projeto;
2. Não poderá votar no Projeto da ONG representada;
3. Deverá identificar seu voto.
4. Em caso de impasse caberá a Mediadora aplicar o voto de Minerva.

2.2. Projeto Eleito

Art. 16. Compete a ONG proponente do projeto eleito:

1. Adequar e executar imediatamente o projeto de acordo com as diretrizes e normas definidas.
2. Apresentar prestação de contas do projeto ao Conselho Gestor de Aplicação de Rendimento.

Art. 17. O Projeto deverá prever:

1. O cadastramento de todos os cidadãos residentes na localidade;
2. A garantia de acesso dos cidadãos da localidade à renda;
3. A continuidade do projeto sem necessidade de ingerência da ONG após findar a implantação;
4. A criação de Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania Específico - FPRBCE para a localidade definida ou, ampliar o fundo provido pelo FPRBC.

3. Presidente

Art. 18. O presidente deverá ser pessoa física de reputação ilibada, pública e notoriamente comprometida com os valores éticos, cívicos e humanos.

Art. 19. Compete ao Presidente em Exercício:

1. Promover a missão do FPRBC garantindo que os requisitos operacionais e logísticos adotados venham alcançar o seu objetivo principal: o recebimento da Renda Básica pelos beneficiários;
2. Representar Publicamente o FPRBC;
3. Indicar, no caso de impedimento jurídico da Mediadora, a nova ONG para a função de Mediadora do FPRBC.
4. Manter sob a guarda da Monitoria Jurídica a sua indicação do nome ao seu sucessor;
5. Manter sob a guarda da Monitoria Jurídica o nome de seu substituto temporário, Presidente Substituto que:
 - a) Não terá poder para indicar seu sucessor.
 - b) Deverá assumir o cargo imediatamente em caso de impedimento definitivo do Presidente.
6. Convocar reuniões extraordinárias dos Conselhos Gestores;
7. Requisitar a prestação de contas de qualquer um dos integrantes do FPRBC.

4. Mediadora

Art. 20. Compete a OSCIP proponente, Instituto pela Revitalização da Cidadania – ReCivitas, ser a primeira Mediadora e parceira do projeto FPRBC

Art. 21. Cabe a Mediadora ReCivitas:

1. Apresentar e implementar o Primeiro Projeto da Renda Básica de Cidadania do Terceiro Setor denominado Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania - FPRBC.
2. Elaborar as licitações para as contratações da Administradora Financeira, da Captadora de Recursos, da Auditoria Externa, da Monitoria Jurídica, da Prestadora de Conta, em base ao Regulamento de Aquisição de Bens e Contratações de Obras e Serviços como no art. 14 da Lei 9.790, de 23 de março de 1999 e o art. 21 do Decreto 3.100, de 30 de junho de 1999.
3. Acompanhar em conjunto com a Presidência do FPRBC os trabalhos dos contratados.
4. Tomar as providências operacionais para solucionar as pendências e se caso, providenciar o distrato junto a Monitoria Jurídica.
5. Unicamente no caso da celebração do distrato da prestadora de serviços de Monitoria Jurídica, a Mediadora assumirá a monitoria jurídica temporariamente até a contratação da nova prestadora de serviços que irá atuar como Monitora Jurídica;
6. Presidir, através de representante indicado, o Conselho Gestor de Aplicação de Rendimento.
7. Na impossibilidade do exercício de suas funções a Mediadora deverá, antes de renunciar, indicar a ONG para assumir a função de Mediadora do FPRBC, que será analisado e aprovado pelo Conselho Gestor de Investimento.
8. Cabe a Mediadora indicar o primeiro Presidente e na vacância do cargo de Presidente o novo Presidente do FPRBC dando ciência prévia ao Conselho Gestor de Investimento.

5. Educadora

Art. 22. Cabe a Mediadora ReCivitas, OSCIP proponente e parceira do projeto FPRBCP ou, outra entidade a ser contratada por ela elaborar e implementar projeto educacional preparando e complementando a cidadania dos beneficiários da Renda Básica.

Art. 23. Identificadas às necessidades dos beneficiários implantar projetos, cursos, palestras e oficinas com o intuito preparar o cidadão:

1. Promoção da Ética, Cidadania e Respeito ao Bem Comum.
2. Difusão do conhecimento;
3. Estimulo á cidadania;
4. Combate ao analfabetismo.

Cláusula Quarta:**Da Prestação de Contas e Avaliação de Resultados**

Art. 24. As prestações de contas e avaliações de resultados deste Convênio de Parceria e Termo de Compromisso devem ser periódicas, no mínimo semestral, ou a qualquer momento que solicitada pelo Presidente e ou Conselhos Gestores.

Cláusula Quinta:**Dos Custos e Forma de Pagamento**

Art. 25. Fica pactuada a não cobrança, entre as partes, de qualquer valor para as ações, das obrigações e responsabilidades, estabelecidas neste Convênio de Parceria e Termo de Compromisso.

§ Primeiro – A apresentação dos documentos, cópia do certificado de OSCIP e uma Declaração na Aplicação Integral dos Recursos, além do Recibo de Doação, exigidos pela Receita Federal e definidos na Lei 9.249/95 para as doações e contribuições que serão realizadas através de um depósito na conta bancária nominada da Mediadora, como definido no Item V da Cláusula Segunda, acarretará em um custo de cópias e autenticações, única despesa a ser ressarcida ao ReCivitas.

§ Segundo – Fica desde já definido que a Mediadora ReCivitas levantará recursos através de Benefícios Fiscais junto à sociedade civil para a implementação dos projetos educacionais Item 5 da Cláusula Terceira.

Cláusula Sexta:**Da Vigência e da Prorrogação**

O presente Convênio de Parceria e Termo de Parceria vigorará por tempo indeterminado a partir da data de sua assinatura.

§ Único – A cessação e distrato automático deste ocorrerá nos casos previstos no § Único do Art. 9º. e Item 7. do Art. 20 do presente Convênio de Parceria e Termo de Parceria.

Cláusula Sétima:**Da Modificação**

Este Convênio de Parceria e Termo de Parceria poderá ser modificado em qualquer de suas Cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, mediante registro por simples correspondência ou Termo Aditivo de comum acordo entre as partes inclusive, desde que tal interesse seja manifestado, previamente, por uma das partes e por escrito.

Cláusula Oitava:

Das Disposições Gerais

Como consequência do aqui pactuado em todas as suas cláusulas, as partes obrigam-se e comprometem-se a envidar todos os esforços no sentido de tornar a presente contratação boa, firme e valiosa, realizando o aqui acordado, enfim, praticar todos os atos para que seja de fato alcançado o objetivo colimado.

Cláusula Nona:

Do Foro

Elegem as partes o Foro Central da Capital de São Paulo, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente instrumento, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que venha a ser.

E por estarem justos e acordados assinam o presente em duas (2) vias de igual teor.

Paranapiacaba, 11 de Abril de 2008.

Instituto pela Revitalização da Cidadania
Presidente - ReCivitas – 2006 / 2011
Bruna Augusto Pereira

Instituto pela Revitalização da Cidadania
Coordenador do Projeto FPRBC
Marcus Vinicius Brancaglione dos Santos

Identificação de Investidores e seus Representantes:

Empresa:
Representante:

Ass. _____

Empresa:
Representante:

Ass. _____

Empresa:
Representante:

Ass. _____

Empresa:
Representante:

Ass. _____

Empresa:
Representante:

Ass. _____

Empresa:
Representante:

Ass. _____

Empresa:
Representante:

Ass. _____

Empresa:
Representante:

Ass. _____

Empresa:
Representante:

Ass. _____

Empresa:
Representante:

Ass. _____

Empresa:
Representante:

Ass. _____

Empresa:
Representante:

Ass. _____

Minuta do Projeto

Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania

1. Objetivo

O Programa Renda Básica de Cidadania do Terceiro Setor é uma iniciativa para viabilizar e implementar imediatamente a Renda Básica de Cidadania através da criação do FPRBC - Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania.

2. Justificativa

O ReCivitas entende que a Renda Básica de Cidadania é o Direito Universal de todo ser humano a uma renda que corresponda ao necessário a sua subsistência, devendo, portanto ser sua aplicação uma meta da Humanidade.

Embasamos nosso entendimento em dois princípios:

O princípio de Justiça

Nenhum ser humano deve ser premido a valer-se da violência para garantir sua subsistência.

O princípio da Herança Universal

Todo ser humano tem o direito de partilhar da riqueza produzida pela Humanidade.

Logo, a Renda Básica é:

Incondicionável;

Dever de todo ser humano;

Ideal da Humanidade.

Como direito universal não pode ser condicionada; não pode ser relegada a obrigação única e exclusiva do Estado; e não pode ser questionada sob a alegação de exequibilidade. A impossibilidade de aplicação material não anula o direito.

Não devemos negar o direito, e sim buscar alternativas viáveis para a sua garantia de fato.

3. Estratégia de Viabilização e Sustentabilidade

Do Fundo Permanente de Renda Básica de Cidadania

1. Os Investidores Fundadores celebram contrato entre si e a Organização Não-Governamental Proponente deste Programa para a formação do FPRBC - Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania nomeando o Presidente do FPRBC.
2. O Contrato de Fundação do FPRBC deverá prever a criação:
 - I. Do Conselho Gestor de Investimento;
 - II. Do Conselho Gestor de Rendimento;
 - III. Da Administradora Financeira;
 - IV. Da Monitora Jurídica;
 - V. Da Prestadora de Contas;
 - VI. Da Captadora de Recursos;
 - VII. Da Mediadora;
 - VIII. Da Presidência.

Do Conselho Investidor

3. Todo pessoa física ou jurídica que efetuar contribuição monetária será considerado Investidor.
4. Todo investidor do FPRBC terá direito de pleitear representação no Conselho Gestor de Investimento.
5. O Conselho Gestor de Investimento será formado pelos representantes dos maiores investimentos no FRBC.

6. O Conselho Gestor de Investimento será empossado para mandato de 1 (um) ano.
7. O Conselho Gestor de Investimento será composto por 12 (doze) representantes.
8. É permitido aos investidores formar coalizões para serem representados no Conselho Investidor.
9. O peso do voto de cada representante será proporcional ao valor do investimento representado.
10. O Conselho Gestor de Investimento será presidido pelo Presidente do FPRBC.
11. É dever do Conselho Gestor de Investimento:
 - I. Estabelecer as diretrizes para o Investimento do FPRBC no Mercado Financeiro priorizando:
 - i. Primeiro: o Rendimento Seguro;
 - ii. Segundo: a dinamização de economias emergentes.
 - II. Contratar anualmente entidade financeira competente para a administração financeira do FPRBC;
 - III. Contratar anualmente empresa de comunicação ou publicidade para a prestação de Contas à sociedade;
 - IV. Contratar anualmente Agência de Captação de Recursos para a ampliação dos investidores do FPRBC;
 - V. Prover o Presidente dos instrumentos necessários para o cumprimento de suas atribuições;
 - VI. Destituir a Administradora Financeira do FPRBC em caso de descumprimento das diretrizes do Conselho;
 - VII. Nomear um representante para cada FERBC – **Fundo Específico da Renda Básica de Cidadania**
12. É dever de cada um dos Representantes, sob pena de exclusão do Conselho Gestor de Investimento:
 - I. Indicar uma ONG para integrar o Conselho Gestor do Rendimento do FPRBC;
 - II. Requisitar à Monitora Jurídica convocação extraordinária do Conselho Gestor de Investimento para a destituição da Administradora do Fundo em caso de descumprimento das diretrizes do Conselho.
13. O Conselho não poderá comprometer mais do que um décimo do rendimento anual do FPRBC com a celebração dos Contratos.
14. Serviços previstos em contrato, cujos valores excederem a um décimo do rendimento anual do FPRBC, deverão ser executados sem ônus pelo FPRBC e deverão constar como contribuição monetária da Contratada ao FPRBC.
15. O FPRBC não poderá comprometer mais do que 10 (dez) por cento do rendimento anual para o cumprimento das atribuições de seus integrantes.

Da Monitora Jurídica

16. A Mediadora do FPRBC celebrará contrato com a entidade jurídica competente, denominada Monitora Jurídica do FPRBC, para zelar pela legalidade e cumprimento da missão contratual do FPRBC.
17. O Conselho de Investidores disporá à Monitora Jurídica do FPRBC parte do rendimento para o cumprimento de suas obrigações.
18. A Monitora Jurídica do FPRBC deverá receber pelos seus serviços de acordo com os valores de mercado.
19. É dever da Monitora Jurídica do FPRBC:
 - I. Zelar pelo cumprimento da Missão do FPRBC estabelecida no contrato de Fundação do FPRBC;
 - II. Aplicar as sanções jurídicas a toda e qualquer pessoa física ou jurídica, visando preservar a legalidade e a reputação do FPRBC;
 - III. Convocar as reuniões ordinárias dos Conselhos Gestores;
20. Todo o montante resultante dos processos indenizatórios deverá ser destinado ao FPRBC.

Da Mediadora

21. É dever da ONG Proponente ser a primeira Mediadora do FRBCD.

22. É dever da Mediadora do FPRBC:

- I. Apresentar e Implementar o Primeiro Projeto da Renda Básica de Cidadania denominado Projeto Piloto da Renda Básica de Cidadania;
- II. Acompanhar o trabalho da Monitoria Jurídica;
- III. Encerrar o contrato com a Entidade Jurídica prestadora de serviço na qualidade de Monitoria Jurídica do FPRBC, em caso de descumprimento de qualquer cláusula contratual;
- IV. Assumir a monitoria jurídica temporariamente até a contratação da prestadora de serviços que irá atuar como Monitoria Jurídica;
- V. Presidir o Conselho Gestor de Rendimentos.

23. Na impossibilidade do exercício de suas funções a ONG Proponente deverá antes de renunciar indicar a ONG que assumirá a função de Mediadora do FPRBC.

24. Na vacância do cargo de Presidente caberá a Mediadora indicar e ao Conselho Gestor de Investimento aprovar por maioria simples o nome do novo Presidente do FPRBC.

Da Administradora Financeira

25. É dever da Administradora Financeira:

- I. Investir o dinheiro no mercado financeiro de acordo com as diretrizes do Conselho Gestor do Fundo;
- II. Prestar contas a qualquer momento a qualquer representante dos Conselhos Gestores e a Mediadora;
- III. Disponibilizar mensalmente em conta bancária ao Conselho Gestor de Rendimento do FPRBC o rendimento do FPRBC ao Conselho Gestor do Rendimento do FPRBC.

Do Conselho Gestor de Rendimento

26. O Conselho Gestor de Rendimento será formado pelos representantes das ONGs indicadas pelo Conselho Gestor de Investimento do FPRBC.

27. O Conselho Gestor de Rendimento será empossado para o mandato de 1 (um) ano.

28. É dever do Conselho Gestor de Rendimento:

- I. Definir o valor da renda básica de cidadania para os projetos diretamente providos pelo Fundo;
- II. Sempre que possível criar Fundos Específicos para a Localidade onde cada Projeto de Renda Básica de Cidadania seja implementado;
- III. Definir o percentual do rendimento que será reinvestido no FPRBC;
- IV. Eleger o Projeto de Renda Básica de Cidadania que será implementado.

29. O percentual de rendimento a ser reinvestido não poderá ser inferior a 1 por cento nem superior a 10 por cento.

30. É dever de cada representante sob pena de exclusão permanente da ONG representada no Conselho Gestor de Rendimentos:

- I. Apresentar no ato da posse o projeto da ONG representada para a criação e implementação da Renda Básica de Cidadania em uma determinada localidade;
- II. Votar no Projeto que será aplicado.

31. O projeto de uma ONG representada só poderá ser desqualificado como tal por unanimidade absoluta dos demais representantes mais a anuência da Mediadora.

Da Eleição do Projeto**32. O Representante da ONG:**

- I. Não poderá omitir-se de votar em um Projeto;
- II. Não poderá votar no Projeto da ONG representada;
- III. Deverá identificar seu voto.

33. Em caso de impasse caberá a Mediadora aplicar o voto de Minerva.

Do Projeto Eleito**34. É dever da ONG Proponente do Projeto Eleito:**

- I. Adequar e executar imediatamente o projeto de acordo com o valor correspondente ao Rendimento do Fundo;
- II. Apresentar prestação de contas do Projeto ao Conselho Gestor.

35. O Projeto deverá prever:

- I. O cadastramento de todos os cidadãos residentes na localidade;
- II. A Garantia de acesso dos cidadãos da localidade a renda;
- III. A continuidade do programa sem necessidade de ingerência da ONG após findar a implantação;
- IV. A criação de Fundo Específico para a Localidade.

Dos Fundos Específicos

36. Os Fundos Específicos deverão reger-se de acordo com o Modelo de FERBC.

Da Captação de Recursos

37. O Conselho de Investidores celebrará contrato com Agência de Captação de Recursos visando ampliar os investimentos no FPRBC.

38. Agência de Captação de Recursos será remunerada tão somente por comissão de agenciamento de acordo com as porcentagens praticadas no mercado.

39. A Agência de Captação de Recursos deverá prestar contas a Monitora Jurídica.

Da Prestadora de Contas

40. O Conselho de Investidores deverá celebrar contrato de parceria com empresa de comunicação, marketing ou publicidade para a prestação de contas do Fundo a sociedade.

41. A Prestadora de Contas será remunerada de acordo com os valores de mercado.

Do Presidente

42. O presidente deverá ser pessoa física de reputação ilibada, pública e notoriamente comprometida com os valores éticos e cívicos e humanos.

43. É dever do Presidente em Exercício:

- I. Promover a missão do FPRBC;
- II. Representar Publicamente o FPRBC;
- III. Presidir a seção anual ordinária do FPRBC;
- IV. Manter sob a guarda da monitoria jurídica a Indicação do nome do seu sucessor;
- V. Manter sob a guarda da Monitoria Jurídica o nome de seu substituto temporário.

44. O Presidente Substituto não tem poder para indicar sucessor.

45. O Presidente Indicado deverá assumir o cargo imediatamente em caso de impedimento definitivo do Presidente.

46. É direito do Presidente em Exercício:

- I. Convocar reuniões extraordinárias dos Conselhos;
- II. Requisitar a prestação de contas de qualquer um dos integrantes do FPRBC.

47. Em caso de impedimento jurídico da ONG Mediadora caberá ao Presidente indicar a nova ONG para a função de Mediadora do FPRBC.

Dos Fundos Específicos - Modelo de FERBC

Os Fundos Específicos replicarão a constituição FPRBC exceto:

1. O montante destinado pelo FPRBC para a criação do Fundo Específico será considerado seu investimento no FERBC.
2. É dever do Conselho Gestor de Investimento:
3. Estabelecer as diretrizes para o Investimento do FPRBC no Mercado Financeiro priorizando:
 - a. Primeiro: o Rendimento Seguro;
 - b. Segundo: a dinamização da economia local.
4. O Presidente será indicado pelo Conselho Gestor de Investimentos do FPRBC.
5. A ONG Executora do Projeto de Implantação deverá ser a Mediadora do FERBC.
6. Em caso de vacância, a Mediadora do FERBC será indicada pela Mediadora do FPRBC.
7. O Conselho Gestor do Rendimento será formado por membros da localidade que pleitearem a representação junto à mediadora.
8. A preferência do exercício da representação será dos pleiteantes que recolherem o maior numero de assinaturas dos membros da localidade em favor de sua representação.
9. O Conselho Gestor do Rendimento deverá:
 - a. Determinar o valor da Renda na Localidade;
 - b. Determinar a porcentagem não inferior a um por cento a ser reinvestida no Fundo Específico;
 - c. Determinar como, quando e onde serão efetuados os pagamentos;
 - d. Convocar o recadastramento.
10. Caso a reunião seja encerrada em impasse, caberá a Mediadora tomar as medidas necessárias à execução do programa.
11. O Recadastramento não poderá comprometer a execução do programa.
12. O Recadastramento deverá ser executado por Organização sem fins lucrativos.
13. Os custos do Recadastramento deverão ser submetidos à aprovação previa da monitora jurídica.
14. Todo valor não retirado pelo beneficiário do programa até o prazo limite será automaticamente considerado investimento no Fundo devendo retornar ao Fundo.
15. Caso o FERBC deixe de cumprir sua missão deverá ser extinto e seu montante investido deverá passar para o FPRBC.
16. OS FERBC poderão se Fundir ou retornar ao FPRBC se assim for aprovado por todos os Conselhos Gestores.

Paranapiacaba, 13 de Março de 2008.

Projeto Piloto Renda Básica de Cidadania do Terceiro Setor Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania

Capa

Índice

I Apresentação

II Justificativa

III Propósitos

IV Objetivos

V Abrangência

VI Estratégia

VII Atividades

VIII Agentes

IX Contrapartidas

X Investimento

XI Proponente

XII Parcerias

XIII Elaboração

Recursos

Fluxograma

I. Apresentação

O Projeto Renda Básica de Cidadania do Terceiro Setor é uma iniciativa para viabilizar e implementar imediatamente a Renda Básica de Cidadania através da criação do FPRBC - Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania.

II. Justificativa

O ReCivitas entende que a Renda Básica de Cidadania é o Direito Universal de todo ser humano a uma renda que corresponda ao necessário a sua subsistência devendo, portanto, ser sua aplicação uma meta da Humanidade.

Embasados nesse entendimento e em dois princípios básicos:

Da Justiça:

Nenhum ser humano deve ser premido a se valer da violência para garantir sua subsistência.

Da Herança Universal:

Todo ser humano tem o direito de partilhar da riqueza produzida pela Humanidade.

Logo, a Renda Básica é: Incondicionável; dever de todo ser humano; e ideal da Humanidade. Como direito universal não pode ser condicionada; não pode ser relegada a obrigação única e exclusiva do Estado; e não pode ser questionada sob a alegação de exeqüibilidade. A impossibilidade de aplicação material não anula o direito. Portanto, não devemos negar o direito, e sim buscar alternativas viáveis para a sua garantia de fato.

III. Propósitos

O Projeto Renda Básica de Cidadania do Terceiro Setor - Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania - FPRBC servirá para implementação da Renda Básica aos cidadãos das localidades contempladas, onde serão desenvolvidos os projetos específicos e beneficiará diretamente seus moradores.

Na busca de alternativas encontramos no Terceiro Setor e a iniciativa privada a sustentabilidade para o projeto através de investimentos na formação do Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania, que com seu rendimento proverá os benefícios da Renda Básica de Cidadania

IV. Objetivos

Implementar através do Terceiro Setor a Renda Básica de Cidadania por meio de um Fundo de Investimento Permanente que proporcionará a sustentabilidade e replicabilidade deste Projeto.

V. Abrangência**Temporal**

Período: 19 de Abril de 2008, Sem definição para seu término.

Periodicidade: mensal.

Territorial

Extensão: Internacional

Local base: São Paulo

Localidades beneficiadas: será decidido pelo Conselho Gestor de Rendimento.

Humana

Público alvo: A pessoa humana, a renda básica é um direito de todo cidadão de participar da riqueza de sua nação com o básico para a sua subsistência.

Beneficiários: moradores das localidades dos projetos específicos aprovados.

VI. Estratégia de Viabilização e Sustentabilidade do FPRBC

O Conselho Gestor de Investimento do Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania FPRBC e o Instituto pela Revitalização da Cidadania – ReCivitas, OSCIP proponente deste projeto, *celebrarão entre si Contrato de Parceria para a criação do Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania - FPRBC.*

Contrato

O Contrato de criação do Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania - FPRBC deverá atender a: sua formação, as condições de contratação e o reconhecimento da Mediadora, a OSCIP proponente, Instituto pela Revitalização da Cidadania – ReCivitas.

No contrato deverá constar: a definição, as diretrizes e as normas para as áreas e funções específicas:

- Investidor.
- Conselho Gestor de Investimento.
- Conselho Gestor de Rendimento.
 - Eleição do Projeto.
 - Projeto Eleito.
 - Fundos Específicos.
- Presidência.
- Mediadora - parceira.
- Monitoria Jurídica - contratada.
- Administradora Financeira - contratada.
- Captadora de Recursos - contratada.
- Auditoria Externa - contratada;
- Prestadora de Contas - contratada;

Investidor

1. Toda pessoa física ou jurídica que efetuar contribuição monetária ao Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania - FPRBC será considerado Investidor.
2. Todo investidor do Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania - FPRBC terá direito de pleitear representação no Conselho Gestor de Investimento.
3. É direito do investidor designar uma localidade para a futura criação de um FPRBCE- Fundo Permanente de Renda Básica Específico na mesma.

Conselho Gestor de Investimento

1. O Conselho Gestor de Investimento será formado pelos representantes dos doze (12) maiores investidores do Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania - FPRBC.
2. O Conselho Gestor de Investimento será empossado para mandato de um (1) ano.
3. É permitido aos investidores formar coalizões para serem representados no Conselho Gestor de Investimento.
4. O peso do voto de cada representante será proporcional ao valor do investimento representado.
5. O Conselho Gestor de Investimento será presidido pelo Presidente do Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania – FPRBC, indicado pela Mediadora.
6. Compete ao Conselho Gestor de Investimento:
 - a) Estabelecer as diretrizes para o investimento do Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania - FPRBC no mercado financeiro priorizando:
 1. O rendimento seguro.
 2. A dinamização de economias emergentes.
 - b) Celebrar contrato de parceria com a ONG Mediadora.
 - c) Contratar anualmente empresas competentes para:
 1. Monitoria Jurídica do FPRBC;
 2. Administração Financeira do FPRBC;
 3. Captação de recursos para a ampliação de investidores do FPRBC;
 4. Auditoria externa para a avaliação das condutas técnicas administrativas e financeiras e prestação das contas do FPRBC;
 5. A prestadora de contas, empresa de comunicação ou publicidade para a divulgação do andamento do projeto e da prestação de contas à sociedade;
 - d) Prover à Presidência os instrumentos necessários para o cumprimento de suas atribuições;
 - e) Destituir a Administradora Financeira do FPRBC em caso de descumprimento das diretrizes do Conselho;
 - f) O Conselho Gestor de Investimento não poderá comprometer mais do que 10 (dez) por cento do rendimento anual para o cumprimento das atribuições de seus contratados e custeio operacional.
 - g) Serviços previstos em contrato cujos valores somados excederem ao teto definido no item “f” anterior serão executados desde que a diferença paga à maior seja devolvida e capitalizada como contribuição monetária da contratada.
 - h) Nomear um representante para o Conselho Gestor de Investimento para cada FPRBCE - Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania Específico.
 - i) É dever de cada representante, sob pena de exclusão do Conselho Gestor de Investimento propor, a qualquer momento, ao Conselho a requisição dos trabalhos da Monitoria Jurídica para levantamentos e convocação extraordinária do Conselho Gestor de Investimento na destituição da Administradora Financeira em caso de descumprimento das diretrizes do Conselho.
 - j) Indicar uma ONG para integrar o Conselho Gestor de Aplicação do Rendimento do Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania - FPRBC;

Conselho Gestor de Aplicação de Rendimento

1. O Conselho Gestor de Aplicação de Rendimento do FPRBC, composto de doze (12) membros entre os representantes das ONGs indicadas.
2. O Conselho Gestor de Aplicação de Rendimento será empossado para o mandato de um (1) ano.
3. O Conselho Gestor de Aplicação de Rendimento será presidido por membro indicado pela Mediadora.

4. Cabe ao Conselho Gestor de Aplicação de Rendimento:

- a) Definir entre os novos projetos, Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania Específico - FPRBCE, apresentados, aquele que será implantado;
- b) Efetuar, sempre que possível, o depósito inicial no Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania Específico - FPRBCE a ser implementado;
- c) Definir o valor da renda básica de cidadania para os projetos providos diretamente pelo FPRBC;
- d) Definir o percentual do rendimento que poderá ser reinvestido no FPRBC, não podendo ser inferior a um (1) por cento e nem superior a dez (10) por cento.

5. Compete a cada, representante das ONGs representadas no Conselho Gestor de Aplicação de Rendimento:

- a) Apresentar no ato de sua posse o projeto da ONG representada para a criação e implementação da Renda Básica de Cidadania em uma determinada localidade ainda não contemplada.
- b) Votar no projeto que será aplicado.
- c) O projeto de uma ONG representada só poderá ser desqualificado por unanimidade absoluta entre os representantes mais a anuência da Mediadora.

Eleição do Projeto

O representante da ONG na eleição do novo projeto:

1. Não poderá omitir-se de votar em um Projeto;
2. Não poderá votar no Projeto da ONG representada;
3. Deverá identificar seu voto.
4. Em caso de impasse caberá a Mediadora aplicar o voto de Minerva.

Projeto Eleito

Compete a ONG proponente do projeto eleito:

1. Adequar e executar imediatamente o projeto de acordo com as diretrizes e normas definidas.
2. Apresentar prestação de contas do projeto ao Conselho Gestor de Aplicação de Rendimento.
3. O Projeto deverá prever:
 - a) O cadastramento de todos os cidadãos residentes na localidade;
 - b) A garantia de acesso dos cidadãos da localidade à renda;
 - c) A continuidade do projeto sem necessidade de ingerência da ONG após findar a implantação;
 - d) A criação de Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania Específico - FPRBCE para a localidade definida ou, ampliar o fundo provido pelo FPRBC.

Fundos Específicos

1. O Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania Específico - FPRBCE deverá reger-se de acordo com o Modelo de FPRBC.
2. O Conselho Gestor de Rendimento deverá priorizar os locais designados pelos Investidores cujo montante de investimento permita a criação do FPRBCE.

Presidente

1. O presidente deverá ser pessoa física de reputação ilibada, pública e notoriamente comprometida com os valores éticos, cívicos e humanos.
2. Compete ao Presidente em Exercício:
 - a) Promover a missão do FPRBC;
 - b) Representar Publicamente o FPRBC;
 - c) Indicar, no caso de impedimento jurídico da Mediadora, a nova ONG para a função de Mediadora do FPRBC.
 - d) Manter sob a guarda da Monitoria Jurídica a sua indicação do nome ao seu sucessor;
 - e) Manter sob a guarda da Monitoria Jurídica o nome de seu substituto temporário, Presidente Substituto que:
 1. Não terá poder para indicar seu sucessor.
 2. Deverá assumir o cargo imediatamente em caso de impedimento definitivo do Presidente.
 - f) Convocar reuniões extraordinárias dos Conselhos Gestores;
 - g) Requisitar a prestação de contas de qualquer um dos integrantes do FPRBC.

Mediadora

Compete a OSCIP proponente, Instituto pela Revitalização da Cidadania – ReCivitas ser a primeira Mediadora e parceira do projeto FPRBC

Compete a Mediadora:

- 1) Apresentar e implementar o Primeiro Projeto da Renda Básica de Cidadania do Terceiro Setor denominado Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania - FPRBC.
- 2) Elaborar as licitações para as contratações da Administradora Financeira, da Captadora de Recursos, da Auditoria Externa, da Monitoria Jurídica, da Prestadora de Contas para o FPRBC.
- 2) Acompanhar em conjunto com a Presidência do FPRBC os trabalhos dos contratados.
- 3) Tomar as providências operacionais para solucionar as pendências e se caso, providenciar o distrato junto a Monitoria Jurídica.
- 4) Unicamente no caso da celebração do distrato da prestadora de serviços de Monitoria Jurídica, a Mediadora assumirá a monitoria jurídica temporariamente até a contratação da nova prestadora de serviços que irá atuar como Monitoria Jurídica;
- 5) Presidir, através de representante indicado, o Conselho Gestor de Aplicação de Rendimento.
 - a) Na impossibilidade do exercício de suas funções a Mediadora deverá, antes de renunciar, indicar a ONG para assumir a função de Mediadora do FPRBC, que será analisado e aprovado pelo Conselho Gestor de Investimento.
- 6) Caberá a Mediadora indicar o primeiro Presidente e na vacância do cargo de Presidente o novo Presidente do FPRBC dando ciência prévia ao Conselho Gestor de Investimento.

Administradora Financeira

Compete a Administradora Financeira:

1. Investir o numerário do fundo no mercado financeiro de acordo com as diretrizes do Conselho Gestor de Investimento do FPRBC.
2. Prestar contas a qualquer momento aos Conselhos Gestores de Investimento e de Aplicação de Rendimento, a Mediadora ou a representante por eles indicado.
3. Disponibilizar mensalmente em conta bancária, informado ao Conselho Gestor de Aplicação de Rendimento, ao Conselho Gestor de Investimento Rendimento e a Mediadora do FPRBC, o montante de rendimentos apurados no mês.
4. Ser responsável pelo processo de pagamento da Renda Básica aos beneficiários, diretamente ou pela subcontratação de instituição capaz.

Captadora de Recursos

Compete a Captadora de Recursos:

1. A empresa Captadora de Recursos é contratada para ampliar os investimentos no FPRBC.
2. A empresa Captadora de Recursos será remunerada tão somente por comissão de agenciamento de acordo com as porcentagens praticadas no mercado desde que dentro das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Gestor de Investimento.
3. A empresa Captadora de Recursos deverá prestar contas a Monitoria Jurídica e em cópia para a Mediadora.

Monitoria Jurídica

Compete a Monitoria Jurídica:

1. A empresa contratada para a Monitoria Jurídica deverá zelar pelo cumprimento legal de atos praticados por todas as estâncias para o sucesso da missão do FPRBC.
2. A empresa contratada para a Monitoria Jurídica do FPRBC deverá receber pelos seus serviços de acordo com os valores de mercado desde que dentro das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Gestor de Investimento.
3. Aplicar as sanções jurídicas a toda e qualquer pessoa física ou jurídica, visando preservar a legalidade e a reputação do FPRBC;
 - a) Todo o montante resultante dos processos indenizatórios deverá ser destinado ao FPRBC.
4. Convocar as reuniões ordinárias e ou extraordinárias dos Conselhos Gestores;

Auditoria Externa

Compete a Auditoria Externa:

1. A empresa de Auditoria Externa contratada deverá realizar os exames na execução das políticas, das diretrizes e transações efetuadas no exercício fiscal do FPRBC.
2. A empresa de Auditoria Externa deverá solicitar pareceres e possíveis reexames das auditorias realizadas nos projetos de Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania Específico – FPRBCE providos pelo FPRBC.
3. A empresa de Auditoria Externa receberá pelos seus serviços de acordo com os valores de mercado desde que dentro das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Gestor de Investimento.
4. A empresa de Auditoria Externa deverá apresentar previamente o plano de trabalho e execução.
5. Atender solicitação do Conselho Gestor de Investimento para verificação específica.

Prestadora de Contas

Compete a Prestadora de Contas:

1. A empresa de comunicação, marketing ou publicidade contratada para a prestação de contas do FPRBC.
2. A prestadora de contas será remunerada de acordo com os valores de mercado desde que dentro das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Gestor de Investimento.

VII. Atividades

Item	Ações	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1	Elaboração do Projeto	X									
2	Apresentação do projeto ao Senador Eduardo M. Suplicy	X									
3	Viabilizar a visita do Senador Eduardo M. Suplicy à Vila de Paranapiacaba – Santo André para o lançamento	X	X								
4	Mobilizar a imprensa para a divulgação do projeto.	X	X								
5	Elaborar convites às: Autoridades; Empresas Investidoras; Sociedade civil; e ONGs	X	X								
6	Organizar local e infra-estrutura para reunião na visita do Senador Eduardo M. Suplicy										
7	Abertura de conta específica ReCivitas X FPRBC data para início do projeto		19								
8	Preparar Licitações das: Monitoria Jurídica Administradora Financeira Captadora Prestação de Contas Auditoria		X X	X X X							
9	Assembleia de Investidores para nomear o Conselho Gestor de Investimento e Presidente			X							
10	Contratação das Monitorias Jurídicas			X							
11	Elaboração do Contrato do FPRBC X Mediadora			X	X						
12	Contratação da Administradora Financeira			X							
13	Contratação da Captadora				X						
14	Contratação da Prestadora de Conta				X						
15	Reunião do Conselho Gestor de Investimento – pauta				X						
16	Reunião do Conselho de Aplicação de Rendimento – pauta				X						
17	Contratação da Auditoria					X					

VIII. Agentes

Instituto pela Revitalização da Cidadania – ReCivitas.

Mediadora.

Contrato de Parceria.

X. Contrapartidas**Resultados:****Institucionais**

O investidor terá em caráter permanente, e proporcional ao seu investimento, sua imagem, marca vinculada ao projeto em todas as prestações de contas a sociedade.

Estruturais

- Dinamização direta da microeconômica das localidades beneficiadas e indireta macroeconomia da região pela renda cidadã.
- Dinamização das economias emergentes pela aplicação do Fundo.

Compensatórios

- Garantia do direito a Renda Básica de Cidadania.
- Promoção da Justiça
- Exercício da democracia.

Mensuração:**Institucional**

A prestação de contas à sociedade através dos veículos de comunicação executará a cobertura das ações dos atores envolvidos no Projeto.

Estrutural

Crescimento da economia no local de base do projeto.

Compensatória

Número de beneficiários da Renda Básica de Cidadania.

X. Investimento**Qualificação**

Investidor do Fundo Permanente de Renda Básica de Cidadania – FPRBC.

Natureza

Monetária.

Visão

O valor investido comporá o ativo financeiro dos FPRBC.

Missão

Dar garantias de sustentabilidade e replicabilidade ao projeto Renda Básica de Cidadania do Terceiro Setor através do investimento.

Meta

Proporcionar uma renda básica mensal, mesmo que modesta, aos moradores das localidades base dos projetos.

XI. Proponente**Qualificação**

O ReCivitas, Instituto pela Revitalização da Cidadania - CNPJ MF N° 08.518.270/0001-09 - OSCIP - Processo MJ n°. 08071.018450/2007-10 - é uma associação civil sem fins lucrativos que não remunera seus dirigentes, democrática, sistematizada, de gestão integrada. Emprega tecnologias sócio-ambientais e metodologia direcionada a sensibilizar, educar e mobilizar os membros e beneficiários de nossos programas e projetos.

Natureza

Realização plena da cidadania através de ações produtivas que promovam e garantam o exercício incondicional dos direitos e deveres fundamentais do ser humano.

Visão

Instituição pragmática, de caráter positivo, capacitadora, comprometida com os valores éticos, cívicos e humanos, o ReCivitas tem como diretriz básica investir nos seres humanos para formar cidadãos conscientes, ativos e construtivos de uma sociedade sócio-economicamente viável e ecologicamente sustentável.

Missão

Revitalizar a Cidadania.

Princípios

O ReCivitas entende que as Organizações da Sociedade Civil só poderão cumprir suas finalidades se assumirem pragmaticamente 3 princípios básicos:

1. As ações de uma ONG devem ser necessariamente positivas, produtivas e não-assistencialistas. Não adianta apenas apontar os problemas, é preciso criar alternativas sustentáveis.
2. Seus projetos devem ser empreendimentos cívicos e seus resultados mensurados economicamente. Todo ganho cívico gera ganho econômico e deve ser demonstrado economicamente. A Economia é unidade de medida universal.
3. A contrapartida em retorno de imagem das empresas patrocinadoras deve no mínimo justificar seu investimento, e cabe as financiadas (as ONGs) garantir e comprovar esse retorno. Se a empresa que investe em um projeto, tiver menos retorno que uma concorrente que não investe, esse projeto é inviável, ainda que produza os resultados esperados, pois fortalece quem não tem responsabilidade cívica.

Em suma, o ReCivitas só crê na possibilidade de mudanças significativas se a matriz e a agente da modificação não se tornarem menos competitivos em relação aos elementos contra-produtivos ou inatuentes da sociedade.

Metas

Projetos que visam à conservação e promoção:

- da Paz, Trabalho e Cidadania;
- do Meio-Ambiente, Qualidade de Vida e Desenvolvimento Sustentável;
- do Patrimônio Cultural, Histórico e Natural;
- do Respeito e Integração entre os povos, etnias, culturas e doutrinas.

Histórico

Fundada em 7 de Outubro de 2006 e juridicamente constituída em cartório a 22 de Novembro 2006, o ReCivitas vem exercendo suas atividades e executando seus projetos desde 2005 através do seu corpo de fundadores, que na qualidade de pessoas físicas, realizaram projetos de forma independente ou os apresentaram em nome de outras entidades jurídicas quando assim exigido.

O ReCivitas programou e executa de forma completamente autônoma e independente os projetos:

- Projeto FFORDE 409 & 411 - Recuperação de Patrimônio Histórico.
- Projeto Fundamentos - Ensino e Difusão do Basquetebol.
- Projeto Cinema para Todos - Sessões Abertas de Cinema.
- Biblioteca Livre - Aprendendo a compartilhar: Ética, Cidadania e Respeito ao Bem Comum.
- Brinquedoteca Livre Feliz - Aprendendo a compartilhar: Ética, Cidadania e Respeito ao Bem Comum.

XII Parcerias

- Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.
- Autor da proposta de Renda Básica de Cidadania.
- Autor do Livro: Renda Básica de Cidadania – A resposta dada pelo Vento.

- ReCivitas – Instituto pela Revitalização da Cidadania
 - Gestão, coordenação, elaboração, execução, sustentabilidade e Mediadora do projeto.
- TVONG Produtora e Distribuidora Ltda.
 - Produtora multimídia, participante na produção, na divulgação televisiva e internet e demais mídias.

XIII Elaboração

Nome	Vínculo com a Proponente
Bruna Augusto Pereira	Presidente
Marcus Vinicius B. dos Santos	Diretor
Renato Brancaglione Cristofi	Conselheiro
Pedro Theodoro dos Santos Neto	Administrador

Recursos

Os recursos para o projeto serão levantados junto às pessoas físicas e jurídicas através de investimento em favor do projeto Renda Básica de Cidadania do Terceiro Setor - Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania, em dinheiro, bens ou serviços.

Investimento - Benefício Fiscal

A qualificação do ReCivitas como OSCIP lhe confere a obtenção junto a empresas e pessoas físicas, de recursos, de doações de bens e serviços para a criação do FPRBC.

Os recursos para o FPRBC serão levantados junto às pessoas físicas e jurídicas através de contribuições e doações, sob a responsabilidade do Instituto pela Revitalização da Cidadania – ReCivitas em conta corrente específica: Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania.

Seguindo a lei federal 9.249/95, a empresa doadora deve ser tributada no regime de lucro real e prevê a dedução integral do valor das doações como despesa operacional até o limite de 2% do lucro operacional bruto. Não há uma redução do IR a ser pago, mas uma dedução da base de cálculo do IR e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) Com esta redução opera-se um ganho aproximadamente de 34% do valor doado.

A doação é realizada por meio de um depósito na conta bancária da Mediadora e proponente, ReCivitas que dará uma cópia do certificado de OSCIP e uma Declaração na Aplicação Integral dos Recursos e Recibo de Doação. O comprovante de depósito bancário e o recibo de doação deverão ser apresentados com a declaração de IR da pessoa jurídica doadora. As cópias dos documentos devem ser mantidas nos arquivos do doador, no mínimo, durante cinco anos.

O ReCivitas está autorizado a ofertar esse tipo de incentivo fiscal, recebendo doações de empresas com tributação de regime de lucro real. Já as pessoas físicas podem doar, mas não podem deduzir do IR. Ou seja, no caso das OSCIPs, o incentivo fiscal é voltado apenas para pessoas jurídicas.

Contrapartidas

Institucional

- Citação nominal em toda divulgação através da imprensa em todas as mídias.
- Divulgação através do Programa TVONG, na TV na Internet com crédito no final dos programas.

Compensatória

- Benefícios dos Incentivos Fiscais da Lei 9.249/95.

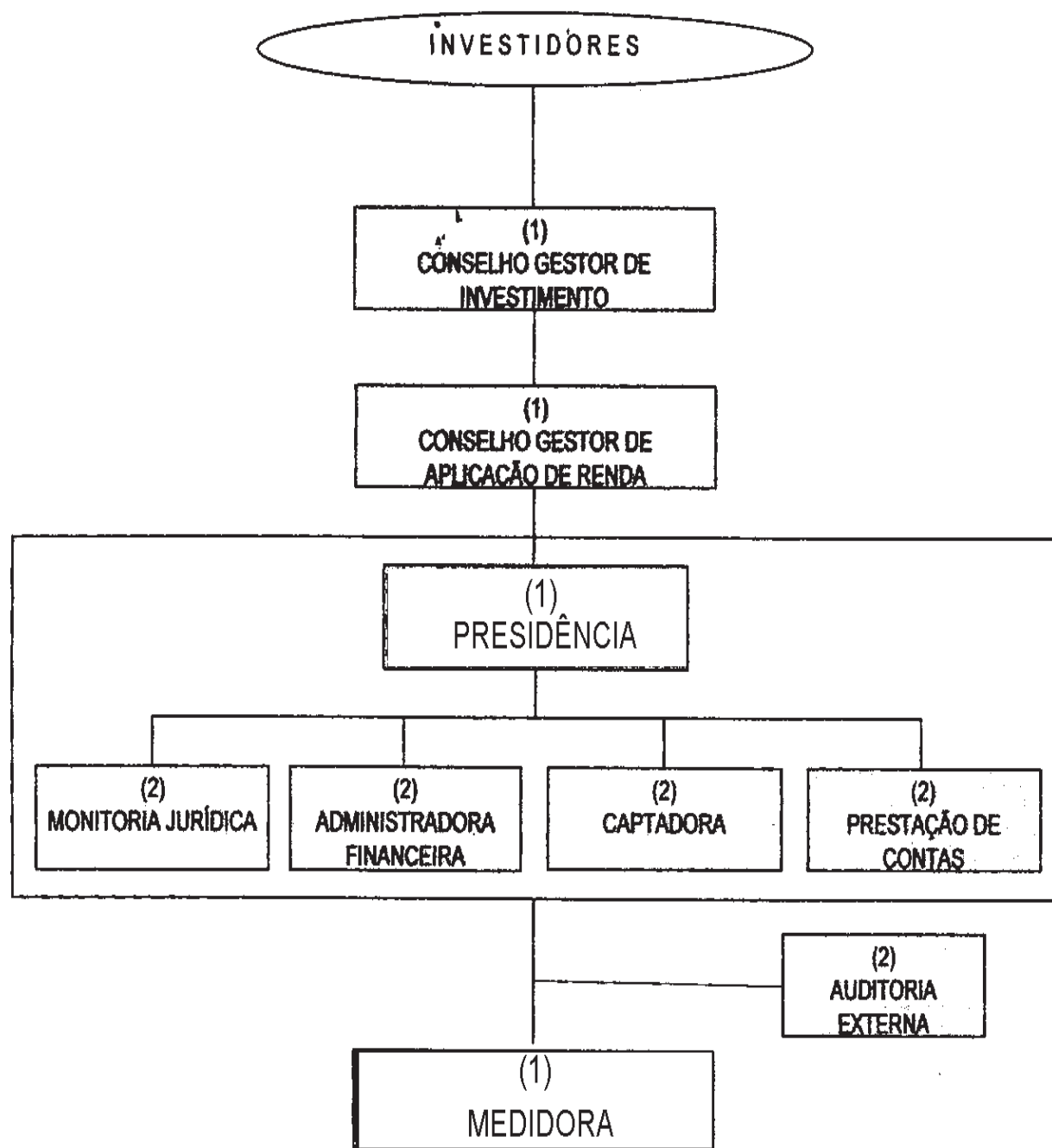
Paranapiacaba, 13 de Março de 2008.

Instituto pela Revitalização da Cidadania
Presidente - ReCivitas – 2006 / 2011
Bruna Augusto Pereira

Instituto pela Revitalização da Cidadania
Coordenador do Projeto FPRBC
Marcus Vinicius Brancaglione dos Santos

Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania

Fluxograma



CARTA CONVITE Nº. 001.4.07

O INSTITUTO PELA REVITALIZAÇÃO DA CIDADANIA - ReCivitas, através de seu Presidente Bruna Augusto Pereira, traz a público a necessidade da contratação de serviços profissionais de advocacia.

1 – Considerações

- a) O ReCivitas vem da implantação do projeto pioneiro RENDA BÁSICA DE CIDADANIA DO TERCEIRO SETOR no último dia 11 de Abril de 2008.
- b) Para atender ao projeto no seu "Item VI. Estratégia de Viabilização e Sustentabilidade do FPRBC – Monitoria Jurídica" estabelece o processo de Licitação, através de carta Convite, para a Contratação dos Serviços Profissionais de Empresa ou Profissional Liberal de Advocacia para atuar como Monitora Jurídica junto ao ReCivitas e especificamente ao projeto RENDA BÁSICA DE CIDADANIA DO TERCEIRO SETOR – FUNDO PERMANENTE DA RENDA BÁSICA DE CIDADANIA.
- c) Cumpre destacar que a OSCIP ReCivitas, Mediadora no projeto, o faz atendendo os seus princípios e de forma totalmente voluntária.

2 – Dos Serviços de Monitoria Jurídica

- a) A empresa contratada para a Monitoria Jurídica deverá atuar na elaboração das diretrizes e normas e zelar pelo cumprimento legal de atos praticados em todas as estâncias do Projeto.
- b) Reivindicar a aplicação das sanções legais a toda e qualquer pessoa física ou jurídica visando preservar a legalidade e a reputação do Projeto;
- c) Todo o montante resultante dos processos indenizatórios deverá ser destinado ao FPRBC - FUNDO PERMANENTE DA RENDA BÁSICA DE CIDADANIA.
- d) A empresa contratada para a Monitoria Jurídica do FPRBC deverá receber pelos seus serviços de acordo com os valores de mercado desde que dentro das diretrizes estabelecidas no Projeto.
- e) O contrato será de um (1)ano podendo ser renovado desde que seja o desejo entre as partes.

3 – Das Condições

- a) Os serviços profissionais licitados serão prestados no escritório da empresa contratada e em possíveis diligências.
- b) Deverá ser reservado tempo necessário, mensalmente, para uma visita de trabalho ao escritório do ReCivitas ou local da aplicação do Projeto.

4 – Do Prazo

As propostas, acompanhadas da documentação, deverão ser entregue na Caixa Postal 16 – CEP 09450-970 – Rio Grande da Serra até o dia 31 de Maio de 2008, prevalecendo a data de postagem.

5 – Do Resultado

- a) A empresa vencedora será a que atender aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, que são os mesmos princípios que regem a Administração Pública, conforme art. 37 da Constituição Federal.
- b) Apresentar a melhor relação custo x benefício.
- c) No caso de empate será considerada vencedora a empresa de maior participação no FUNDO PERMANENTE DA RENDA BÁSICA DE CIDADANIA.

6 – Das Disposições Gerais

Integra esta Carta Convite cópia do projeto RENDA BÁSICA DE CIDADANIA DO TERCEIRO SETOR – FUNDO PERMANENTE DA RENDA BÁSICA DE CIDADANIA..

Paranapiacaba, 30 de Abril de 2008.

Instituto pela Revitalização da Cidadania
Presidente – ReCivitas – 2006 / 2011
Bruna Augusto Pereira

Excelentíssimo Senador Eduardo Matarazzo Suplicy

Seguindo sua sugestão de universalização do Projeto de Renda Básica de Cidadania do Terceiro Setor decidimos, pois apresentar dois projetos de Fundo de Investimento Permanente.

No Primeiro projeto o FPRBC, seria um Fundo Universal e compreenderia o investimento de todas as pessoas físicas e jurídicas comprometidas com os valores éticos, cívicos e principalmente humanos, sem distinção de nações, ou fronteiras. Seu rendimento seria destinado a implementação da Renda Básica de Cidadania em diferentes localidades do Planeta. Constituindo-se na prática em um Fundo Geral, cuja missão seria a difusão da Renda Básica de Cidadania através da formação de Fundos Permanentes nas localidades .

Logo o segundo projeto seria justamente o primeiro Projeto Beneficiado pelo Fundo Geral; E o FPRBCP, o Fundo de Paranapiacaba, o primeiro Fundo Específico criado a partir do Fundo Geral se o rendimento do Fundo Geral assim o permitir.

Considerando a hipótese de os primeiros rendimentos do Fundo Geral não serem suficiente para a criação de um Fundo Específico, os projetos prevêem que a Renda desta localidade, e de outras que por ventura ainda não puderem formar Fundos próprios, sejam providos pelo Fundo Geral.

Embora em princípio, possa parecer desnecessária a criação de Fundos Específicos, os consideramos fundamentais no aproveitamento de todo o potencial de investimento de uma determinada região. Pois garantem a participação democrática dos investidores locais na determinação das diretrizes de aplicação do fundo visando o crescimento da economia regional.

Procuramos respeitar o caráter democrático da Renda Básica não só na Gestão dos Fundos através dos Conselhos de Investidores mas também na Gestão do Rendimento no Fundo Geral pelo Conselho de Organizações Não-Governamentais Proponentes de Projetos de Renda Básica de Cidadania, no Fundo Geral; e no Fundo Específico pelos beneficiários do Projeto .

Seguindo os princípios da nossa Instituição nos preocupamos também em atender as expectativas dos futuros investidores do Terceiro Setor, buscando fazer dos Projetos modelos de sustentabilidade; e no que concerne ao projeto específico de Paranapiacaba, também modelo de replicabilidade.

Quanto as contrapartidas além dos incentivos fiscais previstos em lei para as OSCIPs, fizemos questão de torná-las parte integrante dos Projetos, somando a prestação de contas para a sociedade o retorno de imagem dos investidores.

Contudo é importante salientar que nossa preocupação em detalhar todo o processo não tem a intenção de fechá-lo a priori, mas de apresentar uma primeira proposta executável, isto é, dentro das possibilidades de nossa Instituição executar. Pedimos portanto que por seu conhecimento notório da matéria em questão, possa continuar nos aconselhando e orientando para que possamos aprimorar os Projetos.

Agradeço mais uma vez a atenção de vossa excelência

Sinceramente

Marcus Vinicius Brancaglione dos Santos

Coordenador dos Projetos

Aprendendo a compartilhar: Ética, Cidadania e Respeito ao Bem Comum

1. Apresentação

1. Definição

A Biblioteca Livre é um sistema de promoção da ética, cidadania e respeito ao bem comum, baseado na valorização do ser humano através de um dos seus valores mais fundamentais: a confiança. O sistema é muito simples: cada pessoa pode pegar um livro e quando devolvê-lo poderá pegar outro. Sem prazo, sem cobrança, sem punições; enfim sem nenhum impedimento ou inibição para a retirada de um livro ou coação para devolvê-lo, apenas o único estímulo necessário para que o leitor volte: poder pegar um novo livro.

2. Justificativa

Inspirado nos princípios de incondicionalidade e desburocratização, contidos na proposta da Renda Básica de Cidadania, desenvolvemos e aplicamos um sistema de empréstimos, sejam brinquedos, livros, ferramentas, entre outros ao qual denominamos Livre. E geralmente a primeira pergunta que todo mundo se faz é: Esse sistema funciona? As pessoas devolvem o livro? A resposta até o presente momento é sim. Na verdade, a perda de acervo tem sido bem menor do que a esperada e tenderá a zero com um índice de usuários do sistema cada vez maior.

Este prognóstico aparentemente otimista se justifica quando analisamos o fator essencial para seu sucesso: a confiança de que os livros serão devolvidos em bom estado. O que em princípio parece ingenuidade, é na verdade a pilastra do projeto, o princípio que permite que a Biblioteca Livre vá além da difusão da leitura para cumprir o principal propósito de sua criação: a Promoção da Cidadania.

Quando damos ao usuário o poder de decisão de devolver o livro em bom estado, quando não há nada que o impeça de fazer o que quiser com ele, estamos lhe dando a oportunidade de tomar consciência do valor do bem comum. Pois o raciocínio é bem simples: "Fico com este livro para mim em definitivo ou abro mão dele para desfrutar de todos os outros disponíveis na biblioteca?"

Nossa confiança é, portanto fundamentada no mesmo princípio de inteligência que gera a União: a cidadania. Assim, o mais interessante é que a Biblioteca Livre promove a cidadania não apenas entre os usuários do sistema, mas de todos os envolvidos no projeto, à medida que nos despidimos do preconceito e passamos a acreditar e confiar no nosso semelhante não por princípios ideológicos, filosóficos ou religiosos, mas simplesmente porque é o que de fato funciona.

3. Propósito

Difusão da ética e cidadania através de sistema de empréstimo e compartilhamento que promove o respeito ao bem de uso comum: o livro.

4. Objetivos

- Promoção da Ética, Cidadania e respeito ao bem comum;
- Difusão do conhecimento;
- Estimulo à leitura;
- Combate ao analfabetismo funcional;
- Apoio material à escola.

4.1. Mensuração

- Índice de Conservação do acervo;
- Saída de livros educativos;
- Saída de livros;
- Saída de material de alfabetização;
- Empréstimo de livros escolares e material didático.

5. Abrangência	Temporal	Territorial		Humana
Período	De 8/12/2007 sem data de encerramento.	Localidade	Santo André- SP	Aberto a todos sem nenhuma restrição.
Periodicidade	Segunda a Sábado	Região	Paranapiacaba	
Duração	Das 9 às 17 horas	Local	Acervo na Av. Fforde 411	

II. Planejamento Estratégico			
6. Viabilização		6.1 Sustentabilidade	
Material			
- Doação dos moveis e acervo por membros do ReCivitas; - Uso provisório da própria residência para o acervo; - Trabalho Voluntario dos Membros do ReCivitas;		- Novas doações dos materiais para renovação de acervo por pessoas físicas e jurídicas; - Disponibilização de espaço específico para o acervo e recepção dos beneficiários; - Contratação como autônomo de membros da comunidade para gerir a biblioteca;	
Logística			
- Distribuição de Panfletos e Cartazes pela Comunidade - Recepção do Morador e acesso direto ao acervo para escolha. - Registro do nome e livro no diário da biblioteca. - Posto de doação na sede do ReCivitas; - Recolhimento das doações pelos membros junto aos doadores.		- Disponibilização de listas do acervo com as novidades. - Recepção do Morador no espaço físico da biblioteca, com possibilidade de permanência para leitura e pesquisa. - Registro no livro em computador por meio de software específico que quantifique automaticamente os resultados esperados; - Postos em locais cedidos por colaboradores e patrocinadores;	
Operacional			
- Escolha do livro por pedido ou diretamente na estante pelo usuário; - Retirada de um livro por pessoa. - Controle interno em livro de registro de saída do acervo. - Em caso de perda ou destruição do livro, o usuário poderá retirar um novo livro assim que a Biblioteca ou o próprio usuário conseguir repô-lo ou consertá-lo. - A reposição do livro será feita mediante a lista de pedidos do ReCivitas. - Análise e contabilização mensal do livro de saída.		- Escolha do livro por pedido ou lista no local. - Retirada de um livro e revista por pessoa. - Controle interno em livro de registro de saída do acervo e software específico. - A Biblioteca presenteará anualmente os 10 usuários mais frequentes que não tiverem nenhuma perda ou dano no ano. - Perda ou dano repostos imediatamente será anotado, mas não afetarão o registro pessoal do usuário. - Análise e contabilização dos dados automática pelo software.	
7. Atividades		Agente	Objetivo
Empréstimo e controle de saída do acervo		Orientadores	Atender os usuários
Aquisição e Controle das Doações e Acervo		Coordenador	Prover a Biblioteca
8. Agentes		Qualificação	Função
Coordenador		Agente Cultural	Controle e catalogação
Orientador		Moradores locais	Atendimento e registro
ReCivitas		OSCIP	Implementação e Gestão
TVONG		Parceira	Comunicação
Colaboradores		Pessoas Físicas e Jurídicas	Suporte Material
			Patrocinadora
			Patrocinador e Voluntário

III. Contrapartidas				
9. Resultados	Benefícios		Mensuração	
Institucionais	Retorno em Imagem		Audiência no TVONG	
Estruturais	Empréstimos de livros		Volumes emprestados	
Compensatórias	Educação e Cidadania		Preservação do Acervo	
IV. Responsabilidades				
10. Proponente	Título	Visão	Missão	Função
ReCivitas – Instituto pela Revitalização da Cidadania	OSCIP	Valorização do ser Humano	Promoção da Cidadania	Elaboração, Implantação e Administração
11. Parcerias	Qualificação		Função	
TV ONG	Patrocinadora		Comunicação e Divulgação	
12. Elaboração		Função		Vínculo
Marcus Vinicius Brancaglione dos Santos		Coordenação		Diretor
Bruna Augusto Pereira		Gestão		Presidente
V. Investimentos				
13. Orçamento	Fonte		Valor Mensal	
Renovação do Acervo	Patrocínio		-	
Pessoal	Patrocínio		-	
Comunicação	Patrocínio		-	
Espaço Físico	Cessão		-	
Logística	Patrocínio		-	
14. Cronograma	Físico Financeiro; de acordo com tabela em anexo.			
15. Patrocínio	Quotas	Valor Mês	Benefícios	
Custeio	P.Física	-	Certificado de colaborador	
Custeio	Mínima	-	Fiscal, Certificado e Divulgação	
Custeio	Plena	-	Fiscal, Divulgação e inserção na TVONG	
Equipamentos	Livre	-	Certificado e Divulgação *	
Acervo	Livre	-	Certificado e Divulgação *	
Serviços	Livre	-	Certificado e Divulgação *	

Paranapiacaba, 8 de Dezembro de 2.007

Instituto pela Revitalização da Cidadania
Coordenador do Projeto Biblioteca Livre
Marcus Vinicius Brancaglione dos Santos

Instituto pela Revitalização da Cidadania
Presidente – ReCivitas – 2006/2011
Bruna Augusto Pereira

* se pessoa jurídica benefício fiscal de doação a OSCIP

São Paulo, 28 de Março de 2.008

Ao
Excelentíssimo Senhor Senador da República
Eduardo Matarazzo Suplicy

Pela presente estamos encaminhando a Vossa Excelência a minuta completa do Projeto Renda Básica de Cidadania – Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania - para apreciação.

Contando com o apoio dentro das possibilidades somos,

Atenciosamente



Instituto pela Revitalização da Cidadania
Presidente – ReCivitas – 2006 / 2011
Bruna Augusto Pereira

cc. Prefeito João Avamileno
Subprefeito Vanessa Figueiredo

Minuta

Projeto Piloto
Renda Básica de Cidadania do Terceiro Setor
Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania de
Paranapiacaba

Capa

Índice

I Apresentação

II Justificativa

III Propósitos

IV Objetivos

V Abrangência

VI Estratégia

VII Atividades

VIII Agentes

IX Contrapartidas

X Investimento

XI Proponente

XII Parcerias

XIII Elaboração

Recursos

Fluxograma

Artigo “Renda Básica de Cidadania: Um Direito Universal”

I. Apresentação

O Projeto Renda Básica de Cidadania do Terceiro Setor é uma iniciativa para viabilizar e implementar imediatamente a Renda Básica de Cidadania através da criação do **FPRBCP - Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania de Paranapiacaba**.

II. Justificativa

O ReCivitas entende que a Renda Básica de Cidadania é o Direito Universal de todo ser humano a uma renda que corresponda ao necessário a sua subsistência devendo, portanto, ser sua aplicação uma meta da Humanidade.

Embasados nesse entendimento é em dois princípios básicos:

De Justiça:

Nenhum ser humano deve ser premido a valer-se da violência para garantir sua subsistência.

Da Herança Universal:

Todo ser humano tem o direito de partilhar da riqueza produzida pela Humanidade.

Logo, a Renda Básica é: Incondicionável; Dever de todo ser humano; e, Ideal da Humanidade. Como direito universal não pode ser condicionada; não pode ser relegada a obrigação única e exclusiva do Estado; e não pode ser questionada sob a alegação de exequibilidade. A impossibilidade de aplicação material não anula o direito. Não devemos negar o direito, e sim buscar alternativas viáveis para a sua garantia de fato.

A leitura do artigo anexo a página 13 deixa claro o posicionamento do ReCivitas.

Experiência

Destacamos a mais recente experiência em desenvolvimento na Namíbia - África - um dos países de maior desigualdade econômica social do Mundo que desde janeiro de 2008 deu início ao BIGNAM – Basic Income Grant for Namíbia. A Vila de Otjivero-Omitara, localizada a 100 km da capital Windhoek, possui 1005 habitantes que recebem mensalmente a quantia de N\$100 (dólares da Namíbia) o equivalente a US\$12,50 (dólares Americanos).

A iniciativa ousada e que está gerando grande visibilidade deve-se a o NAMTAX - Namibian Tax Consortium, que conta com a participação de entusiastas do programa, empresas, igrejas, sociedade civil e entidades internacionais (Bread for the World, Lutheran World Federation, United Evangelical Mission, Evangelische Kirche im Rheinland, Evangelische Kirche von Westfalen, Friedrich Ebert Foundation etc.)

Cabe ressaltar que este Projeto na Namíbia é financiado por um consórcio de entidades internacionais que pelo período de 2 (dois) anos contribuirão, mensalmente, para que a renda básica seja paga aos beneficiários.

Paranapiacaba

A escolha da Vila de Paranapiacaba vem em encontro à importância representativa para o Município de Santo André, Estado de São Paulo e o Brasil.

A Vila teve sua origem associada à construção da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, inaugurada em 1867, pela São Paulo Railway Co. O núcleo inicial – Vila Velha – foi formado para abrigar os

operários da ferrovia em alojamentos de pau-a-pique. Na década de 1890, quando ocorreu a construção da segunda linha férrea, os alojamentos da Vila Velha foram substituídos por edificações de madeira ou alvenaria e a Vila Martin Smith, ou Vila Nova, foi implantada para abrigar os funcionários responsáveis pela operação e manutenção da ferrovia.

A ocupação da Parte Alta se iniciou com a doação de parcelas de terras por Bento José Rodrigues da Silva, que recebeu a concessão do governo de uma gleba de 40 alqueires, para aqueles que se dispusessem a construir casas no local, reservando ainda terrenos para a construção de uma igreja e de um cemitério. A Parte Alta foi ocupada de forma espontânea, sendo tão antiga quanto o núcleo ferroviário (Vila Velha).

Fatos marcantes recentes evidenciam uma nova situação institucional a ser considerada na definição e implantação de planos, programas e projetos para a Vila de Paranapiacaba, entre eles destacamos:

- O pioneirismo e inovações são fatores marcantes na história da Vila entre 1860 e 1947, entre outras destacamos:

- Primeira vila do Brasil a ter luz elétrica;

- Primeiro cinema do Estado de São Paulo;

- Primeiro campo de futebol da América Latina;

- Primeira Jazz Band feminina do Brasil.

- Trabalho assalariado na época da escravidão, inclusive com serviços terceirizados;

- Na sua construção foram empregadas técnicas de engenharia e matérias os mais modernos da época, trazidos da Europa;

- O planejamento urbano da Vila Smith contemplou vias sanitárias que para época era um grande avanço social;

- Foi via única de entrada e saída tanto da população como de bens e riquezas por cerca de 90 anos.

- Foi à porta de entrada dos imigrantes italianos, espanhóis, ingleses e japoneses que nos ajudaram a construir nosso País

- Em 1987 a Vila de Paranapiacaba, a área natural, Mata Atlântica e mananciais, do seu entorno e o conjunto ferroviário da São Paulo Railway Co. foram tombados pelo Condephat, com uma posição bastante inovadora na época por incorporar as áreas naturais ao conjunto.

- Em 1999 a Vila de Paranapiacaba foi incluída na Lista da *World Monuments Fund*, organização sem fins lucrativos criada em 1965 e voltada para a conservação da herança artística e arquitetônica em todo o mundo.

- A parte baixa, compreendendo a Vila Smith e Vila Velha, tombada foi reavida pela Prefeitura de Santo André, portanto pertencendo à comunidade Andreense e aos Brasileiros.

- Atualmente estão sendo desenvolvidas várias iniciativas com o intuito de fortalecer a condição de área tombada e protegida pelo Iphan, Condephat e Comdephaapasa.

A condição estrutural e com uma população aproximada de 1.800 pessoas faz de Paranapiacaba a localidade ideal para a implementação do projeto piloto, uma vez que utilizando-a como uma célula consegue-se melhores respostas e unidade da compreensão do processo tanto para investidores como beneficiários, proporcionando, a implantação em células, a possibilidade de sua replicabilidade.

III. Propósitos

O Projeto Piloto Renda Básica de Cidadania de Paranapiacaba - Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania de Paranapiacaba FPRBCP servirá para implementação da renda básica

aos cidadãos do Distrito de Paranapiacaba, obedecidas às normas e diretrizes do Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania e beneficiará exclusivamente os moradores de Paranapiacaba.

Na busca de alternativas encontramos no Terceiro Setor e a iniciativa privada a sustentabilidade para o projeto através de investimentos na formação do Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania, que com seu rendimento proverá os benefícios da Renda Básica de Cidadania

IV. Objetivos

Implementar através do Terceiro Setor a Renda Básica de Cidadania por meio de um Fundo de Investimento Permanente que proporcionará a sustentabilidade e replicabilidade deste Projeto.

V. Abrangência

Temporal

Período: 19 de Abril de 2008, Sem definição para seu término.

Periodicidade: mensal.

Territorial

Extensão: Municipal em primeira estância Distrito de Paranapiacaba e em seguida Parque Andreense.

Local base: Paranapiacaba parte alta e parte baixa

Localidades beneficiadas: será decidido pelo Conselho Gestor de Aplicação de Rendimento.

Humana

Público alvo: A pessoa humana, a renda básica é um direito de todo cidadão de participar da riqueza de sua nação com o básico para a sua subsistência.

Beneficiários: em Paranapiacaba em torno de 1.800.

VI. Estratégia de Viabilização e Sustentabilidade do FPRBCP

O Conselho Gestor de Investimento do Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania FPRBCP e o Instituto Pela Revitalização da Cidadania – ReCivitas, OSCIP proponente deste projeto, celebrarão entre si Contrato de Parceria para a criação do FPRBCP - Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania de Paranapiacaba.

Contrato

O Contrato de criação do Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania de Paranapiacaba FPRBCP deverá atender a: sua formação, as condições de contratação e o reconhecimento da Mediadora, a OSCIP proponente Instituto pela Revitalização da Cidadania - ReCivitas.

No contrato deverão constar a definição, as diretrizes e normas para as áreas e funções específicas:

- Investidor.
- Conselho Gestor de Investimento.
- Conselho Gestor de Rendimento.
- Presidência.
- Mediadora - parceira.
- Monitoria Jurídica - contratada.
- Administradora Financeira - contratada.
- Captadora de Recursos - contratada.
- Auditoria Externa - contratada;
- Prestadora de Contas - contratada;

Investidor

1. Toda pessoa física ou jurídica que efetuar contribuição monetária ao Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania - FPRBCP será considerado Investidor.
2. Todo investidor do Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania - FPRBCP terá direito de pleitear representação no Conselho Gestor de Investimento.

Conselho Gestor de Investimento

1. O Conselho Gestor de Investimento será formado pelo representante do Fundo Permanente de Renda Básica de Cidadania - FPRBC e pelos representantes dos doze (12) maiores investidores no Fundo Permanente de Renda Básica de Cidadania de Paranapiacaba - FPRBCP.
2. O Conselho Gestor de Investimento será empossado para mandato de um (1) ano.
3. É permitido aos investidores formar coalizões para serem representados no Conselho Gestor de Investimento.
4. O peso do voto de cada representante será proporcional ao valor do investimento representado.
5. O Conselho Gestor de Investimento será presidido pelo Presidente do Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania de Paranapiacaba - FPRBCP.
6. Compete ao Conselho Gestor de Investimento:
 - a) Estabelecer as diretrizes para o Investimento do Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania de Paranapiacaba - FPRBCP no Mercado Financeiro priorizando:
 1. O rendimento seguro.
 2. A dinamização da economia da macro-região a que pertence à localidade base.
 - b) Celebrar contrato de parceria com a OSCIP Mediadora, Instituto pela Revitalização da Cidadania - ReCivitas.
 - c) Contratar anualmente empresas competentes para:
 1. Monitoria Jurídica do FPRBCP;
 2. Administração Financeira do FPRBCP;
 3. Captação de recursos para a ampliação de investidores do FPRBCP;
 4. Auditoria externa para a avaliação das condutas técnicas administrativas e financeiras e prestação das contas do FPRBCP;
 5. A prestadora de contas, empresa de comunicação ou publicidade para a divulgação do andamento do projeto e da prestação de contas à sociedade;
 - d) Prover à Presidência os instrumentos necessários para o cumprimento de suas atribuições;
 - e) Destituir a Administradora Financeira do FPRBCP em caso de descumprimento das diretrizes do Conselho;
 - f) O Conselho Gestor de Investimento não poderá comprometer mais do que 10 (dez) por cento do rendimento anual para o cumprimento das atribuições de seus contratados e custeio operacional.
 - g) Serviços previstos em contrato cujos valores somados excederem ao teto definido no item "f" anterior serão executados desde que a diferença paga à maior seja devolvida e capitalizada como contribuição monetária da contratada.
 - h) É dever de cada representante, sob pena de exclusão do Conselho Gestor de Investimento propor, a qualquer momento, ao Conselho a requisição dos trabalhos da Monitoria Jurídica para levantamentos e convocação extraordinária do Conselho Gestor de Investimento na destituição da Administradora Financeira em caso de descumprimento das diretrizes do Conselho.

Conselho Gestor de Aplicação de Rendimento

1. O Conselho Gestor de Aplicação de Rendimento do FPRBCP, composto de doze (12) membros, será formado conforme decisão a ser tomada pelos beneficiários participantes:
 - a) por beneficiários, até o número de doze (12), do FPRBCP definidos por representação através de apoio nominado com maior número de participantes, ou
 - b) por beneficiários de maior idade entre os beneficiários participantes.
2. O Conselho Gestor de Aplicação de Rendimento será empossado para o mandato de um (1) ano.
3. O Conselho Gestor de Aplicação de Rendimento será presidido por membro indicado pela Mediadora.

4. Cabe ao Conselho Gestor de Aplicação de Rendimento:

- a) Definir o valor da renda básica de cidadania para o projeto FPRBCP;
- b) Definir a área de abrangência do projeto FPRBCP;
- c) Definir o percentual do rendimento que poderá ser reinvestido no FPRBCP e que não poderá ser inferior a um (1) por cento nem superior a dez (10) por cento.

Presidente

1. O presidente deverá ser pessoa física de reputação ilibada, pública e notoriamente comprometida com os valores éticos, cívicos e humanos.

2. Compete ao Presidente em Exercício:

- a) Promover a missão do FPRBCP;
- b) Representar Publicamente o FPRBCP;
- c) Manter sob a guarda da Monitoria Jurídica a sua indicação do nome ao seu sucessor;
- d) Manter sob a guarda da Monitoria Jurídica o nome de seu substituto temporário, Presidente Substituto que:

1. Não tem poder para indicar sucessor.

2. Deverá assumir o cargo imediatamente em caso de impedimento definitivo do Presidente.

e) Convocar reuniões extraordinárias dos Conselhos Gestores;

f) Requisitar a prestação de contas de qualquer um dos integrantes do FPRBCP.

Mediadora

Compete a Mediadora, OSCIP proponente, Instituto pela Revitalização da Cidadania – ReCivitas e parceira do projeto FPRBCP:

1) Apresentar e implementar o Primeiro Projeto da Renda Básica de Cidadania do Terceiro Setor denominado Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania de Paranapiacaba – FPRBCP.

2) Elaborar as licitações para as contratações da Administradora Financeira, da Captadora de Recursos, da Auditoria Externa, da Monitoria Jurídica, da Prestadora de Contas.

2) Acompanhar em conjunto com a Presidência do FPRBCP os trabalhos dos contratados.

3) Tomar as providências operacionais para solucionar as pendências e se caso providenciar o distrato junto a Monitoria Jurídica.

4) Unicamente no caso da celebração do distrato da prestadora de serviços de Monitoria Jurídica, a Mediadora assumirá a monitoria jurídica temporariamente até a contratação da nova prestadora de serviços que irá atuar como Monitora Jurídica;

5) Presidir, através de representante indicado, o Conselho Gestor de Aplicação de Rendimento.

a) Na impossibilidade do exercício de suas funções a OSCIP proponente deverá antes de renunciar indicar a OSCIP que assumirá a função de Mediadora do FPRBCP.

6) Caberá a Mediadora indicar o primeiro Presidente e na vacância do cargo de Presidente o novo Presidente do FPRBC dando ciência prévia ao Conselho Gestor de Investimento.

Administradora Financeira

Compete a Administradora Financeira:

1. Investir o numerário do fundo no mercado financeiro de acordo com as diretrizes do Conselho Gestor de Investimento do FPRBCP.

2. Prestar contas a qualquer momento aos Conselhos Gestores de Investimento e de Aplicação de Rendimento, a Mediadora ou a representante por eles indicado.

3. Disponibilizar mensalmente em conta bancária, informado ao Conselho Gestor de Aplicação de Rendimento, ao Conselho Gestor de Investimento Rendimento e a Mediadora do FPRBCP, o montante de rendimentos apurados no mês.

4. Ser responsável pelo processo de pagamento da Renda Básica aos beneficiários, diretamente ou pela subcontratação de instituição capaz.

Captadora de Recursos

Compete a Captadora de Recursos:

1. A empresa Captadora de Recursos é contratada para ampliar os investimentos no FPRBCP.
2. A empresa Captadora de Recursos será remunerada tão somente por comissão de agenciamento de acordo com as porcentagens praticadas no mercado desde que dentro das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Gestor de Investimento.
3. A empresa Captadora de Recursos deverá prestar contas a Monitoria Jurídica e em cópia para a Mediadora.

Monitoria Jurídica

Compete a Monitoria Jurídica:

1. A empresa contratada para a Monitoria Jurídica deverá zelar pelo cumprimento legal de atos praticados por todas as estâncias-para o sucesso da missão do FPRBCP.
2. A empresa contratada para a Monitoria Jurídica do FPRBCP deverá receber pelos seus serviços de acordo com os valores de mercado desde que dentro das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Gestor de Investimento.
3. Aplicar as sanções jurídicas a toda e qualquer pessoa física ou jurídica, visando preservar a legalidade e a reputação do FPRBCP;
 - a) Todo o montante resultante dos processos indenizatórios deverá ser destinado ao FPRBCP.
4. Convocar as reuniões ordinárias e ou extraordinárias dos Conselhos Gestores;

Auditoria Externa

Compete a Auditoria Externa:

1. A empresa de Auditoria Externa contratada deve realizar os exames na execução das políticas, das diretrizes e transações efetuadas no exercício fiscal do FPRBCP.
2. A empresa de Auditoria Externa deverá encaminhar possíveis reexames solicitados e todos os pareceres à Auditoria Externa e em cópia para o Conselho Gestor do FPRBC.
2. A empresa de Auditoria Externa receberá pelos seus serviços de acordo com os valores de mercado desde que dentro das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Gestor de Investimento.
3. A empresa de Auditoria Externa deverá apresentar previamente o plano de trabalho e execução.
4. Atender solicitação do Conselho Gestor de Investimento para verificação específica.

Prestadora de Contas

Compete a Prestadora de Contas:

1. A empresa de comunicação, marketing ou publicidade contratada para a prestação de contas do FPRBCP.
2. A prestadora de contas será remunerada de acordo com os valores de mercado desde que dentro das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Gestor de Investimento.

VII. Atividades

Item	Ações	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1	Elaboração do Projeto Piloto.	X									
2	Apresentação do projeto ao Senador Eduardo M. Suplicy.	X									
3	Viabilizar a visita do Senador Eduardo M. Suplicy a Vila de Paranapiacaba – Santo André para lançamento.	X	X								
4	Mobilizar a imprensa para a divulgação do projeto.	X	X								
5	Elaborar convites às: Autoridades; Empresas	X	X								

	Investidoras; Sociedade civil; e, Comunidade.												
6	Organizar local e infra-estrutura para reunião na visita do Senador Eduardo M. Suplicy.												
7	Abertura de conta específica ReCivitas X FPRBC data para início do projeto		19										
8	Elaborar cadastro de moradores e programa para cadastramento.	X											
9	Abertura de conta específica ReCivitas X FPRBCP.												
10	Realizar FAQ e vídeo de apresentação e explicação do projeto.	X											
11	Cadastramento.	X	X										
12	Preparar Licitações: Monitoria Jurídica. Administradora Financeira. Captadora. Prestação de Contas. Auditoria.		X X		X X								
13	Assembleia de Investidores para nomear o Conselho Gestor de Investimento e Presidente.				X								
14	Reunião de Moradores para nomear Conselho de Aplicação de Rendimento.				X								
15	Contratação Monitoria Jurídica.				X								
16	Elaboração do Contrato do Fundo.				X	X							
17	Contratação da Administradora Financeira.				X								
18	Contratação da Captadora.					X							
19	Contratação da Prestadora de Contas.					X							
20	Reunião Conselho Gestor de Investimento – pauta.					X							
21	Reunião do Conselho de Aplicação de Rendimento – pauta.					X							
22	Contratação de Auditoria.						X						
23	Iniciar a distribuição da Renda.							X					

VIII. Agentes

Instituto pela Revitalização da Cidadania – ReCivitas.
 Mediadora.
 Contrato de Parceria.

X. Contrapartidas**Resultados:****Institucionais**

O investidor terá em caráter permanente, e proporcional ao seu investimento, sua imagem, marca vinculada ao projeto em todas as prestações de contas a sociedade.

Estruturais

- Dinamização direta da microeconômica das localidades beneficiadas e indireta macroeconomia da região pela renda cidadã.
- Dinamização das economias emergentes pela aplicação do Fundo.

Compensatórios

- Garantia do direito a Renda Básica de Cidadania.
- Promoção da Justiça
- Exercício da democracia.

Mensuração:**Institucionais**

A prestação de contas à sociedade mostrará os investidores e atuará a imagem dos atores da execução do projeto.

Estruturais

Crescimento da economia no local de base do projeto.

Compensatórios

Número de indivíduos beneficiários da renda cidadã.

X. Investimento**Qualificação**

Investidor do Fundo Permanente de Renda Básica de Cidadania de Paranapiacaba - FPRBCP.

Natureza

Monetária.

Visão

O valor investido comporá o ativo financeiro do FPRBCP.

Missão

Dar garantias de sustentabilidade e replicabilidade ao projeto Renda Básica de Cidadania do Terceiro Setor através do investimento.

Meta

Proporcionar uma renda básica mensal, mesmo que modesta, aos moradores das localidades base dos projetos.

XI. Proponente**Qualificação**

O ReCivitas, Instituto pela Revitalização da Cidadania - CNPJ MF N° 08.518.270/0001-09 - OSCIP - Processo MJ n°. 08071.018450/2007-10 - é uma associação civil sem fins lucrativos que não remunera seus dirigentes, democrática, sistematizada, de gestão integrada. Emprega tecnologias sócio-ambientais e metodologia direcionada a sensibilizar, educar e mobilizar os membros e beneficiários de nossos programas e projetos.

Natureza

Realização plena da cidadania através de ações produtivas que promovam e garantam o exercício incondicional dos direitos e deveres fundamentais do ser humano.

Visão

Instituição pragmática, de caráter positivo, capacitadora, comprometida com os valores éticos, cívicos e humanos, o ReCivitas tem como diretriz básica investir nos seres humanos para formar cidadãos conscientes, ativos e construtivos de uma sociedade sócio-economicamente viável e ecologicamente sustentável.

Missão

Revitalizar a Cidadania.

Princípios

O ReCivitas entende que as Organizações da Sociedade Civil só poderão cumprir suas finalidades se assumirem pragmaticamente 3 princípios básicos:

1. As ações de uma ONG devem ser necessariamente positivas, produtivas e não-assistencialistas. Não adianta apenas apontar os problemas, é preciso criar alternativas sustentáveis.
2. Seus projetos devem ser empreendimentos cívicos e seus resultados mensurados economicamente. Todo ganho cívico gera ganho econômico e deve ser demonstrado economicamente. A Economia é unidade de medida universal.
3. A contrapartida em retorno de imagem das empresas patrocinadoras deve no mínimo justificar seu investimento, e cabe as financiadas (as ONGs) garantir e comprovar esse retorno. Se a empresa que investe em um projeto, tiver menos retorno que uma concorrente que não investe, esse projeto é inviável, ainda que produza os resultados esperados, pois fortalece quem não tem responsabilidade cívica.

Em suma, o ReCivitas só crê na possibilidade de mudanças significativas se a matriz e a agente da modificação não se tornarem menos competitivos em relação aos elementos contra-produtivos ou inatuentes da sociedade.

Metas

Projetos que visam à conservação e promoção:

- da Paz, Trabalho e Cidadania;
- do Meio-Ambiente, Qualidade de Vida e Desenvolvimento Sustentável;
- do Patrimônio Cultural, Histórico e Natural;
- do Respeito e Integração entre os povos, etnias, culturas e doutrinas.

Histórico

Fundada em 7 de Outubro de 2006 e juridicamente constituída em cartório a 22 de Novembro 2006, o ReCivitas vem exercendo suas atividades e executando seus projetos desde 2005 através do seu corpo de fundadores, que na qualidade de pessoas físicas, realizaram projetos de forma independente ou os apresentaram em nome de outras entidades jurídicas quando assim exigido.

O ReCivitas programou e executa de forma completamente autônoma e independente os projetos:

- Projeto FFORDE 409 & 411 - Recuperação de Patrimônio Histórico.
- Projeto Fundamentos - Ensino e Difusão do Basquetebol.
- Projeto Cinema para Todos - Sessões Abertas de Cinema.
- Biblioteca Livre - Aprendendo a compartilhar: Ética, Cidadania e Respeito ao Bem Comum.
- Brinquedoteca Livre Feliz - Aprendendo a compartilhar: Ética, Cidadania e Respeito ao Bem Comum.

XII Parcerias

- Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.
 - Autor da proposta de Renda Básica de Cidadania.
 - Autor do Livro: Renda Básica de Cidadania – A resposta dada pelo Vento.
- ReCivitas – Instituto pela Revitalização da Cidadania
 - Gestão, coordenação, elaboração, execução, sustentabilidade e Mediadora do projeto.
- TVONG Produtora e Distribuidora Ltda.
 - Produtora multimídia, participante na produção, na divulgação televisiva e internet e demais mídias.

XIII Elaboração

Nome	Vínculo com a Proponente
Bruna Augusto Pereira	Presidente
Marcus Vinicius B. dos Santos	Diretor
Renato Brancaglione Cristofi	Conselheiro
Pedro Theodoro dos Santos Neto	Administrador

Recursos

Os recursos para o projeto serão levantados junto às pessoas físicas e jurídicas através de investimento em favor do projeto Renda Básica de Cidadania do Terceiro Setor - Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania de Paranapiacaba, em dinheiro, bens ou serviços.

Investimento - Benefício Fiscal

A qualificação do ReCivitas como OSCIP lhe confere a obtenção junto a empresas e pessoas físicas, de recursos, de doações de bens e serviços para a criação do FPRBCP.

Os recursos para o FPRBCP serão levantados junto às pessoas físicas e jurídicas através de contribuições e doações, sob a responsabilidade do Instituto pela Revitalização da Cidadania – ReCivitas em conta corrente específica: Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania de Paranapiacaba.

Seguindo a lei federal 9.249/95, a empresa doadora deve ser tributada no regime de lucro real e prevê a dedução integral do valor das doações como despesa operacional até o limite de 2% do lucro operacional bruto. Não há uma redução do IR a ser pago, mas uma dedução da base de cálculo do IR e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) Com esta redução opera-se um ganho aproximadamente de 34% do valor doado.

A doação é realizada por meio de um depósito na conta bancária da Mediadora e proponente, ReCivitas que dará uma cópia do certificado de OSCIP e uma Declaração na Aplicação Integral dos Recursos e Recibo de Doação. O comprovante de depósito bancário e o recibo de doação deverão ser apresentados com a declaração de IR da pessoa jurídica doadora. As cópias dos documentos devem ser mantidas nos arquivos do doador, no mínimo, durante cinco anos.

O ReCivitas está autorizado a ofertar esse tipo de incentivo fiscal, recebendo doações de empresas com tributação de regime de lucro real. Já as pessoas físicas podem doar, mas não podem deduzir do IR. Ou seja, no caso das OSCIPs, o incentivo fiscal é voltado apenas para pessoas jurídicas.

Contrapartidas**Institucional**

- Citação nominal em toda divulgação através da imprensa em todas as mídias.
- Divulgação através do Programa TVONG, na TV na Internet com crédito no final dos programas.

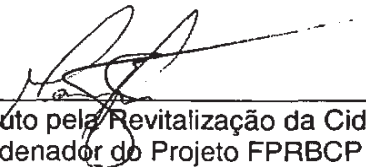
Compensatória

- Benefícios dos Incentivos Fiscais da Lei 9.249/95.

Paranapiacaba, 13 de Março de 2008.



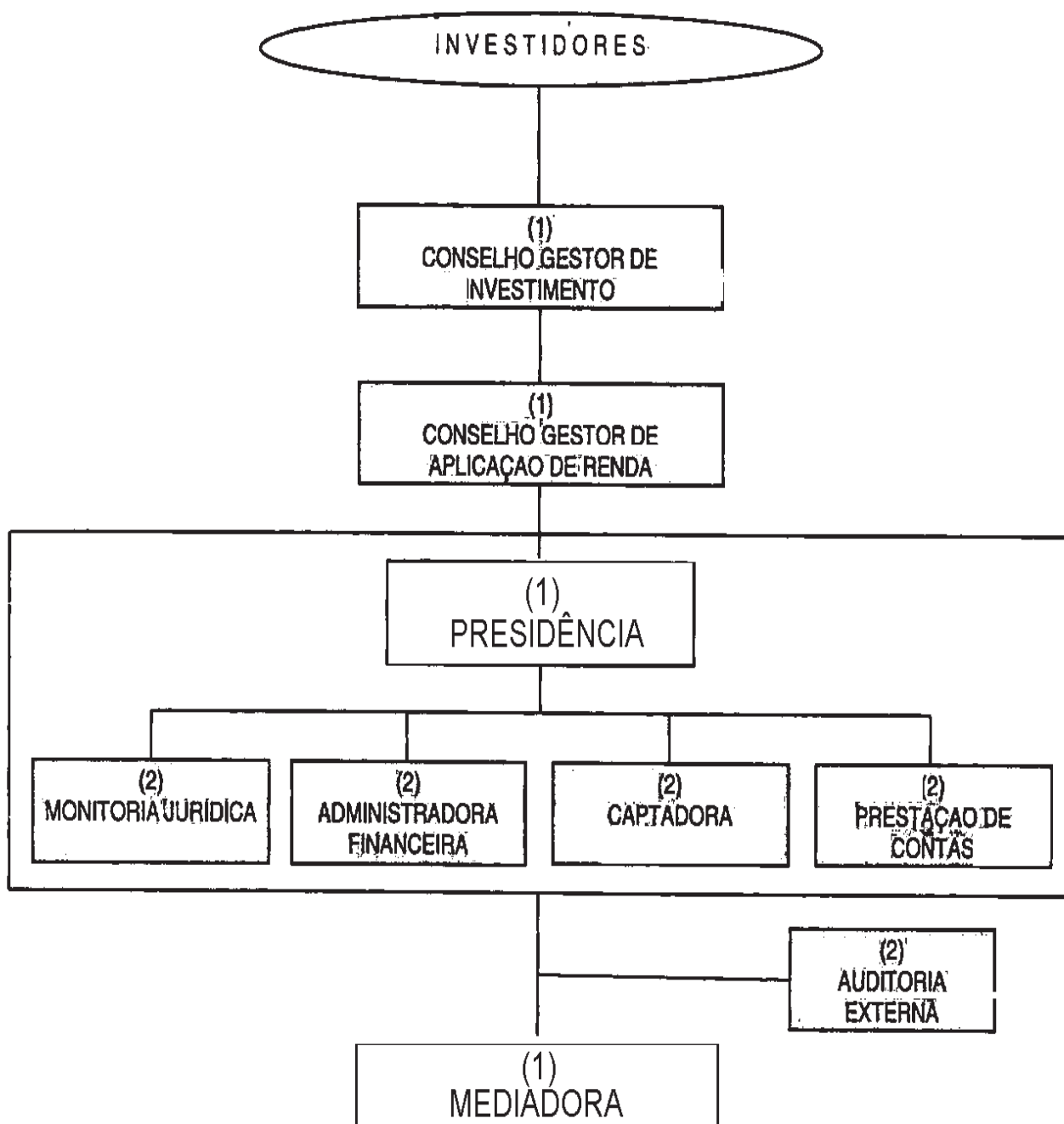
Instituto pela Revitalização da Cidadania
Presidente - ReCivitas – 2006 / 2011
Bruna Augusto Pereira



Instituto pela Revitalização da Cidadania
Coordenador do Projeto FPRBCP
Marcus Vinicius Brancaglione dos Santos

Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania

Fluxograma



Renda Básica de Cidadania: Um Direito Universal

Ao entrevistar pelo **TVONG** o **Senador Eduardo M. Suplicy** em *2 de Fevereiro de 2007* recebi de suas mãos o livro **Renda Básica de Cidadania: A Resposta dada pelo Vento** e com este a oportunidade de entender e me aprofundar na proposta do Senador aprovada na **lei 10.835/2004** que torna “direito de todo cidadão brasileiro (...), **não importando sua condição socioeconômica**, receber um benefício monetário.”

Confesso que preconcebidamente antes da leitura do livro considerava, como muitos, a idéia impraticável e até mesmo ingênua por conta de sua simplicidade. Porém, na leitura do livro pude compreender toda a força desta simplicidade.

É curioso como ao longo da história muitos indivíduos resolveram questões aparentemente insolúveis com idéias incrivelmente simples: Alexandre ao cortar o nó górdio, Colombo e o ovo em pé, e mesmo De Broglie ao propor a dualidade partícula-onda. Reais e mitos tais histórias tentam nos mostrar que a solução de problemas aparentemente insolúveis reside em ações também aparentemente simples, mas que no fundo requerem um enorme esforço de consciência: a quebra de paradigmas.

De fato não é possível entender a proposta do Senador sem se desfazer de dois paradigmas que norteiam a aplicação de políticas públicas: o primeiro se baseia na pressuposição de que onde não há vigilância não a ordem ou respeito às leis, exigindo controles rígidos para evitar fraudes, ou vantagens indevidas; o segundo que os indivíduos não trabalhariam senão para suprir a sua necessidade, sendo, portanto necessário exigir contrapartidas e medidas que evitem a acomodação dos beneficiários.

Bem, se tomarmos tais suposições como verdades não podemos sequer iniciar a compreensão da Renda Básica de Cidadania. Desfazer-se destes preceitos é preciso, contudo não é possível fazê-lo negando os fatos que os sustentam. É um engano negar a relação da pobreza com a criminalidade e a desocupação, porém é um engano ainda maior aceitar a falácia que faz desta relação de fato, uma relação necessária.

A própria História recente se encarrega de negar a falácia da acomodação: a queda do comunismo e a hegemonia do capitalismo provam que o que movimenta o homem mais do que o medo é o desejo infinito de possuir mais. Logo o mesmo princípio que invalida qualquer sistema econômico que se proponha tão somente a satisfazer as necessidades, também invalida qualquer argumento que o ser humano irá se acomodar quando tem suas necessidades remediadas.

Já a desconstrução da primeira pressuposição, a falácia da desonestidade, não é tão fácil de ser efetuada, dada a ausência de modelos baseados na confiança de que o cidadão mesmo podendo não irá procurar obter vantagens indevidas, afinal observamos cotidianamente o contrário. Contudo a pergunta que me fiz, e convido o leitor deste breve escrito a fazer, é qual seria o comportamento do cidadão ao se defrontar com um sistema despido de controles burocráticos para impedir possíveis fraudes? Ou como as pessoas reagem diante de serviços que não suponham que os beneficiários tentarão burlá-los?

Se sua resposta é que estes serviços não funcionam, gostaria de citar a experiência da **Biblioteca Livre de Paranapiacaba**. Inspirado no Renda Básica de Cidadania, o **ReCivitas - Instituto pela de Revitalização da Cidadania**, não sem acalorados debates, resolveu criar uma Biblioteca e Brinquedoteca onde toda pessoa sem necessidade de apresentar nenhum comprovante ou documento poderia retirar o livro ou brinquedo e devolvê-lo quando e se lhe aprouver. Os resultados tem se mostrado surpreendentes, e sem delongas basta dizer que esperávamos apenas perdas de acervo progressivamente

menores, e o quê aferimos foi não só uma perda ínfima, mas a participação dos beneficiários por sua própria iniciativa como doadores! Sim, a partir do momento que “ingenuamente” confiamos, ou melhor, não pressupomos que alguém buscaria levar uma vantagem indevida surgiu imediatamente um novo tipo de relação baseado no respeito e confiança.

Experiências como a da Biblioteca Livre de Paranapiacaba devem no mínimo nos levar a pensar duas vezes antes de classificar como mero assistencialismo iniciativas de inclusão social como programas de complementação de renda, ou condenar de antemão iniciativas que não exijam contrapartidas dos beneficiários.

Assim se para compreendermos a Renda Básica de Cidadania por um lado precisamos nos desfazer dos nossos preconceitos que relacionam desonestidade e acomodação à pobreza, de outro devemos evitar as armadilhas ideológicas, que tentam fazer desta questão uma luta de classes.

A raiz da resistência aos programas de complementação de renda, não é um preconceito de classes sociais mais abastadas contra mais pobres, é um preconceito do brasileiro em relação ao brasileiro, logo, um complexo, um complexo de desonestidade. Esta mais do que na hora de expurgarmos o mito do malandro, do esperto, do vagabundo, e desinstitucionalizar as pressuposições de comportamentos desonestos *a priori* sob pena de assim continuarmos a estimulá-los. É mais do que chegada a hora de nos despirmos dos nossos preconceitos, tempo do Brasileiro aprender a confiar e valorizar o Brasileiro, e apoiarmos a adoção de políticas maduras como a Renda Básica de Cidadania.

Para quem faz uma leitura político-partidária deste escrito, as linhas que se seguem darão luz a única e verdadeira razão desta manifestação de apoio: nosso entendimento da Renda Básica de Cidadania, e de sua amplitude filosófica.

Eduardo M. Suplicy define a renda básica como um direito de todo cidadão de participar da riqueza de sua Nação com o básico para a sua sobrevivência. Entendemos que além de um direito do cidadão, a renda básica embora não seja como o direito a propriedade um direito natural, é ainda sim direito fundamental do ser humano e que portanto deveria ser incluída na declaração universal dos direitos humanos não como um direito, mas dois direitos distintos:

O primeiro: como o direito de todo homem de receber incondicionalmente o capital básico para sua sobrevivência.

O segundo: como o direito de todo homem de participar da riqueza Mundial.

Quanto ao primeiro embora não pareça ser justo um homem ter sua existência garantida sem o esforço do seu trabalho, devemos lembrar que um homem sempre lutará pela sua sobrevivência e a sobrevivência dos seus de acordo com suas condições e dos meios que tiver a sua disposição. Isto implica que se um homem dispõe de condições e não dispõe dos meios cívicos, fará uso dos naturais os quais não podemos prover só alienar. E se um homem dispõe dos meios cívicos, mas não faz uso é porque não possui as condições. Ora se garantimos a sobrevivência daqueles que não tem condições de se sustentar, não o fazemos por que isso é justo, fazemos por que isso é humano. E se garantimos a sobrevivência daqueles que tem condições de se sustentar, mas não possuem os meios cívicos não o fazemos por que isso é humano, mas porque é justo garantir meios que não o obriguem a recorrer à violência.

Logo a única forma inequívoca de garantirmos os meios cívicos necessários a sobrevivência e a dignidade de um homem é dispô-los incondicionalmente. Deste modo nenhum homem fará uso da violência premido pela necessidade - princípio de justiça; nem nenhum homem morrerá porque não tem forças para se sustentar - princípio de dignidade.

Quanto ao segundo direito: partilhar da riqueza mundial é um direito fundamental que também independe do trabalho, à medida que este é o direito a herança que a espécie humana lega aos seus descendentes. Inalienável tanto quanto o é a herança de família que permite a alguém abastado viver tão somente dos frutos do trabalho de seus antepassados.

A parte dos princípios que embasam esses dois Direitos Universais devemos também considerar seus benefícios a coletividade, como redução da marginalidade, dinamização da economia, e aumento da auto-estima.

Assim sendo, entendemos a Renda Básica de Cidadania não apenas como a garantia de um direito de cidadania, mas a garantia de direitos universais do ser humano no plano nacional através de um modelo de política pública ideal e exeqüível por ser sua implementação gradual.

Entendemos também que a Renda Básica de Cidadania proposta pelo Senador Suplicy é um projeto de amplitude internacional justamente pela universalidade dos direitos que garante. E aqui não nos limitaremos a demonstrar e razãoar nosso apoio tomaremos a liberdade de apresentar um modelo para sua implementação:

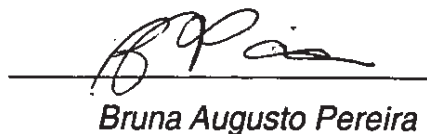
Dada a natureza universal dos direitos que promoveria o Renda Básica poderia ser financiado através do Terceiro Setor, mais especificamente através do modelo de Fundação Comunitária com a criação de Fundos Internacionais destinados especificamente a cada área carente em que seria implantado o programa

Assim junto com esta sugestão disponibilizamos ainda ao Senador o Projeto desta Fundação sugerindo como área piloto a Vila de **Paranapiacaba**.

Paranapiacaba, 22 de Fevereiro de 2008



Marcus Vinicius Brancaglione dos Santos



Bruna Augusto Pereira

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Passa-se à

ORDEM DO DIA

A Presidência comunica que hoje não haverá Ordem do Dia. Três medidas provisórias trancam a pauta e não há entendimento de Liderança. Portanto, não há Ordem do Dia.

São os seguintes os itens transferidos para a sessão deliberativa ordinária de terça-feira, dia 22, em virtude de não haver acordo para a apreciação dos itens 1 a 3:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 407, DE 2007

(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.*)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 407, de 2007, que *autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos com organismos internacionais; e altera a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, prorrogando o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União; as Lei nºs 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, prorrogando o prazo de manutenção de Funções Comissionadas Técnicas no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT e no Ministério da Cultura, respectivamente; e a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, no tocante à Carreira de Analista de Infra-Estrutura.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 408, DE 2007

(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.*)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 408, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 409, DE 2007

(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.*)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 409, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de setecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(*Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.*

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 5, DE 2005***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições*.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 38, DE 2004***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 50, DE 2006***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar*.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cida-

dania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 86, DE 2007***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)*.

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 57, DE 2005***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*.

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

17

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado

nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências*.

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande, favorável.

18

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família*.

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

19

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas)*.

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

20

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Sena-*

do Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo*.

Pareceres sob os nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável com as Emendas nºs 1 a 12 – CCJ, que apresenta; e

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável com as Emendas nºs 1 a 4, 6 a 8, 11 e 12-CCJ, à Emenda nº 9-CCJ, nos termos de Subemenda; pela prejudicialidade das Emendas nºs 5 e 10-CCJ; apresentando, ainda, as Emendas nºs 13 a 18-CDR.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele)*.

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comerciali-*

zação de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005 da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis*

do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

31**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

32**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

33**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

34**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).*

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

35**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

36**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.*

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

37**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços

a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta; e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105,

de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 703, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 704, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea; e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua gradação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Primeira sessão de discussão em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

49

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que *sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.*

50

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente*

no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

51

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, iniciativa da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos encontra-se esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

52

REQUERIMENTO Nº 882, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta, *solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadia, líder do cartel colombiano.*

Parecer favorável, sob nº 287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

53

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

54

REQUERIMENTO Nº 1.072, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro “A era da turbulência: aventuras em um mundo novo.”*

Parecer favorável, sob nº 288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo.

55

REQUERIMENTO Nº 1.176, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, *solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por compartilharem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

56

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

57

REQUERIMENTO Nº 1.428, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon,

solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.

Parecer sob nº 290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Fernando Collor, favorável, com alterações que propõe.

58

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas.)*

59

REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas.)*

60

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.*

61

REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Pesqueira Nacional)*

62

REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Impenhorabilidade dos bens de família.)*

63

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Isenção do Imposto de Importação e IPI incidentes sobre CD e DVD)*

64

REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Faculta adesão ao SIMPLES por pessoas jurídicas que especifica.)*

65

REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)*

66

REQUERIMENTO Nº 256, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. (Isenção de IPI em automóveis, motocicletas etc.)*

67

REQUERIMENTO Nº 352, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)*

68

REQUERIMENTO Nº 358, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 358, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)*

69

REQUERIMENTO Nº 368, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria (liberdade de manifestação do pensamento e de informação).*

70

REQUERIMENTO Nº 417, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 417, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

71

REQUERIMENTO Nº 418, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Prosseguiremos com a lista de oradores.

Com a palavra o Senador Mário Couto, como Líder da Minoria.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Como Líder.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, na última vez que estive nesta tribuna falei do problema daquele super-hospital que, há um ano e meio, foi entregue à população de Santarém e, por questões políticas, ainda não está funcionando com a sua capacidade plena. Vamos voltar a esse assunto na próxima terça-feira. Na primeira quinzena do mês de maio, estaremos na cidade de Santarém, onde iremos fazer uma grande movimentação, decisiva, definitiva, para que aquele hospital volte a funcionar.

Mas vou falar hoje, meu prezado Presidente Mão Santa, das declarações do Ministro do Planejamento,

em função da votação dos projetos dos aposentados no plenário desta Casa.

Primeiro, Senador Mão Santa, acho que V. Ex^a recebeu, como eu, várias correspondências pedindo para que se esclarecesse a situação do Projeto nº 58. O Projeto nº 58 tornou-se o mais fácil de todos. Ele não vem mais a plenário, trata-se de um projeto terminativo. Ele voltou à Comissão de Assuntos Sociais, que deverá encaminhá-lo logo, logo, direto, sem vir a plenário, para a Câmara dos Deputados, para que seja encaminhado à sanção do Presidente da República. Portanto, a questão dos três projetos está solucionada.

O Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, disse que o projeto pegou a base do Governo de surpresa. Surpreso fico eu, Sr. Presidente, com as declarações do Ministro.

Primeiro, Ministro, a votação aqui foi unânime, nada se pegou de surpresa. Durante quantas semanas pedimos, Senador Mão Santa, que esses projetos fizessem parte da pauta? E foi até bom, porque todos os Pares compreenderam e entenderam a necessidade de aprovar esses projetos, que foram aprovados no Senado por unanimidade.

Agora questiona o Ministro que a Previdência tem um déficit de R\$46 bilhões. Desde os meus sete, oito, nove anos de idade que eu ouço que a Previdência tem déficit.

Agora, são R\$46 bilhões. "Não, não podemos dar aumento aos aposentados". Se o Governo não der o que os aposentados merecem neste Brasil é porque o Governo não quer, é porque o Governo não gosta realmente dos aposentados. Se tem R\$46 bilhões de déficit, tem R\$200 bilhões de crédito. Devem banco, empresas rodoviárias, até time de futebol. Neste País, todo mundo deve à Previdência. E, por falta de capacidade das autoridades, esses valores não estão nos cofres da Previdência. Sem contar, Ministro, com o que tiram da Previdência para outras ações do Governo. E quem paga tudo isso é o pobre do aposentado, que vive na miséria neste País. Ninguém mais pode aceitar essa situação.

Eu quero ver qual o Deputado Federal que vai ter a coragem de votar contra os aposentados e os pensionistas deste País! Eu quero ver! Eu direi à Nação brasileira aqui nome por nome. Divulgarei! Vou ter trabalho, mas vou divulgar em todo o País, nome por nome, daqueles que têm de se ajoelhar no pé do rei e, por isso, vão votar contra os aposentados.

Eu sempre digo, na minha casa, para a minha esposa e para os meus filhos, Mão Santa, que eu não quero dever nada.

Senador Jefferson Péres, olho para a sua dignidade: eu não quero dever nada, absolutamente nada

a governo nenhum, para que, na hora em que eu tiver condições, que eu tiver voz, que eu tiver uma tribuna para cobrar aquilo que é necessário para o povo brasileiro, eu possa cobrar sem dar satisfação a ninguém, sem beijar o pé de ninguém, sem me ajoelhar ao pé de ninguém.

Eu não acredito, eu não acredito que na Câmara já exista um movimento para derrubar esses projetos. Eu não acredito que o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão seja o articulador desse drama. Eu não acredito.

Por fim, Senador Jefferson Péres, eu não acredito, sinceramente, Senador, que o Lula vá vetar esse projeto. Eu não acredito. Aí, nós teremos de recorrer ao supremo tribunal do universo. Aí, não terá jeito, nós teremos de recorrer.

Sabem quem é o presidente do supremo tribunal do universo? É verdade, senhoras e senhores.

Os aposentados não têm condição de viver neste País. Pagaram uma vida toda, pagaram uma vida toda, recolheram uma vida toda, Senador Geraldo Mesquita, para os cofres da União, para sofrerem nos últimos anos de suas vidas.

Não se tem condição de pagar nada, um plano de saúde sequer. No meu Estado, há aposentado que me mostrou o contracheque de R\$100,00, R\$120,00, R\$150,00.

O que o Lula, então, pensa? Por que o Lula fez o Bolsa Família? Não foi para beneficiar aqueles mais pobres, aqueles sofridos? Ninguém é contra. Ainda não ouvi nenhum Senador dizer que é contra o Bolsa Família. Nenhum, absolutamente nenhum! Ouvi, nesta tribuna, Senadores falarem da sua preocupação com o futuro deste País em relação ao Bolsa Família, mas nunca ouvi ninguém dizer que o benefício não deveria ter dado.

Agora, por quê? Não entra na minha cabeça, não cabe na minha cabeça: por que o Presidente Lula é contra os aposentados? Meu Deus do céu!

Esse Ministro tem plano de saúde e tem condição de usar o hospital que quiser, neste País e no mundo! No mundo! Não entra em fila, a caminha dele é toda cheia de charme no hospital, tem médicos e médicos à sua cabeceira. Aí, não há dificuldade nenhuma para o Ministro. E os aposentados, que não conseguem nem se aproximar do médico, porque morrem na fila, na fila de espera neste País?

Digam que eu estou mentindo! Digam, que eu provo, tenho fotos, tenho declarações! Digam que é mentira!

Como o Lula não ajuda homens e mulheres que estão nessa situação? Como? Cadê o coração do Presidente, tão popular neste País? E ainda chamam os

Senadores que votaram a favor dos aposentados de irresponsáveis, quando a Previdência tem um crédito de 200 bilhões. Vou ler, para confirmar o que falo. Eu já disse que não subirei a esta tribuna, em nenhum momento, sem provas e documentos. Não sou leviano para falar sem provas e documentos.

Jornal **O Sul**, de março de 2008: *“O Banco do Brasil não reconhece sua dívida de 167 milhões ao INSS”. “A Previdência informa que a Nossa Caixa deve mais de 51 milhões ao INSS”. “O Banco Itaú, que bateu recorde com o lucro de 8,4 bilhões em 2007, bem que poderia pagar o que deve ao INSS: 10,598 bilhões.”*

Como o Ministro do Governo Lula, Senador Geraldo Mesquita, pode dar uma entrevista dizendo que nós somos irresponsáveis? Como? Só podemos, agora, dizer à Nação brasileira e aos aposentados e pensionistas deste País que cumprimos o nosso dever, mas não paramos aí. Nós temos de mostrar para a Nação, nome por nome, aqueles que são contra os aposentados deste País. Sabendo da situação de cada aposentado, nada justifica, em hipótese alguma, votar contra uma causa dessa, tão digna! Tão digna!

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Vou-lhe atender. Já vou conceder-lhe o aparte, com muita honra.

Nós só podemos dizer, Senador Mão Santa, ao Ministro Paulo Bernardo que ele tem tudo de que precisa na vida. Aí, quando se tem tudo de que se precisa na vida, costuma-se não se olhar para o lado e ver aqueles que sofrem.

Senador Geraldo Mesquita, nós temos, também, de dizer ao Ministro que um dia ele será julgado, que ele será julgado. Não adianta espernear: todos nós seremos julgados por nossos atos aqui, nesta Terra, e o presidente do tribunal superior do universo sabe quem é, Senador? É Jesus Cristo.

Esse é o presidente que vai julgar o Ministro.

Aí, Ministro, quero ouvir V. Ex^a, nesse tribunal, dizer que aqueles que precisaram tanto deste Governo, que sofreram tanto na sua vida, que serviram tanto a este País, foram desprezados, abandonados, sofreram e ninguém lhes deu a mão. Aí é que quero ver, Ministro, qual será a sua pena. Dizem que lá já tem um secretário – dizem, viu, Ministro, viu, meu Presidente? – com um garfinho atrás, só esperando o condenado para espetá-lo e levá-lo para o fogo.

Com muita honra, Senador Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Jefferson Péres, só uma interrupção para colaborar com o Senador. Não foi um Ministro, não, são dois os que nos atingiram: os Senhores Ministros Luiz

Marinho, da Previdência Social, e Paulo Bernardo, do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senador Mário Couto, se V. Ex^a vai relacionar os Deputados que votarem contra esse projeto, não se esqueça de colocar ao lado do nome a seguinte informação: se o Deputado protestou, ontem, contra o ato da Mesa que elevou de 50 mil para 60 mil a verba de gabinete, pela qual um deputado pode empregar até vinte e cinco apadrinhados.

Em um ano eleitoral, devem ser alguns cabos eleitorais a mais para Vereadores e Prefeitos apoiados por esses Deputados ou sinecuristas, sei lá! Veja quantos protestaram: apenas três ou quatro, não é?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – É verdade.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – E, depois, os Parlamentares se queixam por que é que o povo despreza o Parlamento brasileiro.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – AM) – É verdade. V. Ex^a tem toda razão. Foi bem lembrado. E é bom que se faça essa comparação, Senador Jefferson Péres. O Ministro, com certeza, Senador, não vai achar ruim nem criticar esse aumento. O Ministro não vai fazê-lo, mas critica os Senadores e os chama de irresponsáveis quando dão o direito que os aposentados e pensionistas brasileiros merecem.

Senador Geraldo Mesquita, vencemos uma etapa da guerra. A guerra não está toda vencida. Ontem, vim à tribuna e não falei desse assunto. Recebi muitas correspondências de críticas à minha pessoa, dizendo que eu havia abandonado o assunto. Eu não poderia deixar de defender minha terra, meu querido Estado do Pará. A causa do povo de Santarém e das cidades vizinhas requer minha atenção, minha dedicação. E digo ao povo de Santarém que irei até o fim nessa questão. Só vou sossegar depois que aquele hospital estiver funcionando.

Tenho muito, muito o que falar. Não sou homem de deixar minhas questões pelo meio. Vou até o fim. Por isso, Senador Mão Santa – V. Ex^a preside com muita honra esta sessão e me dá o prazer de estar na tribuna sob sua presidência –, ainda vamos ter de lutar muito pelos nossos velhinhos. Vencemos uma etapa da guerra, mas ainda temos duas etapas a vencer. Uma dessas etapas se dá na Câmara, onde a maioria é mais devedora, onde os que se ajoelham ao pé do rei estão em número bem maior que aqui. Lá, há mais devedores do Governo do que aqui; lá, há mais trocadores de cargos do que aqui; lá, a luta será mais dura.

Senador Mão Santa, o povo brasileiro gosta de escutá-lo, porque V. Ex^a vai à tribuna sem dever nada a ninguém. O povo sabe quais são os Senadores e

os Deputados que não devem favores a Governo. Devemos, sim, às nossas bases estaduais. Devemos ao Estado que nos trouxe para cá para representá-lo, o que aqui fazemos com muita dignidade. Mas não há rei algum a quem devemos obedecer, e, por isso, nossa voz é livre. Por isso, queremos sempre a democracia deste País. Por isso, revolta-nos, causando-nos náuseas, quando um Deputado irresponsável – isto, sim, tem de ser dito! – apresenta projetos quebrando a democracia do País, falando em terceiro mandato. Tenho certeza absoluta de que esse rapaz ou senhor não sabe a dimensão do mal que está causando a esta Nação, que tanto lutou pela democracia neste País, que sofreu com a ditadura.

Senador Geraldo Mesquita, nossa luta – sei que V. Ex^a se engaja nela – será muito dura nos anos que virão pela frente. Olha o que estou dizendo, escreva o que estou dizendo: nossa luta vai ser muito dura. Querem quebrar a democracia deste País, mas haverão de encontrar aqui, nesta Casa, uma barreira muito forte de homens comprometidos com esta Nação. Não haverão de ganhar esta guerra, custe o que custar, até nosso próprio sangue! Não abriremos um milímetro das nossas forças para contribuir com a quebra da democracia deste País. Sonhamos com a democracia cada vez maior nesta Nação, meu Líder Romero Jucá. E não haveremos de abrir um milímetro, meu Líder. Se V. Ex^a tiver a consciência do sofrimento dos aposentados do País, colabore conosco. V. Ex^a já deu o sinal. Nada, Senador! Não vou ensinar Padre Nosso ao vigário. Quantos anos tem V. Ex^a como Líder?

Vou falar como o Senador Mão Santa: fui um liderzinho no Estado do Pará, no Governo Almir Gabriel. Foi muito diferente da liderança que V. Ex^a exerce, mas V. Ex^a sabe muito mais que eu que, dialogando, resolve-se tudo. Tenho certeza de que não é bom para o Presidente da República e para nenhum Deputado votar contra os aposentados. Senador Romero Jucá, são 25 milhões! Multiplique por três ou por quatro e veja o patrimônio de força de votos que terão esses aposentados na próxima eleição. Quero ver, quero olhar a relação nos jornais daqueles que votaram contra os aposentados, e minha primeira luta será divulgar à Nação se isso acontecer.

Tenho certeza, Senador, de que esse projeto vai passar na Câmara, e não acredito que o Lula o vete. Se o Lula vetar esse projeto, Senador Geraldo Mesquita, vou dizer a V. Ex^a, a todos os Senadores e à Nação brasileira que o Bolsa-Família não é um ato social do Governo Lula, não é um ato de sentimento do Governo Lula, é um ato político: foi adotado simplesmente para criar uma chapa de proteção em torno de si e ser um dos Presidentes mais populares do País. Mas, se

o Presidente o sancionar e disser à Nação brasileira que é sensível à causa daqueles que estão sofrendo, não terei por que não vir aqui para agradecer ao Presidente da República e para elogiá-lo. Estarei pronto para fazer isso, porque aí vou entender que ele é sensível à classe daqueles que estão sofrendo neste País. Senador, vou esperar.

Vou repetir ao descer desta tribuna: acima de tudo isso que convivemos no dia-a-dia, o tempo, sem a gente sentir, vai nos levando para o caminho do encontro com o Senhor. Isso acontece sem a gente sentir. A gente se olha no espelho, Senador Duque, mas nem sente que a velhice vem chegando. Noite e dia, noite e dia, noite e dia, e, de repente, percebemos que temos de ir. Ao irmos, temos de fazer o julgamento próprio de cada um de nós. O que fizemos de mal aqui? E aí, Senador, já existe um que, abertamente, disse que é contra os velhinhos deste País, os velhinhos sofrendores e abandonados, e ele vai ter de prestar contas ao tribunal do universo, que é presidido por Jesus Cristo.

Quem sabe? Quem sabe, Senador Duque, não estaremos juntos lá em cima? Se formos no mesmo avião, estaremos juntos. Aí quero olhar para a cara dele, quero olhar para a cara dele e ver se ele ainda é o poderoso Ministro que diz que não ajuda aqueles que estão sofrendo, que diz, descaradamente – vou repetir: descaradamente –, que a Previdência tem um déficit de R\$48 bilhões, mas que não diz que a Previdência tem um crédito de R\$200 bilhões.

Mão Santa, prepara-te, que a guerra está só começando. Um grande abraço, querido Mão Santa! Parabéns por sua postura! Muito obrigado por V. Ex^a ter me tolerado.

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Romero Jucá, V. Ex^a é o Líder do Governo. A história ensina que, às vezes, o Governo precisa de um conselheiro. V. Ex^a é o Líder. V. Ex^a é muito inteligente. Ontem, diante dos Prefeitos, elogiei V. Ex^a, porque, no pequeno período em que passou na Presidência, fez um esforço para saudar aquela dívida que os Prefeitos têm com a Previdência.

Depois desse pronunciamento, ocorreu-me dizer que nosso Presidente Luiz Inácio deveria fazer do Presidente Sarney seu conselheiro. Li a biografia do Presidente Sarney. Nasci vizinho a ele, que é filho da Kiola, que hoje é santa, santa Kiola. Ela dizia: “Meu filho, não deixe que persigam os velhinhos aposentados!”. Leve ao Presidente Luiz Inácio essa mensagem

que a mãe de Sarney, hoje santa Kiola, deu ao filho, ao Presidente Sarney, e ele pagou direitinho os velhinhos aposentados – não havia fator previdenciário.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Líder do Governo, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, quero falar pela Liderança do Governo rapidamente.

Primeiro, quero fazer um rápido comentário sobre o que falou o Senador Mário Couto. Quero dizer, em primeiro lugar, que o Governo não cogita terceiro mandato. Essa não é a posição do Presidente Lula, essa não é a posição do PMDB. Nós já tivemos condição de marcar nossa posição em momentos anteriores e, sem dúvida nenhuma, vamos seguir a Constituição, que diz que só há uma reeleição. Portanto, apesar de toda essa movimentação política, que é natural por conta do nível de aprovação do Presidente, não se cogita um terceiro mandato. Uma coisa é a vontade de alguns, outra coisa é a regra democrática e o preceito constitucional, que será cumprido. Portanto não tenho nenhuma dúvida de que essa discussão não será levada adiante.

Segunda questão: sobre a Previdência e os aposentados, à qual V. Ex^a se referiu. Tenho certeza de que encontraremos mecanismos para ajustar essa questão. Acho que há a busca do entendimento, e eu ajudei a votar essas matérias aqui no plenário exatamente para que pudessem caminhar e nós pudessemos evoluir no entendimento. É possível chegar ao entendimento tanto na questão do mecanismo que substitua o fator previdenciário quanto na questão do reajuste dos aposentados.

Mas eu pedi a palavra, Sr. Presidente, para fazer um breve registro, para dizer que, juntamente com a Marcha dos Prefeitos, que ocorreu esta semana, houve também um encontro promovido pelo Sebrae e pelas três organizações de entidades municipalistas do País, que elegeram o Prefeito Empreendedor de todo o Brasil. Mais de 1.300 prefeituras, mais de 1.300 prefeitos foram selecionados e, desses, 73 prefeitos vieram disputar aqui o prêmio de Prefeito Empreendedor em diversas categorias a partir da análise das ações feitas de gestão pública nos municípios. Ontem foi a festa de entrega e de premiação dos vencedores.

Quero parabenizar o Sebrae, toda a diretoria do Sebrae, na pessoa do Paulo Okamoto, e o Presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae, que é o Senador Adelmir Santana. Ontem tivemos uma festa muito bonita.

E eu, com satisfação, registro que a Prefeitura de Boa Vista foi premiada: o Prefeito Iradilson Sampaio da minha querida Boa Vista ganhou o prêmio de me-

lhor prefeito, de melhor gestão, exatamente por projetos que foram iniciados na gestão da Prefeita Teresa Jucá e continuados pelo Prefeito Iradilson. Boa Vista está de parabéns.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Quem é Teresa Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Teresa Jucá é minha esposa.

O Prefeito de Boa Vista foi vencedor e foi premiado na bonita festa de ontem. Quero parabenizar não só o Prefeito, mas toda a equipe da Prefeitura de Boa Vista, os Secretários, os funcionários públicos, enfim, os servidores e todos aqueles que colaboraram para fazer de Boa Vista a vencedora desse prêmio.

Também quero parabenizar os outros prefeitos que ganharam em outros temas, porque é muito importante que a gestão pública municipal seja reconhecida. O Sebrae faz esse reconhecimento através do prêmio anual Prefeito Empreendedor, escolhendo as melhores experiências de gestão pública em todo o Brasil.

Fica este registro, Sr. Presidente, parabenizando o Sebrae e a minha cidade de Boa Vista, especialmente o Prefeito Iradilson Sampaio.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Flávio Arns do Partido dos Trabalhadores do Paraná.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Partido dos Trabalhadores tem gente boa, talvez V. Ex^a seja o melhor de todos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É a amizade de V. Ex^a!

Eu gostaria que fosse dado como lido um pronunciamento a respeito dos dois projetos de lei que aprovamos na semana passada favorecendo os aposentados do nosso País. Quero também destacar que, hoje pela manhã, tivemos uma audiência na Comissão de Direitos Humanos, à qual todas as centrais sindicais estiveram presentes para agradecer ao Senado Federal a aprovação por unanimidade dos dois projetos e, ao mesmo tempo, mostrar sua insatisfação com a declaração do Ministro da Previdência, que chamou a aprovação desses dois projetos pelo Senado Federal de enganação.

As centrais sindicais, inclusive, disseram que certamente o Ministro se manifestou sem pensar muito sobre o assunto. Essa enganação, eu próprio disse, não é enganação, é o enfrentamento de um problema grave que o Brasil enfrenta: a questão do fator previdenciário, que diminui de 40% a 50%, de imediato, o

salário do aposentado e a questão do reajuste para o aposentado, porque para o aposentado a inflação está acima da inflação que a população de uma maneira geral enfrenta. Basta vermos os planos de saúde, que procuram atender quarenta milhões de brasileiros: eles foram reajustados, nos últimos dez anos, com valores que representam o dobro da inflação registrada no mesmo período. Isso faz com que as pessoas tenham muitas dificuldades para ter uma vida digna.

Só para concluir, Sr. Presidente: em função dessa audiência pública, haverá um movimento no Brasil inteiro, em aeroportos inclusive, para abordar os deputados federais. Haverá audiências públicas, uma delas no dia 13 de maio, que é o dia da libertação dos escravos, numa analogia a favor do aposentado. Todas essas iniciativas objetivam sensibilizar a Câmara dos Deputados para a aprovação desses dois projetos.

Então, quero dar como lido este pronunciamento, Sr. Presidente, para que conste também dos Anais e para destacar essa mobilização, que não deve ser só dos aposentados, mas também dos trabalhadores da ativa, que, daqui a algum tempo, serão aposentados. Dezoito milhões dos vinte e cinco milhões de aposentados estão recebendo o salário mínimo; os outros sete milhões, se a coisa continuar do jeito que está, vão ser mandados para o fundo do poço também, porque, em vez de receberem dois ou três salários mínimos, acabarão recebendo um salário mínimo.

Isso não pode acontecer, e o aposentado precisa sentir da parte do Congresso, do Executivo o enfrentamento desse desafio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR FLÁVIO ARNS

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT– PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Senadores, retorno a esta tribuna para, novamente, manifestar meu apoio ao pleito de 25 milhões de brasileiros que passaram uma vida toda contribuindo para o INSS e, no momento em que mais precisam de condições para terem uma qualidade de vida satisfatória, vivem grandes dificuldades devido à defasagem de seus salários. Falo dos 25 milhões de aposentados brasileiros que clamam pelo reajuste de seus salários.

Na semana passada, aplaudimos aqui neste Plenário a aprovação de duas mudanças fundamentais para os aposentados: a primeira equipara o reajuste da aposentadoria ao percentual de aumento do salário mínimo; a outra extingue o fator previdenciário e altera o cálculo dos benefícios.

Se as mudanças forem confirmadas pela Câmara e sancionadas pelo Presidente Lula, o salário mínimo

e as aposentadorias receberão, além da inflação de 2008, um aumento de 5,4%, correspondente ao percentual do crescimento do Produto Interno Bruto de 2007, a partir do dia 1º de fevereiro de 2009.

O fim do fator previdenciário também terá grande impacto na renda dos aposentados. A regra de cálculo, que é utilizada atualmente para a concessão de aposentadorias, vem reduzindo em cerca de 40% o valor dos benefícios, principalmente das aposentadorias por tempo de contribuição.

Precisamos considerar, ainda, que a correção da defasagem das aposentadorias é uma questão de justiça com quem contribuiu a vida toda na expectativa de ter a dignidade garantida. Não podemos nos utilizar de argumentos econômicos para negar esse direito.

Quem se aposentou há 20 anos com 4 salários vive hoje com um benefício que corresponde a 2 salários. Enquanto vê seu salário desvalorizar, o aposentado convive com gastos cada vez maiores, principalmente com medicamentos e planos de saúde.

Está nas mãos dos Deputados e, posteriormente, do Presidente Lula a possibilidade de promover estas mudanças mais do que necessárias.

Por isso, peço que os colegas Deputados se sensibilizem com a difícil realidade enfrentada pelos nossos aposentados, para que, dessa forma, possamos honrar o compromisso firmado pelo Congresso no Dia Nacional dos Aposentados, qual seja, o de resolver definitivamente essa questão do reajuste dos seus benefícios.

Era o que eu gostaria de registrar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Flávio Arns, V. Ex^a é de uma generosidade bem mais santa do que o próprio Dom Paulo Evaristo Arns, seu parente, e Zilda Arns. Primeiro, não foi só um Ministro que nos atingiu, mas dois. O Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, nos chamou de irresponsáveis e incompetentes; e o Ministro Luiz Marinho, da Previdência, nos chamou de sem juízo e enganadores.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, V. Ex^a. Depois, também está inscrito para uma comunicação inadiável o nosso Líder do Partido dos Trabalhadores, Tião Viana.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Depois do Senador Alvaro sou eu, Sr. Presidente, pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Primeiro, ele; depois V. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente Mão Santa, solicito a V. Ex^a registro nos Anais de texto que eu leria da tribuna sobre a decisão do Copom de ontem, de aumentar a taxa Selic em meio ponto. Isso significa, segundo cálculos de especialistas, além, evidente, de desestímulo a investimentos, à produção, às exportações, significa um aumento da dívida pública brasileira da ordem de R\$2,2 bilhões, num período de doze meses.

Numa projeção baseada no aumento de juros de mais um ponto percentual até o fim de 2008 – porque há essa perspectiva, o Copom sinalizou para essa hipótese –, isso representará despesas adicionais, com encargos da dívida, da ordem de R\$10 bilhões em 2008. O ajuste total a ser implementado, conforme a nota do Copom, é, Sr. Presidente, um prejuízo enorme para o País. Parece-me que há aí um grande equívoco.

Eu sei que até mesmo nas hostes oposicionistas há posicionamento favorável a essa política de elevação das taxas de juros como forma de combater a inflação. Mas me parece que esse é um equívoco que se repete. Não creio ser essa a melhor alternativa para se combater a inflação no País. Essa é uma alternativa que desestimula a produção, que afeta o consumo, que desestimula o contribuinte, especialmente os pequenos e médios empresários do País.

Com isso, o Brasil dispara como campeão absoluto das maiores taxas de juros do mundo, atingindo, agora, uma taxa anual média de 7,1%, contra 5,6% da Turquia, que fica em segundo lugar. Entre os países com taxas negativas, como é o caso da China e da Rússia, a China, com 0,7% de taxa negativa; e a Rússia, com 2,2% de taxa negativa.

A reação das lideranças do setor produtivo no Brasil demonstra um elevado grau de perplexidade e muita insatisfação com a decisão do Copom do dia de hoje.

Era isso, Sr. Presidente.

Peço a V. Ex^a que considere lido o texto inteiro deste documento.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ALVARO DIAS

Os integrantes do Comitê de Política Monetária – Copom – decidiram unanimemente elevar a taxa básica de juros – Selic em meio ponto percentual, para 11,75% ao ano.

Em nota o Copom declarou: “Avaliando a conjuntura macroeconômica e as perspectivas para a inflação, o Copom decidiu, por unanimidade, elevar a taxa Selic para 11,75% ao ano, sem viés”.

A nota do Copom evidencia que novos aumentos estão programados: “O Comitê entende que a decisão de realizar, de imediato, parte relevante do movimento da taxa básica de juros irá contribuir para a diminuição tempestiva do risco que se configura para o cenário inflacionário e, como consequência, para reduzir a magnitude do ajuste total a ser implementado”.

Segundo especialista o Brasil continua liderando o ranking dos maiores juros reais do mundo.

- 1º – Brasil: 7,1% (taxa anual)
- 2º – Turquia: 5,6% (taxa anual)
- 3º – Austrália: 4,6% (taxa anual)
- 4º – Colômbia: 3,4% (taxa anual)
- 5º – México: 3,2% (taxa anual)
- 6º – Inglaterra: 2,7% (taxa anual)
- 7º – Canadá: 1,9% (taxa anual)
- 8º – Holanda: 1,8% (taxa anual)
- 9º – Alemanha: 1,2% (taxa anual)
- 10º – Índia: 0,5% (Taxa anual).

Destacamos que a taxa de juros reais de dois outros países emergentes, China e Rússia (31º e 37º no ranking) é negativa: China, – 0,7% e Rússia – 2,2%.

A reação das lideranças do setor produtivo demonstra o grau de perplexidade e indignação diante da alta de juros decretada pelo Copom.

A FIESP considerou a alta como um “flagrante de mais uma ação preventiva da autoridade monetária para impedir o desempenho do atleta da economia brasileira no ranking mundial do crescimento”. Uma alusão ao episódio do maratonista Vanderlei Cordeiro de Lima que foi impedido de seguir sua trajetória por um irlandês na Olimpíada de 2004.

O consultor do ledi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial) Julio Gomes de Almeida, ressaltou que se a decisão do Copom refletir uma opção de endurecimento mais duradouro na política monetária poderá haver desaceleração significativa no ritmo de investimentos:

“O que está em jogo agora é um bom momento para investir, como poucas vezes tivemos”.

Conclusão

Os prejuízos advindos dessa decisão do Copom são inquestionáveis, afetando os investimentos, a produção, as exportações, sem falar na gestão da dívida pública.

Segundo cálculos de especialistas a elevação dos juros em meio ponto percentual provocará, automaticamente, um aumento da ordem de R\$2,2 bilhões no estoque da dívida pública brasileira, ao longo de 12 meses.

Numa projeção baseada num aumento de juros de mais um ponto percentual até o fim de 2008, isso representará despesas adicionais com encargos da dívida da ordem

de R\$10 bilhões em 2008. O “ajuste total a ser implementado” a que se refere à nota do Copom é imprevisível.

Especialistas e lideranças empresariais afirmam em coro que a elevação dos preços no mercado interno tem origem no preço praticado na comercialização de **commodities** internacionais – desta vez as agrícolas. Os indicativos são de que a elevação dos juros provoque restrição à demanda por outros bens que não aqueles que são os verdadeiros responsáveis pelos atuais repiques de inflação.

Reproduzimos a sensata declaração do Presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base - ABDIB - Paulo Godoy.

“...As autoridades monetárias precisam adotar alternativas para o controle inflacionário. A “política dos maiores juros do mundo” pode ser substituída pela desoneração completa dos investimentos como forma de estimular a ampliação da capacidade instalada, tanto na indústria quanto na infra-estrutura. Outra forma é a melhoria na gestão do gasto público. Na contramão do Brasil, as principais economias mundiais reduzem o juro como forma de impulsionar a competitividade e o investimento.”

Sem a realização das reformas necessárias, num cenário de investimentos pífios e gargalos logísticos e diante da ausência de um projeto de nação, ostentando a maior taxa de juros real do planeta, temos razões concretas para nos preocupar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido, de acordo com o Regimento.

Pela ordem, o Senador Magno Malta.

Em seguida, já foi anunciado, o País aguarda o Senador Tião Viana.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de comunicar a V. Ex^a que, como Presidente da CPI da Pedofilia, estou solicitando ao Superintendente da Polícia Federal do seu Estado todas as informações de que dispõe sobre a pedofilia no referido Estado – recebo relatos – e ao Ministério Público, tendo em vista uma prisão que foi feita – vou omitir o nome do cidadão, até porque vou convocá-lo para a CPI –, com todo seu aparato, com os computadores de seu estúdio, um estúdio para produzir pedofilia, miséria, desgraça para redes... No Piauí, uma terra de gente tão honrada e tão decente! Não é diferente do resto do Brasil.

Há um levante – entendo que de ordem espiritual – contra as crianças no Brasil: uma é jogada pela janela, outra é ferrada com ferro de ferrar gado. Crianças mutiladas, estupradas, crianças usadas, abusadas, agonizando nas suas casas e fora delas.

Registro, Sr. Presidente, que também marquei encontro com os arcebispos do Pará, de Belém, que estão ameaçados porque denunciaram a pedofilia e a exploração infantil. Em função do meu estado de saúde, tive recomendação para desmarcar a minha agenda. Um mosquito pedófilo da dengue realmente me abateu, mas não vai me tirar de rota, não, Senador Tião Viana. Vou ter que desmarcar a minha agenda. Já comuniquei ao bispo, lá em Belém, mas nós certamente estaremos com ele na próxima semana para buscarmos todas essas informações e, se necessário, trazê-lo à CPI.

Na próxima semana também, comunico à Nação que, de forma inédita, estaremos recebendo, Senador Geraldo Mesquita, informações de 3.200 álbuns do Orkut cujo sigilo quebramos. O material será entregue à CPI na próxima semana. Será o maior lixo já reunido no mundo contra a honra e a dignidade de crianças. Certamente, será um material que dará à Polícia Federal do Brasil, juntamente com a Interpol, a possibilidade de desencadear a maior operação mundial contra a pedofilia.

Sr. Presidente, registro, com muita satisfação, a presença aqui nesta Casa do pastor Marcos Pereira. Quem viu o Fantástico, domingo, viu esse homem de Deus por cinco minutos. Foi uma matéria positiva, e quero aqui louvar a Rede Globo pelo respeito que teve para com ele. Normalmente, o evangélico é zombado, escarnecido, discriminado. Esse homem faz um trabalho nos presídios do Rio de Janeiro com os menos favorecidos, livrando da morte aqueles que estão sentenciados no tribunal do tráfico.

Foi isto que o Fantástico mostrou: esse homem, no tribunal, resgatando pessoas algemadas para morrer no tribunal, nas favelas do Rio de Janeiro, com homens armados, e os desarmando em nome de Jesus, sem *spray* de pimenta, sem bala de borracha, sem bala verdadeira, sem tapa no rosto, na autoridade do nome de Jesus, tão-somente.

Se há o poder das trevas, há o poder da luz. Em cinco minutos, a Nação assistiu a esse homem que está acostumado a acabar com rebelião; e, durante toda a sua vida, tira drogados da rua, marginalizados e traficantes, e tem uma vida dentro do presídio. A filha dele o acompanha. Ele é pastor da Assembléia de Deus dos Últimos Dias, no Rio de Janeiro.

Há uma repercussão internacional do trabalho desse homem. E eu fico honrado pelo ministério que

faz, porque também, há 28 anos, faço a mesma coisa. Está ao lado dele a filha, e ali também a minha filha, que, quando nasceu, eu já tinha drogado em casa, da mesma forma.

Do lado dele está o Vaguinho. Quem não conhece o pagodeiro Vaguinho, dos Morenos, tão conhecido neste Brasil, o rei da banheira do Gugu? Drogado, viciado, sucesso, fingimento na televisão e uma vida miserável e desgraçada. Conheceu Jesus, e Jesus o libertou das drogas. O Vaguinho está ali, de cara limpa. Não faz outra coisa senão adentrar presídios, ruas, guetos, lugares que ninguém deseja ir, mal iluminados, onde as pessoas que se denominam de bem não querem freqüentar, porque não querem se sujar.

Até existem dados muito importantes... Neste País, criminalizou-se a política. Só o que não presta são a política e os políticos, mas tem gente ruim em todas as camadas sociais, gente desqualificada em todos os lugares, em todas as profissões.

Eu quero que seja mentira e que seja desmentido que o grande jornalista Roberto Cabrini, acostumado a denunciar, foi preso por porte de drogas, anteontem. Ele está preso. Ele, que é incisivo – eu sempre acreditei no Cabrini –, eu quero que ele diga: quero fazer o exame antidroga agora, para provar que foi uma armação contra mim. Mas ele precisa ter muito cuidado, porque quem muito cospe para cima, um dia, cai na cara. Quando a gente se acostuma a desmoralizar os outros...

Em todo lugar, tem isso. E esta sociedade hipócrita, de bêbados – o País tem uma sociedade de bêbados –, esta sociedade hipócrita, de fumantes – cigarro mata dez pessoas por hora no Brasil –, eles querem botar o dedo na cara de um menino que está fumando maconha, que cheira cocaína e que é perfeitamente recuperável, porque em Deus há recuperação, sim, há saída, sim. Uma sociedade que faz festa para comemorar o aniversário de um ano de uma criança regado a bebida alcoólica, o aniversário de 15 anos regado a bebida alcoólica, qualquer festa, bebida alcoólica, não tem moral nem autoridade para botar o dedo na cara de ninguém! Mas eles pensam que têm! E, nas madrugadas, ainda vão comprar cocaína, escondidos, e fazem discursos de bons moços na televisão.

Sem Deus na família, Sr. Presidente, não tem saída. Sem Jesus na vida da família, não tem saída, não existe saída. Esta é a única saída, a única solução: Deus na vida da família.

Por isso, quero falar da minha felicidade de ter o pastor Marcos Pereira neste plenário, hoje, assim como o Vaguinho, a Nívea, filha dele, que é uma cantora que cresceu andando com o pai dentro das delegacias, dentro dos presídios. Esse homem foi investigado por

quase dez anos pela Polícia do Rio de Janeiro, porque recuperava traficantes. Eles o vigiavam, pensando que ele dava proteção para traficantes. Muito pelo contrário, deviam era bater palmas, porque quando se retira um drogado das ruas não se faz um bem num primeiro momento ao drogado. Imaginem um drogado fora da rua, um traficante fora da rua, só um, é uma possibilidade a menos de um seqüestro, é uma possibilidade a menos de um carro roubado, é uma possibilidade a menos de um estupro, é uma possibilidade a menos de uma casa arrombada, é uma possibilidade a menos de uma empresa arrombada, de um empresário seqüestrado, é uma possibilidade a menos de um pobre sofrer um seqüestro-relâmpago para tomar o dinheiro do seu trabalho durante o mês. Tem-se que bater palmas para um sujeito que tira um drogado da rua, que tira um traficante da rua.

Aí, vem o segundo momento: o bem que você faz a ele, à mãe dele, que pára de chorar, à família, que pára de se angustiar. Há a possibilidade de aquele menino que abandonou a escola voltar à escola; que abandonou a faculdade voltar à faculdade; de aquele que abandonou a família voltar para a família. Isso não tem juiz que faça, isso não tem doutor que faça; não há remédio tarja preta que dê jeito nisso; só Jesus.

Sr. Presidente, eu presido a CPI da Pedofilia e descobri que a pedofilia, meu companheiro, Senador Geraldo Mesquita, que está comigo nessa empreitada, é pior do que o narcotráfico no Brasil, absolutamente pior. E, por isso, quero louvar a coragem desse bispo lá no Pará, de denunciar a pedofilia.

As pessoas são encorajadas a denunciar, a colocar debaixo da luz aqueles que se acostumaram a abusar de crianças, a invadir suas emoções, sua honra, aquilo que eles têm de melhor – sua família –, criando lesões emocionais, lesões familiares, lesões espirituais para toda uma vida.

Temos uma sociedade cheia de adultos lesionados nas suas emoções, lesionados psicologicamente, pessoas de humor inconstante, profissionais liberais, homens e mulheres que sofrem a seqüela do abuso na infância e até hoje não tiveram coragem... E centenas de milhares mandam *e-mail*, hoje, à CPI, encorajados a denunciar a violência que sofreram há 20, 30 anos, porque não conseguem dormir com essa lesão que sofreram nas suas emoções, ainda na infância.

Sr. Presidente, todas as denúncias que nós recebermos de pedófilos, comprovadamente, iremos atrás de todos eles e haveremos de construir uma legislação neste País para fazermos um enfrentamento àqueles que não têm qualquer compromisso com as emoções de uma criança e lesionam o seu futuro, lesionam os seus sonhos. Quantas pessoas vivem enclausuradas,

fechadas em quartos escuros, dizendo que são depressivas, derrotadas, com síndrome do pânico, autocomiseração, algumas tentando o suicídio todos os dias?! E não há médico no mundo que explique uma lesão dessa, sofrida na infância. E essas pessoas não têm coragem de falar.

Nós vamos juntos com essas pessoas. E aqui encorajo essas pessoas que estão me ouvindo, que estão sentadas no sofá de casa me ouvindo agora ou mais tarde, a denunciar. Disquem 100, o Disque-Denúncia da SaferNet, pois nós vamos ajudá-las. Vão ao Ministério Público, vão ao Conselho Tutelar, falem da situação da sua criança.

Por isso, quero aplaudir, quando abraço o Pastor Marcos Pereira, todos os abnegados, todos os sacerdotes deste Brasil, que, de forma abnegada, abraçam a causa da família, abraçam a causa não dos menos favorecidos, mas daqueles que são lesionados.

Sr. Presidente, o senhor imagina que um pai pode jogar de sua consciência um filho pela janela se não houver alguma coisa dentro desse cara? Tem, e não é pouco! Não é pouco! Faleceu um doido. É como olhar uma criança de três anos tomando banho, ficar olhando assim... Você fala: como um cara estupra uma criança dessa? Alguma coisa errada tem; alguma coisa errada tem.

O Brasil precisa de Deus, Sr. Presidente, e de homens que tenham coragem. O Brasil precisa de Deus, mas quem está em sociedade precisa viver as suas regras. Jesus teve uma oportunidade ímpar de tirar a gente deste mundo. E V. Ex^a que gosta da Bíblia sabe que Jesus orou e disse: "Pai, eu não te peço que os tire do mundo, mas que os livre do mal". Poderia tê-los levado, mas não levou; largou aqui. Então, se os largou aqui foi para viver em sociedade, onde existem regras; e a regra é a lei.

Vamos tipificar o crime de pedofilia no Brasil. A minha proposição é de que sejam 30 anos. E, depois dos 30 anos, pulseira eletrônica até morrer. Pedófilo tem de ser monitorado até a morte. Alguns querem castração química, mas pedofilia não está no órgão genital; pedofilia está na mente. Se o castram, ele estupra com o dedo ou com um pedaço de cano, um pedaço de pau.

Sr. Presidente, agradeço a benevolência de V. Ex^a. Mais uma vez, Pastor Marcos, receba o meu abraço – o Ministério da Assembléia de Deus dos Últimos Tempos. V. Ex^a simboliza a coragem dos sacerdotes que confiam em mudança de vida, que sabem que há saída. Há milhões de jovens no tráfico que não queriam estar lá, não. Eles foram empurrados para aquilo – falta de inclusão social. Mas é mais fácil matar, dar um tiro na cara deles do que dizer a eles que há saída em Cristo Jesus.

Por isso, Sr. Presidente, este momento é tão importante para a vida do Parlamento Brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com os nossos cumprimentos. E a expectativa é de certeza de que V. Ex^a vai dirigir bem essa CPI. Para aqueles que são como São Tomé, eu recordaria a CPI que V. Ex^a fez contra o crime organizado. No Piauí, nós conseguimos prender o Coronel Correia Lima. E aí está o Acre, representado por dois extraordinários Senadores, que também sofria diante do crime organizado.

E eu engrandeço aqui, respeitando todos nós, que somos cristãos, o chefe da minha Igreja Católica, que, ontem, nos Estados Unidos, com humildade, pedia desculpa e perdão pelos sacerdotes que praticaram a pedofilia.

Com a palavra, já esgotando a paciência de esperar, o Líder do Partido dos Trabalhadores, Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Srs. Senadores, eu trago à consideração do Plenário uma manifestação de agradecimento ao BNDES, na figura do seu Presidente, Dr. Luciano Coutinho, ao Governo do Presidente Lula e os cumprimentos ao Governador do Estado do Acre, Binho Marques, pela aprovação e o início da execução do chamado Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável para o nosso Estado do Acre, na sua Fase III, chamada PIDS III, cujo financiamento corresponde ao montante imediato de R\$517 milhões – nós estamos falando de meio bilhão de reais –, além da contrapartida, do financiamento extensivo, melhor dizendo, ao setor privado.

É um financiamento do maior impacto, porque ele, apenas na sua fase de implantação, vinculará a geração de 12,5 mil empregos diretos e 14,3 mil indiretos. E, na fase de operação desse financiamento, com o projeto já instalado, gerará 10,6 mil empregos indiretos e 4,5 mil diretos.

Então estamos falando de um grande impacto social para a Amazônia ocidental. É a chegada definitiva do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social na luta contra a desigualdade regional do Brasil. É um item de atualização das políticas de financiamento público no Brasil que corresponde a uma grande expectativa das regiões menos favorecidas do nosso País. E veja, Sr. Presidente, que estamos falando de alguns itens. Sete itens são as grandes diretrizes do financiamento desse chamado PIDS III do BNDES.

A primeira e segunda fases corresponderam a um financiamento de R\$177 milhões, que foi ainda na gestão do então Governador Jorge Viana; e este agora na gestão do Governador Binho Marques.

1. O item 1 fala do Fortalecimento do Turismo e Consolidação dos Eixos de Integração Acre/Peru/Bolívia;
2. Infra-Estrutura Urbana e Habitação de Interesse Social;
3. Infra-Estrutura de Saúde e Saneamento;
4. Infra-Estrutura de Educação;
5. Infra-Estrutura de Desenvolvimento Econômico e de Integração;
6. Infra-Estrutura de Comunicação e Desenvolvimento Social;
7. E por fim, Modernização do Sistema de Gestão.

Veja o que dizem alguns dos projetos especificamente:

- Consolidação das rotas turísticas do Vale do Acre e do Juruá e implantação de um circuito internacional, a Rota Turística Internacional Amazônia-Andes-Pacífico;
- Construção do Centro de Convenções do Acre;
- Implantação do Parque Temático “Amazônia-Seringal Quixadá”;
- Urbanização de vias em municípios ao longo da BR-364 e 317, implantação de parques ambientais urbanos;
- Construção de unidades de saúde;
- Infra-estrutura de educação, com a construção, ampliação e reforma de escolas e centros de ensino;
- Ampliação do parque e distrito industrial de Rio Branco e implantação do complexo industrial florestal do Vale do Juruá, com fábrica de pisos e compensados;
- Implantação do Porto Seco do Acre;
- Fortalecimento da cadeia produtiva da castanha;
- Pavimentação de estradas vicinais coletoras;
- Apoio às comunidades indígenas nas áreas de influência das rodovias federais BR 364 e 317; e
- Construção do estádio de futebol, lá no extremo oeste do Brasil, na região de Cruzeiro do Sul.

Então, Sr. Presidente, estamos falando de um financiamento no montante de R\$577 milhões.

Somados esses recursos a R\$1,3 bilhão, que envolve o Programa de Aceleração do Crescimento, mais o Orçamento do Estado junto à União, estamos falando de uma vigorosa etapa de desenvolvimento

a partir do financiamento público, que acredito será o grande passo de consolidação dos caminhos que serão abertos para a independência econômica do Estado do Acre.

Nós do Acre, assim como V. Ex^a do seu Piauí e todos que estão aqui, o que mais queremos para os nossos Estados é a certeza da independência econômica estabelecida. E ações como essas, envolvendo o BNDES, por meio da figura do seu Presidente Luciano Coutinho, vêm confirmar uma nova etapa do financiamento público no Brasil. Rompemos com o isolamento das regiões, além das desigualdades incorporadas. A Amazônia não está mais solitária no cenário nacional, porque o Programa de Aceleração do Crescimento chegou, porque o BNDES está presente no financiamento robusto, que tem alcance social, que tem alternativa econômica em construção e que tem viabilidade para um caminho de independência econômica.

Portanto, trago os cumprimentos sinceros de agradecimento e respeito ao Presidente Luciano Coutinho, ao Governo do Presidente Lula, ao Governador Binho Marques, pela equação construída entre três instituições que podem assegurar um futuro melhor para nós da Amazônia ocidental.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os nossos agradecimentos. Continua o Acre. Para uma comunicação inadiável, concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Estou inscrito aí.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Senador Mão Santa, eu gostaria de me inscrever para uma comunicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Já encerrou o número.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Então peço a minha inscrição para uma comunicação de interesse partidário.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, caro amigo e meu irmão mais velho neste Senado Federal, Sr^{as} e Srs. Senadores, não tenho mais como me surpreender. Vim aqui falar da postura ou da impostura de mais dois Ministros de Estado que, associando-se a uma campanha solerte, uma campanha visível de tentativa de desmoralização do Congresso Nacional, proferem impropérios, agridem o Senado Federal, como foi o caso do Ministro Paulo Bernardo, que nos chamou a todos de irresponsáveis, chamou a Senadora Lúcia Vânia de

irresponsável, assim como ao Senador Sérgio Guerra e a todos nós. Diz ele que somos irresponsáveis.

Para não ficar aí, vem um outro vira-casaca, o Ministro Luiz Marinho, e diz que somos enganadores. O Senador Heráclito é um enganador, segundo o Ministro Luiz Marinho. Aí a gente se surpreende.

Agora, os fatos são tão céleres e velozes neste Governo, que eu vinha falar disso, mas acabo de saber – é uma informação, estou passando o que ouvi – que a Ministra Dilma Rousseff, agora, num ato em Belo Horizonte, dirigiu-se às mulheres que ali compareceram agradecendo a presença de todas elas no comício que estava sendo realizado. Negócio de doido! Alguns dizem que isso é ato falho. Eu, Senadora Lúcia Vânia, prefiro acreditar que se trata de ato de falha de caráter; ato falho já era muito tempo atrás. Não é mais ato falho. É um ato deliberado, um ato que diz respeito ao Tribunal Superior Eleitoral, diz respeito a quem quer que seja neste País. Então, não se trata de ato falho. É um ato de falta de caráter, de falha de caráter!

Senador Mão Santa, voltamos à questão dos aposentados, à questão do fator previdenciário, uma crueldade que se criou contra os trabalhadores brasileiros. Sou daqueles que, juntamente com V. Ex^a, com o Senador Mário Couto, com tantos Senadores aqui, advogamos há muito tempo a necessidade de atribuir aos aposentados, principalmente àqueles que estão numa faixa de remuneração pequena, uma justa recomposição do valor que recebem após a aposentadoria.

Eu costumo construir imagens na minha cabeça, Senador Renan. Imagino o seguinte: um trabalhador brasileiro que recolhe com sacrifício sua contribuição previdenciária durante tantos anos e, ao final, tem a expectativa de receber um determinado valor; então eu comparo àquele cidadão que faz um empréstimo de, digamos, 30 anos, que é um tempo em que se adquire uma aposentadoria, compra um carrinho e durante 30 anos fica pagando as prestações. Chega no final do compromisso, ele vai lá feliz da vida receber o seu carrinho, aí o vendedor diz que ele vai recebê-lo sem o motor, sem os pneus, sem o volante, faltando duas portas. É isto que se faz com os aposentados do Brasil: entrega-se um produto que foi tungado, surrupiado, em grande parte. É essa a relação, é assim que isso acontece na cabeça das pessoas, elas estão sendo lesadas.

Imaginem, neste País, há o conjunto de trabalhadores que sempre pagam essa conta, e se sujeitam a uma humilhação dessas; há o conjunto de empresários; há o conjunto de banqueiros, que nunca ganharam tanto dinheiro na vida como agora, graças ao companheiro Lula; há o próprio Governo do País. Há o próprio Governo do País!

Agora, quando se fala em déficit previdenciário, do risco que corre o sistema previdenciário neste País, quem é chamado a pagar esta conta, Senador Mão Santa? Quem é? Responda-me. São os trabalhadores brasileiros, só eles, só eles, ninguém mais. O Governo não está nem aí, os empresários se defendem, os banqueiros estão voando em céu de brigadeiro. Coisa fantástica, não é? Déficit da Previdência chama-se corrupção e sonegação, Senador Mão Santa, no nosso País. A tradução para déficit previdenciário tem estes nomes: corrupção exacerbada, sonegação exacerbada.

Se tivéssemos a competência, a seriedade, o compromisso de contermos a corrupção que graça – Deus me livre! Quanta corrupção! – neste País; se tivéssemos a firmeza de fazer com que o nível de sonegação baixasse assustadoramente neste País, Senadora Lúcia Vânia, ninguém, nem os mal-intencionados deste País, nem os vira-casacas, como é o caso desses dois Ministros, nem os pelegos, que é o caso desses dois Ministros, teriam autoridade para falar em déficit previdenciário.

Fico impressionado, fico impressionado. Não tenho um milímetro de receio, de remorso de ter me filiado e de ter votado aqui a favor da equiparação do reajuste dos aposentados com o valor do salário mínimo. Não tenho um resquício de remorso, Senador Renan, de ter votado aqui contra esta perversidade que se instalou no País: o fator previdenciário. Graças a Deus, daqui do Senado ele já foi. Tomara que a Câmara sustente essa decisão! Tomara que a Câmara sustente essa decisão, porque são fatos que deveremos exaltar, em que pese o comentário por aí afora, inclusive na mídia, de que, na primeira oportunidade que tivemos aqui depois de destrancarmos a pauta do Senado, operamos no sentido de criar despesas insustentáveis para o País. Fico impressionado com uma consideração dessa, com um comentário desse.

Como disse, vinha hoje aqui falar desse assunto e fui surpreendido por um outro assunto que, em termos de palhaçada neste País, ultrapassa em muito o anterior. Trata-se da crítica feita por dois Ministros que deveriam ter a responsabilidade de estabelecer uma relação séria com o Congresso Nacional, respeitosa quando nada, mas assacam acusações pesadas contra todos nós.

O Senador Maranhão foi chamado de irresponsável e enganador pelo Ministro Paulo Bernardo e pelo Ministro Luiz Marinho. V. Ex^a foi chamado de irresponsável, o Senador Renan também, da mesma forma, todos nós aqui. Falta de respeito!

O que está em curso, tenho repetido, é uma tentativa de desmoralização do Congresso Nacional,

operada e orquestrada sabemos por quem. Sabemos os objetivos, sabemos quem leva vantagem, quem se beneficia da desmoralização do Congresso Nacional. São pessoas que estão aí fingindo que não têm nada a ver com teses de terceiro mandato, mas que estão ávidos por serem o alvo daqui a pouco...

Parece que estou vendo, Senador! Ultrapassado esse período eleitoral que se avizinha, vamos viver um cena neste País que se aproxima das cenas de transmissão do carnaval. As televisões vão transmitir talvez até em cadeia: *“Olhe a passeata lá no Estado de Alagoas, em Maceió, do Senador Renan! Olhe o tamanho dessa passeata pedindo o terceiro mandato... E agora, com o repórter Francisco, lá do Recife, a passeata pedindo o terceiro mandato. É comparável ao bloco do Galinho da Madrugada!”*

Senador Renan, nós vamos assistir a isso. V. Ex^a pode ter certeza. Vamos chegar a esse momento. Nessa tentativa de desmoralização do Congresso, esse povo vai reativar toda a sua capacidade de mobilização; vão se valer de todos esses artifícios construídos com muita inteligência, diga-se de passagem: o bolsa-família, os programas que estão aí, assistindo talvez, até justamente, uma grande faixa da população.

Essas pessoas serão induzidas para ir às praças, clamando, pedindo que um terceiro mandato seja uma realidade no nosso País.

Eu digo, repito e assumo a responsabilidade pelo que estou dizendo: a desmoralização do Congresso Nacional serve a esse propósito. Não há quem me engane disso! Não há quem me engane disso! Quando Ministros de Estado se dão o direito, o desfrute, Senador Renan, de agredir o Congresso Nacional, de agredir a cada um dos Parlamentares que estão aqui, com termos pesados, com termos pejorativos, é porque eles já ultrapassaram os limites da responsabilidade.

Eles, sim, irresponsáveis! Eles, sim, irresponsáveis! Eles, sim, enganadores da Nação! Porque tempos atrás, ambos defendiam a quebra do fator previdenciário, a não-aprovação do fator previdenciário. Anos atrás, defendiam, com ardor, o reajuste legítimo dos aposentados. Mas, hoje, esses vira-casacas, como metamorfoses ambulantes e como pelegos que são, têm o desplante e se acham no direito de agredir um Senador Paim da vida, uma pessoa que tem trinta anos de história, de luta, em favor dos trabalhadores brasileiros, em favor de causas, neste Congresso Nacional.

Eu tenho dito e repetido: o Senador Paim é daqueles Parlamentares que estão não para defender coisas, mas para defender causas, causas justas, causas dos trabalhadores, causas daqueles que não têm quem fale por eles. E vêm duas figuras apagadas como essas, duas figuras que venderam o seu pas-

sado, trocaram por algumas moedas, ofender de forma pesada um Senador da envergadura do Senador Paulo Paim?! Isso me causa repulsa, isso me causa revolta, Senador Paim!

Não consigo admitir. O Congresso Nacional, o Senado Federal particularmente, tem que acordar para isso, tem que reagir, tem que colocar essas pessoas nos seus devidos lugares! Do contrário, estaremos entrando no jogo deles. Do contrário, estaremos entrando no jogo deles e assumindo passivamente que há, de fato, um trabalho, um processo em curso de desmoralização do Congresso Nacional.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Com todo o prazer, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a observou que eu estava silencioso, exatamente porque só faria um aparte ao seu pronunciamento oportuno se estivesse no plenário o grande ofendido por essa grosseria cometida pelo Ministro Luiz Marinho: o Senador Paulo Paim. S. Ex^a está aqui, agora. Pelo que conheço de S. Ex^a, tenho certeza de que vai se manifestar. O Senador Paulo Paim não é nenhum irresponsável. Tem uma história de vida. Se alguém mudou, foi o Sr. Luiz Marinho, que se tornou um pelego reles a serviço de Deus sabe quem. Tenho certeza, Senador Paulo Paim, de que o que V. Ex^a defende hoje o Sr. Luiz Marinho defendeu ao seu lado, nas lutas do passado. Por que isso? A serviço de quem? Por que o Sr. Luiz Marinho quer desgastar o Congresso? E, acima de tudo, a atuação parlamentar de um homem que é reconhecido até pelos adversários, como o é o Senador Paim. Solidarizo-me com esse pronunciamento oportuno de V. Ex^a. Espero que V. Ex^a considere o meu aparte digno de se acrescentar ao seu discurso. Apresento a minha solidariedade irrestrita ao Senador Paim e o meu repúdio ao Sr. Luiz Marinho. Aliás, Senador Paim, o Sr. Luiz Marinho deveria ter se manifestado na questão do veto que foi proclamado pelo Presidente Lula, traindo acordo feito aqui em plenário. V. Ex^a se lembra do dia em que votamos em homenagem a V. Ex^a. Eu havia me preparado para a obstrução, os Senadores Geraldo Mesquita e Papaléo Paes também; tínhamos número suficiente para obstruir a votação, mas mudamos em atenção a V. Ex^a, para depois ouvir acusações dessa natureza do Sr. Marinho?! Não sei aonde esse pessoal quer chegar ou o que essa gente quer. Deveriam ser mais claros no jogo.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Eu sei o que eles querem.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Pois é, mas nós não queremos, e o Brasil não quer também. É pre-

ciso que as coisas tenham termo, Senador Casagrande. Por que acontece isso? Porque o líder maior, que é o Presidente da República, não chama a atenção. Sua Excelência convive com esse tipo de situação. Fecha os olhos para a corrupção; passa a mão na cabeça dos corruptos; recupera-os, com elogios fáceis, nos palanques pelo Brasil afora. E dá no que dá. Portanto, V. Ex^a faz um pronunciamento que, tenho certeza, terá repercussão pela gravidade que exige. Muito obrigado.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Heráclito, muito agradeço o aparte de V. Ex^a. Muitos alegam, principalmente os picaretas de plantão, a serviço, de forma bajuladora, desse Governo, que medidas aqui aprovadas colocam em risco a sanidade da Previdência no nosso País.

Senador Paim, eu queria lembrar um fato aqui que passou despercebido. A grande maioria das pessoas que se aposentam no nosso País, principalmente aquelas da faixa de remuneração menor, retornam ao mercado de trabalho, Senador Paim, não porque querem, mas por extrema necessidade. Elas retornam, continuam recolhendo para a previdência social, sem direito a nova aposentadoria, diga-se de passagem.

Então, é uma balela esse negócio de dizer que as pessoas se aposentam e, com essa equiparação de percentuais de reajuste nos seus valores, colocam em risco a própria previdência. Não colocam, não, Senador Paim. O que coloca em risco a Previdência social é o desvio de finalidade operado dentro do próprio sistema da Previdência; é o alto grau de corrupção; é o algo grau de sonegação, e a falta de compromisso de setores, como o setor empresarial, o setor de banqueiros que estão bamburrando no nosso País, e o próprio Governo da nossa República. Isso é o que coloca em risco a inteireza do sistema da Previdência social.

Esses trabalhadores que se aposentam – e se aposentam com justiça, porque contribuíram a vida inteira –, na sua grande maioria, retornam para o mercado de trabalho e continuam contribuindo para a Previdência, sem direito a uma nova aposentadoria. Portanto, isso é uma grande balela! É uma grande balela!

Mesmo assim, o Senador Paim, com a maior responsabilidade, que é própria de seu mandato, ao mesmo tempo em que propõe o fim do fator previdenciário, sinaliza, com proposta de sua autoria, para a rediscussão do assunto. Uma coisa é resolvermos a questão dos aposentados; outra coisa é encaminharmos uma solução justa para a sustentabilidade do sistema previdenciário. E V. Ex^a fez quando propõe rediscutirmos a idade mínima para aposentadoria.

Portanto, ainda mais por essa razão, acho injusto, inominável se atribuir irresponsabilidade a um parlamentar como o Senador Paim e a todos nós que

estamos aqui tentando fazer com que se mude o quadro de medidas provisórias no nosso País, para que possamos respirar neste Congresso Nacional, para que possamos apreciar projetos de nossa autoria.

Enquanto esse quadro não mudar, estaremos aproveitando os espaços, por menores que sejam, para aprovarmos, sim, projetos que estão em absoluta sintonia com a aspiração e o sentimento do povo brasileiro, principalmente aqueles que estão nos olhando com expectativa, com tristeza, com angústia, pensando: “O que será que eles vão fazer? Será que eles vão continuar com a mesma ladainha, com a mesma conversa mole? Ou vão tomar uma atitude?”

Aqui, nós tomamos uma atitude. E espero sinceramente que a Câmara dos Deputados acompanhe essa atitude porque ela representa o anseio e a vontade do povo brasileiro que está na faixa dos aposentados, principalmente os de menor renda.

Concedo, Senador Paulo Paim, um aparte a V. Ex^a, com muito prazer.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, primeiro quero, neste aparte a V. Ex^a, agradecer a praticamente todos os Senadores pela forma como votaram os projetos – a quase todos não, a todos, porque não houve um voto contra nem ao PL 42, que reajusta os aposentados e pensionistas nos mesmos moldes do salário mínimo, nem ao PL 296, que acaba com o famigerado fator previdenciário. Quero dizer a V. Ex^a que as colocações indevidas, inadequadas, infelizes de alguns Ministros teve reação imediata, inclusive do conjunto da sociedade organizada. Veja bem que, ontem, resolvemos fazer uma audiência pública hoje para discutir esses dois PLs e V. Ex^a estava lá. Estiveram hoje pela manhã, presidentes e representantes de todas as centrais sindicais – todas! –, de todas as confederações de trabalhadores, de todas as entidades de aposentados e pensionistas da área pública e da área privada. E todos, por unanimidade, apóiam a decisão do Senado da República. Todos – alguns de forma mais dura e outras de forma mais elegante – discordaram, claro, da fala de dois representantes do Governo publicada na imprensa. É claro que lamento a forma como foi colocada. É um desrespeito ao Congresso Nacional. Não é esse ou aquele Senador. Dizia lá que até gostaria de não acreditar... Aquelas expressões usadas desqualificam inclusive o próprio autor daquelas frases, um ou outro. Foram infelizes. Fazer o bom debate, o bom combate, qualificado; divergir, isso é legítimo e é bom, como V. Ex^a faz muito bem aqui na Casa. Só queria dizer a eles que, para o azar deles, as centrais sindicais e a CNBB fecharam acordo em relação a outro projeto de minha autoria. Já estão com mais de cinco milhões de

assinaturas e vão fazer o debate nas igrejas. É claro que se vai discutir também a situação dos aposentados e pensionistas quanto à questão da redução da jornada sem redução de salário. Quero dizer, Senador Geraldo Mesquita Júnior, que apresentei tanto o projeto de redução da jornada sem redução de salário como também o dos aposentados e pensionistas e o que trata do fim do fator previdenciário. E V. Ex^a lembrou muito bem que eu apresentei a PEC da idade mínima fazendo um debate primeiramente com a sociedade. Aqueles que a criticam não tiveram coragem de apresentá-la. Então, estou muito tranqüilo e muito à vontade para fazer este bom debate aqui e na Câmara dos Deputados, se também me convidarem. Espero que me convidem, porque já marcamos atividades no dia 1º de maio; no dia 13 de maio, o “Dia da Abolição da Escravidão”; no dia 14, quando ocorrerá um grande evento em Brasília em que esperamos reunir mais de cinco mil dirigentes sindicais; e faremos também uma bela sessão de homenagem aqui aos aposentados, marcada para o dia 22, ou seja, para a semana que vem. Na semana que vem, este plenário vai estar lotado, numa sessão de homenagem aos aposentados brasileiros. Com certeza, as galerias também vão estar lotadas. O plenário vai estar lotado. Estou aproveitando o aparte a V. Ex^a para dizer que se alguém pensa que a gente, que tem orgulho de dizer que a nossa história sempre foi de guerreiro, vai se intimidar, está enganado; ninguém nos intimidará, ainda mais com frases bobas, sem nenhuma consistência no campo da argumentação técnica e mesmo política. Ninguém vai nos intimidar. Se depender de nós, Senador Geraldo Mesquita Júnior – e V. Ex^a me conhece muito bem –, não tenha nenhuma dúvida de que estaremos, até mesmo na Câmara dos Deputados, participando de todos os debates para aprovar os três projetos, ou melhor, os quatro projetos, inclusive aquele da saúde. Sei que essa é também a posição de V. Ex^a. Estou tão tranqüilo, tão tranqüilo mesmo, que eu poderia, se quisesse, por exemplo, mostrar aqui uma pesquisa feita na Internet. Tenho recebido diversas pesquisas das mais variadas áreas. Nem vou falar da minha, feita pelo meu gabinete. Pesquisei para verificar se a posição do Senado estaria correta ou não. São 99,9% dizendo que o Senado está certo. Neste caso, foi um grande jornal que fez a pesquisa e remeteu para mim, e a resposta é a mesma: 99% dizem que o Senado está certo. Sr. Presidente, como o debate é legítimo e eu gosto dele, e a democracia para mim é o que prevalece, digo que não vão conseguir. Quem quiser atingir o Congresso não vai conseguir, porque foram decisões corretas, acertadas. Terminando dizendo isto: queira Deus, ajude-nos Deus – vamos rezar muito para isso – que toda

a energia positiva do universo esteja sobre a Câmara dos Deputados para que aquela Casa acompanhe a decisão do Senado da República. Meus cumprimentos a V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Paim.

Quero concluir, Sr. Presidente, pedindo desculpa pelo alongado, voltando ao início da minha fala. A Ministra Dilma Rousseff mandou deliberadamente preparar um dossiê nas entranhas do seu gabinete e, de lá para cá, vazado o assunto, ela tem negado sistematicamente que tenha determinado a feitura desse dossiê. É uma prática desse Governo.

Agora estou dizendo o que foi atribuído a ela. Foi atribuída a ela, em visita a Belo Horizonte, uma frase, e espero que se for verdade ela não venha a dizer de novo que não disse, Senador Paim.

Na reunião em que estava – deve ter sido alguma coisa relativa ao PAC –, agradecendo a presença das senhoras, das mulheres, ela disse: “*Agradeço a presença das mulheres a este comício*”, Senador Agripino – literalmente.

Então, eu espero que, assim como fez com relação ao dossiê, ela não faça com relação a essa frase que está sendo atribuída a ela. Vou conferir, porque não quero ser desonesto; vou conferir, mas tudo leva a crer que ela realmente se expressou dessa forma: “*Quero agradecer a presença das mulheres aqui neste comício*.” Neste comício! Espero sinceramente que a Ministra assuma o que disse e não venha mais uma vez negar aquilo que é evidente, aquilo que está gravado, aquilo que foi dito e ela, inopinadamente, se acha no direito de negar.

Muito obrigado...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a me permite um novo aparte?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Heráclito, se o Presidente Mão Santa, que é seu colega, permitir, com todo prazer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu não posso negar ao Piauí, tão bem representado por Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Geraldo Mesquita, acho eu que a Ministra Dilma, que não é boba, orientada que está por marqueteiro, está fazendo essas agressões de propósito. É a única maneira, Senador Agripino, que a Chefe da Casa Civil tem para fazer repercutir seu nome na opinião pública. Tanto é verdade que, de traços em pesquisas anteriores, ela passou a constar como nome viável para a Presidência da República. Ela foi conhecida nacionalmente não pelo trabalho que faz, porque não está em discussão o seu trabalho, mas sim pela can-

didatura à Presidência da República. Ela passou a ter número, de menos de um dígito, é claro, mas o nome dela passou a constar exatamente depois que se envolveu na polêmica do dossiê. E agora, essa agressão no palanque do Lula, dizendo que é um comício... Ela falou a verdade nua e crua! Ela sabe que a quem usa de sinceridade dessa natureza, Senador Renan, no Brasil, não acontece absolutamente nada. Ela sabe que ela tem a impunidade. Ela tem uma tropa de choque fantástica que se instalou aqui, uma coisa nunca vista, haja vista o que sofreu o Senador Mão Santa, pelo episódio verbal. A tropa de choque se instalou aqui para defendê-la, exatamente com o objetivo de criar fatos. De forma que eu acho que ela está fazendo esse tipo de declarações e de afirmações, de forma calculada. É um jogo de marqueteiros! Não sei se é o Duda Mendonça, se é o João Santana ou se é um novo lançamento que tem aí na praça. Mas ela está sendo orientada por um marqueteiro. Não são os aloprados que estão ensinando a Ministra Dilma como aparecer. É na base do falem bem ou mal, mas falem de mim. Claro! Mas é lamentável que as pessoas estejam procurando ou estejam orientando uma Ministra de Estado a se tornar conhecida mediante o descumprimento da Constituição brasileira. É lamentável, mas o Governo optou por esse caminho. O Governo já não prega a ética. Tive a curiosidade de, nesta semana, folhear alguns discursos das dez maiores personalidades do Partido dos Trabalhadores, a começar pelo Presidente da República. Senador José Maranhão, fantástico como antes falavam em corrupção, acusavam todos de corrupção, combatiam pela lisura na administração pública, e hoje estão aí mais enrolados do que novelo de linha em pata de gato angorá. O que a gente pode fazer? Vamos para frente.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Vamos para frente.

Encerro, Sr. Presidente...

Senador Agripino, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Se for possível me conceder, Senador Geraldo Mesquita. Eu estava ouvindo V. Ex^a. Eu estava conversando com vários Prefeitos em meu gabinete, mas estava ouvindo seu pronunciamento e me apressei em vir aqui para acrescentar um raciocínio simples à sua manifestação e à sua preocupação. V. Ex^a não tem ido à CPMI dos Cartões Corporativos; eu tenho ido lá com alguma frequência. É impressionante como, quando as vozes da Oposição se manifestam, o cerco da base governista se faz com uma estridência absolutamente singular. E quando falam da necessidade de ouvir a Ministra Dilma Rousseff, a companheira de armas de José Dirceu – a companheira de armas de José Dirceu, repito –,

quando é mencionado o dossiê atribuído à Casa Civil, que tem como titular a Ministra Dilma Rousseff, os perdigueiros da base do Governo entram em êxtase, numa virulência que é difícil compreender. Qual a razão disso?. Sabemos que o PT, como partido, está perante a população brasileira muito desgastado por causa dos aloprados, dos mensalões, de tudo isso que vem sendo comprovado. É um partido hoje com muitos ícones e muitos carimbos: Delúbio, Sílvio Pereira, Waldomiro Diniz. São marcas ruins que estão carimbadas na testa do PT. Então, o PT como partido não tem candidatos à sucessão do Presidente Lula, que é uma figura popular, é um craque na comunicação, está pegando bons ventos na economia, produziu bem-estar para o brasileiro, poder de compra e está navegando em céu de brigadeiro. É verdade que entrando em dificuldades a partir de agora. Mas o Presidente Lula, que não tem sucessor dentro do PT, resolveu inventar. Primeiro inventou um PAC, que é um Programa de Aceleração do Crescimento que é muito mais *marketing* do que coisa real, porque investimento mesmo, no ano passado, foram 17% do previsto. O PAC é uma peça de ficção, uma grande peça de ficção e de *marketing*. O Presidente Lula, do alto da sua popularidade, resolveu eleger a mãe do PAC.

O PAC já é uma siglinha popular, como Lula é popular. Ele agora quer fazer popular Dilma Rousseff. E a virulência com que a base do Governo reage à vinda de Dilma Rousseff para explicar o dossiê é por conta do desejo dos petistas de se perpetuarem no poder, de terem uma candidata com alguma perspectiva eleitoral.

O que eu quero dizer a V. Ex^a é que a Ministra Dilma está, com a evidência que o dossiê lhe proporciona, crescendo pontos, porque estão identificando Lula com Dilma. Só tem um detalhe: é que os fatos que estão neste momento lhe atribuindo vão ser, no futuro, se ela vier a ser candidata... E ela cometeu o ato falho e se colocou como candidata mesmo, ao referir-se ao comício de que estava participando. Caiu a máscara – não tem dúvida, deve estar gravado, caiu a máscara. É o comício. Claro, evidente! Só faltava dizer: o comício foi dito. Ninguém precisa mais dizer que se tratava de campanha eleitoral. Claro, ela própria assumiu que a campanha eleitoral está em curso, com o comício em curso.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – V. Ex^a considera ato falho.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Claro que é um ato falho.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Pois eu considero um ato de falta de caráter.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Ou isso.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Falha de caráter.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Uma coisa pela outra, eu não quero volta. Mas o que eu quero dizer a V. Ex^a é que a Ministra Dilma, uma senhora respeitável, vai ter que explicar, se ela for candidata, ou hoje ou amanhã. Primeiro de tudo, o PAC, que é uma peça de ficção, vai ter que acontecer, ou, se não acontecer, os números pregados vão significar uma antipropaganda para quem os pregou. Porque você pregou a propaganda enganosa, você ofereceu o que não aconteceu, e a mãe do PAC foi uma madrastra.

Segundo ponto: esse dossiê significa, na verdade, uma peça de chantagem. É o uso truculento de informações privilegiadas do Estado para intimidar quem tem a obrigação de fiscalizar, que somos nós, da Oposição. Na hora, falou-se em uso de cartão corporativo com incorreções, com falta de padrão ético. A acusação foi feita sobre Ministros do atual Governo, que foram demitidos. A Matilde foi demitida, o Orlando Silva devolveu dinheiro. Quando se falou em mau uso de cartão corporativo por parte de funcionários graduados do atual Governo, imediatamente o atual Governo cuidou de reunir elementos para tentar incriminar quem nunca foi acusado de nada no governo passado, provocando, inclusive, a atitude de Fernando Henrique, que abriu as suas contas. Não têm nada de sigiloso. As contas da Presidência, quando ele foi Presidente, estão abertas. E a carta está aqui. Podem abrir, como quiserem, não tem problema. O Presidente Lula não abriu nunca nem vai abrir, por razões que o povo brasileiro vai terminar conhecendo. Imediatamente, preparou-se um instrumento de chantagem para intimidar aqueles que tinham sido do governo e que podiam ter medo da identificação. E o aparelho do Estado, com os recursos do Estado, com o sigilo do Estado, sob o comando da Ministra Dilma, supõe-se – sob o comando da Ministra Dilma, supõe-se! – organizou um dossiê. Aí veio aquela história: ah! Mas quem vazou o dossiê? Quem vazou é quem menos importa. O que interessa é por que o dossiê foi feito e quem o preparou. As evidências todas são de que o dossiê foi feito na Casa Civil por funcionários subordinados à Ministra Dilma, que, se sabe de tudo do PAC, que dirá das coisas da sala ao lado da dela. Então, vai ter de explicar, mais dia menos dia, candidata ou não. Agora, hoje, caiu a máscara.

Que o Presidente não venha dizer que não está usando a máquina do Estado, o avião do Estado, os recursos do Estado para fazer a campanha da candidata que ele quer fazer popular, que, neste momento, até está crescendo uns pontinhos, porque a estão vinculando a Lula, ao PAC, e ela está ficando popular.

Mas, mais dia menos dia, vai ter de explicar o famoso dossiê que significa instrumento de chantagem no regime democrático a um organismo, a uma facção política chamada Oposição, que tem o direito e a obrigação de fiscalizar, denunciar e investigar.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador, meu querido Líder, José Agripino.

Quero de fato, Senador Mão Santa, encerrar dizendo o seguinte: quem fala o que não deve ouve o que não quer.

Quero aqui deixar bem claro: Ministro Paulo Bernardo, irresponsável é o senhor.

Ministro Luiz Marinho, enganador é o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convido para usar da palavra, de acordo com a inscrição – e porque ela representa a beleza feminina do Brasil –, a Senadora Lúcia Vânia.

Aprendi aqui a presidir com Renan. Ele é muito culto, muito agradável, sempre se lembrava de fortalecer os pronunciamentos. Então, permita-me lembrar dois fatos importantes do pronunciamento de Geraldo Mesquita. Primeiro, a santa Kyola, mãe do Presidente Sarney. Ela dizia: “Meu filho, não deixe prejudicar os velhinhos”. Então, isso eu queria reavivar. E Juscelino Kubitschek, bem aí, tirado, sacado, disse em um dos seus livros: “A velhice é uma tristeza e, desamparada, é uma desgraça”. Então, unamo-nos em defender os velhinhos aposentados, usurpados dos seus direitos.

Com a palavra a Senadora encantadora do Goiás, Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna hoje para tratar de assuntos aparentemente contraditórios entre si: o aumento dos preços dos alimentos, as mudanças climáticas e a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de elevar a taxa Selic em 0,5%, contrariando a expectativa do mercado e de especialistas.

Os jornais brasileiros afirmam que a decisão não foi bem recebida nem pelos políticos do Governo nem pelos da oposição e que o Banco Central poderia ter esperado mais e mantido a Selic no mesmo patamar.

A jornalista Míriam Leitão afirma, em sua coluna de hoje, que uma das preocupações do Copom tem sido a inflação provocada pelos preços dos alimentos, que vem refletindo no índice inflacionário do País. Em sua coluna, Míriam Leitão informa que o trigo está 227% mais caro hoje do que estava há pouco mais de dois anos, em janeiro de 2006. A soja, no mesmo período, subiu 132%, e o milho, 157%. O arroz dobrou de preço em três meses.

O noticiário internacional enfoca que a alta dos preços dos alimentos deu origem a um descabido ataque contra a produção do etanol e de biocombustíveis em geral, produzidos no Brasil. O argumento é de que sua produção restringe a oferta de alimentos ao ocupar terras e outros recursos antes destinados à produção destes últimos.

O peso da produção de biocombustíveis na alta de preços é sensível, mas não é o mais importante. Estima-se, por exemplo, que somente 2% da área de produção de trigo no mundo esteja sendo usada para biocombustíveis.

Existem vários fatores que estão influenciando nesse aumento de preços. Os Estados Unidos da América estão diminuindo o cultivo de milho em favor da produção de biocombustíveis. Isso está aumentando, consideravelmente, o preço desse produto em mais de 100%, e, conseqüentemente, aumentando também o preço da carne, já que as suas rações contêm milho.

A partir daí, toda a cadeia de preços está sendo afetada, ao refletir no preço final de uma série de produtos derivados, inclusive o leite.

Por causa do desequilíbrio ambiental no mundo, o aquecimento global e o aumento de tempestades e inundações estão destruindo colheitas e inundando algumas das regiões mais férteis do globo.

A situação é grave e tende a piorar ainda mais num futuro próximo. Se em países desenvolvidos uma família gasta apenas 10% dos seus rendimentos em alimentos, nos países em desenvolvimento essa porcentagem pode ascender aos 80% ou mais!

Peço, portanto, uma reflexão sobre a gravidade que pode ter esse conjunto de fatos para as famílias mais pobres de nossa sociedade.

Com o aumento dos preços do trigo e do milho, essas famílias terão que, simplesmente, diminuir pela metade a quantidade de alimentos que consumiram em 2007.

Os dados são impressionantes, e a armadilha na qual o mundo entrou é difícil de desarmar. Há problemas ocasionais com uma ou outra cultura, como sempre acontece na agricultura. Mas, no momento, há uma soma de problemas, uma conjuntura nada simples e nada temporária.

A terra, exaurida pelo mau uso, pela devastação, responde com reações climáticas extremas e perda de área produtiva.

Foi assim na Austrália, que sofreu secas em série. O Canadá perdeu parte da safra de trigo em 2007. A China enfrenta chuvas ácidas e desertificação. No nosso País, temos temporais no Nordeste e secas no Sul.

Se, no Brasil, a cana-de-açúcar ocupa uma parte pequena da área plantada, nos Estados Unidos, o etanol de milho compete diretamente com a alimentação.

A pressão por novos combustíveis renováveis e os danos previstos à produção agrícola, por causa do aquecimento global, significam que os preços dos alimentos devem permanecer altos.

Com a elevação dos índices de preços dos alimentos, o fantasma da inflação pode voltar a rondar a economia.

A falta de ação do Governo Federal no controle dos gastos públicos, acrescidas de medidas fiscais de cunho simplesmente arrecadatórias, além de políticas populistas e eleitoreiras, forçam o Banco Central a adotar medidas rígidas, como o recente aumento da taxa Selic em 0,5%, para controlar uma possível volta da inflação, protegendo, assim, as classes menos favorecidas.

Sr. Presidente, é, sem dúvida nenhuma, muito, muito desconfortável para mim, que sou Oposição, estar aqui hoje quase que justificando a alta da Selic em 0,5%. Mas acreditamos, pelo que aqui colocamos em relação aos gastos públicos desmedidos em ralos que já encontramos nas ONGs, nos cartões corporativos, nas viagens intempestivas e sem necessidade, nas despesas de toda a ordem, que a única âncora que nos assegura manter a estabilidade tão duramente conquistada pela sociedade brasileira ainda é o Banco Central.

Ainda assim, neste momento, estamos duramente entristecidos com esse aumento de taxas de juros, principalmente no momento em que o País já sonhava estar entre aqueles países que levam a sério a condução da coisa pública e, principalmente, entre aqueles países que desejam dias melhores para as futuras gerações.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agora vamos chamar um Líder: Senador Renato Casagrande, do PSB. V. Ex^a, com sua inteligência privilegiada e capacidade sintética e com sua sabedoria ímpar – palavra sem exemplo é como tiro sem bala e o exemplo arrasta – comece a arrastar seu exemplo para que todos os demais oradores sejam sintéticos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Presidente Mão Santa, V. Ex^a anunciou que falará o Senador Renato Casagrande. Quero saber quando esta modesta senzala vai ter direito a falar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Estamos alternando. V. Ex^a e o Piauí já estão no meu coração. Mas, na lista de oradores, há alguns na sua frente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Gos-taria de estar em ambos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vou aguardar para ouvir V. Ex^a na hora da novela da Globo, para ganharmos em audiência.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Tenho horror a concorrência. Muito obrigado.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, falarei com a mesma capacidade sintética do Senador Mão Santa e, nas poucas vezes que fala, do Senador Heráclito Fortes.

Serei, de fato, sucinto, quero trazer a esta Casa um assunto hoje, um dia após a decisão do Banco Central em aumentar a taxa Selic, já que, a exemplo da Senadora Lúcia Vânia, preciso tratar de um tema que nos está afligindo há muito tempo: o lucro do setor bancário. O lucro dos bancos, Sr. Presidente, é um tema de debate importante.

Apesar de todo mundo já ter até certa compreensão da necessidade do aumento da taxa de juros ontem da taxa Selic, o aumento foi superior à expectativa que se criou no mercado, que era de 0,25% e foi para 0,5%.

Independentemente desse aumento, a economia brasileira, Sr. Presidente, tem passado por momentos de crescimento. Setores produtivos da economia brasileira têm crescido nos últimos anos. O mercado interno tem possibilitado uma movimentação e um comércio mais intenso. As importações de bens de capital têm aumentado. As exportações têm aumentado. O agromercado conseguiu, nos últimos anos, um crescimento importante. Estamos tendo aumento da capacidade de investimento da administração pública em praticamente todos os níveis. Temos um ajuste, que é ainda limitado à ausência das reformas estruturantes. Mas o setor financeiro brasileiro tem destoado dessa realidade da economia brasileira. Não que sejamos contra o lucro, porque o setor privado vive do lucro, mas o lucro dos bancos tem sido exorbitante, exagerado, demonstrando claramente que, Sr. Presidente, há um excesso de cobrança das tarifas bancárias, há um valor exorbitante das cobranças das tarifas bancárias.

O Banco Central tomou a decisão de uniformizar os serviços prestados pelos bancos. Agora, no final do mês de abril, isso entra em vigência. No início do mês de abril se teve a notícia de que já existia um acréscimo dos valores dessas tarifas e um certo cartel entre os bancos com relação a esse serviço. Mas a decisão do Banco Central é uma decisão importante.

As instituições financeiras argumentam que há risco nas operações financeiras no Brasil. Mas os lucros são tão grandes que essa desculpa já não é mais uma

desculpa que possa ser utilizada. O Banco espanhol Santander, que é um grande banco, o terceiro banco do Brasil, com a compra do Real, aumentou seu lucro líquido no País em 53% nos últimos nove meses de 2007. Entre janeiro e setembro, os lucros alcançaram R\$1,35 bilhão. O Bradesco, Sr. Presidente, apresentou um lucro líquido de R\$5,817 bilhões, de janeiro a setembro de 2007, um crescimento de 73%. Com esse resultado, o Bradesco supera o Banco do Brasil, que havia apresentado o maior lucro do período em 2006, quando ganhou líquido mais de R\$4 bilhões, quase R\$5 bilhões.

Então, nós estamos tratando de um setor de que todos os brasileiros dependem; ao qual pagam tarifa bancária e o *spread* bancário. A diferença entre a taxa Selic e a tomada de recursos nos bancos pelas empresas ou pelas pessoas físicas é muito grande. Temos um *spread* altíssimo no nosso País e, repito, os argumentos das instituições financeiras não são totalmente consistentes, porque os resultados são muito positivos para eles. Isso demonstra que as tarifas cobradas e que o *spread* cobrado são elevadíssimos e que poderiam ser cobrados...

(Interrupção do som.)

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) –... naturalmente com uma racionalidade maior, deixando de haver uma transferência de recursos como há hoje, especialmente em respeito à pessoa física. As grandes empresas ainda conseguem negociar juros mais baratos, as pessoas jurídicas conseguem negociações com um custo menor, mas a pessoa física fica submetida a esse tipo de prática do sistema financeiro.

O Congresso Nacional cobrou o anúncio da regulamentação das tarifas bancárias. É um passo importante. A vigência vai ser a partir do fim deste mês. Além do mais, o Congresso Nacional precisa cobrar decisão forte do Banco Central, para que possamos ter a diminuição do *spread* bancário, para reduzir o custo das operações financeiras do brasileiro, que hoje tem obrigações e, às vezes, precisa buscar uma captação junto a um banco.

Então, um dia após o crescimento da nossa taxa Selic em 0,5%, quero registrar que queremos acompanhar mais de perto o resultado dos bancos, porque é fundamental que não tenhamos tanta transferência de riqueza das pessoas que quase nada têm ou que têm muito pouco para algumas instituições que muito têm.

Sr. Presidente, para encerrar, quero também anunciar que apresentei um projeto de lei estabelecendo a cobrança de imposto de renda na entrada de capital

para aplicação em títulos da dívida pública. O capital estrangeiro que não entre aqui para investimento produtivo o Governo precisa cobrar imposto de renda sobre ele. Com o aumento da taxa de juros, o dólar está caindo ainda mais; com o aumento da taxa de juros, haverá uma entrada de mais capital em nosso País. O Governo já tomou uma decisão importante de cobrar IOF desse recurso, e nós estamos propondo também que o imposto de renda seja cobrado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a deu grande exemplo da capacidade sintética e inteligência que todo o Brasil conhece. O discurso de V. Ex^a foi sintético, mas talvez o de melhor conteúdo durante esse século de existência do nosso Senado. Meus parabéns.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, de acordo com o que o Senador Renan Calheiros nos ensinou aqui, pedi a executiva para botar ordem, porque está na bandeira “ordem e progresso”. Estarão anunciados, se estiverem presentes ainda. Vamos intercalar um orador, José Maranhão; um Líder, José Nery; um orador, Renan Calheiros; um Líder, José Agripino; um orador do Piauí, Heráclito Fortes; um Líder, Inácio Arruda; um orador, Delcídio Amaral; e o outro orador, Paulo Paim.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para fazer um registro lastimável, mas que manifesta a nossa solidariedade à família do Reitor da Universidade Federal do Ceará, que faleceu há poucas horas de um infarto agudo, trabalhando, numa atividade intensa, como Reitor daquela Universidade. Foi eleito no ano passado e assumiu numa dinâmica muito grande, fazendo um grande trabalho na Universidade Federal do Ceará. Mas esses são os infortúnios da vida. Estamos aqui e, a qualquer hora, qualquer um pode ser acometido de uma situação como essa.

Então, quero prestar minha solidariedade a toda a família do Reitor Ícaro de Sousa, da Universidade Federal do Ceará, aos professores, estudantes e servidores da Universidade e a uma parte significativa da intelectualidade do povo cearense, que tem essa convicção de que perdeu um grande quadro da Universidade Federal do Ceará e da intelectualidade do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós nos associamos à solidariedade de V. Ex^a quanto

à lamentável ocorrência do falecimento do Reitor da Universidade Federal do Ceará, e eu, principalmente, fico consternado, porque me formei lá. Hoje, eu enalteceria, no dia consagrado aos 40 anos de morte de Assis Chateaubriand, a beleza de maternidade que tem a Universidade Federal, em que me formei.

Concedo a palavra ao Senador José Maranhão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador José Nery, como Líder. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros. V. Ex^a está inscrito como orador, e, atenciosamente, o País quer ouvi-lo.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para quem ainda não sabe, a história da longa-metragem *Tropa de Elite*, de José Padilha, um dos filmes nacionais mais discutidos da atualidade, joga luz sobre dramas pessoais e morais de um comandante do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Abalado mental e psicologicamente, Nascimento, interpretado por Wagner Moura, procura uma saída honrosa para seus dilemas e os dilemas vividos também pela corporação, corroída pelos males da violência.

Assim, Sr. Presidente, como na ficção, os problemas dos agentes das forças de segurança não se limitam à violência, mas se desdobram com consequências funestas sobre sua saúde mental e emocional, afetando diretamente a qualidade dos serviços prestados à comunidade.

Em vez de falar de táticas de treinamento, especialistas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, defendem que as tragédias poderiam ser evitadas por uma disciplina pouco conhecida nas corporações: a psicologia preventiva.

Srs. Senadores, Senador Paulo Duque, não adianta tratar o policial depois. O acompanhamento psicológico dos policiais é a melhor maneira de proteger vidas e também evitar a destruição de carreiras e de famílias.

Uma pesquisa coordenada pela socióloga Maria Cecília de Souza Minayo, de 2006, que ouviu cerca de 150 policiais, tirou conclusões sem dúvida preocupantes. No aspecto psicológico, quase 40% dos policiais militares afirmam ter problemas durante o sono, contra 53,5% dos policiais civis. Quase metade de ambas as categorias alegam problemas como nervosismo ou tensão, reflexo do cotidiano estafante nas ruas do Rio de Janeiro.

Além disso, 13% dos policiais militares admitiram fazer uso de algum tipo de tranqüilizante para relaxar, contra 10% dos policiais civis.

Os problemas psicológicos já são a segunda maior causa de afastamento na Polícia Militar. Em 2007, foram 1.161 casos no Rio de Janeiro, número somente superado pelas lesões traumáticas, segundo estatísticas do Departamento Geral de Saúde da Polícia Militar.

Apesar deste quadro dramático, nem todos os Estados têm algum tipo de apoio ou serviço especializado para tratar esses males que acometem os policiais. E os que existem, Sr. Presidente, lamentavelmente, são precários.

Por isso, apresentei projeto para que policiais civis, militares e do corpo de bombeiros de todo o País e seus parentes tenham direito a tratamento psicossocial.

A proposta nasceu de relatos que tenho recebido desde a época em que ocupei o Ministério da Justiça, no final da década de 90.

A minha proposta, Srs. Senadores, pretende alterar a redação do art. 4º da Lei nº 10.201, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública, de onde virão, Senador Paulo Duque, os recursos para que as Secretarias de Segurança dos Estados possam dar suporte psicológico.

Com o repasse das verbas, cada órgão poderá contratar clínicas, médicos e estabelecer programas de apoio aos policiais que enfrentam uma guerra diária, travada no combate à criminalidade.

Os especialistas propõem a ampliação do trabalho psicológico, com o uso de técnicas de Dinâmica de Grupo, Psicodrama e Sociodrama, e de cursos para controle do estresse, além do estudo e da melhoria das condições de trabalho de cada um.

O Governo Federal tem, sem dúvida alguma, estado atento a essas questões. Tanto que editou a Medida Provisória nº 416, de 23 de janeiro de 2008, alterando a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, para instituir o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci. Embora trate da valorização dos profissionais de segurança pública e dos agentes penitenciários, a MP deixou em aberto a questão do apoio psicossocial das pessoas que combatem o crime. Daí a necessidade desse modesto projeto, Senador Paulo Duque.

Tenho estudado este drama, que não é do Rio, não é só do meu Estado, mas é de todo o País. Mais do que apenas o aumento de recursos financeiros ou a compra de equipamentos, o profissional de segurança pública precisa de apoio psicológico e de melhores condições de vida.

Muitas vezes essas pessoas são obrigadas a morar na periferia, onde os aluguéis são mais baratos, convivendo com a criminalidade ou escondendo mesmo sua profissão para sobreviver, para fugir dos bandidos.

Por isso, resolvi atacar de frente esse problema, criando um programa de moradia para os agentes de segurança. O Governo, Sr. Presidente, instado, gostou da idéia e a aproveitou no Programa de Segurança Pública anunciado recentemente.

Agora, com esta proposta que estamos apresentando, vamos dar apoio também psicológico aos policiais, para atenuar os efeitos de uma rotina verdadeiramente perturbadora.

Resolver o problema da segurança pública não depende, como dissemos, só de dinheiro, mas, sobretudo, de conscientização e mudança de mentalidade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado a V. Exª pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Queremos dar o testemunho ao País de que o Senador Renan Calheiros foi um dos mais extraordinários Ministros da Justiça deste País.

Senador Renan Calheiros, quero fazer um agradecimento em nome dos piauienses. No momento em que eu governava o Estado, V. Exª era Ministro da Justiça – e foi um extraordinário Ministro da Justiça. Todas as penitenciárias modernas que temos no Piauí agradecemos a V. Exª: a de Picos, a da Mulher, a Irmão Guido, a de Esperantina, a Major Cals, a recuperação da de Parnaíba. Manifestando essa gratidão, coloquei no peito de V. Exª a condecoração maior do Estado do Piauí: a Grã-Cruz Renascença.

Continuando a lista de oradores, convidamos para usar da palavra, como Líder dos Democratas, o Senador José Agripino.

V. Exª, Senador José Agripino, é um extraordinário líder das oposições e uma das inteligências mais brilhantes que já passaram por este Senado da República. Agradeço a Deus essa convivência, tenho aprendido muito com V. Exª.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Fico muito grato, Senador Mão Santa, por suas repetidas manifestações simpáticas a meu respeito e devolvo em dobro. V. Exª sabe que o apreço que lhe tenho é singular. Todo mundo tem virtudes e defeitos, eu tenho e V. Exª tem, mas uma coisa devo dizer, e não é em retribuição a essas manifestações de simpatia que V. Exª faz em relação a mim: V. Exª é um homem de posição. V. Exª pode ter os defeitos do mundo todo, mas V. Exª é um homem de posição e de coragem, posição e coragem.

E é sobre posição e coragem que quero falar hoje, sobre reforma agrária e economia.

Presidente Mão Santa, a reforma agrária foi um dos carros-chefe da campanha do Presidente Lula, e se esperava que o Presidente Lula desse um *show* de desempenho no que diz respeito a programas de reforma agrária, assentamentos, satisfação dos assentados, eficiência nos programas de assentamento, sucesso para o agricultor sem terra que, assentado, construiria uma vida com solidez. Mas não é isso que o dia de hoje está mostrando.

Estou aqui com um jornal de circulação nacional, a **Folha de S. Paulo**, que, em sua página 16, ao lado do Painel, traz a manchete: “*Sem-terra invadem prédios públicos e miram área urbana*”. É o tal do “abril vermelho”. A manifestação do MST é de desagrado pela reforma agrária do atual Governo.

Presidente Mão Santa, o MST é um movimento popular que merece todo o meu apreço. Pessoalmente, torço para que o trabalhador rural sem terra tenha condições de vida dignas e decentes. Gostaria que aquilo que lhes foi prometido tivesse realmente acontecido e que os assentamentos feitos por um Governo que tinha compromisso com eles tivessem sido exitosos. Diferentemente, por exemplo, do que aconteceu na Maisa do meu Estado, onde o Presidente Lula foi assinar o ato de desapropriação de terras produtivas, de terras da melhor qualidade, com água, com toda infra-estrutura, e prometeu que, dentro de dois anos, voltaria para inaugurar o mais exitoso programa de assentamento rural do Brasil, quicá do mundo.

Sabem o que tem hoje lá? Mil alistados no Bolsa-Família e um mundo de transformadores abertos na marra, Senador Delcídio, por causa de seus fios de cobre. As pessoas mutilaram os transformadores que lá haviam sido instalados para produzir energia elétrica em baixa tensão e movimentar bombas para puxar água de irrigação. Esses transformadores hoje são carcaças abertas de onde retiraram o coração de cobre. São alistados do Bolsa-Família; transformaram o Projeto Maisa em um programa de alistados do Bolsa-Família.

Por isso é que o jornal **Folha de S. Paulo** traz as invasões do MST. São invasões urbanas, não são invasões rurais.

O Porto de Maceió foi invadido. Bloquearam os acessos, Senador Geraldo Mesquita, ao Porto de Maceió para chamar a atenção do Brasil para o fato de que o MST não está satisfeito com a reforma agrária que lhe foi prometida. A Secretaria de Justiça de São Paulo foi cercada para chamar a atenção da população de São Paulo, a maior capital do Brasil, a maior metrópole da América Latina. O Incra em Recife, a sede do

Incra em Recife foi invadida. Tudo isso aconteceu hoje! O Ministério da Fazenda em Porto Alegre, idem; o Banco do Brasil em Teodoro Sampaio, idem; a Conab em Bauru, idem. Todas invasões feitas pelo MST. Invadiu, o MST invadiu para mostrar ao Brasil inteiro que a reforma agrária que lhe foi prometida está absolutamente desconsiderada. E mais: parece que a turma do MST tem uma diferença especial em relação à Companhia Vale do Rio Doce, que teve os trilhos da Ferrovia de Tucuruí interrompidos com toras de madeira – parece que a polícia retirou os manifestantes, que se mudaram e invadiram a sede da empresa em Belém.

É um estado de confusão absolutamente incompreensível e preocupante! Senador Delcídio Amaral, o que está em jogo é o Estado de direito. É um movimento organizado, o Movimento dos Sem-Terra, que é subsidiado com recursos públicos – Fundo de Amparo ao Trabalhador, por exemplo – para organizar um movimento de insatisfação com uma promessa de governo e para gerar tumulto, beirando a quebra da ordem pública.

Temos de fazer o devido registro do que está ocorrendo no Brasil, das promessas feitas, dos insucessos. O que está hoje publicado no jornal *Folha de S. Paulo* e, com certeza absoluta, amanhã vai estar em todos os jornais é uma manifestação claríssima de que o MST – uma organização pela qual os brasileiros devem ter respeito, porque a causa é nobre, é defender o trabalhador sem terra – está pelo Brasil inteiro mostrando o seu desagrado. Agora, manifesta o desagrado com uma operação que beira a desordem, a quebra da ordem institucional, ameaça o Estado de direito, contra o que temos de nos manifestar.

Estou alerta, Senador Mão Santa. Estou alerta, para, inclusive, denunciar que a causa deles não foi atendida, mas também denunciar que a manifestação de protesto deles beira a desordem; uma coisa e a outra, e a responsabilidade sobre as duas recai nos ombros do Governo do Presidente Lula, tanto de cumprir aquilo que prometeu aos trabalhadores sem terra como de impedir que eles, em seu protesto, atinjam a desordem e agredam o Estado de direito.

O segundo ponto: a economia. Quero aqui manifestar, Presidente Mão Santa, uma preocupação que vou traduzir em número.

Senadora Kátia Abreu, na hora em que V. Ex^a quiser um aparte, eu o concederei com o maior prazer, mas quero dizer a V. Ex^a, Senadora Kátia, que aquilo que aconteceu ontem vai produzir um resultado absolutamente nefasto para nós, brasileiros.

A taxa de juros, que vinha, desde 2005, estabilizada – graças a Deus – em 11,25%, subiu ontem 0,5%, indo para 11,75%.

E sobre isso quero fazer uma análise, porque, veja bem, aplicou-se para uma perspectiva inflacionária, uma turbulência na economia, um remédio ao contrário do remédio que a economia americana adotou para se auto-reparar.

Na crise americana decorrente do *subprime* dos créditos ao financiamento imobiliário, o remédio que a economia americana adotou foi o violento abaixamento na taxa de juros para fomentar o consumo, a concessão de empréstimos, para ativar a economia, para livrar o país da recessão, do desemprego, da estagnação econômica.

No Brasil, à leve perspectiva do reconhecimento da inflação, adota-se exatamente o contrário: aumento da taxa de juros. A América, a Europa ou baixam a taxa de juros ou seguram a taxa de juros para conter perspectiva de crise. No Brasil, o único remédio que se aplicou foi a elevação da taxa de juros.

Foi um bom remédio ou foi um mau remédio? Curioso, curiosíssimo, Senador Heráclito Fortes. Não sei se V. Ex^a viu o noticiário. Os governistas todos bateram no aumento da taxa de juros, criticaram a atuação do Governo.

Não quero aqui fazer avaliação sobre se foi acertado ou não; se deveria ser 0,5%, 0,25%, 0,10%. O que quero fazer aqui são constatações.

Que o Banco Central tenha adotado uma política monetária correta eu não hesito em dizer que sim, eu, opositorista como sou. Agora, a medida foi acertada, Senador Gim Argello? Os governistas dizem que não. Mas dizem agora!

O que aconteceu com o Brasil e com a economia? Por que a taxa de juros cresceu? A taxa de juros, que é maior do mundo, ficou agora, disparado, a maior do mundo! E para conter o quê? Um surto inflacionário. A inflação estava começando a sair do trilho, e o Governo, que temia um descontrole, adotou uma postura que tinha de adotar. O que pior pode acontecer para o País é a perda do controle da inflação.

Os governistas todos se manifestaram contra. Mas o curioso é que ninguém fez uma avaliação que tem de ser feita: o que produziu a inflação brasileira? É unânime: as *commodities*, que produzem superávit na balança comercial no Brasil, fazem com que o produto agrícola no mercado interno tenha subido. Gerou inflação? Gerou. Será que foi só isso? Não. Principalmente, não. O que está acontecendo é que a demanda está maior do que a capacidade produtiva. Criaram-se mecanismos de consumo por meio de um crédito facilitado pela inflação baixa que possibilitaram financiamentos em 70, 80, 90 meses. E a atividade produtiva não foi capaz de produzir na quantidade do consumo.

Uma demanda muito alta para uma capacidade produtiva relativamente pouco acrescida: daí, a inflação. A quantidade de produtos permaneceu contida para uma demanda aumentada – é a lei da oferta e da procura –: os produtos subiram de preço.

O que se pode fazer para baratear o custo dos produtos para segurar a inflação? Baixar o custo Brasil. Senadora Kátia Abreu, os governistas se esqueceram disso. Só, agora, batem no aumento da taxa de juros. Onde é que se monta o custo Brasil? O custo Brasil é montado a partir de quatro elementos: a carga tributária da produção; a infra-estrutura capaz de mover a produção, de deslocar a produção; a burocracia e a taxa de juros.

Senadora Kátia Abreu, cadê que a base do Governo batia, como nós batemos, na necessidade de um gasto público correto com infra-estrutura? Cadê que a base governista bate-se, como nós, pelo abaixamento na carga tributária, para que a produção brasileira seja competitiva e a inflação não a vulnere? Cadê que a base do Governo combate a burocracia excessiva?

Não. Só restou ao Governo a única alternativa que ele lança mão sempre, em momentos de crise: a malfadada taxa de juros. Aí, vem a base governista e, demagogicamente, diz: “Ah, não podia, aumentou demais; está errado”. Por que não criticaram aquilo que tinham que criticar, como nós fazemos o tempo todo, para dar ao Brasil competitividade?

Aí, ouvindo a Senadora Kátia Abreu, eu quero fazer uma continha com os brasileiros. Senadora Kátia, a dívida interna do Brasil ficou onerada em 0,5%. A taxa de juro Selic era 11,25% passou para 11,75% V.Ex^a sabe quanto é a dívida interna do Brasil? Um trilhão e duzentos bilhões de reais. Ah, mas nem toda ela está sujeita à taxa Selic.

Mas dois terços, no mínimo, estão.

Pelo menos, Senador Mão Santa, R\$800 bilhões estão; R\$800 bilhões estão!

O que aconteceu ontem? Oitocentos bilhões, no mínimo, da dívida interna foram onerados em 0,5% todo mês. O que significa isso? Vamos fazer a conta. Meio por cento de R\$800 bilhões – não estou falando de R\$1,2 trilhão, que é o total da dívida interna, mas de R\$880 bilhões –, meio por cento todo mês significa R\$4 bilhões. Em 12 meses, R\$48 bilhões.

Quanto era a arrecadação da CPMF, motivo pelo qual o Governo entrou em parafuso, culpando a Oposição pela quebra devida do País? Quanto era a arrecadação da CPMF? R\$40 bilhões.

Ontem, o Governo, por não ter tomado providências para dar competitividade à economia brasileira, diminuindo o custo Brasil, com a diminuição da carga tributária, com a diminuição da burocracia e com a

melhoria da infra-estrutura, foi obrigado a mexer na única coisa, na única alternativa que ele tinha, que é a imediata, que mexe e produz número: mexer na taxa de juro. Para prejudicar quem? Quem é que vai pagar esses R\$48 bilhões? Somos nós, cidadãos brasileiros, que vamos pagar com os impostos que pagamos. É do dinheiro do caixa da União que vai sair esse dinheiro para equilibrar as contas públicas, numa “paetada”, numa atitude de incúria. Não foram competentes na reforma agrária; não estão sendo competentes na economia, neste momento. Com uma paetada, dão 1.2 CPMF de uma vez só de prejuízo à sociedade – prejuízo real – por incúria administrativa.

Ouçõ com muito prazer, se puder, a Senadora Kátia Abreu, porque, neste assunto, CPMF, ela é *expert* e mestra.

A Srª Kátia Abreu (DEM – TO) – Nem tanto, meu Líder, quanto V. Exª, que faz um discurso brilhante sobre a situação do Brasil. Gostaria apenas de complementar as suas palavras e dizer que muitos acham que a tarefa de conter a inflação é exclusiva do Banco Central. Quero também concordar com V. Exª, também como opositorista convicta, que a política monetária do Banco Central está correta. O que está em dissonância com a política monetária é a política fiscal. A política monetária tenta segurar a inflação, e a política fiscal do Ministro Mantega abre a mão e ajuda a aumentar a inflação com o gasto público. O gasto público também é gerador de inflação. Enquanto o Governo estiver pensando que apenas o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, poderá fazer o milagre da contenção da inflação sozinho, o Governo está enganado. Tem que avisar o Ministro Mantega que gasto público em excesso, como vem ocorrendo no Brasil – um aumento de 15% ao ano no gasto público –, esse gasto público desnecessário também contribui enormemente para o aumento dessa inflação tão combatida pelo Banco Central. Então, quero fazer das suas palavras as minhas.

Dizer que a crise americana, graças a Deus, não tem atingido o Brasil, como poderia ter sido no passado, porque nós construímos esse caminho, mas risco nós poderemos correr se essa crise se aprofundar. Os Estados Unidos são compradores de 30% do PIB mundial, e isso inclui a China como um grande exportador para os Estados Unidos, que poderá....

(Interrupção do som.)

A Srª Kátia Abreu (DEM – TO) – Se a crise se aprofundar, poderá afetar o preço das nossas *commodities*, atrapalhando muito a nossa economia. Vamos torcer para que essa crise americana continue amena e que vá diminuindo cada vez mais. Mais um ponto es-

pecífico que V. Exª disse, com relação à infra-estrutura, infra-estrutura de um modo geral: estradas, ferrovias. Há quarenta anos, nós temos o mesmo tanto de ferrovias no Brasil, o mesmo tanto de quilômetros de ferrovia no Brasil. Mas eu quero falar especificamente dos portos brasileiros, que estão sob auditoria do Tribunal de Contas da União, em votação por unanimidade, para combater e verificar o perigo de apagão nos portos brasileiros por ineficiência. O investimento público nos últimos dez anos, nos portos do Brasil, foi de 0,014% do PIB.

(Interrupção do som.)

A Srª Kátia Abreu (DEM – TO) – E as nossas exportações cresceram, só em álcool, 2.500% no mesmo período; em carne bovina, 950% de aumento das exportações; a soja, mais de 500% no aumento das exportações. Enfim, o Brasil cresceu nas suas exportações, e não houve nem sequer investimento nos portos organizados deste país.

Hoje, temos a Resolução nº 517 da Antaq, que contraria a Lei dos Portos e a Constituição Federal, impedindo que a iniciativa privada, com seu dinheiro próprio, com seu alto risco, possa construir porto privado misto, onde ela vai exportar produto próprio e de terceiros. Essa resolução é nociva ao País; foi editada em 2005. Se conseguíssemos convencer a Antaq de que essa resolução é nociva ao País, teríamos vários empresários...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A Srª Kátia Abreu (DEM – TO) – ...investidores que poderiam fazer portos para amenizar. Só em 2007, meu Líder, a área de fertilizantes pagou US\$ 150 milhões de demurage (multa por hora parada de navio) no Porto de Paranaguá. São os importadores que pagaram. Pagaram na hora, mas esse preço é transferido lá para o saco de soja produzido em Tocantins, em Goiás, no Mato Grosso, em Rondônia, no Mato Grosso do Sul. Depois não sabem por que o produtor rural brasileiro não consegue pagar suas dívidas. Então, quero lhe dar parabéns pelo seu pronunciamento e fazer coro a sua voz com relação a essa situação do custo Brasil que estamos enfrentando todos os dias. Muito obrigada, Líder.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Senadora Kátia Abreu, com o brilho dos seus conhecimentos – V. Exª que, se Deus quiser, vai ser Presidente da CNA...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – ...V. Ex^a apresenta dados muito importantes, que dão a este Plenário e a quem nos ouve pela TV Senado e pela Rádio Senado a informação precisa sobre os atos de heroísmo que a iniciativa privada vem praticando neste País. A construção com recursos próprios de portos, a provisão da infra-estrutura, que deveria ser da responsabilidade do Governo, e que a iniciativa privada faz, no sentido de tornar-se competitiva com países do resto do mundo, que são ajudados por governos responsáveis que, ao longo do tempo, provêm, eles, governo, a infra-estrutura, esses exemplos são importantes.

Agora, veja V. Ex^a, enquanto isso acontece, acontece a ameaça ao estado de direito e à propriedade privada, que foram objeto do início do meu pronunciamento. Durma-se com um barulho desses! Difícil! Agora, nós temos que ficar batendo nesse tipo de coisa para salvar o Brasil, para salvar o país onde moram os nossos filhos, os nossos netos, onde mora uma iniciativa privada competente, lúcida, que está carregando este País e que não pode ser atropelada nem por Governos nem por atos irresponsáveis.

V. Ex^a, Senadora Kátia Abreu, ainda coloca um quinto elemento. Eu coloquei no custo Brasil, nas questões que produzem a inflação, a que a base do Governo não se referiu, a carga tributária – lutamos tanto para diminuí-la com o fim da CPMF, que ganhamos –, a burocracia, a infra-estrutura, a taxa de juros, e V. Ex^a coloca, com muita propriedade, a qualidade do gasto público. É verdade, o PIB do Brasil cresceu, no ano passado, 5,4%, e os gastos públicos cresceram perto de 15%. Então, se você cresce 5%, e o gasto público...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – ...que está dentro do PIB, cresce 15%, algo está errado. E há um erro dentro do outro. Além de o gasto público estar desmesurado em relação ao crescimento do Produto Interno Bruto do País, ainda há um outro fato: gasto público de 15% e de má qualidade!

Se fosse gasto público com a construção de estrada, recuperação de porto, estariam contribuindo para diminuir o custo Brasil. Se fosse gasto público com a Emenda nº 29, cuja aprovação propiciamos aqui neste plenário para melhorar a saúde do povo brasileiro, isso significaria, no médio prazo, melhoria do custo Brasil. Mas gastam dinheiro com cartão corporativo e com TV Pública, ou seja, uma ganância inconseqüente e irresponsável, e querem que fiquemos calados? Nós temos é que vir protestar, brigar, Senador Heráclito Fortes. Água mole em pedra dura tanto bate até que fura! É isso que nós temos de fazer.

Eu não quero...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Quero conceder ainda um aparte rápido à Senadora Kátia Abreu.

Não sou dos que fazem oposição ao Presidente Lula; faço oposição aos erros do Governo Lula. Em defesa de quem? Do cidadão brasileiro. Há muito acerto no Governo? Pode até ser que haja, mas há muito erro, e os erros têm que ser combatidos com destemor, com argumentos, com lucidez. E é isso que, desta tribuna, nós procuramos fazer com pertinência, com frequência, para levar este Governo ao acerto.

Consulto se a Senadora Kátia Abreu ainda deseja fazer alguma intervenção, com o “de acordo” da Presidência.

A Sr^a Kátia Abreu (DEM – TO) – Sr. Presidente, só um minuto, se me permitir. Quero fazer um comentário com relação a este assunto da maior importância que o nosso Líder, José Agripino Maia, falou: é a respeito do direito de propriedade. Sempre recomendo, meu Líder, que todo o povo brasileiro deveria ler o livro *A Era da Turbulência*, de Alan Greenspan, que foi Presidente do Banco Central Americano – FED. Por 20 anos, esse homem comandou a economia mundial. Ele não é qualquer homem. Ele é um homem especial e conhece profundamente a economia de todos os países. O Capítulo 12 desse livro tem como título o seguinte: “Qual é o pilar mais importante para o crescimento verdadeiro de um país?” Fui a esse capítulo, com muita ansiedade, na época da CPMF, tentando encontrar argumentos contra a carga tributária. Por incrível que pareça, nesse capítulo, Líder, encontrei outra coisa: ele coloca, como pilar mais importante para o crescimento e a independência de um país, o fortalecimento do direito de propriedade, seja urbano ou rural. E vejo no jornal *O Globo* de hoje como é impressionante que o Governo não gosta de ter oposição, não convive com a contradição, com a diferença. O Ministro Tarso Genro diz que os grandes meios de comunicação difundiram idéias erradas em Roraima sobre a Raposa Serra do Sol. Alegou-se que os veículos de comunicação influenciaram o Supremo Tribunal Federal. Isso é o fim da picada. É o fim do mundo dizer que o Supremo Tribunal Federal é influenciado pela Rede Globo, pelo SBT, pela Bandeirantes e todos os outros canais de TV. Temos Ministros do Supremo Tribunal Federal da maior capacidade, e aí de nós se não fossem as decisões tomadas pelo Supremo Tribunal Federal nos últimos tempos! Hoje, há uma no plenário, neste momento, sendo votada. São os créditos extraordinários, porque o Governo vem enfrentando a Constituição Brasileira, contrapondo-se a ela. Tenho certeza de que o Supremo, mais uma vez, vai ficar do lado da Constituição e não do Governo. O lado do Supremo é o do Estado Brasileiro e não do Governo

de qualquer Partido. E aqui condena o Supremo pela decisão tomada em Roraima. Essa área dos produtores rurais de Roraima significa menos de 1% de toda a área indígena reivindicada naquele local. Menos de 1%. Não quero arriscar, se não me engano, 14 mil hectares representam 0,68% de toda a área. É só isso que os produtores rurais estão reivindicando. São 14 mil hectares, plantados duas vezes ao ano, que dão 28 mil hectares, o único setor de produção organizado naquele Estado. O restante todo é terra indígena e unidades de conservação ambiental, podendo o crescimento de um País, de famílias, de pessoas que querem ver o seu Estado crescer. Eu quero parabenizar o Supremo Tribunal Federal por fazer valer o direito de propriedade. E hoje, no Brasil, não é apenas o MST que agride o direito de propriedade, porque a Justiça tem dado, na grande maioria dos casos, os juízes têm dado reintegração de posse. Infelizmente, alguns Governadores não a cumprem à risca, como é o caso do Pará. No meu Estado, Tocantins, não, o Governador cumpre a decisão judicial imediatamente quando é dada a reintegração de posse. Mas o grande perigo, Líder, do direito de propriedade ofendido, no Brasil, são os decretos e as instruções normativas que saem do Governo todos os dias, afetando o direito de propriedade, como as mudanças na titulação de terras na faixa de fronteira, que agredem imensamente o seu Estado, Senador Geraldo Mesquita. É o decreto das terras quilombolas, é a instrução normativa que trata dos índices de produtividade, enfim, são várias assinaturas, várias “canetadas” que são dadas todos os dias, ferindo o direito de propriedade. Quero muito que o Governo resolva os problemas dos quilombolas, que foram injustiçados pelo País, dos índios, que merecem ter seus pedaços de terra. Mas não podemos vestir um santo e desvestir o outro; não é ferindo a Constituição Federal que vamos consertar este País. Muito pelo contrário, a Constituição tem que estar em primeiro lugar, e o Governo tem que achar meios legais, claros e transparentes de fazer a parte social, de fazer justiça a quem merece. Mas não fazer a bondade com o chapéu alheio. Ir rasgando a Constituição todos os dias, como se fosse um caderno com espiral, cuja folha se arranca e se joga no lixo. Quero aqui, nobre Líder, alertar os meus colegas, Senadores e Senadoras, para o que está acontecendo na área urbana e na área rural, à base de “canetada” de decretos e de instrução normativa que ferem a nossa Constituição e o direito de propriedade neste País. Muito obrigada.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Agradeço, Sr. Presidente, a tolerância do tempo,...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Agripino!

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – ...que oportunizou o brilhante aparte da Senadora Kátia Abreu, que é uma mulher de muita consciência sobre o momento presente do Brasil e sobre as perspectivas de futuro do nosso País.

Veja bem, Senadora Kátia Abreu – e já vou conceder, com muito prazer, um aparte ao Senador Mão Santa –, o direito da propriedade é, hoje, universalmente aceito como bem da humanidade. Países como a China, de regime comunista, hoje, consagram o direito da propriedade, e os investimentos estão indo para lá aos borbotões, porque há uma consciência de que lá, pela lei, as instituições se fazem acreditadas e garantem o direito de propriedade, que é respeitada, que não é vilipendiada. E se há uma tentativa, lá ou alhures, em qualquer país que tenha o mínimo de sustentação institucional ao direito de propriedade, a reação é imediata, a proteção à propriedade se faz de forma imediata, não como uma manifestação de proteção a alguém, mas de proteção ao direito de todos, que se beneficiam na hora em que a propriedade é respeitada e é usada em benefício da geração de emprego e renda para as pessoas. Se a propriedade não é respeitada, o investimento não acontece e os empregos não surgem.

Essa é a lógica que os países inteligentes do mundo usam, e o Brasil tem que acordar para isso. Não pode permitir que os investimentos no Rio Grande do Sul, que faz pesquisa de celulose, sejam depredados e a coisa fique impune. Não se pode permitir que a Vale do Rio Doce seja agredida a toda hora. Não se pode permitir que os prédios públicos do Brasil, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, sejam invadidos e que não haja uma punição e não haja um chamamento à ordem. Em benefício de quem? Do dono da propriedade? Não. Em benefício da sociedade brasileira, que é quem perde com o desrespeito à instituição chamada “direito à propriedade”.

Ouçõ com prazer o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Agripino, eu queria hoje chamar a atenção para a imprensa e a mídia. Ele disse que a oposição não é feita, não tem rumo. V. Ex^a faz a melhor oposição que já houve na história do Brasil. V. Ex^a não faz crítica, não. V. Ex^a disseçou, mostrou o caminho, os rumos, os rumos de combater a inflação, de crescer a riqueza. E por último – um bem nunca vem só –, a Senadora Kátia Abreu falou naquilo que a preocupa: o direito de propriedade. Então, eu queria resumir. V. Ex^a é o reviver. Nós tivemos Franco Montoro, pedagogo do Direito. Eu queria chamar a atenção da imprensa; ninguém nunca dantes fez uma oposição com tanta objetividade e clareza. Não é com ódio e rancor não. V. Ex^a está

mostrando sabedoria, competência, esperanças de novos governos que haverão de vir. V. Ex^a revive Franco Montoro. Mas eu queria dizer, Senadora Kátia Abreu, que Norberto Bobbio, senador da república vitalício da Itália, o melhor teórico em democracia, aquilo que V. Ex^a citou... Qual foi o autor que V. Ex^a citou?

A Sr^a Kátia Abreu (DEM – TO) – Alan Greenspan.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Pois Norberto Bobbio disse: o mínimo que se tem de exigir de um governo é segurança à vida, à liberdade e à propriedade. V. Ex^a, José Agripino, é a esperança da segurança de que teremos novos rumos na política do Brasil com a alternância do poder.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Senador Mão Santa, sou muito grato pelo seu fecho. Mas, na verdade, estou aqui cumprindo o meu dever de, como Líder de um Partido de oposição, mostrar os fatos como eles são. Que me contestem se eu estiver errado; que provem que o Brasil não perdeu, com a atitude do Governo, ontem, de R\$48 bilhões, que a sociedade vai ter que pagar, por uma atitude de incúria administrativa ao longo do tempo. E não foi por falta de cobrança, de apontamento de omissão na carga tributária, na infra-estrutura, na burocracia, na taxa de juros, no gasto público. Aquilo que estamos fazendo é dar uma contribuição à sociedade.

Com o Governo não temos compromisso. Este Governo foi eleito, e a nós foi reservado o papel de Oposição.

Mas nós temos compromisso com o Brasil, e é em nome do compromisso com o Brasil que fazemos a crítica racional, equilibrada, justa, com argumentos para que quem vá para frente seja a Nação chamada Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Eu é que agradeço, nobre Líder José Agripino.

Concedo a palavra ao eminente Presidente da importante Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Heráclito Fortes, digno representante do Estado do Piauí.

Aproveito a oportunidade para prorrogar a sessão por mais uma hora.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se o Líder

José Agripino me permite e for conveniente, eu posso anunciar o que está acontecendo no Poder Judiciário. O julgamento no STF sobre a inconstitucionalidade das medidas provisórias para fim de crédito extraordinário, de que tanto discordamos, Senador Mão Santa, foi suspenso agora. O resultado da votação registra cinco votos a favor do pleito das oposições contra três votos favoráveis ao Governo.

É o prenúncio de uma decisão histórica, porque, Senador Delcídio Amaral, acaba com essa aberração de adulterarem leis aprovadas por esta Casa. Espero que a Justiça brasileira reponha a verdade orçamentária do Brasil, impedindo que governos – qualquer um que seja, não só o atual, vamos ser justos – usem medidas provisórias para adulteração da peça orçamentária. Digo isso na presença do novo relator do Orçamento, Senador Delcídio Amaral, que, com certeza, deve estar aplaudindo essa decisão, porque não terá, em um futuro próximo, desmoralizadas pelo Executivo decisões por S. Ex^a prolatadas na Comissão de Orçamento.

Faço esse registro ao tempo em que me congratulo com os Srs. Ministros do Supremo por essa decisão.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não fossem alguns jornalistas piauienses que insistem a todo custo em manter a nossa imprensa livre, não sei, Senador Mão Santa, o que estaria acontecendo no nosso Estado. É impressionante a arrogância e a tentativa de distorção dos fatos por setores do Governo, comandados pelo Sr. Wellington Dias, que, usadas à profusão, tentam enganar a população piauiense e, muitas vezes, jogar parlamentares contra a opinião pública.

Há cerca de um mês, Senador Delcídio, num pronunciamento nesta Casa, comentei que o Governador, na companhia do Ministro da Secretaria Nacional dos Portos, na cidade de Luís Correia, no nosso litoral, anunciou o reinício das obras do Porto de Luís Correia e que a sua inauguração se daria no ano de 2009. Como vejo, ano após ano, promessas para a realização daquela obra – e ela está paralisada, para ser bem preciso, desde o período em que o Reis Velloso foi Ministro do Planejamento –, eu vi que aquilo era mais uma trapaça pré-eleitorária do que uma realidade que fosse atender às demandas do Piauí, tão sonhada por todos nós.

Levei, Senador Delcídio, a primeira metralhada violenta. Parlamentares “barriga de aluguel”, que temos lá no Piauí, foram para cima de mim dizendo que estava contra o Estado, Senador Mão Santa, que eu era inimigo do Governador, que eu era sempre do contra. Na verdade, não se trata disso.

Hoje fui entrevistado às 6h30 – felizmente, acordar cedo não me tira o humor, pelo contrário, quando

a repórter da TV Cidade Verde me ligou, eu já estava aguardando seu telefonema. Eu disse o que venho afirmando. Senador Delcídio, no Piauí, criou-se uma prática de se fazer tudo às escondidas e, depois, quando se descobre, é um escândalo. Foi assim, Senador Mão Santa, com o Luz para Todos: o primeiro escândalo, envolvendo aquela construtora baiana e, quando esperávamos que tudo estava acabado, fizeram nova licitação, na qual impediram a participação das empresas piauienses e aprovaram, como ganhadora, uma empresa de Pernambuco que tinha uma grande especialização em cosméticos. Não sei nem lhe dizer se de fabricar ou de apenas vender ou revender.

A denúncia chegou a mim, e eu, imediatamente, procurei o Ministro interino, que ficou no intervalo até o Senador Lobão assumir. Qual é o nome dele, Senador? Homem sério, tomou providências imediatas e anulou. Ouvíamos lá declarações, e ele remeteu ao Tribunal de Contas, que tomou providências. Ele agiu corretamente. E as declarações de que estava tudo resolvido, de que não tinha nenhum problema. Os jornais de ontem e de hoje publicam a anulação, por determinação do Tribunal de Contas, desse ato.

Mas cheguemos ao porto. Hoje eu disse que querer enganar o Piauí com o porto pronto em 2009 é um ato criminoso, praticado pelo Ministro, pelo Governador e por todos aqueles que juntamente com eles tentam iludir a população piauiense.

Estamos no dia 17 de abril. Lá atrás o Governador disse que iria entregar a obra ao Batalhão de Engenharia e Construção. Senador Delcídio, V. Ex^a foi Ministro e sabe que os batalhões de construção ligados ao Exército são eficientes, mas são lentos – mais lentos que a iniciativa privada. Mas será que eles têm tecnologia para obras dentro d'água, obras submersas?

Hoje os jornais anunciam que o Ministério comunicou que o batalhão não tem condições de assumir a obra. O Governador dá uma declaração de que os recursos já estão liberados e que, em abril, a obra será retomada. Às vezes, fico pensando: será que nós enlouquecemos? Mas que obra? Porque, aí, vem o fato inicial, que é o projeto. O Governador e o Ministro anunciaram, alto e bom som, Senador Paulo Duque, que o projeto seria reformulado.

Ora, se o projeto está sendo reformulado, quem está fazendo? Onde está fazendo? Por quanto está fazendo? E a que se destina?

O pessoal precisa entender que não estamos mais na época do Hitler, em que o Goebbels, de que o Mão Santa tanto gosta de falar, repetia mentiras diversas vezes para a população incauta engolir como verdade.

Uma obra dessa natureza não pode ser nada entre amigos, acordo entre amigos. Do contrário, Senador Mão Santa, é muito estranho.

O que eu quero, Sr. Governador, é a realidade sobre esse fato e é transparência. Aliás, um das providências que já deveriam ter sido tomadas pelo Governo do Estado é o destrato com a concessionária privada que hoje tem a administração do Porto de Luís Corrêa sob seu comando.

Pois bem, todos aqui sabem o que é um distrato. O distrato não é unilateral, o distrato tem a participação das partes, ou então, Senador Mão Santa, é uma briga jurídica, o que não é o caso.

E aí vem a arrogância. Um decreto do Governador publicado em um jornal de não sei quando desqualificou a firma chamada Inácio, que tem origem no Ceará.

E, aí, mais uma vez se tentam enganar os piauienses incautos. O porto, Senador Delcídio, pertence ao Governo Federal. O Estado do Piauí apenas recebeu o direito de uso e de exploração por 25 anos e o transferiu, com a anuência do Governo Federal – e só assim poderia fazer –, para a empresa privada.

Só um pequeno detalhe os apressados, os alopradinhos do Piauí se esquecem: somente o Governo Federal, proprietário do equipamento portuário, é que pode fazer o distrato.

Eu tive o cuidado, dada a responsabilidade do fato, de tomar uma providência. Semana passada, eu estava na posse dos Ministros Presidente e vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça – o vice-Presidente é do Ceará, é uma figura muito respeitada, muito querida aqui por todos – quando fui abordado por uma senhora que eu não conhecia, Mão Santa. Ela me disse que estava acompanhando, passo a passo, as discussões que se travavam no Piauí. Ela é Dona Eliza Gradmol Bezerra, que é proprietária da concessão, é dona da concessão cedida pelo Estado. Confesso-lhe que eu tinha a pior das impressões da empresa. A ela, eu não a conhecia; pensava que era um senhor. Mas foi ela que me procurou – eu estava conversando com um amigo cearense – e me disse: “Olha, Senador, eu tenho acompanhado. Quero dizer que, da minha parte, não tenho nenhuma dificuldade, mas eu preciso de garantias. É preciso fazer o acordo. E eu quero ter a certeza de que não serei cobrada, depois, como assumirei o compromisso de não cobrar”. É o acordo do distrato combinado. Senador Paulo Duque, bom jurista que é, sabe disso. Caso contrário, unilateralmente, não pode ser feito. Até porque ela me chamou a atenção para um fato. Disse: “Senador, o Governo do Estado tem todo o direito de dizer que eu não cumpri com cláusulas, como eu tenho todo o direito de dizer que

o Governo do Estado não cumpriu com cláusulas". No que ela tem razão.

Ora, até o dia de hoje, esse fato não foi juridicamente sanado. Fiquei muito feliz em ver a agilidade do Ministério Público. O procurador tomou a iniciativa, porque é do seu dever, de pedir as devidas informações sobre o processo e instaurar um inquérito. Creio que cumpriu o papel. Precisamos é de um porto seguro. Não precisamos, Senador, de um porto de fadas, de um sonho da carochinha.

Hoje, Senador Mão Santa, vejo aqui uma notícia segundo a qual o Governador quer um porto que seja construído com segurança. S. Ex^a fique tranqüilo. Ele é ocupado ou pelo menos tem a tarefa. Os puxa-sacos dele devem estar todos vendo a televisão e, daqui a pouco, vão passar para S. Ex^a com distorções. Só não contam as falcatuas que se cometem. O Governador, de vez em quando, é surpreendido por escândalos, Senador Mão Santa, dos escalões inferiores do seu Governo. E, como o daqui, o de lá diz: "Eu não sabia". É uma orquestra afinada. Mas diz aqui uma coisa, Senador Paulo Duque, fantástica: "O Porto de Luís Correia vai atender de imediato a necessidade de exportação de petróleo".

Senador Mão Santa, onde, no Piauí, tem poço de petróleo já explorado? Que petróleo é esse que vamos exportar? Será que também estão fazendo exploração escondida, sem o conhecimento de ninguém? O que é isso, minha gente! Vi com muito cuidado, mas vi, pelas propagandas aqui que é o *site* oficial do Governo do Estado.

O Governador vai agora conseguir um porto instantâneo. Essa grande figura humana que é o Haroldo Lima, Presidente da ANP, que tem ligações estreitas com o Piauí, precisa também anunciar a boa notícia de que o Piauí já tem petróleo e que, a partir do ano que vem, vamos ter necessidade de exportação. Na euforia da visita com o ministro, também disse que esse porto iria servir, além do Piauí, Senador Geraldo Mesquita, à Bahia. Fico imaginando... será que o Governador, que fez uma viagem grande agora pela Europa, foi àquela fábrica francesa de aviões militares e está com um projeto de avião de grande porte que não conhecemos ainda para transportar os grãos da Bahia para o Porto de Luís Correia? O Senador Delcídio é do Partido do Governador e pode nos esclarecer. As rodovias estão completamente acabadas. Estrada de ferro não existe. A Transnordestina, que seria apenas a primeira etapa, ainda está no sonho e foi entregue, como tudo no Piauí, às PPPs, à iniciativa privada, e não está no PAC.

Senador Mão Santa, quando digo que é crime o que está se fazendo é porque vi o ministro, na sema-

na passada, visitando um país europeu e anunciando, com grande estardalhaço, investimento nos dez maiores portos do Brasil. O meu coração deu aquele salto de alegria, porque eu esperei, Senador Mão Santa, a inclusão do Porto de Luís Correia. Mas veja que, para tristeza minha, o ministro anunciou todos, e o Piauí, mais uma vez, ficou de fora.

A imprensa oficial veio me criticar porque eu sou duro na afirmação, e eu não poderia jamais dizer que é um ato criminoso. E aí vêm as críticas atribuídas ao Governador: por que eu ajo daquela maneira, por que eu sou duro. O Governador precisa entender que esse poder que o seu partido adquiriu de não se indignar com as coisas, graças a Deus, não me contaminou; não me contaminou, e eu peço a Deus que não me contamine. Eu quero permanecer com os pés no chão, com a tranqüilidade e a segurança de que não vou enganar meu povo e minha gente.

Acho eu que o Governador deveria, de maneira humilde, usar essa bancada que tem sido tão correta, que tem sido tão sincera, que tem sido tão leal a S. Ex^a, basta ver que...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito, eu queria participar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Vou lhe passar a palavra.

Usar a Bancada federal, Senador Mão Santa, para, de maneira coletiva, de maneira conjunta, ajudar o Estado, como vem fazendo até agora.

E aí vem: "W. Dias para Heráclito". O que contribui para tanta agressividade? Cada um tem seu estilo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito, eu queria...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Dou o aparte a V. Ex^a, com o maior prazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Primeiro, é o seguinte: o que tem de real. O que tem de real, o que vai acontecer de positivo no Piauí se deve a V. Ex^a, que começou o Pronto-Socorro Municipal. Eu era Prefeitinho lá de Parnaíba, e V. Ex^a, Prefeito de Teresina. Foi V. Ex^a o ícone. E faz tempo! Isso começou em 1989...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Em 1990.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Há quase vinte anos. Nós lutamos muito, reivindicamos aqui. Trindade... O Ministro Temporão, do meu Partido, com o qual tenho muito bom relacionamento, sempre fui apelar no sentido de um bom entendimento. Mas o que tem de real, que vai aparecer – não precisa buscar o DNA, não – é V. Ex^a, que foi o ícone dessa obra que vai sair depois de quase vinte anos de luta! Eu dei umas remadas, mas é de V. Ex^a o DNA dessa história do Pronto-Socorro Municipal. Eu cheguei a fazer um estadual, o anexo.

Eu acho que a inveja e a mágoa corrompem os corações. Fui abordado pelas televisões aí que... Eu digo: “Calma. O Heráclito é um defensor, é um Parlamentar extraordinário, um municipalista. Nesse Município é Heráclito Fortes que mora – embora seja vizinha a cidade em que eu nasci –, e ele sempre foi muito forte, muito realizador. O Prefeito tem relacionamento muito bom com ele”. Então, o que eu disse era a preocupação de V. Ex^a, que entende das coisas. Eles começaram, para fazer esse *marketing*, e meteram o Exército no meio. Eu governei o Piauí e sei que o Exército tem uns batalhões rodoviários que eu mesmo usei, mas essa é uma construção especializada. Para fazer porto, tem que ser especialista. Tanto é verdade que eu me lembro muito bem que, quando eu era Deputado Estadual, João Paulo dos Reis Velloso tencionou concluir. Como não eram especialistas que estavam fazendo, houve o assoreamento. Imaginava-se que o calado era de 14 metros, mas, quando chegou lá naquele tempo de João Paulo dos Reis Velloso – eu era Deputado na época –, tinha 6,5 metros. E V. Ex^a informou que já assoreou mais. É a areia que vem do Rio Parnaíba e, no caso, do Igarassu. Então, V. Ex^a está preocupado porque tem conhecimento e sabe que tem que ser uma empresa que tenha um projeto e seja especialista. E esse negócio, eles são fracos mesmo, Heráclito. Eu que disse que o modelo simplificado era o inverso. Era um terminal da Petrobras. Em Paracuru tem, no Ceará. O Ceará não tem dois portos? Para diminuir o preço do combustível. Se o preço do combustível no Brasil é alto, lá é o mais alto, porque ele vem ou de São Luís ou de Fortaleza, vai para Teresina e chega no litoral. Adicionado ao modelo simplificado um terminal. Paracuru tem, para baixar o preço do combustível. Mas nunca exportar. Receber é que seria... Agora, quero dar o testemunho de que V. Ex^a... Sei que o Piauí teve um Parlamento sempre extraordinário. Petrônio Portella é o símbolo maior, e V. Ex^a se iguala a ele. V. Ex^a e para lá... Outro dia, o Banco do Estado... V. Ex^a despertou para o sacrifício que ia ter o funcionário. Hoje, eu cheguei e tinham outros afazeres, e V. Ex^a disse: “Mão Santa, já apelei com V. Ex^a para ter uma zona franca”. Então, agora é um Governo de tantos aloprados que eles falam em cinco hidrelétricas. Falam, falam, mentem, cacarejam, cacarejam. Outro dia eu fui ver. Só os ambientalistas... Cada um, para liberar isso, leva seis anos e meio, cinco. É história para 40 anos. E não terminam a hidrelétrica que tem lá, a primeira, sonhada por Juscelino, concluída por Castelo Branco, por César Calls. O que falta é eclusa. E impede a navegabilidade. Então, queremos dar o testemunho de que V. Ex^a tem a preocupação e o entendimento da obra e de que é um lutador. O que vai haver de real mesmo do Gover-

no é o pronto-socorro, de que V. Ex^a é o pai. Porque ponte igual à que eles estão fazendo há oito anos nós dois fizemos em três meses, 100 dias, no mesmo rio. Essa é a verdade. E o pronto-socorro vai lá, o Presidente vai lá. Todas as vezes em que tive contato com o Ministro do PMDB, Temporão, foi para pedir auxílio. E que o Piauí reconheça que daquele pronto-socorro V. Ex^a é o pai.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Mão Santa, V. Ex^a é testemunha – veja Senadora Kátia Abreu – da minha revolta, da minha indignação. Peço aos que querem prestar serviço ao Governador que não atrapalhem, porque a pior coisa do mundo para o administrador público é o puxa-saco. O Governador agora está promovendo um cidadão que areava os copos de Mão Santa – Adalgisa gosta de copo limpo – de madrugada, de manhã cedo. Depois, mudou o Governador, e ele vem areando. Ele é amigo do Governo, e não das pessoas. Agora, ele é uma estrela no Governo do Piauí. É uma novidade que tem lá. Lembro-me muito dele areando dos copos de Mão Santa. Os copos brilhavam que era uma beleza. São esses puxa-sacos de plantão que prestam um desserviço ao Governo. Areador de copos.

Mão Santa, você se lembra da luta que tivemos para trazer uma linha da Ocean Air para interligar Parnaíba, restabelecer? Pois bem, a Ocean Air, Senador Delcídio Amaral, começou a fazer a linha entre Luís Correia, Teresina, Fortaleza. Esse avião ia a Petrolina. E nós começamos um trabalho para a iluminação da pista de Picos, que está sendo finalizada, e ninguém cita mais o nome do Senador Heráclito Fortes, que começou essa luta como Deputado Federal. Estão aí os registros.

O Governo tinha, durante dois anos, de complementar um mínimo de cadeiras vazias. Se o avião viajasse lotado, tudo bem. Se viajasse vazio, o Governo pagava 10 ou 12 passagens. Aquilo não representava nada – o Senador José Maranhão, que foi Governador, sabe disso. Aquelas passagens poderiam ser transformadas até em ação social, podiam ser dadas a pessoas carentes. Sabem como essas coisas funcionam.

Pois bem, o Governador não cumpriu o que combinou, e a linha saiu do Piauí. Agora, mais recentemente – Mão Santa sabe o nome, é amigo dele –, um outro empresário saiu das suas atividades para ajudar o Piauí. Montou uma companhia, Litoral, não é isso, Mão Santa?

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Litorânea. Abandon Teixeira.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pois é, Onofre Teixeira.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Abdon!

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Abdon Teixeira. Mas, Senador, mais uma vez o Governo não cumpriu a sua parte, e a empresa saiu.

Eu não sou inimigo do Piauí não; eu sou amigo do Piauí. Não sou puxa-saco de governador de plantão. O Governador Wellington Dias sabe que todas as vezes em que precisou de um Senador para assuntos de interesse do Piauí, contou comigo aqui. Há até um episódio... A primeira vez que suspendi uma sessão aqui foi porque não liberavam recursos de que o Estado necessitava para pagamento de pessoal. Fui motivo dos maiores elogios dos puxa-sacos do Governador.

Portanto, quero fazer esse registro, os dados estão aqui, os fatos estão para ser esclarecidos, e o Governador vai prestar uma grande colaboração, porque ele foi convidado para vir aqui. No dia 9, haverá uma audiência pública, vem ele e vem o Ministro, e aí nós poderemos apurar os fatos. Já disse a ele: se a obra for feita, eu baixo a cabeça, dou a mão à palmatória. Mas não posso me conformar, não concordo, Senador José Maranhão, com essa farra do boi que se está tentando fazer lá no Piauí. Obra escondida? Que projeto é esse? Quem fez? Quem assina; quem é o responsável? Para começar em maio? Há algo de errado aí.

Portanto, quero dizer aos que se irritam com a minha fala que ela vai acontecer até o final do meu mandato. O Piauí não pecará pela omissão deste Senador da República.

Aliás, o Governador, Mão Santa, fez aquela viagem fantástica à Europa, foi ver uma coisa que V. Ex^a tem loucura para conhecer: aquela torre de ferro comprida que fica à margem de um rio. Foi ver aquela outra obra que, por falha da engenharia, ficou torta. Trouxe até idéias para colocá-la na posição original! Visitou aquela cidade cortada pelos rios, andou de gôndola, cantou o Funiculá e está pensando em trazer para o Piauí aquele projeto fantástico.

Lembre-se, Governador, de que o rio Parnaíba tem correnteza e pode levar os gondoleiros e os passageiros. Muito cuidado com essas idéias malucas!

Quando eu digo isso, digo no sentido pedagógico. Aliás, ele anunciou, Mão Santa, àquela data, que em quarenta dias a revolução começaria a acontecer no Piauí. Faltam dois dias. A partir de segunda-feira, Mão Santa, vamos cobrar essa viagem. Porque agora virou moda Governador do Nordeste, de Estado pobre, José Maranhão, sair viajando pelo mundo afora, com caravanas milionárias. Gente grande, muita gente. Uns, com mais gente, José Maranhão; outros, com menos. Uns, de avião de carreira; outros, em jatos particulares.

Pobre Nordeste! Tanta fome e tanto desperdício! E que os barrigas de aluguel, os puxa-sacos de S. Ex^a não me peçam, porque não me calo.

Vim para cá para concordar, mas também vim para cá para discordar do que se está fazendo no Piauí. É uma perda de tempo, Delcídio, nunca vista. As coisas sérias não são tratadas.

O Governador diz que inaugura muita obra, Mão Santa. Vamos fazer um levantamento, quero que você me ajude. Quero pedir à Bancada que veja quais são as obras e o custo de cada uma delas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – A Mesa agradece, Senador Heráclito.

Concedo, de imediato, a palavra ao Senador José Maranhão. Em seguida, falará o Senador Delcídio Amaral. Está ainda esperando para falar o Senador Mão Santa.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o Município de Mataraca, na Paraíba, inaugurou hoje, pela manhã, o primeiro parque eólico do Brasil, o Parque Eólico Millennium, com capacidade de produção de 10,2 *megawatts* de energia limpa e renovável, resultado de um empreendimento que mobilizou investimentos da ordem de R\$49 milhões, e configura um marco na estratégia de desenvolvimento da empresa australiana Pacific Hydro, no Brasil.

A energia eólica é hoje considerada uma das mais promissoras fontes naturais de energia, justamente por ser limpa e renovável – e, diga-se de passagem, a única energia que ela consome é uma dívida de Deus a todos os homens: o ar em movimento, o vento. A Paraíba, que tem condições excepcionais para a geração desse tipo de energia, despontou como o hospedeiro preferencial desses investimentos que, certamente, serão determinantes para o incremento do emprego e renda, com a conseqüente melhoria das condições de vida das populações litorâneas, hoje altamente dependentes do turismo.

Segundo Mark Agar, diretor da Pacific Hydro no País, “o desembarque na Paraíba é apenas o primeiro passo de uma estratégia maior que a companhia desenhou para o Brasil. Nossa meta é termos empreendimentos que gerem 300 *megawatts* por aqui”, diz o executivo.

É importante ressaltar que a usina da Paraíba só saiu do papel e se tornou uma realidade auspiciosa porque o insumo foi negociado por meio do Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, o Proinfra, do Ministério de Minas e Energia.

É curioso que, num empreendimento tão importante, tão significativo para as fontes de energia do nosso País e, particularmente, para o Estado da Paraíba, o Governo Federal, que geralmente é acusado por

certos segmentos da Oposição de fazer propaganda de suas obras, de suas realizações, com fins eleitorais, não divulgou uma nota sequer a respeito de um empreendimento tão importante, o que revela o caráter sério com que o Governo Federal vem tratando as questões efetivamente sérias.

Entretanto, o mercado potencial desse tipo de energia é imenso e a demanda crescente em todo o mundo, sendo que a capacidade global instalada (hoje, de 94,1 mil *megawatts*) cresceu 26,6% no ano passado, segundo dados da Associação Mundial de Energia Eólica, fechando em 93,8 mil *megawatts*.

Ainda segundo a Associação, a expectativa é a de que a geração mundial de energia eólica alcance 170 mil *megawatts* em 2010.

No Brasil, a fonte eólica é bastante tímida (247,1 *megawatts*), ocupando a 25ª posição num *ranking* de 74 nações.

Agora a Paraíba, que deverá ser seguida pelos Estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Santa Catarina, Bahia e Rio Grande do Sul, empreende uma promissora caminhada rumo à colocação do Brasil num patamar compatível com as condições geofísicas que o habilitam a ser um referencial na produção dessa modalidade de energia limpa.

Parabéns ao Prefeito João Madruga, da cidade beneficiada com essa obra. João Madruga é Prefeito do PMDB e tem caracterizado as suas preocupações e os seus projetos administrativos em atender as demandas da sociedade. Com o apoio que vem dando a esse empreendimento, a essa usina de energia eólica, João Madruga está colaborando não apenas com seu próprio município e a população ali residente, mas com todo o Estado da Paraíba e também com o Brasil.

Parabéns à população de Mataraca, que conta agora com uma nova janela de desenvolvimento sustentável.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela concessão do tempo.

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – Senador Maranhão, V. Exª me permite um pequeno aparte?

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Pois não, com todo prazer, Senador Delcídio Amaral.

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – Primeiro, parabeno V. Exª pelo pronunciamento sobre tema de extrema relevância, especialmente para o Nordeste. V. Exª traz um assunto importante para a nossa matriz energética, tratando desses investimentos de 300 *megawatts*, desses primeiros 300 *megawatts* à base de energia eólica.

O Nordeste é uma região que tem um potencial muito grande de geração de energia eólica. Os últimos estudos de ventos na região Nordeste nos levam a 15

mil *megawatts*, 20 mil *megawatts*. E é importante também destacar, meu caro Senador Maranhão, que há uma sazonalidade diferente entre a geração de energia eólica no Nordeste e os grandes reservatórios eólicos do Sudeste e do Sul. Portanto, as duas gerações são complementares e, em sendo complementares, há uma otimização energética dos reservatórios. Quando chove pouco no Sudeste, venta muito no Nordeste. Então, esse segmento da matriz energética inevitavelmente crescerá no País. V. Exª citou muito bem o Prolnfra, programa do Governo Federal e do Ministério de Minas e Energia específico para energia alternativa. Importante: é um Governo em que o investidor aplica seus recursos em energias alternativas, como PCHs e energia eólica, com a contrapartida de compra da energia pela Eletrobrás. Não tenho dúvida nenhuma de que esse programa é um sucesso. Está sendo um sucesso nas PCHs e vai ser um sucesso com relação à energia eólica. Precisamos trabalhar um pouco mais com relação à diversificação de fornecedores, como as chapas de aço que estão concentradas no mesmo fornecedor. Precisamos ter mais competitividade com relação aos equipamentos. Talvez a tarifa dos leilões tenha que ser mais bem calibrada para atrair mais investimentos.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – O limite de energia eólica é R\$180,00, enquanto que os preços dos pregões oficiais estão em torno de R\$125,00. Isso é um fator limitante.

No meu entender, é um fator limitante também – permita-me dizer isso, Senador, até para homenagear V. Exª pelo largo conhecimento da matéria que está agora revelando nesse substancioso aparte –, é um fato limitante grave a questão das tecnologias de desenvolvimento da aparelhagem utilizada na energia eólica, sobretudo no que diz respeito aos aparelhos que aproveitam as correntes aéreas para acionar geradores e produzir energia.

E aí adiciono um apelo a esse voto que representa a satisfação de todo o povo da Paraíba pela inauguração desse equipamento, mas é um apelo que faço paralelamente ao Governo Federal, que já está ajudando...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – ...nesse sentido que V. Exª está apresentando aí: a adoção de valores de compra da energia gerada pelas fontes de energia elétrica ao limite da viabilidade econômica dos projetos.

Mas o mais importante é que o Brasil, urgentemente, faça investimentos nas tecnologias para produção das próprias usinas de energia eólica, porque não

há tecnologia que não seja assimilável rapidamente pela indústria nacional. A tecnologia da aparelhagem para a produção de energia elétrica é muito simples, é muito elementar.

É evidente que são grandes usinas, mas, desde a minha infância, tínhamos certa familiaridade com a energia eólica, que era produzida para uso doméstico. As fazendas, antes desse surto de eletrificação rural, utilizavam um cata-vento com um gerador que produzia a energia consumida pelas famílias. No fundo, no fundo o princípio é o mesmo. É só questão de uma escala maior.

O Brasil precisa urgentemente, em vez de importar essas tecnologias da Holanda, da Dinamarca, da Alemanha ou dos Estados Unidos – não sei se lá também se faz; nos três primeiros, tenho certeza –, o Brasil precisa produzir os seus próprios equipamentos, porque é isso que vai baratear os custos e vai democratizar o uso dessas usinas em escala maior e de uma forma mais rápida.

O Brasil tem pressa de crescer, tem pressa de complementar os sistemas de hidrelétrica, de termoeletrônica, de energia solar. Enfim, neste século XXI, nós temos que utilizar todas as fontes de energia e, sobretudo, fontes como a energia eólica, que é uma fonte absolutamente limpa e que consome um combustível que custa zero ao cidadão, porque é uma dádiva de Deus. Os ventos que, como V. Ex^a disse muito bem, como estudioso da questão, são abundantes, permanentes e constantes, sobretudo no litoral nordestino.

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – Senador Maranhão, só para complementar. Acho importante destacar que, primeiro, é preciso de fornecedores, quer dizer, ter tecnologia e ter diversificação de fornecedores. Pelo que me consta, há um fornecedor só, em São Paulo, chamado Oben. Eu acho que nós precisamos diversificar os fornecimentos. Existem questões associadas ao fornecimento de matéria-prima também para os aerogeradores. A tecnologia eólica cresce. Os geradores estão aumentando de tamanho, aumentando de potência. Isso é fundamental para ela se consolidar na matriz energética mundial. E só para destacar: a Espanha, hoje, já tem quase o equivalente a uma Itaipu de energia eólica; a Alemanha já chega a 20 mil megawatts.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – E são países de tamanho territorial bem menor do que o Brasil e que, certamente, não têm as mesmas condições naturais de ventos constantes, permanentes que nós temos no Brasil e, sobretudo, essa interação entre a energia eólica e a energia hidráulica. A natureza é muito generosa com este País, o Brasil. Por isso, a afirmação popular, o dito popular “Deus é brasileiro”.

Temos essa mesma interação, por exemplo, no que respeita à questão hídrica e à transposição do São Francisco. Quando chove nas cabeceiras do São Francisco, está no pico da seca o Nordeste setentrional. Então, essa diferença pluviométrica permite que haja essa interação com a transposição do São Francisco, que vai trabalhar com muito mais economicidade e, sobretudo, sem nenhuma ameaça aos Estados doadores da água, não obstante a celeuma que há aí que identificamos como inspirada em outras razões, e não na lógica pura e, sobretudo, na boa gestão administrativa.

Agradeço profundamente a V. Ex^a, que enriqueceu o meu pronunciamento, graças aos seus conhecimentos e aos estudos que, como revelou aqui, vem fazendo em torno da produção de energia eólica e outras fontes de energia.

Muito obrigado pela sua valiosa contribuição.

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador José Maranhão. Congratulo o povo da Paraíba, o Prefeito e V. Ex^a, que representa com dignidade e honra seu povo, o paraibano.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Obrigado, Senador Delcídio Amaral.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Maranhão, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

Durante o discurso do Sr. José Maranhão, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Senador José Maranhão, nós é que agradecemos.

Do aparte à fala propriamente dita, concedo a palavra ao nobre Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Geraldo Mesquita, Senadores e Senadores, venho ao Senado Federal a esta hora, às 19h39, numa quinta-feira, com um ambiente já mais calmo e sereno, para falar de um assunto que tenho acompanhado pelos jornais, pela televisão, pelas rádios, nos *sites* de notícia. Não poderia deixar de fazer essa avaliação aqui no Senado Federal sobre essa questão.

Nessa semana, vem a calhar essa oportunidade de vir aqui a esta tribuna porque 19 de abril é Dia do Índio. Tivemos uma mobilização na Esplanada dos Ministérios de várias etnias indígenas de vários Estados

brasileiros. Posso falar de cátedra sobre isso, porque o meu Estado é o segundo em população indígena no Brasil. Toda essa discussão está permeada com a famosa demarcação contínua de Raposa Serra do Sol.

Particpei no Senado, e na Câmara também criaram uma comissão temporária encarregada dessa questão indígena. Eu me lembro bem, nós andamos em vários Estados brasileiros: em Roraima, em Rondônia, no meu Mato Grosso vizinho. Os Senadores da Comissão foram a Mato Grosso do Sul, à região de Eldorado; nós fomos ao Paraná, a Santa Catarina. É interessante: há uma diversificação, Senador Maranhão, dos problemas nos vários Estados. Em alguns Estados, principalmente no Sul e no Centro-Oeste, existe um trabalho que a Funai exerce com os seus antropólogos, com a sua equipe, nessas áreas, e existem produtores rurais lá instalados. E isso, Senador Paim, é muito latente também no seu Rio Grande do Sul, Estado que V. Ex^a representa com competência, legitimidade, lealdade e dignidade. E esses problemas vêm-se repetindo. E por quê? Muitas famílias, na época do ex-Presidente Getúlio Vargas, foram para o oeste, incentivadas pelo Governo, dentro de políticas no sentido de garantir as fronteiras, de promover a distribuição da nossa população pela região Centro-Oeste também, por meio de atividades produtivas, com a própria população atuando como guardiã, de certa maneira, das regiões das nossas fronteiras.

O que observamos, principalmente nos Estados do Sul e do Centro-Oeste, é uma crise permanente de proprietários rurais e etnias indígenas, de etnias indígenas e proprietários rurais. Muitas dessas propriedades têm décadas e já passaram por duas ou três gerações de colonos que foram para a região de fronteira para lá construir seu futuro com suas famílias. Ali, tiveram filhos e netos. O que estamos percebendo é que, em vários Estados brasileiros, há este dilema, Presidente Geraldo Mesquita Júnior: como compatibilizar aquelas áreas indígenas – ou o que pretensamente são áreas indígenas – com aquilo que foi construído ao longo de décadas, fazendas produtivas, áreas rurais produtivas voltadas para bovinocultura ou para agricultura.

Nós estudamos bastante a Constituição e entendendo que precisamos colocar um ponto final nessas questões. No Rio Grande do Sul, Senador Paim – se não me engano, era Governador o nosso querido companheiro Olívio Dutra –, quando ele viu a crise, o que ele fez? O art. 231 da Constituição representa uma conquista das etnias indígenas; uma conquista do País, da sociedade brasileira. Vamos mexer no art. 231, que trata exatamente da demarcação de áreas indígenas? Não. Isso é uma conquista da Constituição de 1988 – Constituição do nosso querido Ulysses.

Como resolver isso? Criou-se uma operação voltada especificamente para indenização de terra nua, porque o grande problema é esse em relação aos produtores rurais. Eles até compreendem que, se as áreas forem efetiva e comprovadamente áreas indígenas, devam sair das suas terras, mas evidentemente, gostariam de receber não somente a indenização das benfeitorias mas a indenização da terra nua.

E o que o Rio Grande do Sul fez? Manteve o art. 231, criou uma espécie de título, evidentemente negociado com a União, e ressarcir os produtores rurais daquelas áreas. E nós precisamos estudar isso, Senador Maranhão, com muito rigor, porque isso está trazendo insegurança a vários Estados brasileiros, não somente com relação às etnias, como também com relação aos produtores.

Em alguns lugares, no meu Estado, por exemplo, o Mato Grosso do Sul, em Dourados, os índios não têm mais terras, não têm mais área. Eles vivem como se fosse um campo de concentração.

Portanto, precisamos olhar isso com absoluto cuidado e trazer tranquilidade tanto às etnias quanto aos produtores rurais. Não podemos ferir, Presidente Geraldo Mesquita, a Constituição – trata-se de um grande avanço para a causa indígena –, mas devemos buscar, com o Governo, uma solução para verificar se, efetivamente, muitas áreas que hoje são produtivas estão na mão de famílias que foram para a região oeste incentivadas pelo próprio Governo Federal. A partir do momento em que o Governo Federal reconhecer que essas pessoas foram deslocadas para áreas que comprovadamente são áreas indígenas, por que não assumir o erro? Por que não se criar essa figura e resolver especialmente essa questão de terra?

Precisamos urgentemente encontrar uma solução e não foi... E eu gastei muito tempo nisso, Presidente Geraldo Mesquita, muito tempo. Nós não só fizemos esse relatório, como também fui pacientemente ao Ministério da Justiça, fui à Funai inúmeras vezes, e não consigo encontrar uma solução que busque o equacionamento de um problema que é grave para o País. Mato Grosso do Sul sofre intensamente com essa dúvida, com essa espada de Dâmocles, que índios e produtores rurais carregam ao longo desses anos todos. Nós precisamos colocar um basta, e o papel do Governo Federal nisso é de fundamental importância.

Quero registrar que já existem exemplos, Senador Paim, como o do Rio Grande do Sul.

Não sei se conseguiram equacionar todas essas questões, mas surgiu essa solução do Rio Grande do Sul.

Quero fazer uma correção aqui. De memória, não sei se efetivamente foram criados papéis ou certificados.

Alguns Senadores aqui chegaram a sugerir, inclusive, uma letra semelhante às TDAs: criar-se-iam as TDIs, que seriam títulos de dívidas indígenas, semelhantes aos títulos de dívida agrária hoje existentes.

No Rio Grande do Sul, buscou-se essa solução, o Estado assumiu o compromisso, assumiu o equívoco, e indenizou a terra nua. Foi respeitada a Constituição, e, quanto às benfeitorias, seguiu-se a prática normal da Funai.

Precisamos buscar uma saída. Não dá mais para continuar assim. E vou ser muito sincero: eu insisti para ajustar com o Ministério da Justiça um projeto, deixando até que ele apresentasse o projeto para fazer algo alinhado com o Governo, mas não consigo tirar esse projeto do Governo. Por isso, estou tomando uma decisão: vou apresentar esse projeto nas próximas semanas, porque não dá para esperar mais. Todos nós temos compromissos com os nossos Estados, com as etnias, com os produtores, com a comunidade, que não pode viver nesse impasse a vida inteira.

Eu acompanhei, Presidente Geraldo Mesquita Júnior, experiências do Canadá e de outros países que resolveram encarar essa questão indígena com espírito público, de maneira republicana, respeitando a história das etnias que lá vivem. E conseguiram equacionar o problema com determinação e vontade. Por que não fazemos isso?

E eu quero ir até mais longe: por que a Funai não tem uma estrutura condizente com o problema que administra? Eu não estou dizendo que isso se deve à atuação deste Governo, mas de vários governos. Tem gente que, quando é nomeada para Presidente da Funai, acha que é castigo. Esse é um tremendo desafio, uma tremenda missão, uma missão honrosa.

A Funai não tem estrutura, a Funai não tem um orçamento compatível com o que ela precisa efetivamente fazer ou realizar em suas atividades do cotidiano. A Funai não tem quadro próprio, não tem plano de carreira. Como é que nós vamos contar com uma instituição operando dessa maneira? Isso para não falar nos terceirizados que atuam em nome da Funai... Há ONGs sérias e outras ONGs que, em algumas situações, não estão muito preocupadas com as questões indígenas, estão sendo operadas a distância, visando interesses outros, para não dizer alienígenas.

Quando a gente vê pessoas, Senador Maranhão, defendendo as etnias indígenas... Para defender etnia indígena não é só discurso não, não é só lero. Tem que olhar nas aldeias, ver como é que os índios vivem. Tem que ter infra-estrutura para os índios viverem, tem que ter estrada, tem que ter acesso, tem que ter energia – está aí o Luz para Todos, que se constituiu num gran-

de avanço no atendimento das aldeias –, tem que ter água, Senador Paim, tem que ter saneamento.

Então, defender a questão indígena não é só fazer discurso de história, de valores. Isso é fundamental? Claro que é, mas eles têm que viver. Aqueles que vivem junto às cidades têm um estilo de vida; outros, como os ianomâmis, que vivem lá em cima, em Roraima, não têm contato algum e, portanto, precisam de um outro tipo de tratamento – eles vivem quase como em suas origens, quase sem interferência do branco.

Estamos diante de um questão grave, e o Congresso tem que fazer essa discussão. Nós temos que avançar nisso urgentemente. Teremos problemas sérios, teremos problemas graves em função de eventuais conflitos que venham a surgir nos Estados. O meu Estado é um onde já houve vários conflitos, inclusive com mortes. Portanto, o Congresso tem que responder a essa questão.

Sr. Presidente Geraldo Mesquita, não posso deixar de falar um pouco aqui de Raposa Serra do Sol. Andei por lá. O Senador Mozarildo Cavalcanti era o Presidente; estavam o Senador Jonas Pinheiro, o Senador de Roraima também, o nosso querido Augusto, representando o partido, o Senador Jefferson Péres, vários Senadores.

As duas comissões fizeram uma proposta que foi aprovada por unanimidade na Câmara e no Senado. Na Câmara, seu relator foi Lindberg Farias, que hoje é prefeito; eu fui relator da proposta no Senado. Era uma proposta que procurava compreender a demarcação contínua, mas excepcionar algumas áreas em função de infra-estrutura, em função de áreas produtivas, em função de projetos de energia, mas preservando a idéia maior da demarcação contínua.

Nós não fomos ouvidos. Junto com Lindberg, levamos essa proposta ao Presidente Lula, levamos ao Ministério da Justiça – naquela época, Márcio Thomaz Bastos era o Ministro. Se tivéssemos tido tempo de discutir um pouco mais e aprofundar um pouco mais essas questões, talvez tivéssemos evitado o que está acontecendo aí.

Acompanhei também os últimos acontecimentos. O Comandante Militar da Amazônia se expressou com relação às dificuldades que ele está enfrentando na Amazônia – vivi na Amazônia muitos anos, sei das dificuldades a que ele está se referindo. Precisamos olhar a política indigenista de uma vez por todas, não dá para ir ao sabor das vontades ou ao sabor de outros interesses.

Presidente Geraldo Mesquita, esse tema é um tema que perpassa uma outra questão, na qual também tenho insistido.

V. Ex^a é fronteiro, assim como o Senador Paim. Os demais Senadores não são fronteiriços. Nós somos fronteiriços. Este País precisa ter uma política de fronteiras. Não é possível mais adiar, porque essa questão indígena passa pela política de fronteiras também, assim como a questão agrária passa por políticas de fronteira.

Precisamos discutir e definir, com absoluta clareza, se vamos ficar nos 150 quilômetros da Constituição ou não. Países vizinhos ao nosso adotam 50 quilômetros. Vamos fazer mineração em faixa de fronteira com empresas de capital estrangeiro ou não? Qual é a nossa política de segurança nacional nas regiões de fronteira?

Vi aqui muitos Senadores falarem do Calha Norte. Era um projeto importante de preservação de fronteira sim, de segurança nacional. V. Ex^a, Senador Geraldo Mesquita, que é um homem que está colado naquela fronteira mais difícil, como a do meu Estado também, que é uma fronteira complicada, nós sabemos o que é questão de segurança nacional, nós sabemos o que é retirado dos nossos Estados e do País por contrabando, em aviãozinho, como na Reserva do Roosevelt lá em Rondônia, onde desciam aviões particulares e enchiam garrafas PET de Coca-Cola e mandavam embora para Juína, que tinha uma bolsa de pedras, e, de Juína, ia embora para Israel, para a Holanda, onde lapidavam nossas pedras, sem nenhum controle.

Será que é isso que nós queremos? Não ter uma política específica para área de Saúde? Querem dar aos nossos hospitais o mesmo tratamento que dão a hospitais em Goiânia, em Salvador. Nós atendemos gente de fronteira. Nós não podemos trabalhar nas mesmas condições, porque temos que atender nossos irmãos vizinhos – bolivianos, paraguaios, venezuelanos.

Temos que ter uma política de segurança pública e um projeto de desenvolvimento para a região de fronteira, em função da vocação das nossas fronteiras. Temos que planejar. Não dá para tocar de ouvido.

O Barão do Rio Branco teve extrema competência para consolidar nossas fronteiras, com todas as críticas que naturalmente quem faz sofre. Mas temos que ter política, temos que ter planejamento, temos que ter inserção. As pessoas que transitam e vivem na região de fronteira têm que ter liberdade para andar de um lado para o outro. Os cursos de formação devem valer de um lado e devem valer do outro. Nas escolas, os alunos têm que aprender português e espanhol.

As pessoas que fazem comércio em região de fronteira não podem se sujeitar a normas que embananham aquilo que é a razão de ser da vida deles, que é o comércio entre dois países, as trocas comerciais, hoje passando por burocracias as mais extensas e complicadas possíveis.

Nós temos que olhar as fronteiras. E essa questão indígena está intrinsecamente ligada também com uma política de fronteiras.

Portanto, Sr. Presidente, não quero me estender, mas não poderia deixar de fazer esses registros, porque houve muito tempo trabalhado, muitas horas trabalhadas de vários Senadores e Senadoras, como também de Deputados e Deputadas.

O Parlamento precisa ser ouvido. Nós fomos ao local, fizemos o diagnóstico. Precisamos, mais do que nunca, fazer esse debate e aprovar os projetos que vão dar um diferencial não só para a questão indígena, mas, acima de tudo, para uma política de fronteira macro. Está nas nossas mãos.

Não tenho dúvida nenhuma, Senador Paulo Paim: vou começar agora a trabalhar no sentido de apresentar os projetos, como V. Ex^a faz. V. Ex^a, que tem muitos projetos apresentados, vai ao limite e sabe muito bem o compromisso que tem com o povo brasileiro e com o povo do seu Estado.

Portanto, quero agradecer, meu caro Presidente, Senador Geraldo Mesquita, a paciência, a tolerância com o tempo.

Mais do que nunca, apesar das dificuldades, quero registrar aqui o dia 19 de abril como o dia das nossas etnias indígenas. Sou um paladino dessa causa. Vamos continuar trabalhando intensamente pelo bem das nossas etnias, pelo bem da nossa história, da nossa cultura, daqueles que trabalham e, acima de tudo, pelo bem do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Senador Delcídio Amaral, somos nós que agradecemos.

V. Ex^a acaba de fazer um pronunciamento profundo e da maior importância para o País. Tomara que muitos Parlamentares estejam ouvindo V. Ex^a bem como a população brasileira, que nos assiste pela TV Senado. V. Ex^a falou de coisas fundamentais a propósito da comemoração do dia 19, que se aproxima. V. Ex^a tocou na questão indígena com muito realismo.

De fato, enquanto se arrastam as questões das demarcações indígenas, V. Ex^a chama a atenção para o fato de que essa questão, enquanto se arrasta, não impede, não pode ser impeditivo para que nós cerqueemos as nossas comunidades indígenas de condições dignas de sobrevivência. Esse foi um aspecto do seu pronunciamento que colhi. Essas questões se conjugam, não estão apartadas.

Enquanto resolvemos a questão das demarcações, precisamos conceder às nossas comunidades indígenas a dignidade de que precisam e a que fazem jus.

V. Ex^a falou em planejamento na Amazônia, e eu concluo aqui, impressionado com o discurso de V. Ex^a, eu que defendo, advogo, prego já há algum tempo aqui a instituição do Ministério da Amazônia. Aqui, sem qualquer floreado – perdoe-me a expressão –, eu diria que, com a compreensão que V. Ex^a tem de todo esse quadro que delineou aqui para nós, quanto à questão das fronteiras, acho que V. Ex^a seria um Ministro da Amazônia que poderia encaminhar todas essas questões de forma eficiente, célere, como estamos precisando no momento.

Então, além de pregar e advogar aqui a necessidade de o Governo instituir o Ministério da Amazônia, agora passo a advogar a necessidade de V. Ex^a assumilo, porque tenho certeza absoluta de que, com o seu conhecimento, com a sua experiência, V. Ex^a, a partir da questão do planejamento, poderia ordenar as coisas na nossa região, de modo que todos os aspectos que dizem respeito à ela sejam devidamente equacionados com a celeridade de que estamos necessitando.

Parabéns pelo seu pronunciamento!

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Concedo a palavra ao meu irmão mais velho, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Geraldo Mesquita, Parlamentares presentes, brasileiros e brasileiras que nos assistem aqui e que estão nos ouvindo por meio do sistema de comunicação do Senado, já disse e repito, orgulhosamente, que este Senado é um dos melhores da história.

Ouvi hoje debates extraordinários sobre o Brasil.

Ontem, caro Paim, eu estava ali onde se lançava uma obra do Senador Antonio Carlos Magalhães e ficava a olhar os Senadores do Império. E ficava, Delcídio Amaral, a pensar que Pedro II, aquele estadista que governou 49 anos, vinha assistir às sessões do Senado. Deixava a coroa e o cetro, para ter igualdade. Era o Poder Moderador. Em suas memórias, que lemos hoje, ele dizia que, se largasse a função de Imperador, de rei, ele gostaria de ser Senador.

Quer dizer, ele curti a necessidade de ouvir.

Hoje, o que vê, ô, Delcídio? Um Ministro vir aqui parece que é uma ofensa, um insulto. Vem, não vem.

Quando fico a imaginar que Pedro II deixava a coroa, o cetro e vinha... Ontem eu estava a olhar os Senadores do Império. Agora, é confusão. Mas, aí, vir não vir ainda é razoável.

Quando vi o Geraldo Mesquita – eu disse que sou o irmão mais velho dele porque sou realmente

mais velho, mas ele é mais ajuizado do que eu. Ele me modera muitas vezes, porque, realmente, cada um tem o seu jeito, às vezes sou temperamental; e ele é o irmão moderador – hoje falando indignado... Não é mais a Ministra vir, é uma ofensa vir.

Pedro II vinha espontaneamente beber a sabedoria. É assim no mundo todo. Aqui: vem, não vem; é uma confusão.

E o pior: ele tremia de indignação. Compreendi porque vi um líder de nossa geração capaz de tremer de indignação diante de uma injustiça. Em qualquer lugar do mundo, é um companheiro.

Por quê? Eles já não se recusam a vir, não. Eles estão nos ofendendo gratuitamente.

É, Delcídio Amaral. V. Ex^a foi Ministro.

Eu nunca ouvi falar que V. Ex^a ofendeu o Senado. Hoje, V. Ex^a é Senador, mas V. Ex^a foi Ministro. É o saber; a ignorância é audaciosa!

Luiz Marinho chamou a gente de doido. Quem não tem juízo é doido. Eu sou médico... Irresponsáveis, enganadores?! Disse que nós estamos enganando o povo, os aposentados, os velhinhos.

No dia anterior, o Paulo Bernardo: Irresponsáveis! Esse Senado irresponsável!

Até uma hora dessa, eu não almocei. Vou, daqui a pouco, tomar um vinhozinho com a minha Adalgisa, com a satisfação do cumprimento da missão. Mas não almocei. Andei aí, somando inteligências, esforços, orientando os prefeitos.

Mas está algo errado, meu Luiz Inácio! Mitterrand, morrendo, deixou uma mensagem: fortalecer os contra-poderes. Os seus Ministros, que Vossa Excelência sabiamente disse em momento de desespero “aloprados”, nos ofenderam, mas muito! E o que nós fizemos? Aplaudimos, acompanhamos, fomos liderados por um homem do Partido de Vossa Excelência: Paulo Paim. Antes de chegar aqui eu já o respeitava, porque ele defendia o trabalho e o trabalhador. E Rui Barbosa, nosso patrono – eu aprendi, eu estudei também –, a primazia tem que ser dada ao trabalho e ao trabalhador. Ele vem antes, ele faz a riqueza. E o Paim passava essa... Quando eu o encontrei aqui, já o conhecia de nome. Não sabia que era essa figura morena, mas a gente sabia – trabalho, trabalhador. De tal maneira que me apresentei a ele para ser seu Cirineu e lutar no salário – eram 70 dólares – eu, Geraldo Mesquita. E ele nos liderou. De tal maneira que o Paim escreveu uma página tão bela que o PT, que está no Governo, devia agradecer, coroá-lo.

Naquele rompimento que eu me afastei, foi naquele negócio de medida provisória que tirava os direitinhos dos velhinhos, não é? Taxados! Que Heloísa Helena, como mulher extraordinária, de coragem, se

rebelou. E o Paim, naquilo, junto a todo o mundo, minimiza os sofrimentos com uma medida paralela, a PEC Paralela. E todos nós... Olhe que já faz anos, o rompimento podia ser aí. Mas o Paim conciliou, levou todos nós. E, nessa confiança que ele conquistou pela sua maneira de ser, pela sua honradez, pela defesa dos mais fracos, das minorias, dos índios, dos negros, dos excluídos, dos velhos, dos idosos, ele conseguiu e nos liderou e nos convenceu que tínhamos que ajudar os velhinhos, os aposentados. E eu fui o Relator. Aprovei. Lutamos, votamos, debatemos legitimamente na democracia que a vida nos ensinou. Eu fui prefeitinho e contei a minha história, os exemplos de sofrimento de aposentados.

O Geraldo Mesquita é amante do Direito e todos nós. Nós não fomos irresponsáveis; nós fomos liderados pelo Paulo Paim e aplaudidos pelo sorriso daqueles velhinhos.

Ó Luiz Inácio, um dia cheguei a contar que um padrinho meu de Rotary, a melhor pessoa que eu conheci, se suicidou. Tinha um amor ainda. Ele devia ter uns 60 anos de casado. E com esse negócio... Eu o chamava de padrinho, porque foi meu padrinho de Rotary. E eu fui Governador. Aí, no fim da vida com esses redutores de salário, esse fator previdenciário... Os amigos dele morreram, os médicos, Geraldo Mesquita, a esposa dele precisou ser internada, precisou fazer um tratamento. É duro! Aquela companheira e um homem de bem, o melhor que conheci... Se tiver céu, ele vai antes de nós, porque Deus não vai julgar por um instante; vai julgar por uma vida. Ele se suicidou, porque, por trás disso, Luiz Inácio, é o que o Paim está despertando e acordando que não aconteça mais. Planejou sua vida, sonhou. Sua vida, seu amor, seus filhos, seus netos e, de repente, eles, que deveriam ganhar dez salários mínimos, estão ganhando quatro. É duro você não poder dar um fim de vida para a sua amada, para a sua "adalgizinha" aquilo que você lutou e sacrificou. E vem a doença. Aí, eu que sou autoridade, Luiz Inácio, eu sou médico, digo que é mais complicada a vida! Eu vi idosos...

Então é isso que o Paim quer que a gente resgate. Nós não vamos ficar para a história do mundo como os perversos dos velhinhos, dos idosos. Ele me disse. Eu acreditei. Eu acredito nele. Mão Santa, você é o Relator, só tem isso. Eu acreditei em tudinho e fiz. Disputamos e estamos aqui.

Então, os Ministros ainda vêm nos ofender?! Calma! Se viessem para o debate me convencer, a gente mudava de opinião. Mas não! Chamaram de irresponsável, doido, enganador. Não, as coisas não estão direitas! Não está direito. Aqui nós advertimos: isso é para isso, e podem buscar os meus pronuncia-

mentos de cinco anos atrás em que eu já dizia: olhem esse mosquitinho, esse mosquitinho não pode ficar solto. Eu não acredito em Governo que não vence o mosquitinho. Esse mosquitinho, o Oswaldo Cruz há um século... Isso não está direito! A remuneração é péssima. Não tem... Quanto eles estão ganhando? Vamos ver os salários, ver as tabelas.

É tudo mentira, Delcídio!

Dr. Valdir, estou dizendo o nome: Aragão Oliveira, da minha idade. Aí, eu passei em um hospital. Você vai ver, ó Geraldo Mesquita! Aí, eu passei na Avenida Getúlio Vargas, onde nasci. Eu digo: Dr. Ariosto, homem inteligente, e Dr^a Teresa fizeram um hospital: rapaz, passe aí e a gente vê. Ele está assim diminuído, decadente. E ele está com uma pousada! Aí, o Dr. Valdir, meu colega de medicina, disse: eu não vou mais em hospital, porque está tudo decadente. Não tem mais lençol, não tem mais remédio... Eu estou dando umas aulas de saúde. A tabela, ele me disse; eu estou dizendo o nome. É tudo mentira! A consulta ainda está R\$2,00; a diária só dá para pagar uma quentinha. Eles estão fechando. Essa é a verdade. A gente está advertindo. Os aloprados estão mentindo para o Luiz Inácio. E o Paim não mente; o Paim levou a verdade.

E eu disse que aquela confusão não estava certa. Eu tenho mais idade, mais sofrimento e mais luta do que o Luiz Inácio. Estudei muito. Quantas madrugadas, Paim, quantas madrugadas! Era o leiteiro chegando, entregar o leite, como de costume, e eu estava estudando. No meu tempo, a gente tomava Perventin e Stenamina para passar nos vestibulares. Mas eu adverti aqui que, nesta democracia, não estava certo. E hoje o meu irmão moderador aí... Eu vou dizer as palavras exatas que a Ministra disse. Não está certo. Sofri, vi Getúlio, vi os militares, as leis do Estado democrático de direito.

O direito é igual para todos. Cícero bradava: "*Dura lex, sed lex*". A lei é igual. Não está direito essa campanha política, esse cacarejamento.

Hoje, as palavras exatas da Ministra – ó Delcídio, atentai bem: Ao saudar as mulheres que participavam do evento, a Ministra Dilma disse que elas "embelezam e alegam este comício". Em Belo Horizonte! Em Belo Horizonte! *Libertas quae sera tamen*.

O direito é igual para todos. Isso é um desrespeito à Justiça, à lei. Aí, não dá certo!

Mitterrand disse: "fortalecer os contrapoderes". Não está fortalecendo, está desmoralizando a Justiça, a lei.

Eu aprendi com um jurista, um juiz, Walter Miranda, que me disse: "o poder de um juiz é moral, a força é moral". Ele não tem batalhão, não tem caneta, não tem DAS. É moral.

Isso tira a moral do Poder Judiciário. É comício! O direito é igual para todos. Clóvis Bevilacqua, não é isso?

Então, temos de meditar: Ao saudar as mulheres que participavam do evento, a Ministra Dilma disse que elas “embelezam e alegam o nosso comício”. Comício!

Mas eu sou otimista. Que se conserte. Ainda há tempo!

Mas eu queria dizer que não é nada, não. Vou elogiar agora uma mulher, extraordinária mulher.

Se eu fosse do PT, esse negócio de dizer... Está aí uma mulher decente, bacana, essa Ministra do Meio Ambiente. Já estive com ela duas vezes e ela me tratou muito bem. Uma foi para tratar da carcinicultura, com Alberto Silva, e agora preocupei a Ministra porque, no Piauí, a vegetação é muito débil, nós não somos um Amazonas, temos um cerradozinho, temos 40% de semi-árido. Então, os aloprados, já na eleição passada, venderam uma tal de Serra Vermelha para uma indústria, a Carbon, e eu enviei um documento à Ministra. Ela mandou parar o contrato com essa empresa que estava queimando a nossa vegetação.

Eu quero agradecer à Ministra Marina Silva, que respondeu à documentação, como segue:

“Sr. Senador, refiro-me ao Ofício nº 1132/2007, que trata da requerimento de Informação nº 661/2007, de autoria do Sr. Mão Santa, o qual solicita informações sobre ações empreendidas pela empresa JB Carbon S.A. no projeto Energia Verde, em Serra Vermelha, Estado do Piauí.”

O Piauí tem uma região do sul, em Gilbués, Senador Geraldo Mesquita, para onde os garimpeiros foram e, hoje, é um deserto. Então, aquilo é caro para nós. Há pouca vegetação. Na minha região mesmo, tinha, como o Delcídio falou, energia, usina, termelétrica à lenha. Então, cortaram toda a vegetação para satisfazer as indústrias e a energia à lenha. Então, é deserto. Essa é a nossa preocupação.

Venderam lá, negociaram. É propineiro, é aloprado de todo jeito, em um lugar que é deserto.

E continua a Ministra:

“Com relação ao assunto, comunico que o empreendimento foi suspenso e posteriormente cancelado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, situação em que se encontra até o momento. Essa suspensão foi confirmada pela recente decisão da Quinta Turma do Tribunal Regional Federal 1º Região que suspendeu, por unanimidade, a autorização

do manejo florestal da empresa JB Carbon, até que sejam realizados os estudos de impacto ambiental.

Por fim, informo que este Ministério realizou estudos na região e, a partir deles, está sugerindo a criação de uma unidade de conservação de proteção integral a ser denominada Parque Nacional da Serra Vermelha.”

Então, agradecemos à Ministra a maneira... Era corrupção mesmo. Deram lá no Piauí. A Ministra viu e tal...

E também agradecemos ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ivan Ramalho, advertindo... E nós preocupados com as ZPEs. É só cacarejamento. Em 20 de julho, expira o prazo das ZPEs.

Não há nada, ele disse que não recebeu nada do Município responsável, do Piauí e do Governo do Estado. Então, a ZPE, aquele sonho, está para abortar em 20 de julho.

Então, venho fazer um apelo ao Prefeito de Parnaíba para que consiga o terreno necessário – do PTB com o PT – e ao Governador do Estado. Segundo o Ministro, não anda nada. Agradeço também a maneira elegante do Governo, por meio da Secretaria Nacional de Defesa Civil, nesses alagados – Roberto Costa Guimarães. Levei vários Prefeitos alagados com a intervenção desse extraordinário líder do meu Partido, Geddel Vieira. Ele atendeu aos Prefeitos e encaminhou.

Então, queremos agradecer. E agradecemos aqui ao Paim por nos colocar em defesa dos que mais sofrem para que possamos tomar a benção aos nossos velhos. Eu não tenho mais pai e mãe, mas creio que eles estão satisfeitos. Faço minhas as rezas da santa Kyola, que está no livro de Sarney: “Meu filho Presidente, não deixe prejudicarem os velhinhos aposentados”.

Essas são as nossas palavras.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Senador Mão Santa, que fique registrado para alguns que têm V. Ex^a na conta de um radical. V. Ex^a hoje falou do comportamento inadequado de alguns Ministros, mas enalteceu e elogiou o comportamento reto e correto de outros Ministros. Que fique aqui registrado.

Concedo a palavra, com muito prazer, ao nobre companheiro Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Senador Geraldo Mesquita Júnior, que preside esta sessão, Senador Delcídio Amaral, Senador Mão Santa, eu quero, e fiz questão de aguardar até este momento, primeiro, agradecer a todas as centrais sindicais. Hoje,

na Comissão de Direitos Humanos, em uma reunião que chamamos ontem, se fizeram presentes todas as oito centrais sindicais que existem no País: CUT, CGT, CGTB, CTB, Força Sindical, as Confederações, o Fórum Sindical. Espero aqui não esquecer nenhuma, até porque amanhã citarei cada uma delas.

Quero agradecer a todos os Senadores pela forma como conduziram esse debate dos aposentados e dos pensionistas. Podem ter certeza de que esse é aquele que nós chamamos de bom combate. E esse bom combate nós vamos levar, se Deus quiser – e com certeza vai querer –, lá para a Câmara dos Deputados.

Pelas informações que tenho, meus Senadores, de inúmeros Deputados de todos os partidos, na Câmara ninguém vai votar a reboque de Pedro e de Paulo. Vão votar com a sua consciência tanto no projeto que reajusta de forma definitiva, também com a inflação e o PIB, o salário dos aposentados, como também com aquele que de uma vez por todas termina o fator previdenciário.

Mas, Sr. Presidente, quero mesmo, nesta noite, falar um pouco sobre educação. É claro que esse tema para mim tem tudo a ver também com os idosos, com os adultos e com as crianças. Diria, Sr. Presidente, que, durante essas mais de duas décadas que estou na vida pública, percebo que, em 90% das vezes, o dia-a-dia do Congresso acaba endurecendo as pessoas. Não é o nosso caso, nós, que defendemos essas causas sociais e populares!

Pensa-se, muitas vezes, nos números, mas não em vidas. Isso acaba distanciando as pessoas e faz com que as diferenças, as diversidades, sejam postas em segundo plano. Não foi o que ouvi aqui hoje, Senador Mesquita Júnior, Senador Delcídio Amaral. V. Ex^a, aqui, debateu hoje a diversidade, debateu o meio ambiente, debateu a questão indígena e se preocupou também com os agricultores. O Senador Mão Santa, que aprofundou aqui o debate, desde a questão da liberdade de expressão, o respeito que os Poderes constituídos têm que ter um com o outro até, naturalmente, a questão dos aposentados, e, na mesma linha, o Senador Mesquita Júnior.

Poderia dizer que, felizmente, há um número grande de Parlamentares que têm mostrado essa preocupação.

Nesses anos todos, podem ter certeza, mais de duas décadas de Congresso, tenho-me aproximado cada vez mais dos movimentos sociais.

É impressionante, porque, se eu estivesse lá nas ruas, nos sindicatos, nas fábricas... Mas estou aqui dentro do Congresso, e essa aproximação acaba sendo permanente. Isso me deixa cada vez mais comprometido com os desafios do movimento social. E eu poderia

dizer uma frase que gosto de repetir: podem derrotar a mim, podem derrotar o Senador Mesquita Júnior, o Senador Delcídio Amaral, o Senador Mão Santa; podem nos derrotar de forma individual, mas o movimento social eles não derrotam. Ninguém derrota! Porque esse movimento vai acumulando experiência e, mesmo numa batalha perdida, ele se prepara para o segundo momento, aglutina forças e virá novamente. A história da humanidade é assim. Então, não pensem que ao derrotar um ou outro Parlamentar derrotam as idéias. Alguém vai conseguir derrotar as idéias que temos em relação às nossas crianças, aos nossos trabalhadores, empregados ou não, aos nossos idosos, aposentados ou não, e os pensionistas? Não! Isso não tem como derrotar. Não derrotarão nunca.

Por isso, neste pronunciamento em que me refiro à educação, digo que cada vez mais me convenço de que temos, sim, que defender o que pensamos, com muita convicção, com muita firmeza e com muito sentimento. Embora muito desses temas, como o do salário mínimo, não faça parte da minha rotina porque não ganho salário mínimo, meus filhos não dependem de salário mínimo, mas sei que milhões de pessoas dependem de salário mínimo.

Sempre digo a seguinte frase, quando estou em meu gabinete: “Tomara que o rufar dos tambores ressoe, bata nos meus ouvidos para que eu nunca esqueça de onde vim, por que estou aqui, para onde vou e quais são as minhas raízes. Quero que essa batida seja permanente, e, no dia em que eu não mais ouvi-la, é hora de ir embora, de voltar para casa”.

Mas quero voltar de cabeça erguida, e isso ninguém vai me tirar, não tem como.

Por isso, meus amigos, cada vez mais me convenço da importância desse debate que estamos travando agora sobre uma nova previdência. Gostaria que todos entendessem que o que mais gostaríamos era de uma previdência universal, exatamente igual para todos: trabalhadores da área pública, da área privada, com os mesmos direitos, os mesmos cálculos. Se não tem fator previdenciário para um, que não tenha para o outro; se as pessoas podem se aposentar de acordo com aquilo que contribuíram que seja para todos, e que a forma de cálculo para o benefício seja a mesma: idade e tempo de contribuição.

Alguns me dizem: “Mas Paim, a Previdência poderá não ter caixa para pagar, embora a proposta seja boa”. Faço o seguinte desafio, na maior tranquilidade, o desafio do bom debate, do bom argumento: por que não aprovamos a PEC nº 24? O que diz a PEC 24? Os recursos da seguridade social não podem ser destinados para outro fim a não ser saúde, assistência e previdência. É só isso, e já está na Constituição.

É que por vias, digamos, atravessadas, conseguem fazer com que esses 60, 70 bilhões por ano possam ser deslocados para outras áreas.

Então, se na Constituição diz que esses recursos são da Seguridade Social, vamos aprovar a PEC nº 24. Acabou-se o debate. É só isso o que eu gostaria. Como não é possível, não deixarei de brigar também pela PEC nº 24, pela PEC nº 10 e, naturalmente, pelos projetos que estamos debatendo.

Sabe que nessas minhas reflexões achei um texto de Dom Helder Câmara que cabe para este momento. Diz o texto:

Quando, depois de 10 ou 15 dias de chuva, começa uma estiagem que passa de uma semana, de duas, o nordestino olha para o céu...

Olhar de inquietação, mas ainda de esperança e até de prece! E quando o céu está nublado, escuro, ameaçando chuva, quem é do Sul [como eu] é capaz de achar o tempo feio [vem aí uma chuvarada, vem aí uma tempestade. Engraçado]:...

... o nordestino acha o tempo bonito, porque, quem sabe, vai trazer a esperada chuva...

Por isso, o olhar tem de ser para todos dentro de cada realidade.

Sr. Presidente, diz ele mais: “Quando uma mãe se vê diante do primeiro sorriso do filhinho, o olhar que lhe lança é quase um canto de alegria, de felicidade e de ação de graças...” Mas, por outro lado:

“Quem levanta o lenço que cobre o rosto muito querido de uma pessoa muito sua, rosto que ali ela sabe que só será visto de novo no céu, o olhar é de dor, de despedida dolorosa, de quem fica de coração partido...”

Depois ele diz:

“Quando dois jovens estão sentindo o amor despertar entre eles, e se entreolham, o olhar canta, baila, olhar dança!

O olhar que é uma delícia [incomparável] é o de uma criança que está descobrindo, vendo tudo como se nunca ninguém tivesse visto e exclama a cada instante: Olha lá! Olha lá! [Que bonito!]”

Dom Helder Câmara.

Cada um tem um olhar. Por isso, permita-me dizer, Senador Delcídio, V. Ex^a olhou hoje para os nossos queridos indígenas, mas olhou de forma carinhosa, respeitosa; mas olhou também para aqueles que es-

tao na terra produzindo, trabalhando da forma deles, e dizendo: “Vamos assegurar aos indígenas a terra e vamos indenizar aqueles que precisam ser indenizados”. Esse é o olhar diferenciado.

Esse olhar diferenciado é também o olhar de indignação, Senador Mesquita Júnior, de V. Ex^a. Eu o vi naquela tribuna e até a comentei com V. Ex^a: “Não, não fala nisso, isso não é o centro do debate. Renuncie à Presidência do Mercosul aqui no Congresso Nacional”. Esse seria um gesto que poderia até fortalecer o Mercosul, que provocaria um olhar diferente dos Poderes constituídos para o Mercosul.

E o Senador Mão Santa na forma de falar – e eu vi, pois fui com V. Ex^a àquela sessão do Congresso, o número de pessoas que lhe pediam autógrafos e para tirar fotos com V. Ex^a.

Há alguns que tentam desqualificar o trabalho de um Parlamentar, mas pode saber que o povo está assistindo.

Senador Mão Santa, vi filas para tirar fotos com V. Ex^a. V. Ex^a é testemunha, e V. Ex^a ainda botava a mão no meu ombro e dizia: “Vamos juntos, Paim”. Eu vi, quando fomos votar os vetos na sessão do Congresso.

É esse olhar que a população tem sobre esta Casa. É este o olhar que me anima: o olhar da verdade, o olhar daqueles que fazem aqui o bom debate.

Acredito que a forma de vermos as coisas determina quem somos. Se todos nós fôssemos livres de conceitos pré-formulados, os quais, muitas vezes, se transformam em preconceitos, em discriminações, o mundo, com certeza, seria bem melhor. Mas é o nosso papel tentar mudar o olhar de alguns, como homens públicos, batalhando para que as leis sejam criadas a fim de melhorar o dia-a-dia do nosso povo. Nós somos legisladores, nós temos de fazer a nossa parte.

Tenho uma enorme convicção de que alcançar um mundo melhor para todos, com justiça social, é possível. Sei também que nós todos temos a responsabilidade de colaborar com os mestres que estão nas salas de aula, no processo de educação.

Vou tomar uma liberdade aqui. Conheci o Dante Ramon e passei a falar muito dele. Há uma citação dele que já usei há pouco tempo e que vou usar de novo. O que disse Dante Ramon, que, para mim, é uma das grandes vozes da América Latina?

Disse ele: “Querer bem a um filho não significa obrigá-lo a viver com as nossas verdades, querer bem a um filho significa apenas ajudá-lo a crescer sem as nossas mentiras”.

Cabe a nós ensinar nossos filhos (os professores, nossos alunos) a ver o mundo com outros olhos.

Senadoras e Senadores, eu diria mais. Tenho a mania de me debruçar, às vezes, sobre a letra de al-

gumas canções. E tem uma que passei a gostar muito, da Ana Carolina, que diz o seguinte, em resumo: “É isso aí; há quem acredite em milagres”.

Eu acredito talvez em milagres, e essa utopia, esse sonho faz com que a gente aja com essa vontade que os senhores agem aqui. E diz Ana Carolina:

É isso aí
Há quem acredite em milagres
Há quem cometa maldades
Há quem não saiba dizer a verdade
É isso aí
Um vendedor de flores
Ensinar seus filhos a escolher seus amores.
É isso aí...

Os educadores – e quero aqui fazer uma homenagem a eles, pela forma de comunicar – podem, como ninguém, fazer com que a magia da educação chegue a todos os lares. Contribuindo, assim, para eliminar as discriminações e os preconceitos.

Se fizermos isso, as diferenças serão compreendidas e aceitas. E, mais que isso, veremos os pontos positivos das nossas bem-vindas diferenças. Como é bom assimilarmos as nossas diferenças.

O novo, o diferente não será motivo de exclusão ou mesmo de piadas de extremo mau gosto. Coisas que, além de causar constrangimento, ferem a auto-estima dos atingidos.

Sr. Presidente, eu estava na conferência da educação e eu disse lá que estávamos reunidos ali por um mesmo propósito: o de, por meio da educação, construir uma sociedade em que a solidariedade, o meio ambiente e o ser humano têm de estar sempre em primeiro lugar. Frisei que o nosso foco é o bem-estar e a formação de nossas crianças, dos jovens, dos adultos e dos idosos.

Disse mais: ao formar e informar, estamos construindo o respeito à diversidade. Mas isso sem deixar de levar em consideração as reais particularidades de cada um. Sabemos que as crianças são crianças em qualquer lugar. O mesmo digo em relação aos jovens. Porém, a realidade de cada um, independentemente da idade, ao longo de suas vidas, é variável e diversa.

Temos consciência de que muitos adultos, somente hoje, têm acesso ao ensino básico. Por isso, o reconhecimento das diferenças é essencial para que possamos, de fato, fazer com que todos os brasileiros tenham a sua auto-estima fortalecida.

Os educadores sabem, mais do que ninguém, o quanto é importante levar em consideração o meio em que se vive, a origem, os costumes, a realidade local.

Quem mora no campo, mais uma vez, Senador Delcídio, quem mora no campo tem a sua experiência, tem a sua realidade muito diversa de quem vive na cidade. E é preciso que a gente entenda isso. Daí a importância de valorizarmos o campo, o desenvolvimento sustentável, a agropecuária, as comunidades ribeirinhas, os sem-tetos, os sem-terra, os desempregados. Todos têm a sua vertente, e todos têm que ser respeitados. Como V. Ex^a disse um dia aqui, é preciso, sim, olharmos a floresta. É preciso olharmos o horizonte além da floresta, e não olharmos somente uma árvore; olharmos o conjunto, olharmos o povo da floresta. Precisamos, de fato, discutir com profundidade.

Há dados do MEC que me preocuparam muito. Por exemplo, mostram-nos que 34% de 2,2 milhões de pessoas entre 15 e 17 anos que residem no campo não freqüentam a escola. Trinta e quatro por cento não freqüentam a escola! Outro dado: 29,8% dos adultos são analfabetos. Por isso temos que investir, efetivamente, no campo para que as famílias fiquem no campo e tenham estrutura para lá se manterem! É fundamental a educação!

Em relação às crianças camponesas de 10 e 14 anos, só 23% estão na série adequada à sua idade. Na cidade, o registrado são 47%. Ou seja, somente a metade das crianças da zona rural estão na série adequada, enquanto que, na cidade, é o dobro.

As diferenças e as dificuldades não param aí. Sr. Presidente, as comunidades indígenas – tão bem colocadas aqui, Senador Delcídio –, os quilombolas, são cinco mil comunidades quilombolas, têm que ter uma atenção especial. Não dá para desconhecer. A nação indígena precisa ter acesso a um ensino de qualidade, sem que isso – 17 de abril, semana do índio –, V. Ex^a destacou, sem que isso prejudique suas raízes, seus costumes. É necessário preservar a cultura, as línguas dos diferentes povos que formam o Brasil.

Eu poderia perguntar, falando tanto em diversidade: por que a Lei 10.639, que institui a história da África nos currículos da educação brasileira, só é aplicada em 20% da totalidade dos Municípios brasileiros? Uma lei de 2003! Infelizmente, esse dado tenho que enfatizar. Somente 20% adotam a lei. Não querem que a lei pegue. Qual é o objetivo da lei? O objetivo da lei é mostrar para a criança branca e para a negra que o combate ao preconceito começa na sala de aula. É só esse o objetivo. Mas me parece que há uma resistência enorme ainda quanto a isso.

Sr. Presidente, permita-me dizer ainda que, quando o Congresso Nacional aprovou o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Idoso, o ProUni, o Fundeb, o salário mínimo e tantos outros temas, avançamos. Isso é inegável. Mas precisamos também fazer

um bom debate. Por que não aprovamos o Fundep, que é um fundo de investimento de iniciativa desta Casa para o ensino técnico profissionalizante, em todas as áreas? Por que não o aprovamos?

Por que não aprovamos o Estatuto dos Povos Indígenas? Vamos debater com a profundidade devida, mas vamos aprovar o Estatuto dos Povos Indígenas, o Estatuto da Igualdade Racial, o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Nesse contexto, quero ainda lembrar o debate instalado e polêmico das crianças com altas habilidades. Temos que analisar também essa situação.

Sr. Presidente, entendo eu ser fundamental aprovarmos o piso salarial dos professores. Até hoje não o aprovamos. Todos concordam, e as Casas não votam. Temos que valorizar os nossos professores, estruturar as escolas, para que todos saibam lidar inclusive com as diferenças. Esse é o investimento na preparação dos nossos professores.

O que poderia dizer ainda? Que é preciso aprofundar o debate sobre a grade curricular, a extensão do horário escolar, as influências socioeducativas. Temos que levantar ainda um debate profundo sobre as mais variadas temáticas. Uma delas é o meio ambiente, porque entendo que, apesar de estar sendo debatido, deveria ser incluída nos currículos escolares, do jardim de infância à universidade, a questão do meio ambiente.

Sr. Presidente, para finalizar, quero ainda dizer que a educação, para mim, é a grande base de todas as mudanças.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, quero mais uma vez me referir a V. Ex^a, que me falou muito dessa questão da floresta e dos povos que habitam nela. Temos que olhar a floresta e os povos que nela habitam.

Queria dizer ainda a todos que, nessa linha de respeito à diversidade, socorri-me de uma citação de Nelson Mandela. Certa vez ele disse que é maravilhoso, é gostoso, é bonito ensinar uma criança a amar; mas é truculento, é violento ensinar uma criança a odiar o seu semelhante. Ele traduz isso da seguinte forma: “Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem, ou por sua religião”. Para odiar as pessoas, alguém tem de ensinar. Obrigam ela a aprender a odiar. Se podem aprender a odiar, que é tão difícil, por que não ensinar o gesto bonito, solidário, carinhoso de amar os outros, e não o de odiá-los?

Por isso, mesmo quando leio o jornal, percebo formas de expressão quase odiosa – eu diria – contra um ou outro que pensa de modo diferente, como foi o caso, infelizmente, que todos citaram, que aconteceu esta semana. Não deixa de ser uma forma de discriminação, como que dizendo: “Desculpem-me esta expressão: o

que aquele negro, Senador, pensa para apresentar uma proposta, com tanta ousadia, para debate na sociedade?” Nós sabemos que infelizmente alguém já disse que você tem de olhar para dentro de si e perguntar: “Eu sou ou não sou preconceituoso?” E, muitas vezes, nós sabemos que isso acaba acontecendo.

Mas quero terminar, dizendo que acredito muito na educação. Há uma frase que diz: “A educação [eu espero que aqueles que foram desrespeitosos conosco entendam essa frase] é como a democracia: uma fonte eterna capaz de dar água a todos que nela forem se saciar”.

Então, educação é algo bom, como é bom fazer um debate sem ofender pessoalmente ninguém. Peço a Deus que nunca me negue – como eu dizia antes – que eu sempre tenha nos meus ouvidos mensagens como essa.

Quero terminar, dizendo que estive na Conferência Nacional de Educação e que me pediram para que eu coordenasse uma mesa. Quero dizer que, muito mais que coordenar aquela mesa, onde estavam intelectuais das mais variadas áreas... Confesso daqui, da tribuna do Senado, que, quando fui coordenar aquela mesa e olhei para o plenário, onde estavam os pensadores da questão da diferença, eu quase me intimidei. Pensei: “Eu, metalúrgico, hoje Senador, vou coordenar uma mesa para intelectuais?” Aquela foi a melhor coisa que eu fiz. Eu acho que, em certos momentos, os desafios nos encantam, nos entusiasma e nos fazem dar um passo à frente. Estive lá – confesso a vocês – com a mente, a alma e o coração de um estudante. Ouvi cada painelista. Foi uma aula brilhante. Aprendi muito. Quando eu terminei, eu só disse a eles que ali era o corte da diversidade. Se um dia alguém me disser que eu conduzi a minha vida nos mesmos moldes que os filhos de Dandara e Zumbi dos Palmares, eu vou me sentir orgulhoso e muito feliz, porque eu fui um guerreiro. Tomara que um dia, quando os anos passarem, alguém diga isto: “Paim passou pelo Senado, mas esteve lá como filho de Dandara e Zumbi, esteve lá como um guerreiro”. Tomara que um dia eu ouça isso. Ficarei muito feliz.

Como eu gosto muito – e aqui, de fato, é a última frase – dessa idéia da pureza, da liberdade e da inocência, eu termino lembrando Gonzaguinha. Ele disse em uma de suas canções:

Eu fico com a pureza
Das respostas das crianças:
É a vida! É bonita e é bonita!

Viver!
E não ter a vergonha
De ser feliz.

Cantar e cantar e cantar
A beleza de ser
Um eterno aprendiz”...

Eu quero ser, ao longo da minha vida, um eterno aprendiz. Eu aprendo muito com os senhores aqui no Senado da República.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o belo pronunciamento do Senador Paulo Paim, vamos seguir a orientação do nosso Secretário Geraldo Mesquita Júnior.

Em votação os **Requerimentos nºs 449, 468 e 469, de 2008**, de autoria dos Senadores Heráclito Fortes, Virgínio de Carvalho e Adelmir Santana, lidos anteriormente.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência convoca sessão solene conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se no dia 5 de junho do corrente, quinta-feira, às 10 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Em sessão anterior, foi lido o **Requerimento nº 397, de 2008**, do Senador Adelmir Santana e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de sessão especial no próximo dia 14 de maio, destinada a homenagear os 60 anos de criação do Estado de Israel.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadores Paim, Delcídio e Geraldo Mesquita, nós hoje lutamos em defesa dos aposentados. Quis Deus caísse nas minhas mãos, para encerrar esta sessão, o Informativo nº 2 da Assisefe – Associação dos Servidores Aposentados e Pensionistas do Senado Federal. Atentai bem, Delcídio Amaral, para a grandeza do Senado Federal. Os aposentados...

Então, vou ler só um trecho de um editorial do Presidente Lourival Zagonel dos Santos, que, primeiro, cita Thomas Jefferson: “Em questões de estilo, nade com a correnteza; em questões de caráter, seja firme como uma rocha.”

Aí ele diz... Olhai as nossas responsabilidades e as daqueles que viveram este Senado. Os nossos funcionários que estão aqui vão contar a nossa história.

Quem não se lembra da atitude firme e forte do Senador Auro Soares Moura Andrade, saudoso presidente do Senado Federal, que, em momento crucial de nossa Nação, enfrentou as forças revolucionárias, no seu famoso discurso onde afirmo: “Japona não é toga, e quem está dentro dela não é juiz”.

Olhem a grandeza desta Casa, sintetizada pelo Presidente Auro Soares Moura Andrade, revivida pelos funcionários que conviviam com ele.

Mário Covas é outro que ele revive, e todos nós conhecemos. Tive o privilégio de ser governado por ele. Vocês se aproximaram dele. Além do Executivo, Governador e Prefeito, ele foi do Legislativo, das duas Casas. Ele diz que “seu carisma e perseverança estão sintetizados numa frase”. Foram os funcionários da época, hoje aposentados, que fizeram a beleza desse jornal.

Mário Covas disse: “Não me venham falar em adversidades. A vida me ensinou que, diante delas, só há três atitudes possíveis: enfrentar, combater e vencer.”

Diz ainda que ouviram, nesta Casa, Djalma Maranhão dizer e repetir a frase de Calderón de la Barca: “Ao rei, tudo; até minha vida. Nunca a minha honra.”

Ele termina, dizendo o seguinte: “Como seria bom que os que estão aqui dissessem de nós: felizes foram aqueles que passaram.”

Os aposentados da época, funcionários, disseram:

Nós, os aposentados do Senado Federal, temos orgulho de contar que tivemos a oportunidade de conviver com essas autoridades (alguns, mais de perto; outros, a distância) e as temos registradas em nossa memória.

Os jovens, nossos filhos, nossos netos e os que vieram depois deles haverão de ter, em figuras como essas, o bom exemplo de como se constrói uma Nação.

Assina Zagonel, o Presidente.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro gostaria de dizer que não interrompi o Senador Paim porque – eu estava até conversando com o Senador Geraldo Mesquita – percebi que, num momento difícil que o Senado enfrenta, que o Congresso enfrenta, encerramos esta semana bem, graças a Deus, e com um discurso espetacular do Senador Paim.

Eu não quis interrompê-lo, mas disse aqui que o Senador Paim é um Senador rigoroso, competente e sereno, quase cirúrgico nas causas que ele defende,

principalmente causas voltadas para os movimentos sociais. O Senador Paim, com o conhecimento que tem, muito explicitamente, lucidamente, aqui falou e aqui disse. Por isso ele tem a consciência absolutamente tranqüila no que se refere ao trabalho que tem feito e ao que representa para a nossa Casa, para o seu Estado, o Rio Grande do Sul, e para o nosso País, o Brasil.

Eu disse ao Senador Paim que, quando há um grande debate, às vezes ocorrem até atitudes não condizentes principalmente com as práticas democráticas, e, num bom entendimento do que representa o Poder Legislativo, a Casa das leis, os grandes projetos e os projetos que transformam uma nação são polêmicos. As grandes lideranças são polêmicas porque são lideranças transformadoras, lideranças que trazem mudanças. E é desse jeito mesmo.

Vejo o Senador Paim muito tranqüilo, muito coerente com as suas posições, e o Senado inteiro, Senadores, Senadoras, somando-se a esse grande esforço, principalmente no resgate social e na consolidação daquelas políticas que vão transformar o Brasil num País melhor, num País mais fraterno, mais solidário, mais cidadão.

Sr. Presidente, em complementação ao que disse o Senador Paim, vamos discutir aqui esse projeto que olha essas questões indígenas com mais rigor, botando o dedo na ferida, como também o projeto das políticas de fronteira, insistentemente também trabalhado. Mas não recebi, infelizmente, até hoje, nenhum retorno do Ministério da Integração. Se tratamos os índios na Justiça, fronteira tratamos na Integração. E não tivemos resposta. Mas vamos em frente, fazendo as leis sempre de uma maneira, Senador Geraldo Mesquita, conciliatória, mas sem abrir mão do nosso dever e daquilo que é a nossa função, uma Casa legislativa, uma Casa de leis, resgatando essa missão precípua de todos nós aqui.

O Senador Paim falou da PEC nº 24. Está na hora de discutirmos essa questão da Previdência abertamente. Porque os números falam em rombo da Previdência, mas o problema é que o dinheiro da Previdência se alastra, capilariza-se cada vez mais, e aquilo que é estabelecido constitucionalmente não é seguido. E aí surgem discussões absolutamente difusas e distorcidas daquilo que efetivamente é o papel da Previdência para o nosso País.

Então, compreendo o avanço que foi a decisão tomada aqui na semana passada, quando votamos o projeto do Senador Paim e o projeto do Senador Tião Viana também.

E estamos prontos, Senador Paim, para os próximos debates, para realmente voltar a trazer a esta Casa as grandes decisões nacionais, que vão garantir um futuro melhor para a nossa gente, para o nosso povo,

que espera de nós, acima de tudo, este tipo de posicionamento, ousado, corajoso, republicano, mas, acima de tudo, de pessoas que querem ver o bem do Brasil.

Quero parabenizar o Senador Paulo Paim, parabenizar V. Ex^a, Presidente, o Senador Geraldo Mesquita, porque conseguimos terminar bem esta semana, com propostas, discutindo temas que são vitais para a nossa população e fazendo, acima de tudo, o nosso papel.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, o Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, meu caro irmão, assim como o Senador Delcídio, assisti encantado ao pronunciamento do Senador Paim, que mencionou Gonzaguinha, D. Hélder, mencionou poetas, para dar mais força àquilo que ele dizia acerca da educação, acerca do trato das questões, com a persistência e com a coragem que lhe são peculiares nesta Casa.

A língua coçou, mas eu me segurei, para dizer apenas que há momentos em que me abate um certo desânimo. Às vezes, a gente olha para aqui e não enxerga grandes avanços. Agora, quando eles vêm, às vezes em pequenas quantidades, Senador Delcídio, eles confirmam e justificam, Paim, aquilo que queria dizer para você e me reservei o direito de dizer agora, quando você fala da consistência, da persistência, do avanço das forças sociais inclusive, e que às vezes existem derrotas, mas persiste, luta e chega lá. Você me fez lembrar do que dizia, não sei se Karl Marx ou Lênin – agora me ocorre uma dúvida –, examinando uma situação muito parecida com essa, que há momentos na vida de todos os povos em que uns já não querem mais manter o *status quo*. Entendeu, Senador Paim? Então, eu digo sempre que o que faz com que eu afaste eventualmente o desânimo que me abate são essas pequenas vitórias que conquistamos aqui.

O Senador Delcídio está nos conclamando a travarmos debates sobre questões de fundamental importância para o povo brasileiro. E é isso que me deixa animado. E é essa perspectiva, Senador Delcídio, de que um dia, por uma gota d'água, as coisas acontecem. O acúmulo da luta, de vocês, de alguns de nós, vai se avolumando, vai se avolumando juntamente com o movimento social, que é denso – e é impressionante a força de que ele dispõe, força que às vezes até ele desconhece –, e o acúmulo disso tudo faz com que um dia uns já não queiram e outros já não possam mais manter o *status quo*.

Parabéns ao Senador Delcídio, ao Senador Mão Santa. Agradecemos, inclusive a paciência dos servidores desta Casa, e desejo uma boa noite a todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nesta Casa de 183 anos, o Presidente Sarney em pronunciamento disse: “Nunca decepcionou o Paim”.

Senadoras e Senadores, tanto é verdade que, aqui no jornal informativo da Associação dos Servidores Aposentados e Pensionistas, eles prestam uma homenagem ao ex-Senador Jarbas Passarinho.

Mas essa convivência que constrói esta Casa e que é a garantia da democracia brasileira persiste.

O mesmo orgulho temos de nossos servidores. Falo da Mesa Executiva, da Secretária Cláudia Lyra, de José Roberto, de José Pedro e de todos os servidores a quem o Senador Geraldo Mesquita agradeceu.

Darei um exemplo. Quando discursava ali ainda não tinha almoçado. A prova de que continua existindo o mesmo respeito entre servidores e Senadores é o fato de que o Zezinho trouxe-me um lanche.

Brasileiros e brasileiras, como diz o Presidente Sarney, o Senado não vai decepcionar o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os Srs. Senadores César Borges, Eduardo Azeredo, Romero Jucá, Papaléo Paes, Sérgio Guerra, Flexa Ribeiro e Gerson Camata enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I, § 2º, do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. CÉSAR BORGES (PR – BA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o dia 21 de abril tem sido uma data particularmente trágica da nossa história. Lembramos sempre de um país que poderia ter sido e que não foi.

Temos o enforcamento de Tiradentes, que buscou nossa independência com base nos valores republicanos, muitos desses valores ainda frágeis no país; temos o calvário de Tancredo, que construiu o caminho para uma democracia que ainda se consolida na sua vertente social e cidadã.

Mais recentemente, a precoce perda do nosso querido Luis Eduardo Magalhães, a quem quero homenagear especialmente, agora que se completa 10 anos de sua morte. Naquele momento, desaparecia uma ponte para um país mais moderno.

Claro que o 21 de abril não é uma data apenas de frustração para os brasileiros, porque também é o momento de tomarmos o exemplo dos nossos heróis para seguirmos em frente.

E quantos bons exemplos nos deixou aquele jovem e promissor líder político, o mais promissor de sua geração, que, num 21 de abril de 1998, surpreendeu a todos nós com sua morte repentina!

Uma morte que ceifou uma carreira meteórica iniciada na Assembléia Nacional Constituinte e que, em menos de 10, o levou à presidência da Câmara dos

Deputados, onde se notabilizou como um líder firme mas democrático das grandes reformas do Brasil.

Naquele abril de 1998, Luis Eduardo se preparava para disputar a eleição de governador como candidato de um leque de alianças que parecia impossível à Bahia, mas que seu pendor para o diálogo viabilizou.

Quando vemos hoje um Brasil carente de lideranças, quando procuramos em volta por um sucessor para o presidente Lula, alguém que seja capaz de dar um giro a mais na Roda da História, alguém capaz de garantir um novo patamar para o crescimento que o país vive, nos defrontamos também com a falta de Luis Eduardo.

Como Líder e como Presidente da Câmara, foi Luis Eduardo quem tocou as reformas dos anos 90, usando seu talento pessoal, sua habilidade, sua coragem, mas sobretudo a sua credibilidade, credibilidade que só tem aquele que crê no que está propondo.

O que Luis Eduardo falava não tinha a evanescência das palavras fáceis, ele não dizia por dizer, mas por entender que aquilo era o certo; Luis Eduardo falava com a ênfase da convicção. Na sua ausência, as reformas fracassaram.

Como Luís Eduardo nos faz falta! Vejam quanto o país necessita de uma Reforma da Previdência, iniciada mas nunca completada, para não falar da Reforma Tributária, que retorna agora para votação no Congresso.

Tenho certeza que, se vivo fosse, Luís Eduardo teria continuado com sucesso a reforma do Estado brasileiro, usando para isto a sua capacidade de convivência com os contrários, capacidade que permitiu a ele deixar amigos em todos os partidos.

E por que ele conseguiu ampliar seu diálogo para além da fronteira ideológica, indo até os mais extremos adversários, ainda que nunca abandonasse suas convicções pessoais?

Eu vou responder com uma síntese muito pertinente que o senador Heráclito Fortes fez, aqui neste plenário, das características de Luis Eduardo.

Disse o senador que Luís Eduardo possuía três grandes credenciais: a primeira delas, a credibilidade. A segunda, a capacidade de ouvir. A terceira sua força de agregação.

Estas características nos fazem lembrar também o que disse o então senador Artur da Távola: “*Luís Eduardo – disse Távola – foi um liberal moderno. (...) Um liberal moderno não é o reacionário do meu tempo. Nem o capitalista selvagem que aprendi a conhecer e combater. (...) O liberal moderno é um homem capaz de compreender, na profundidade do fenômeno político, a importância das alianças como base indispensável ao avanço*”.

Mas, quem foi esse liberal moderno, que muitos viram como um sucessor do presidente de Fernando Henrique, mas que as novas gerações não conheceram?

Para mim, foi um líder de idéias adiante do seu tempo, idéias que apenas agora se tornaram senso comum em nossa sociedade, graças à democracia que permitiu a um partido de origem sindical conquistar o poder para confirmar as hipóteses que combatia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a inclinação reformista de Luis Eduardo Magalhães já se manifestara desde os primeiros anos da década de 80 do século XX, ainda como um jovem deputado estadual, quando pregava a abertura de mercado e a diminuição da presença do Estado na economia.

Ao chegar à Câmara como Deputado Constituinte já pregava a reforma do sistema bancário e a reforma da previdência, apontando os caminhos necessários ao país, ainda que difíceis.

Sua preocupação com a inflação o fazia defensor do controle fiscal rigoroso. Por isto, criticava o déficit público, em 94: “Considero um absurdo buscar o equilíbrio fiscal transferindo, mais uma vez, a conta para o trabalhador”, disse ele. A conta era o nefasto imposto da inflação.

Em 1997, ao pedir uma verdadeira reforma fiscal, Luis Eduardo lembrou a luta do professor Mário Henrique Simonsen no combate ao que chamavam, ambs, de “câncer fiscal”.

Disse Luis Eduardo: “Que este Congresso Nacional, urgentemente, vote e aprove as reformas nesse terreno — única forma consistente de combater a miséria e o desemprego — para que a luta do professor Simonsen chegue à racionalidade e objetividade que perseguiu durante toda a vida e possamos construir um Brasil melhor”.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, quero destacar que o liberal moderno que citei há pouco também estava convencido de que o país precisava de políticas sociais consistentes, precisava de cidadania.

As idéias sociais de Luís Eduardo se consolidaram junto com seu pensamento reformador político-econômico. Foi assim que ele tornou-se defensor ardoroso do papel da educação para nosso país.

Durante a campanha a governador, nos primeiros comícios que ainda chegou a fazer, ele deixou vários caminhos inovadores, muitas boas idéias, que incorporei no governo que acabei herdando, especialmente na redução da pobreza.

Sr^{as}. e Srs. Senadores, o que assistimos hoje é a vitória das idéias que Luís Eduardo pregou na Constituinte de 88 e que muitas vezes foram confundidas com conservadorismo. Hoje se comprova o acerto, se reconhece que não havia e não há outro caminho para o país.

Hoje, quando as necessidade de reformas trabalhista, da previdência e tributária são consenso no Brasil, quando o combate à inflação se tornou um com-

promisso de todos os governos brasileiros, o legado deixado por Luís Eduardo fica ainda maior.

Hoje há um coro de vozes onde ontem ele discursou para uma platéia vazia.

Mas este também é um momento de muita emoção porque será o primeiro 21 de abril, desde a sua morte, que não estará entre nós o senador Antonio Carlos Magalhães, pai e maior fã de Luis Eduardo.

É na ausência de Antonio Carlos Magalhães que aumenta nossa responsabilidade de fazermos lembrar o sonho de Luis Eduardo por um país menos cartorial, mais justo, mais organizado, capaz de valorizar e premiar o esforço dos mais dispostos mas também de socorrer os mais fracos.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para destacar ação importante do Governo do Estado de São Paulo, comandado pelo PSDB. Na última segunda-feira, 14 de abril, o Governador José Serra inaugurou o primeiro hospital do País voltado exclusivamente para a saúde do homem — o Centro de Referência para Saúde do Homem, localizado na região central da capital paulista.

Com equipamentos de última geração e 24 médicos especialistas, o Centro de Referência reúne especialidades médicas voltadas para a saúde masculina, como andrologia, patologias da próstata e urologia, além de núcleos para check-up. Os principais tratamentos, entretanto, serão das questões que envolvem a próstata, cujo câncer é a segunda maior causa de mortalidade por essa doença no Brasil, só ultrapassado pelo câncer nas vias respiratórias.

O Centro de Referência tem ainda um núcleo de ensino e pesquisa, que terá palestras e cursos abertos ao público. A unidade tem capacidade para realizar 36 mil consultas por ano.

Segundo o Governador José Serra, o novo hospital não vai se limitar apenas ao atendimento dos pacientes que o procurarem, mas se tornará um centro de referência estadual. A intenção é fixar padrões, referências e metodologias que permitam um atendimento mais rápido e um índice de resolutividade mais elevado. José Serra pretende criar outras unidades desse tipo no estado.

Tendo em vista a importância desta ação, solicito que este breve pronunciamento e a matéria veiculada no site oficial do Governo de São Paulo, no dia 14 de abril, passem a integrar os Anais dessa Casa.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Serra inaugura 1º hospital do país com atendimento exclusivo para homens

Segunda-feira, 14 de Abril de 2008 às 16h27

(atualizada às 18h15)

São Paulo ganhou o primeiro hospital do país com atendimento voltado exclusivamente para a saúde do homem. Nesta segunda-feira, 14 de abril, o governador José Serra inaugurou o Centro de Referência da Saúde do Homem, que vai funcionar no novo prédio construído no Hospital Brigadeiro, na região central da capital paulista.

“Esse hospital vai tratar principalmente das questões que envolvem a próstata. O câncer na próstata é a segunda causa de mortalidade por câncer no Brasil, só ultrapassado pelo câncer nas vias respiratórias. Estamos criando um centro de referência, com equipamentos de última geração, com 36 médicos especialistas, muito bem preparados”, anunciou o governador José Serra após visitar o interior do hospital e descerrar a placa inaugural ao lado do secretário da Saúde, Luiz Roberto Barradas Barata.

Serra disse que o novo hospital não vai se limitar apenas ao atendimento dos pacientes que o procurarem, mas se tornará um centro de referência estadual. “Ele vai ajudar a desenvolver o atendimento dos problemas de próstata em todo o Estado de São Paulo, porque ele vai fixar padrões, referências e metodologias que permitam um atendimento mais rápido e um índice de resolutividade bastante mais elevado”, explicou.

“Cada sala de consultório médico tem um ultra-som. Então o médico está examinando e já deita o paciente e dá uma olhada no tamanho da próstata”, observou Serra numa referência à agilidade pretendida com o novo centro. “É a idéia da resolutividade, de não ficar enrolado, que é o que muitas vezes acontece no sistema de saúde. Com isso, o diagnóstico precoce vai ficar infinitamente mais barato”, completou.

O governador disse ainda que, com a implantação e o desenvolvimento da unidade, outras poderão ser criadas em todo o Estado. A primeira delas deve ser instalada no Hospital do Ipiranga, na zona sul da capital paulista.

Durante discurso, o secretário da Saúde, Luiz Roberto Barradas, aproveitou para lembrar que a criação do hospital surgiu no começo do ano passado. “O Estado já tinha um centro de saúde da mulher e achamos que já estava na hora de montarmos um serviço modelo que pudesse ser o precursor de uma série de atividades para preservar a saúde do homem”, declarou.

“A idéia inovadora e altamente necessária só foi possível de ser colocada em prática pelos grandes investimentos feitos pela atual administração do Estado de São Paulo em obras, equipamentos com tecnologia de ponta e contratação de recursos humanos de reconhecida capacidade através de concurso público”, disse o diretor do Hospital Brigadeiro, João Carlos Vicente de Carvalho.

A unidade

O Centro de Referência da Saúde do Homem ocupa um andar inteiro e está incluído na reforma completa pela qual passa o Hospital Brigadeiro. O investimento total nas obras ultrapassou R\$ 18,2 milhões.

O novo modelo de atendimento reúne especialidades médicas voltadas à saúde masculina, como andrologia, patologias da próstata e urologia, além de núcleos de alta resultabilidade (check-up). Também conta com um núcleo de ensino e pesquisa, que terá palestras e cursos abertos ao público. A unidade, que contará um total de 24 médicos, tem capacidade para realizar 36 mil consultas por ano.

Na área de andrologia os pacientes contarão com três setores: sexualidade, que abordará a questão com adolescentes, adultos e idosos, além de problemas de ereção; esterilidade, que também terá programas de paternidade e vasectomia; e trans-sexo, que atenderá trans-sexuais e também terá programas de amparo psico-emocional, orientação legal e cirúrgica.

O departamento de patologias da próstata será dividido em dois setores: diagnóstico e tratamento das DST, prostatites (infecções da próstata causadas por bactérias e vírus) e prevenção do HIV e HPV; e tumores (câncer e hiperplasia benigna da próstata).

Já na área de urologia o Centro contará com profissionais de nefrourologia (hipertensão renovascular e transplante renal), endocrinourologia, neuroururologia (disfunções da vesícula, uretrais e incontinência urinária) e urologias geriátrica e plástica.

Cíntia Cury e Manoel Schlindwein com informações da secretária da Saúde

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, a promoção do desenvolvimento do Brasil, nesta ocasião histórica de confiança nas instituições democráticas e no futuro, neste momento em que, afinal, retomamos o crescimento depois de décadas de estagnação, depende, de maneira drástica, da recuperação da infra-estrutura de transportes existente e da criação de novos corredores, sobretudo nas áreas de fronteira agrícola e nas regiões de ocupação mais recente.

Uma outra frente de ação desenvolvimentista reside na integração continental. A iniciativa da criação do Mercosul e de sua expansão é bem o exemplo de política acertada de aproveitamento das complementaridades entre as economias do Brasil e das nações-irmãs da América do Sul.

O Estado de Roraima, por sua localização extrema, do lado de lá da grande bacia do Amazonas e distante do Centro-Sul do País, constitui um caso particular de conveniência estratégica de escoamento da produção econômica pela via das vizinhas Venezuela e Guiana. Com portos situados no mar do Caribe, esses países constituem canais preferenciais de nossos produtos para o mercado norte-americano.

Roraima constitui, assim, o exemplo por excelência da articulação entre as duas frentes de ação desenvolvimentista: a da expansão da infra-estrutura de transportes e a da integração aos países vizinhos. Nesse sentido é que precisamos saudar a próxima conclusão das obras da ponte sobre o rio Tacatu, que separa o Brasil da República da Guiana na fronteira Leste do Estado.

O anúncio do término dos trabalhos de construção da ponte foi feito pelo embaixador brasileiro na Guiana, Arthur Meyer, em entrevista ao jornal *Folha de Boa Vista*. Prevista para junho ou julho, a inauguração da ponte deverá contar, muito apropriadamente, com a presença dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Bharrat Jagdeo, do país fronteiriço.

Uma vez inaugurada a ponte, deverão ser iniciadas as negociações para a construção de uma estrada ligando essa divisa internacional à cidade guianense de Linden, a partir da qual já existe ligação ao porto de Georgetown. Uma missão técnica do Ministério dos Transportes deverá viajar ainda este mês à Guiana para, juntamente com técnicos do país vizinho, reunir-se com a firma britânica de consultoria Mott McDonald para encomendar um estudo de viabilidade econômica para a rodovia. De fato, as negociações estão avançadas e já até existem recursos oriundos do Banco

Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a realização dos estudos.

A publicação da versão final do estudo de viabilidade da estrada está prevista para o início do próximo ano e, a partir de então, deveremos procurar o financiamento para sua construção.

A integração de Roraima aos países vizinhos significa a abertura de novas e grandes oportunidades econômicas. O Sul da Guiana, por exemplo, é uma província mineral rica em bauxita, minério de alumínio para cujo beneficiamento o Brasil detém tecnologia.

Resta-nos insistir sobre a oportunidade e a importância do estreitamento de laços econômicos e comerciais do Brasil com os outros países da América do Sul. Roraima, por sinal, é um das Unidades Federadas que mais têm a se beneficiar de uma ligação internacional para o escoamento de sua produção. Não deixemos de notar que essa integração internacional se dará sem prejuízo da integração mais que estratégica do Estado com o resto do País. Ao contrário: o desenvolvimento dessas áreas distantes é o melhor caminho para a afirmação da soberania nacional sobre nossas fronteiras.

Eram essas, Sr. Presidente, as impressões que gostaria de deixar aqui registradas, nesta oportunidade, sobre este importante instrumento de integração regional, a ponte Brasil-Guiana.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Há indícios contra Palocci, diz procurador”, publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* em sua edição de 27 de fevereiro do corrente.

A matéria destaca que o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, afirmou que há indícios de que o ex-ministro da Fazenda e deputado Antonio Palocci (PT-SP) cometeu crime de quebra de sigilo funcional no episódio do caseiro Francenildo Costa.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE SÃO PAULO

QUARTA-FEIRA, 27 DE FEVEREIRO DE 2008 **brasil A5**

Há indícios contra Palocci, diz procurador

Antonio Fernando afirma que decisão sobre abertura ou não de ação penal contra o ex-ministro caberá ao Supremo

'Evidentemente que não se oferece denúncia sem estar convencido de que há elementos que indicam a autoria', afirma procurador

**SILVANA DE FREITAS
ANDRÉA MICHAEL**
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, disse ontem que há indícios de que o ex-ministro da Fazenda e deputado Antonio Palocci (PT-SP) cometeu crime de quebra de sigilo funcional no episódio do caseiro Francenildo Costa e que a decisão sobre abrir ou não a ação penal será do STF (Supremo Tribunal Federal).

"Evidentemente que não se oferece denúncia sem estar convencido de que há elementos que indicam a autoria e a materialidade [do crime]. A culpabilidade é algo que se resolve durante o julgamento perante o tribunal competente [o Supremo Tribunal Federal]."

Na última sexta-feira, Antonio Fernando ofereceu ao STF a denúncia criminal contra Palocci, acusando o hoje deputado federal de usar o cargo de ministro da Fazenda para promover a violação ilegal de sigilo bancário de Francenildo Costa, em março de 2006.

Dias antes, o caseiro havia afirmado em depoimento à CPI dos Bingos que Palocci frequentava a chamada "casa do lobby" em Brasília, local onde havia negociatas e festas com garotas de programa, segundo Francenildo. O escândalo provocou a queda de Palocci no dia 27 de março, que então concorreu a uma cadeira na Câmara dos Deputados e foi eleito.

Também foram denunciados o ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Mattoso, suspeito de autorizar a violação do sigilo do caseiro na CEF, e o então assessor de imprensa do Ministério da Fazenda Marcelo Netto, acusado de divulgar a informação a jornalistas.

Relatório

O procurador-geral disse que a apresentação da denúncia "não é juízo de condenação, é juízo de presença de elementos que indicam a existência de atos ilícitos". O crime de quebra do sigilo funcional é punido com prisão de um a quatro anos, conforme a Lei Complementar nº 105. Caberá aos 11 ministros do STF decidir se instauram ou não o processo.

O relatório da Polícia Federal encaminhado ao procurador, e que serviu de base para ele ofe-

recer a denúncia, imputa a Palocci pelo menos outros três crimes que não constam da denúncia apresentada contra o ex-ministro ao Supremo.

Se fossem considerados pelo procurador, os crimes apontados pela PF poderiam render a Palocci, em caso de condenação, pena de prisão de até oito anos, em vez do máximo de quatro, que lhe foi sugerido pelo Ministério Público Federal.

Para a Polícia Federal, juntamente com seu ex-assessor Marcelo Netto e o ex-presidente da Caixa Econômica Federal, além de violar o sigilo, nos termos previstos no artigo 10 da Lei Complementar 105, o trio foi enquadrado em pelo menos quatro outros artigos do Código Penal, entre os quais o crime de denúncia caluniosa, para o qual a previsão é de até oito anos de prisão.

Praticar essa conduta é acionar a máquina judiciária para entrar ação contra alguém em caso que se sabe ter no alvo um inocente. Esse foi o entendimento do delegado federal Rodrigo Carneiro, que conduziu as investigações e concluiu pela prática de tais crimes, tendo Palocci como mentor.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “Estado atrapalha o PIB”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 13 de março 2008.

A reportagem destaca que o Produto Interno Bruto, PIB, de 5,4% no ano passado, não é sustentável, segundo avaliação do economista José Roberto Mendonça de Barros, sócio da MB Associados. Para este ano o economista projeta uma taxa menor, entre 4,5% e 4,6% para o PIB. Entre os motivos apontados pelo economista para essa desaceleração estão a re-

dução das exportações líquidas, a perda de fôlego do consumo das famílias e do crédito. Mendonça de Barros ressalta que uma das travas para o crescimento é o tamanho do Estado.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Entrevista

José Roberto Mendonça de Barros: economista e sócio da MB Associados

‘Estado atrapalha o PIB’

‘Não acredito em sustentabilidade com o Estado inchando da forma como está atualmente, diz ele

Márcia De Chiara

O ritmo de crescimento Produto Interno Bruto (PIB), de 5,4% no ano passado, não é sustentável, segundo avalia o economista José Roberto Mendonça de Barros, sócio da MB Associados. Para este ano, ele projeta uma taxa menor, entre 4,5% e 4,6% para o PIB.

Entre os motivos apontados pelo economista para essa desaceleração estão a redução das exportações líquidas, a perda de fôlego do consumo das famílias e do crédito. Além disso, Mendonça de Barros ressalta que uma das travas para o crescimento é o tamanho do Estado. “Não acredito em sustentabilidade com o Estado inchando da forma como está atualmente.” A seguir os principais trechos da entrevista.

O desempenho do PIB de 5,4% em 2007 se sustentará neste ano?

Avaliamos que o desempenho deste ano será inferior. Projetamos algo entre 4,5% e 4,6%. Teremos um bom desempenho, mas não nesse nível, acima de 5%.

Por quê?

Por três motivos. O primeiro é que as exportações líquidas vão cair muito rápido, o que já está aparecendo no saldo comercial.

Mas e o pacote cambial?

Sou completamente cético de que essas medidas possam ter resultado. Como trabalho com essa hipótese, não tenho dúvida de que as exportações líquidas vão cair rapidamente e o saldo comercial também.

E os outros fatores?

Do ponto de vista doméstico, achamos que o desempenho do consumo das famílias deverá ser um pouco mais lento em relação o registrado em 2007. No último trimestre, a taxa anualizada do consumo das fa-

mílias foi de 8,6% e isso definitivamente não é sustentável. Achamos que esse ritmo não vai se manter por três razões: em primeiro lugar, o aumento muito rápido no custo da alimentação, que já ocorreu, come muito a renda e a capacidade de compra das camadas mais baixas. A outra razão é que, ao longo do tempo, o crédito ao consumidor vai desacelerar. O volume de crédito será crescente, mas a velocidade da expansão será menor, isso porque o custo do dinheiro já subiu. Esse é o resultado mais direto da crise internacional. Além disso, em algumas áreas existe o IOF, que não tinha antes. Também estamos vendo a redução dos prazos máximos de financiamentos. Há um fator que não é certo, mas pode afetar o consumo, que é a eventual possibilidade de aumento dos juros ao longo do ano.

Por causa das turbulências?

Muito mais pela aceleração da demanda e os efeitos sobre a inflação. Temporariamente a inflação está mais tranqüila por causa da safra, mas os preços de commodities estão mui-

to elevados e isso vai se traduzir em mais inflação. Finalmente, como o mercado está aquecido, os salários estão aumentando, o que é bom para o consumidor, mas ruim para o custo de produção. O preço dos serviços estão aumentando devagar, mas firmemente. Quando se soma tudo isso, há razões para se ter menos crescimento. Eu adicionaria mais um fator que não está fazendo um efeito muito grande hoje, mas fará mais para frente. A turbulência lá fora está provocando uma contração de crédito, que é muito forte lá fora, mas que aparece em outros mercados. Para acelerar o crescimento temos de investir mais, mas temos obstáculos. Não acredito em sustentabilidade com o Estado inchando da forma como está. Uma das indicações que se tira é que o PIB está bem, porém o desempenho dos impostos está melhor. A preços básicos, o PIB cresceu 4,8% e os impostos aumentaram 9,1%. Como os impostos não são gastos com a melhor eficiência possível, isso é uma trava ao crescimento. ●

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Muitas interrogações”, publicado pelo jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 05 de abril de 2008.

O artigo trata de várias perguntas que ficaram sem respostas, sobre o caso do “dossiê” dos gastos secretos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

MELCHIADES FILHO

Muitas interrogações

BRASÍLIA - Por que a Casa Civil só foi remexer no arquivo morto dos gastos secretos de FHC em fevereiro, quando o Congresso discutia a instalação de uma CPI para apurar despesas da Presidência de Lula?

Qual foi o objetivo das reuniões entre arquivistas e assessores de Dilma Rousseff entre 8 e 18 de fevereiro? A que levantamento a ministra da Casa Civil se referia quando contou a empresários, no dia 20 do mesmo mês, que já tinha munição para que o governo “não apanhasse sozinho”? Por que sua secretária-executiva, Erenice Guerra, não vem a público e nega que tenha ordenado a encomenda do dossiê?

Por que o Planalto não protestou quando detalhes do conteúdo do dossiê foram noticiados, em contagotas, nos dias anteriores à criação da CPI, quando interessava ao governo intimidar a oposição? Por que agiu apenas após a revelação de que a Casa Civil formatou esse arquivo exclusivo sobre os tucanos? Que funcionários têm acesso a ele?

Já que a divulgação de gastos sigilosos é crime, por que a Polícia Federal ainda não entrou no caso? Por que ela não poderia investigar a confecção do dossiê também?

São perguntas simples. As respostas poderiam ajudar a Casa Civil a se defender. O governo, porém, nega-se diariamente a fornecê-las.

Empenhado em poupar a “mãe do PAC”, o Planalto até ontem usou intermediários para lançar versões que variam em tudo, menos na inconsistência. A entrada em cena da própria Dilma, que poderia marcar uma inflexão, não fez diferença. A ministra conseguiu a façanha de negar tudo e não descartar nada.

De novidade, tornou oficial a caça de araque ao “espião” ou “invasor” que, ao vaziar trechos do dossiê, tornou pública a trincheira de contra-informação montada no palácio.

A estratégia de comunicação de Lula atolou-se de vez no jogo político. Abandonou o “ele não sabia” e agora oscila entre tergiversações e o “nada a declarar” da ditadura.

mfilho@folhasp.com.br

O SR. GERSON CAMATA (PMDB–ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os brasileiros já podem se preparar para mais uma temporada de desordem e violência no campo, de afronta ao Estado democrático e de desprezo pelas instituições. O patrocínio é do MST, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que promove todos os anos a ofensiva denominada “Abril Vermelho”.

Trata-se de um espetáculo vergonhoso, de cujo roteiro fazem parte invasões de prédios públicos e de fazendas, roubo de cabeças de gado, bloqueio de estradas, marchas rumo às capitais e protestos contra as empresas do agronegócio.

Agronegócio, juntamente com globalização, privatizações, avanço científico no campo – tudo isso são palavras para os dirigentes do MST. Pertence a um passado longínquo o tempo em que seu objetivo era lutar pela distribuição de terras para agricultores. Hoje, suas metas são tão anacrônicas, ultrapassadas, quanto as foices que seus integrantes empunham – e que não hesitam em usar contra quem ousa atravessar seu caminho.

O MST não esconde mais seus propósitos, de fazer do Brasil uma ditadura socialista nos moldes de Cuba ou da Coreia do Norte. Para isso, recorre cada vez mais à violência, atitude coerente com a radicalização ideológica que vem experimentando.

São muitos os exemplos recentes de suas ações truculentas. No mês passado, a Estrada de Ferro Vitória a Minas, da Vale, foi invadida e fechada por manifestantes que arrancaram placas de sinalização e jogaram pneus sobre a linha, paralisando as operações dos trens de passageiros e todo o transporte de minério. Cerca de 300 mil toneladas deixaram de ser transportadas de Minas para o Porto de Tubarão, em Vitória, e 2 mil e 500 passageiros ficaram impedidos de viajar.

No mesmo mês, mulheres da Via Campesina, uma “sucursal” do MST, ocuparam uma unidade de pesquisa da Monsanto, em Santa Catarina, e destruíram o campo experimental de milho transgênico mantido pela empresa. Dois anos antes, integrantes do MST tinham depredado os laboratórios de pesquisa da Aracruz Celulose no Rio Grande do Sul, inutilizando materiais genéticos que resultavam de mais de 15 anos de pesquisas e causando um prejuízo de 400 mil dólares.

No Pará, a Estrada de Ferro Carajás, também da Vale, sofreu duas invasões, em outubro e novembro do ano passado, que interromperam o transporte de 650 mil toneladas de minério. Na fronteira entre o Maranhão e Tocantins, militantes do MST invadiram em março o canteiro de obras da Usina de Estreito, obra incluída no PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento, e que começou a ser construída no ano passado. Na Bahia, a Fazenda Bela Manhã, da Aracruz Celulose, em Teixeira de Freitas, no Sul do Estado, foi ocupada por 2 mil militantes no início deste mês.

A perspectiva da impunidade torna ainda mais audaciosos aqueles que desafiam a lei. Não é diferente no caso do MST. No Norte do País, como mostra reportagem publicada esta semana pela revista Istoé, sua presença atemoriza investidores, afugenta empresas e contribui para promover o aumento dos índices de desemprego.

A Indústria Biológica e Farmacêutica da Amazônia, instalada nas proximidades de Belém do Pará, faliu em 2006 e este ano foi adquirida por um grupo de empresários dispostos a recuperá-la. Não demorou para que a sede da empresa fosse invadida por integrantes do MST – que continuam a ocupá-la, apesar de a reintegração de posse já ter sido concedida pela Justiça.

Diante de precedentes como este, não será surpresa se muitos planos de investimentos forem cancelados devido ao alto risco que corre qualquer empreendedor que se instalar na região.

A maior prejudicada pelo vandalismo do MST tem sido a Vale. Ao ocuparem a Ferrovia de Carajás, os manifestantes diziam lutar pela reforma agrária. É o caso de indagar o que a mineradora tem a ver com a reforma agrária – tanto que, em nota, a empresa manifestou sua perplexidade por ser alvo de reivindicações que simplesmente não pode atender.

Mas, para quem vive segundo a lógica do “quanto pior, melhor”, coerência é o que menos importa. Importa, isto sim, provocar confusão, semear violência e arregimentar adeptos para sua doutrina, de preferência baderneiros profissionais. Quanto aos interesses das populações afetadas por seus atos, que se danem. O que vale é a “causa”.

É em nome de “causas” que se cometeram, e continuam a ser cometidas, incontáveis atrocidades. É em nome de “causas” que milhões de pessoas passaram, e ainda passam, por sofrimentos inconcebíveis. Como o fim supremo justifica os meios, está acima de tudo e de todos, não há instituição, nem mesmo a Justiça, merecedora de respeito.

Há poucos dias, vimos uma dirigente do MST descartar sumariamente a possibilidade de o Movimento respeitar decisões judiciais, sob a alegação de que “a Justiça fez uma opção de classe e tem se posicionado ao lado das grandes empresas, ao lado da burguesia”. Ou seja, o MST coloca-se acima da lei, já que esta não serve aos seus interesses. Ao fazer isso, revela sua vocação para o totalitarismo, sua incompatibilidade com o regime democrático.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 13 minutos.)

Agenda do Presidente do Senado Federal

Senador Garibaldi Alves Filho

17/04/2008

Quinta

- 09:30** **Assinatura do Ato Conjunto de Celebração pelos 20 anos da**
Constituição.
Salão Nobre da Câmara dos Deputados
- 10:00** **Sessão em homenagem ao Dia do Exército Brasileiro**
Plenário do Senado Federal
- 10:30** **Reunião da Mesa Diretora do Senado Federal**
Gabinete da Presidência do Senado Federal
- 14:00** **Sessão em homenagem ao jornalista Assis Chateaubriand, pelo**
transcurso dos 40 anos do seu falecimento.
Plenário do Senado Federal
- 15:00** **Visita do Ministro de Estado Edson Santos da Secretaria Especial**
de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.
Gabinete da Presidência do Senado Federal
- 16:00** **Ordem do dia - Sessão deliberativa do Senado Federal**
Plenário do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 772 , de 2008**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo nº 020.704/07-0.

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, o servidor ANTONIO DE PADUA FRANCIS KALUME, Analista Legislativo, Área 2.2 – Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade – Orçamento Público, Nível III, Padrão 45, nos termos do Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, com a vantagem prevista no art. 1º da Resolução (SF) nº 74, de 1994, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 17 de abril de 2008.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 773 , de 2008**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pela Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 262/97-8, resolve ALTERAR o Ato nº 418/97, do Diretor Geral, que aposentou voluntariamente com proventos proporcionais ao tempo de serviço, o servidor JOSÉ PAULO PIMENTEL PINHEIRO, matrícula 33021, Análita Legislativo, Classe Especial, Padrão 45, para incluir o artigo 190 da Lei nº 8.112/90, tendo em vista que o mesmo foi considerado portador de doença especificada em Lei, em caráter permanente, por Laudo Médico expedido pela Junta Médica do Senado Federal, em 19/12/2007, com diagnóstico feito em 14 /04 / 2007.

Senado Federal, em 17 de abril de 2008.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

S/PARTIDO - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
PTB - Carlos Dunga** (S)

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virginio de Carvalho** (S)

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Peres*
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Sibá Machado* (S)
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Geovani Borges* (S)
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁹⁾

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final: 12/05/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹²⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁰⁾	
Fátima Cleide (PT-RO)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Sibá Machado (PT-AC) ⁽³⁾	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Peres (AM)	
PDT/PSOL ⁽¹¹⁾	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
8. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
9. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
10. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
11. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
12. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 3311-3514
Fax: 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) ⁽²⁾
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (Sem Partido-) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Paulo Paim (PT-RS)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. VAGO
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008

2. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	
PTB	
VAGO	1. VAGO
PDT	
VAGO	

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5 titulares

Leitura: 05/03/2008
Prazo final: 03/06/2008

TITULARES
Senador Gerson Camata (PMDB)
Senador César Borges (PR)
Senador Papaléo Paes (PSDB)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
VAGO

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM)

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 7

Leitura: 25/03/2008

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

Finalidade: Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

Número de membros: 3 titulares

Leitura: 03/04/2008

TITULARES	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador Inácio Arruda	(PC DO B)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO	
Maioria (PMDB)	
Senador José Nery	(PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Ideli Salvatti (PT)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Sibá Machado (PT)
Renato Casagrande (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB)
Expedito Júnior (PR)	6. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	7. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
	8. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	9. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁷⁾	5. VAGO ⁽⁴⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽⁶⁾	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
João Vicente Claudino	1. VAGO
Gim Argello	2. VAGO
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Serys Silhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽⁶⁾	1. VAGO

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.

2. Vaga do PMDB cedida ao PSB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (Sem Partido) ^(2,4)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Sihessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁷⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽⁸⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Gim Argello	1. VAGO
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
8. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

3. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Serys Shessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmi Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Eleito em 8.8.2007.

2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Sibá Machado (PT) ⁽⁹⁾
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽¹⁰⁾	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
VAGO ⁽⁵⁾	6. VAGO
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Demóstenes Torres (DEM)
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽⁶⁾
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽⁸⁾	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
8. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
9. Em 15/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. 44/2008).
10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Silhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽³⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM)
Mário Couto (PSDB) ⁽⁴⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
VAGO	1. VAGO
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 02/04/2008, o Senador Mário Couto é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Cícero Lucena, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008 (Of. 40/08-GLPSDB).
5. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Silhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Sibá Machado (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

RELATOR: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 121/2008-GLPMDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽¹²⁾	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽¹¹⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽¹⁰⁾	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽⁹⁾	
VAGO	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.

2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.

3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.

5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).

6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.

8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

10. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

11. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

12. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Sibá Machado (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. VAGO
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

Prazo final: 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.

2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.

2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Fátima Cleide (PT)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Geovani Borges (PMDB) ⁽⁹⁾
Paulo Duque (PMDB)	5. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁵⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽¹⁾
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁸⁾	3. Kátia Abreu (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁷⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Fernando Collor	1. VAGO
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (Sem Partido) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclydes Mello.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Sihessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Geovani Borges (PMDB) ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁴⁾	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽⁶⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 120/08-GLPMDB).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-4607**Fax:** 3311-3286**E-mail:** scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ^(1,2)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽³⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽⁸⁾	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti	1. VAGO
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.

2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.

3. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.

4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).

5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

8. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -**Telefone(s):** 3311-4282**Fax:** 3311-1627**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Sibá Machado (PT) ⁽⁶⁾
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽⁵⁾	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁸⁾	
Carlos Dunga ⁽⁷⁾	1. VAGO
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

6. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.

7. Em 02/04/2008, o Senador Carlos Dunga é designado titular do Partido Trabalhista Brasileiro na Comissão (Of. nº 050/2008/GLPTB).

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Marcello Varella**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Tenório (PSDB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sibá Machado (PT-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Raimundo Colombo (DEM)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽³⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

3. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	3. Mão Santa (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽⁴⁾	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1. VAGO
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).

Secretário(a): Églio Lucena Heusi Moreira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽²⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Églio Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽⁴⁾	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Églio Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
VAGO	
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria

Atualização: 09/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral:

19/04/1995

4ª Eleição Geral:

13/03/2003

2ª Eleição Geral:

30/06/1999

5ª Eleição Geral:

23/11/2005

3ª Eleição Geral:

27/06/2001

6ª Eleição Geral:

06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4. VAGO
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5. VAGO
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (Sem Partido-) ⁽⁸⁾	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. César Borges (PR-BA)
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. Maria do Carmo Alves (Sem Partido-) ⁽¹⁰⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	
Marconi Perillo (PSDB-GO)	3. Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Marisa Serrano (PSDB-MS)	4. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
Jefferson Peres (AM)	1. VAGO
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁹⁾	

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).
2. Eleitos na Sessão de 29.5.2007
3. Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleito na Sessão de 27.6.2007
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007
8. Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir do dia 16.04.2008
9. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
10. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 Fax: 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

MEMBROS
PMDB
Roseana Sarney (MA)
DEM
Maria do Carmo Alves (Sem Partido-) ⁽²⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Sérgio Zambiasi (RS)
PR
VAGO
PDT
Cristovam Buarque (DF)
PSB
Patrícia Saboya (PDT-CE)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PP
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 25/03/2008

Notas:

1. Eleitos em 21.06.2007

2. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 Fax: 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: (VAGO)⁴

Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)²

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB – RS)²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMAN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (vago) ¹
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 14.4.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Vago em virtude de renúncia do Senador Geraldo Mesquita Júnior ao cargo de Presidente, comunicada mediante o OF. P/034/2008, de 14.04.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMÓSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> MARCONDES GADELHA PSB-PB	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-5255 e 3311- 4561
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moka	<u>a (PMDB-MS)___</u>
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3311-5258 e 3311-4561

scop@senado.gov.br



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



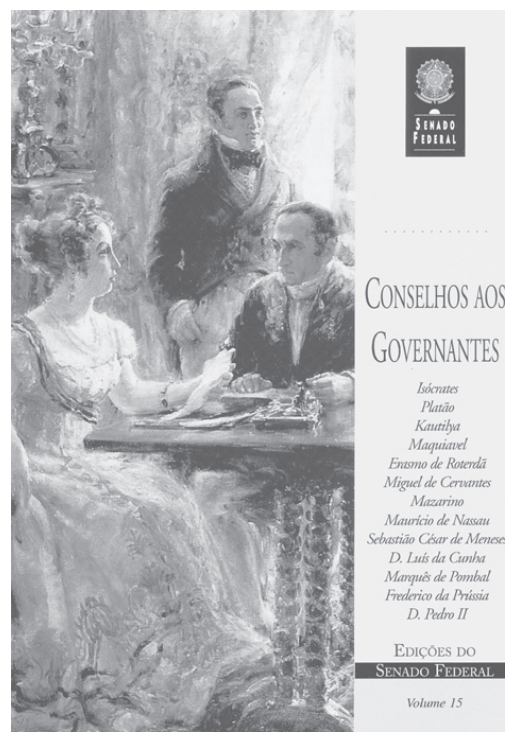
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conselhos aos Governantes

Coletânea de textos de Isócrates, Platão, Kautilya, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes, Cardeal Mazarino, Maurício de Nassau, Sebastião César de Meneses, D. Luís da Cunha, Marquês de Pombal, Frederico da Prússia e D. Pedro II.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 240 PÁGINAS